

unesp  **UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**

“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Faculdade de Ciências e Letras
Campus de Araraquara - SP

ANDERSON VINICIUS DELL PIAGGE PIVA

MARX, POETA DO FUTURO: a teoria da revolução
nos Grundrisse e no Capital



ARARAQUARA – SP
2023

ANDERSON VINICIUS DELL PIAGGE PIVA

MARX, POETA DO FUTURO: a teoria da revolução nos Grundrisse e no Capital

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara e da Università degli Studi di Firenze, como requisito para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais e em Mutamento Sociale e Politico.

Linha de pesquisa: Cultura, Democracia e Pensamento Social

Orientadora (Unesp): Maria Ribeiro do Valle

Orientador (UniTO/UniFI): Gianfranco Ragona

Bolsa: CNPq

ARARAQUARA – SP
2023

P693m

Piva, Anderson Vinicius Dell Piagge

Marx, poeta do futuro : a teoria da revolução nos Grundrisse e no
Capital / Anderson Vinicius Dell Piagge Piva. -- Araraquara, 2023
207 p.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp),
Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara

Orientadora: Maria Ribeiro do Valle

Coorientador: Gianfranco Ragona

1. revolução. 2. capitalismo. 3. marxismo. 4. Grundrisse. 5.
socialismo. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de
Ciências e Letras, Araraquara. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

ANDERSON VINICIUS DELL PIAGGE PIVA

MARX, POETA DO FUTURO: a teoria da revolução nos Grundrisse e no Capital

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara e de Scienze Politiche da Università degli Studi di Firenze, como requisito para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais e em Mutamento Sociale e Politico.

Linha de pesquisa: Cultura, Democracia e Pensamento Social

Orientadora (Unesp): Maria Ribeiro do Valle

Orientador (UniTO/UniFI): Gianfranco Ragona

Bolsa: CNPq

Data da defesa: 27/03/2023

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: **Prof. Dra. Maria Ribeiro do Valle**
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

Membro Titular: **Prof. Dr. Marcelo Santos**
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

Membro Titular: **Prof. Dr. Daniel Pícaro Carlos**
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

Membro Titular: **Prof. Dr. Gianfranco Ragona**
Università degli Studi di Torino

Membro Titular: **Prof. Dr. Dimitri D'Andrea**
Università degli Studi di Firenze

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
Unesp – Campus de Araraquara

Para Paula Piva e Andrea Apollonio

*Para as professoras e os alunos do Colégio Estadual 'Vital de Oliveira',
de Santa Helena de Goiás*

Para o Professor Manoel Martins da Silva, in memoriam

*Para os cientistas do Brasil,
de todas as áreas do conhecimento*

AGRADECIMENTOS

Os agradecimentos são a parte mais prosaica de um trabalho acadêmico. Aqui se prestam homenagens, se rendem tributos, se fazem acenos. Tudo muito justo. Afinal, ninguém realiza um trabalho dessa natureza sozinho. Peço licença, porém, para fazer diversamente desta vez.

Não homenagearei aqui a todos os que, de uma forma ou de outra, passaram pelo meu longo período de estudos. Não renderei tributos a todos os que participaram da minha formação nem farei acenos àqueles a quem não tenho coragem de agradecer de modo explícito porque se tornaram, para mim, motivo de vergonha.

Nos últimos quatro anos, nós – pesquisadores, professores, cientistas, estudantes e acadêmicos em geral – sobrevivemos ao inferno. Fomos alvos de ataques, mentiras, difamações, humilhações, perseguições, cortes de verbas, cortes de bolsas de pesquisa, sucateamento da Ciência e da Educação. Nós provamos o gosto amargo do desprezo e do ódio ao conhecimento. Fomos levados – fui levado – às raias do desespero. Mas sobrevivemos a tudo isso.

No movimento colossal de demência coletiva que tomou o Brasil nos últimos anos, muita gente covarde se colocou do lado dos algozes. Seja de modo explícito, seja de modo acanhado. Estes não terão seus nomes mencionado aqui. Não são merecedores nem mesmo do desprezo que nos devotaram. Retribuo-lhes com o esquecimento.

Tempos extremos costumam revelar o caráter das pessoas. Não foi diferente nos últimos quatro anos. A tragédia política, sanitária e humana que vivemos revelou-me, de vez, a verdadeira face daqueles que me cercam. Aqui, portanto, mencionarei apenas a humanidade íntegra e generosa de pessoas que tornaram a conclusão deste trabalho possível.

Agradeço à professora Maria Ribeiro do Valle, pela confiança, dedicação e seriedade de sempre. A tese que ora apresento é o coroamento de um trabalho conjunto que iniciamos há quase quinze anos. Sou enormemente grato por tudo o que me tem ensinado ao longo dessa jornada. Sua paciência, delicadeza e dedicação como professora e como ser humano são raras.

Agradeço ao professor Dimitri D’Andrea, que aceitou nosso pedido para estabelecermos um acordo de cotutela com a Università degli Studi di Firenze. Seus seminários sobre Max Weber ficarão inscritos na minha cabeça e no meu coração para sempre. Na figura do professor D’Andrea, agradeço igualmente a todo o corpo docente do curso de Doutorado em Mutamento Sociale e Politico da Università degli Studi di Firenze.

Agradeço ao professor Gianfranco Ragona, que aceitou me orientar na Itália. Nas aulas que tivemos em Turim, pude aprender muito sobre autores que conhecia apenas de nome e pude constatar o quanto andamos de acordo no que respeita à interpretação de questões fundamentais

para o marxismo. Na figura do professor Ragona, agradeço a todo o corpo docente do curso de Doutorado em Mutamento Sociale e Politico da Univesrsità degli Studi di Torino.

Agradeço ao professor Ettore Cinnella, com quem debati em Pisa, no outono de 2017, o projeto de pesquisa que resultou nesta tese. Cinnella é, a meu ver, o maior historiador da Revolução Russa na atualidade. Sua paciência e generosidade em manter comigo uma longa correspondência me ensinou – e ainda me ensina – muita coisa valiosa.

Agradeço ao professor Daniel Pícaro Carlos, pelas sugestões na elaboração do projeto, na discussão cuidadosa da tese durante a minha qualificação e por haver aceitado o convite para compor a banca examinadora. Pícaro é um exemplo de profissional apaixonado pela sociologia e me serve, evidentemente, como modelo.

Agradeço ao professor Marcelo Santos, por ter aceitado gentilmente nosso convite para compor a banca e, assim, colaborar com esta pesquisa. Tenho repetido a muita gente, e deixo aqui registrado, que Marcelo Santos é um dos maiores professores que tive. Sua seriedade e objetividade na exposição do conteúdo são impressionantes. Também ele me tem servido como inspiração profissional.

Agradeço à Paula Piva, minha extensão setentrional, que me auxilia em cada passo que dou na vida. Sem sua ajuda decisiva eu não teria levado a bom termo as realizações que me são mais importantes e mais caras.

Agradeço ao Andrea Apollonio, fratello più giovane, pelas muitas conversas sobre temas essenciais desta tese, pelas longas caminhadas filosóficas à Fiesole e ao centro de Florença.

Agradeço ao Bruno Montesano, ao Rafaelle Alberto Ventura e aos demais amigos e colegas que tornaram tão rico o meu período de estudos na Itália.

Agradeço ao CNPq, instituição fundamental para o desenvolvimento da pesquisa científica no Brasil, sem cujo financiamento esta tese não teria sido realizada. Saber que, neste momento, esse órgão está sob a responsabilidade de pessoas como a ministra Luciana Santos e o professor Ricardo Galvão é um alento e faz crer que nossa luta e nossa resistência valeram a pena.

A Ciência, o conhecimento e a inteligência venceram.

“O próprio capital é a contradição em processo, [pelo fato] de que procura reduzir o tempo de trabalho a um mínimo, ao mesmo tempo que, por outro lado, põe o tempo de trabalho como única medida e fonte da riqueza.”

Karl Marx (2011a, p. 588-589)

RESUMO

Neste trabalho, procuramos investigar a teoria da revolução nas obras econômicas de Karl Marx, particularmente tal como ela pode ser encontrada nos *Grundrisse*, redigidos entre 1857 e 1858, e no *Capital*, publicado em 1867. Paralelamente à tendência que atribui um papel decisivo à ação política revolucionária do proletariado, ou da classe trabalhadora em geral, na transformação qualitativa do modo de produção capitalista, buscamos desenvolver o postulado marxiano segundo o qual nenhuma formação social desaparece sem que antes tenha desenvolvido em seu próprio seio e, de forma mais aguda, todas as contradições que pode comportar. Para isso, analisamos a teoria do valor-trabalho e o trabalho assalariado, pondo em perspectiva os seus possíveis limites históricos e econômicos enquanto relação social de produção dominante. Assim, sem abandonar a ideia de que as grandes transformações históricas se dão com base na ação de agentes políticos, tais como as classes sociais, nos esforçamos por estabelecer o contexto prático e material em que as ações transformadoras e revolucionárias são vislumbradas como possíveis ou mesmo necessárias dentro da obra marxiana.

Palavras-chave: revolução; capitalismo; marxismo; Grundrisse; socialismo.

ABSTRACT

In this thesis we investigate the theory of revolution in the economic works of Karl Marx, particularly as it can be found in the Grundrisse, written between 1857 and 1858, and in Capital, published in 1867. Parallel to the tendency that attributes a decisive role to revolutionary political action from the proletariat, or the working class in general, in the qualitative transformation of the capitalist mode of production, we seek to develop the Marxian postulate according to which no social formation disappears without first having developed in its own bosom and, more acutely, all the contradictions that it can hold. For this, we analyze the labor theory of value and wage labor, putting into perspective their possible historical and economic limits as a dominant social production relationship. Thus, without abandoning the idea that major historical transformations take place based on the action of political agents, such as social classes, we strive to establish the practical and material context in which transformative and revolutionary actions are seen as possible or even necessary within the Marxian work.

Keywords: revolution; capitalism; Marxism; Grundrisse; socialism.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO: Marx, um desconhecido	13
2. A TEORIA DA REVOLUÇÃO NO JOVEM MARX.....	19
2.1 “O Esboço” de Engels.....	19
2.2 A crítica do vale de lágrimas	21
3. A TEORIA DA REVOLUÇÃO DEPOIS DE A IDEOLOGIA ALEMÃ.....	35
3.1 A humanidade socializada e a sociedade humanizada.....	35
3.2 A <i>Mule-Jenny</i> contra a escravidão	35
3.3 O primado das forças materiais.....	43
3.4 A produção social da ideologia.....	50
3.5 Da utopia à ciência.....	54
3.6 A contribuição de Engels	56
3.7 O produto domina o produtor	58
3.8 As conseqüências	59
3.9 O falso socialismo.....	61
3.10 O Estado e a revolução	65
3.11 A solução do antagonismo	67
3.12 A tarefa histórica do proletariado	70
3.13 O fim das mercadorias	73
3.14 A criação da grande burguesia e da indústria	74
3.15 A grande indústria e a revolução	78
3.16 “ <i>T is not too late to seek a newer world</i> ”	82
3.17 Tese e antítese	86
4. A TEORIA DA REVOLUÇÃO EM <i>O CAPITAL</i>.....	99
4.1 Rubin e a teoria marxista do valor	99
4.1.1 O moinho e o suserano, o vapor e o industrial	102
4.1.2 Classe sujeito, classe objeto	102
4.1.3 O modelo francês	104
4.1.4 Ajustamento e cataclismas	106
4.1.5 O fetichismo da mercadoria	107
4.1.6 O signo particular do capitalismo.....	111
4.1.7 “ <i>No man is an island</i> ”	112
4.1.8 Geleia de trabalho humano.....	114
4.1.9 Tempo de trabalho socialmente necessário.....	117

4.2 O som da hora final.....	118
4.2.1 <i>The winter of our discontent</i>	118
4.2.2 As Leis Sanguinárias.....	118
4.2.3 Em busca de emprego.....	124
4.2.4 Um museu de grandes novidades.....	126
4.2.5 A hora final.....	128
4.2.6 Um caso histórico: a Constituição da URSS.....	129
4.2.7 A pequena propriedade.....	131
4.2.8 Forças e paixões.....	133
4.2.9 Engels no debate.....	135
4.2.10 Uma análise sóbria.....	136
4.2.11 História e vontade.....	139
4.2.12 A força motriz da história.....	141
4.2.13 Uma história universal?.....	144
4.2.14 Economia e política.....	146
4.2.15 Modo de produção e classes sociais.....	147
4.2.16 Da pré-história do capital ao fim da pré-história humana.....	153
5. A TEORIA DA REVOLUÇÃO NOS <i>GRUNDRISSE</i>.....	156
5.1 O capital contra o capital.....	156
5.2 A classe instruída.....	159
5.3 Para além do proletariado.....	160
5.4 Forma e conteúdo.....	162
5.5 O indivíduo social.....	164
5.6 A morte natural do capital?.....	166
5.7 Antonio Negri e os <i>Grundrisse</i> como obra aberta.....	168
5.8 Um texto político.....	171
5.9 Rosdolsky e o fim do valor-trabalho.....	172
5.10 As condições maduras para o socialismo.....	174
5.11 A lei do valor no socialismo.....	175
5.12 Um breve comentário histórico sobre a URSS.....	180
5.13 O contraponto de Michael Heinrich.....	181
5.14 A ciência e a mais-valia relativa.....	184
5.15 Marx abandonou sua posição em relação ao “fragmento sobre as máquinas”?.....	186
5.16 Trabalho abstrato e concreto.....	187
5.17 Economia e ação política.....	191

5.18 O que quer e o que pode a política.....	192
5.19 Depois dos <i>Grundrisse</i> e de <i>O Capital</i> , a Comuna de Paris	193
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	198
REFERÊNCIAS.....	201
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	207

1. INTRODUÇÃO: Marx, um desconhecido

No *18 de brumário de Luís Bonaparte*, Karl Marx argumenta que “não é do passado, mas unicamente do futuro, que a revolução social do século XIX pode colher sua poesia” (MARX, 2011b, p. 28). A passagem é clara e, por si mesma, não pode suscitar dúvidas quanto ao seu sentido: o proletariado não poderia se inspirar nas revoluções passadas ou mesmo aspirar à realização de velhos objetivos. Cumpria, antes, inspirar-se nas metas do porvir.

Uma pergunta, no entanto, deve ser feita: o que Marx entendia por aquele “futuro” mencionado?

A resposta do autor, provavelmente, iria variar de acordo com a fase de desenvolvimento de seus estudos. No tempo em que redigiu o *18 de brumário*, Marx e Engels já haviam acertado as contas com a sua consciência filosófica da juventude e, a partir das *Teses sobre Feuerbach*, pelo menos, o futuro seria espelhado por nada mais que “a sociedade humana, ou a humanidade socializada” (MARX; ENGELS, 2011a, p. 535). Nesse momento de sua vida, porém, Marx ainda não havia descoberto a teoria da mais-valia. Não poderia, por conseguinte, levar a sua teoria da revolução às últimas consequências. Ou seja, aquilo que os autores conceberiam como sendo “o futuro” ou a natureza da “humanidade socializada” sofreria variações conforme avançavam suas descobertas no campo da economia política e do pensamento social.

Neste trabalho, pretendemos investigar a teoria da revolução marxiana, particularmente nos *Grundrisse* e no *Capital*. Acreditamos que se possa vislumbrar nessas duas obras dois caminhos distintos e, ao mesmo tempo, paralelos da concepção revolucionária do pensador alemão. Nosso objetivo mais específico é fazer notar os limites impostos pelo desenvolvimento das *forças produtivas à ação política revolucionária*, e o modo como essas duas dimensões da realidade material se condicionam e se influenciam mutuamente.

Qual a pertinência, porém, de se estudar um autor clássico como Karl Marx depois de tanto debate em torno de seu nome e de sua obra?

É que quase cento e quarenta anos após a sua morte, Marx continua a ser, em grande medida, um autor desconhecido. Tal afirmação, colocada assim, de modo categórico, poderia passar por mero disparate. Afinal, como declarar desconhecido um pensador que tem sido estudado de modo sistemático e profundo por centenas ou milhares de pesquisadores desde o século XIX? Um intelectual que, de tão popular, já foi considerado “o maior pensador do milênio” (BBC, 1999), desbancando Albert Einstein e Isaac Newton? Um filósofo que chegou a ser eleito pela preferência popular o maior de todos os tempos, deixando para trás Nietzsche, Platão e outros queridos do público leitor (BBC, 2008)?

De fato, uma breve pesquisa através da ferramenta Books Ngram Viewer revela que a ocorrência do termo “*marxism*” é mais frequente em publicações de língua inglesa do que os termos “*islamism*” ou “*christianism*”. Foi também mais recorrente que o termo “*judaism*” entre o início dos anos 1960 até 1987. O nome de Marx é, igualmente, mais popular que os dos outros dois fundadores do pensamento sociológico moderno, Max Weber e Émile Durkheim, desde, pelo menos, 1904. No mesmo universo, o das publicações em língua inglesa, é mais recorrente que o de Charles Darwin desde 1917 e que o de Albert Einstein desde que o nome do físico alemão começou a ser divulgado.

Como declarar, então, desconhecida uma obra que influenciou de modo decisivo a história do século XX, chegando a constituir-se (de modo desnaturado, evidentemente) como doutrina oficial em países como a antiga União Soviética e a China? Como declarar desconhecido um homem cujos escritos inspiraram a organização de movimentos e partidos que, ao redor do mundo, mobilizaram bilhões de pessoas? Como declarar desconhecido um autor cuja teoria tem sido mais estudada – ao menos em literatura científica de língua inglesa – que as grandes religiões, como o islamismo e o cristianismo? A esse propósito, aliás, até mesmo o antropólogo francês Claude Lévi-Strauss declarou, certa vez, que a influência do marxismo, no mundo moderno, seria comparável apenas a das grandes religiões monoteístas. Enfim, como declarar desconhecido um homem que já faz parte do imaginário coletivo e que figura até mesmo na capa de um dos mais famosos álbuns de *Rock and roll* do século XX, entre outros produtos da cultura pop?

É certo, portanto, que o nome, a imagem e o mito construído em torno da obra e da pessoa de Karl Marx são amplamente conhecidos. Ocorre, porém, que o mesmo não se dá com a obra que, de fato, o autor produziu em vida. Esta é bem menos conhecida. E por diversas razões.

Em primeiro lugar, a apropriação da teoria realizada pelas diversas correntes em que se dividiu o marxismo parece ter criado uma barreira ante a sua obra original. Milhares ou até mesmo milhões de pessoas, ao longo do século passado, não leram propriamente Marx e Engels, mas os seus supostos discípulos, como Lenin, Trotsky, Stalin, Mao Tsé-Tung. E, quando se lia os fundadores do marxismo, era já sob a perspectiva dessas correntes. Em segundo lugar, a maneira como a obra de Marx e Engels foi publicada, traduzida e divulgada ao redor do globo influenciou igualmente no modo como ela seria conhecida e assimilada. *A ideologia alemã*, por exemplo, obra seminal, teve os seus primeiros capítulos publicados em alemão pela primeira vez apenas nos anos 1920, e a luta político-ideológica em torno da edição e publicação desses escritos levou o então diretor do Marx-Engels-Institut, David Rjazanov, para a prisão (MARX;

ENGELS, 2011a, p. 17). Os *Grundrisse*, obra cuja investigação constitui parte fundamental do trabalho que ora apresentamos, foram publicados apenas em 1939, em Moscou, e a versão completa em português foi publicada no Brasil somente em 2011 (MARX, 2011a, p. 7).

O projeto mais ambicioso de publicação das obras completas de Karl Marx e Friedrich Engels, *Die Marx-Engels-Gesamtausgabe* (MEGA²), prevê um total de 114 volumes, dos quais apenas 65 foram dados à luz até o momento (BERLINER, 2021). Um volume enorme de escritos desses dois autores permanece inédito, sendo conhecido apenas pelos pesquisadores que lidam com os documentos originais e que são responsáveis pela sua edição e publicação. Tomada em seu conjunto, portanto, a obra do pensador mais influente do mundo moderno continua a ser amplamente desconhecida, inclusive pelos especialistas.

Desse modo, quando se trata dos temas estudados por Marx e Engels e debatidos ao longo de décadas por seus continuadores, discípulos e adversários, nenhum assunto pode ser considerado esgotado. Além de parte significativa e ainda amplamente desconhecida da obra dos fundadores do marxismo, influi no seu estudo a mudança dos tempos. Cada época tende a interpretar a obra desses autores de modo diverso, de acordo com o ideário hegemônico, com as lutas políticas em voga, com o nível de conhecimento acumulado em cada campo das diversas ciências e com o grau de familiaridade que adquirimos com a própria obra desses autores.

Assim, um tema central, como o da teoria da revolução, está longe de ser esgotado. Muito pelo contrário: uma vez que o marxismo e os movimentos e partidos revolucionários ao redor do globo livraram-se da influência esterilizante da produção teórico-propagandística da extinta URSS, a tarefa de debater o processo revolucionário, ou, mais amplamente, de transformação social, está largamente por se fazer. A realidade econômica e social nos países mais desenvolvidos tem mudado de maneira acelerada nas últimas décadas desde a queda do Muro de Berlim; as lutas políticas têm sido dinâmicas; e, por fim, a obra de Marx e Engels continua a ser publicada e difundida. O debate e as conclusões sobre os temas centrais por eles abordados mudam com a plasticidade e a velocidade da realidade dialética que eles conheciam e interpretavam tão bem. E se é verdade que a sua obra conjunta transformou o mundo moderno, pode-se dizer, igualmente, que o mundo moderno transforma constantemente a obra de Marx e Engels. Do mesmo modo que o Aristóteles do mundo antigo era diverso do pensador grego assimilado pela escolástica medieval; do mesmo modo que o Deus do Antigo Testamento foi revogado pelo Deus dos Evangelhos; assim também o marxismo pós-Guerra Fria será diverso daquele (ou daqueles) que existiu (ou existiram) antes da debacle soviética. Marx e Engels são

autores que não nadam duas vezes no mesmo rio da História. Nem o rio é o mesmo – nem os autores.

O debate que promovemos neste trabalho é velho e novo ao mesmo tempo. É velho porque se inicia com Marx e Engels e atravessa os séculos até os nossos dias. É novo porque sua abordagem, aqui, traz elementos novos e que julgamos significativos. É difícil ser original ao se escrever sobre autores tão estudados. Os avanços são feitos a passos miúdos. As conquistas são modestas. Mas cada uma dessas conquistas, cada um desses passos, constitui um elemento decisivo no esforço coletivo de interpretação, entendimento e transformação da realidade. O próprio Marx não teria desatado os últimos nós que atavam a teoria da mais-valia se não tivesse sido precedido pelos trabalhos de David Ricardo e Adam Smith; não teria desenvolvido a teoria da luta de classes sem os historiadores franceses da época da Restauração; nem teria elaborado a moderna teoria socialista sem os seus predecessores ditos utópicos.

Em seu famoso ensaio “As ideias fora do lugar”, o escritor brasileiro Roberto Schwarz admite que o assunto por ele abordado, a saber, as contradições entre o ideário liberal e a estrutura escravista da economia brasileira do século XIX, era “um lugar-comum em nossa historiografia” (SCHWARZ, 2012, p. 13); o importante, porém, era o novo modo de abordar esse problema antigo. E, de fato, quantos ensaios são tão belos e originais quanto aquele escrito pelo autor de *Ao vencedor as batatas*? No limite, uma posição radical diria – como aliás já se disse em algum lugar – que nada na literatura é novidade desde Homero. Assim, pouca coisa seria original no pensamento ocidental desde os gregos. A maior parte das questões elementares da filosofia moderna já estão lá, de Heráclito a Aristóteles. Porém, como dizia Eugenio D’Ors, “*Fora de la tradició, cap veritable originalitat*”, ou seja, fora da tradição não cabe a verdadeira originalidade.

O nosso trabalho, como se verá, traz de forma condensada e articulada vários dos pequenos avanços alcançados pela teoria nas últimas décadas e pretende apresentá-los junto das nossas próprias conclusões. É, nesse sentido, o resultado de um trabalho coletivo. Todas as questões aqui debatidas foram abordadas anteriormente por outros autores, mas, como dissemos, jamais à exaustão. Este trabalho pretende ser apenas mais um esforço, modesto, que se soma aos demais. No entanto, as implicações teóricas que resultam de suas conclusões não são tão modestas. Sem querer antecipar os resultados a que chegamos, pode-se dizer que oferece elementos não apenas para que se pense (e repense) a teoria da revolução futura (se alguma houver), mas para que se aborde de maneira diversa as revoluções passadas, sobretudo aquelas que se autoproclamaram “socialistas” ou “comunistas”. Se não for meritório pela sua forma ou

pelo seu estilo, certamente qualquer mérito terá pelas consequências teóricas que dele se pode tirar.

Quanto aos últimos aspectos mencionados, a forma e o estilo, é necessário dizer ainda uma palavra. Num trabalho como este, que pretende investigar a obra de um autor – ou de dois autores, já que Engels aparece como parte integrante disso que chamamos “a obra de Marx” –, é impossível escapar às várias e numerosas citações. É igualmente impossível não proceder a um trabalho de exegese de vários excertos e passagens das várias obras analisadas. Assim, ora a argumentação conduz a exposição do texto e ora a exposição do texto conduz a argumentação, de modo que a escrita ganhe em fluidez em detrimento, talvez, de uma esquematização mais rígida e dura. Não posso avaliar se fui bem-sucedido nesse aspecto, mas revelo aqui a intenção. É bem possível que esse modo de construção do texto tenha sido influenciado diretamente pelos autores aqui estudados, os quais temos lido de modo assíduo e sistemático durante os últimos 23 anos. Devido provavelmente ao seu caráter polêmico, *A ideologia alemã*, *A miséria da filosofia*, *A sagrada família*, o *Anti-Dühring* e outros textos fundamentais de Marx e Engels foram escritos e desenvolvidos precisamente do mesmo modo como procedemos em grande parte deste trabalho: através da citação, do comentário exegético ou polêmico e, quando necessário para o desenvolvimento do argumento em questão, até mesmo a simples paráfrase. Julgamos que esse não é um modo pouco eficaz de se construir um texto que interesse ao leitor. E, embora este seja um trabalho acadêmico, não pretendemos que ele tenha como leitores apenas os especialistas que se dedicam ao assunto. O assunto escolhido para a nossa pesquisa foi definido com base em critérios que transcendem as considerações puramente acadêmicas: ou seja, julgamos que a teoria da revolução marxiana seja um tema relevante não apenas para a academia, mas também para a vida cotidiana, a qual não pode passar ao largo da política e das discussões sobre a transformação social e sobre o futuro.

A metodologia utilizada por nós foi a revisão bibliográfica, debruçando-nos sobre as duas obras que constituem a espinha dorsal desta tese, bem como sobre a literatura produzida a seu respeito.

É preciso mencionar, ainda, que o presente texto foi escrito sob condições absolutamente adversas. Durante grande parte do período de sua redação, não pudemos consultar bibliotecas, devido às restrições impostas pela pandemia de Covid-19 que assolou o planeta. Desse modo, ficamos limitados, durante a primeira fase de sua redação, aos livros de nossa própria biblioteca que, diante de uma pesquisa como esta, não são, de modo algum, suficientes. Outros livros adquirimos, quando possível, com nossos próprios recursos.

A etapa posterior deste trabalho, que veio lhe conferir o seu rosto final, foi realizada na Itália, na Università degli Studi di Torino e na Università degli Studi di Firenze, sob a orientação do Professor Gianfranco Ragona, que deu continuidade, na Europa, ao trabalho da Professora Maria Ribeiro do Valle, que orientou na Universidade Estadual Paulista (Unesp-FCLAr).

Por fim, cabe um esclarecimento sobre uma expressão bastante usada por Marx. Neste trabalho, utilizamos o termo “mais-valia” para *Mehrwert*, ao contrário das traduções mais recentes publicadas no Brasil pela Boitempo, que usam “mais-valor”. Mantivemos a forma mais antiga por dois motivos principais: em primeiro lugar, porque “valia” e “valor”, em português, são equivalentes; em segundo lugar, porque o termo “mais-valia” já está consagrado nesse idioma há muitas décadas, todos sabem do que se trata quando utilizado. Acreditamos, portanto, que deixar de usar o termo consagrado em português por outro equivalente, a esta altura, não tem muita valia.

2. A TEORIA DA REVOLUÇÃO NO JOVEM MARX

2.1 “O Esboço” de Engels

No prefácio de *Para a crítica da economia política*, Marx faz um resumo sumário de sua trajetória intelectual e dos caminhos que percorreu até chegar à publicação daquela obra. Ali reconhece como fundamental e decisiva a contribuição de Friedrich Engels através de seu ensaio *Esboço para uma crítica da economia política*. Esse pequeno trabalho, publicado nos Anais Franco-Alemães de 1844, foi considerado por ele como “genial” (MARX, 2003, p. 6). Ao realizar a crítica dos economistas clássicos ingleses, Engels identificou os seus escritos como sendo a expressão ideológica burguesa, baseada na propriedade privada, na concorrência e no enriquecimento ilimitado; e, segundo Jacob Gorender, “ao enfatizar o caráter ideológico da economia política”, Engels terminou por negar-lhe a “significação científica” (MARX, 2013a, p. 18).

Para nós, no entanto, o mais importante é a constatação de que, nesse ensaio, que acabou sendo o responsável pela decisão de Marx de dedicar-se ao estudo profundo da economia política, Engels recusava a teoria do valor-trabalho como fundamento para a análise e explicação dos fenômenos econômicos. Como veremos adiante, porém, a teoria do valor-trabalho é o alicerce mais elementar sobre o qual repousa a crítica marxista da economia política. E, não por acaso, ela vem sofrendo, há várias décadas, fortes ataques de economistas ligados às escolas liberais ou ultraliberais, particularmente aquela conhecida como “Escola Austríaca”.¹ Apesar da recusa da teoria do valor-trabalho pelo jovem Engels, o seu “*Esboço...*” traria ideias que viriam a ser parte constituinte do pensamento marxiano, como a crítica à teoria demográfica de Thomas Malthus e à Lei de Say (MARX, 2013a, p. 18).

Foi também nos Anais Franco-Alemães que apareceram dois ensaios seminais escritos pelo jovem Marx: a *Crítica da filosofia do direito de Hegel – Introdução* (MARX, 2013b, p. 151-163) e *Sobre a questão judaica* (MARX, 2010b, p. 33-60). Segundo Gorender, esses trabalhos marcariam a transição do jovem Marx do liberalismo burguês ao comunismo, com a sua conseqüente assunção do proletariado como “a classe-agente da transformação mais profunda, que deveria abolir a divisão da sociedade em classes” (MARX, 2013b, p. 18-19).

¹ A esse respeito, recomendamos a obra de Nikolai Bukharin: *La economía política del rentista (Crítica de la economía marginalista)*. Córdoba: Pasado y Presente, 1974.

O fato de que Marx tenha realizado a passagem do liberalismo para o comunismo antes mesmo de incorporar a teoria do valor-trabalho à sua análise econômica é algo revelador. Em primeiro lugar, porque isso atesta o fato de que a sua tomada de posição política precedeu, em grande medida, as suas descobertas científicas. No entanto, não se pode inferir daí que a sua posição originária como um pensador comunista o tenha influenciado no sentido de elaborar a teoria da mais-valia, por exemplo. O que, sim, deve-se admitir é que a sua posição política estabeleceu as condições necessárias para que essas descobertas se realizassem. O fato de romper com os limites do pensamento burguês, por si só, não resultou imediatamente na descoberta da mais-valia, mas criou as condições intelectuais para que ela pudesse acontecer, assim como, para um pensador renascentista, livrar-se dos dogmas do cristianismo poderia constituir apenas o primeiro passo para que se realizassem as primeiras grandes descobertas da ciência moderna. Em segundo lugar, porque nos permite, com base em pressupostos epistemológicos, afirmar que, de fato, é possível se falar em pelo menos duas teorias da revolução em Marx – ou, antes, em dois processos que se complementam.

Se o seu movimento intelectual rumo ao comunismo não foi condicionado pelas suas principais descobertas científicas no campo da economia política, cabe perguntar: o que foi que condicionou a transição do jovem pensador democrata radical para a teoria revolucionária do proletariado?

Essa resposta deve ser buscada nos seus textos da juventude. Segundo a classificação aqui utilizada, esses trabalhos compreendem toda a sua produção teórica até *A ideologia alemã*, esta última escrita em colaboração com Friedrich Engels. Mais precisamente, deve-se localizar o marco didático desse “ponto de mutação” em sua 10ª tese sobre Feuerbach, segundo a qual “o ponto de vista do velho materialismo é a sociedade ‘burguesa’; o ponto de vista do novo é a sociedade *humana*, ou a humanidade socializada” (MARX; ENGELS, 2011a, p. 539, grifo do autor).

Em que consistem, porém, tais conceitos de “sociedade humana” e “humanidade socializada”? É a partir das respostas que se obtêm para essa pergunta que se pode fundamentar a teoria – ou as teorias – da revolução marxiana. Mais do que isso, elas servem como princípio elementar de toda a análise teórica, pois constituem a sua base epistemológica.

2.2 A crítica do vale de lágrimas

Quando Marx escreveu a introdução à sua *Crítica da filosofia do direito de Hegel*, entre dezembro de 1843 e janeiro de 1844, o assunto que parecia preocupá-lo, sobretudo, era a revolução alemã. Ou melhor: *a natureza* da revolução alemã.

A França já havia levado a cabo a sua revolução política, mas a Alemanha, incapaz de acompanhar o desenvolvimento francês, só fora capaz de realizar uma espécie de “revolução filosófica”, representada pela crítica da religião. E era ao final desse movimento filosófico que Marx apresentava seu texto nas páginas dos Anais Franco-Alemães: “Na Alemanha, a *crítica da religião* está, no essencial, terminada; e a crítica da religião é o pressuposto de toda crítica” (MARX, 2013b, p. 151, grifo do autor).

O esforço daqueles filósofos alemães para livrar a humanidade do erro da consciência religiosa foi alvo do sarcasmo do jovem Marx. Afinal, tudo o que parecia resultar daquela batalha antirreligiosa era a revelação de que o homem, que havia procurado no céu um super-homem, terminara por encontrar “apenas o *reflexo de si mesmo*”; desse modo, conforme ingenuamente acreditavam os pensadores envolvidos naquela cruzada filosófica, lá nas alturas celestes, onde os homens haviam encontrado apenas a “aparência de si”, agora deveriam procurar a sua “autêntica realidade” (MARX, 2013b, p. 151, grifo do autor).

Ao resumir o fundamento da crítica irreligiosa promovida pelos seus contemporâneos, Marx afirma que, segundo aquela, “o homem *faz a religião*, a religião não faz o homem”. E, embora reconhecendo as limitações práticas de um movimento filosófico que pretendia reformar a consciência dos homens com base na crítica antirreligiosa, o jovem pensador faz uma consideração que, do ponto de vista da epistemologia, é da maior importância: “E a religião é de fato a autoconsciência e o autossentimento do homem, que ou ainda não conquistou a si mesmo ou já se perdeu novamente” (MARX, 2013b, p. 151, grifo do autor).

Quando se considera esse processo de alienação do homem “que ou ainda não conquistou a si mesmo ou já se perdeu novamente”, é preciso explicar, antes de tudo, sobre quais fundamentos repousa a conquista de si ou o encontro de si aí pressupostos. É preciso explicar em que consiste a sua “essência original”, ainda não perdida, ainda não alienada. Do contrário, corre-se o risco de se construir uma teoria filosófica ou social cujos alicerces ou paradigmas epistemológicos não estão bem definidos. É o que ocorreria, um século mais tarde, com Adorno e Horkheimer, que, ao realizarem uma poderosa crítica da sociedade contemporânea, não deixam claro, contudo, quais são os seus paradigmas: se o indivíduo liberal sepultado junto com a República de Weimar, se o aristocrata vitoriano *à la* Aldous Huxley, se o homem do “mundo

socialista” – mas não, evidentemente, do *soi-disant* “socialismo real” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985).

Se se tem como pressuposto que o homem se aliena ao buscar no céu a sua autoconsciência, trata-se então, por conseguinte, de uma alienação de natureza intelectual. Ou seja, ele deixa de se reconhecer em seu mundo imediato, com suas relações reais, concretas, e busca na religião a mediação ideológica para a sua compreensão de ser-no-mundo.

Nesse momento, as formulações de Marx parecem apenas apontar para o que mais tarde constituiria os fundamentos teóricos do materialismo histórico. E, como não poderia deixar de ser, essas formulações apresentam um caráter ainda embrionário se comparadas aos desdobramentos teóricos mais profundos e cuidadosos que viriam depois, com a *Ideologia Alemã*, por exemplo. Na introdução à *Crítica da filosofia do direito de Hegel*, o autor ainda tateia em busca de sua base epistemológica: “Mas o *homem* não é um ser abstrato, acororado fora do mundo. O homem é o *mundo do homem*, o Estado, a sociedade” (MARX, 2013b, p. 151, grifo do autor). Ao argumentar que “o homem” concreto equivale ao “Estado” e à “sociedade”, Marx coloca no mesmo plano duas esferas da realidade social que, mais tarde, apareceriam ocupando posições distintas: a “sociedade” – ou, mais precisamente, o modo como os homens produzem sua vida material – poderia ser identificada com o que se convencionou, posteriormente, chamar de “infraestrutura”; já o “Estado”, com seu aparato jurídico, burocrático, militar e ideológico, representaria a “superestrutura”.

Para o jovem autor, no entanto, o Estado e a sociedade produzem a religião (MARX, 2013b, p. 151); ou seja, ao contrário do que viria a sustentar nos seus escritos teóricos da maturidade (MARX, 2003, p. 4-6), Marx coloca aqui a religião como um produto do Estado. Se nos fosse dado usar a terminologia que o próprio autor desenvolveria para si anos mais tarde, poderíamos afirmar que, nesse momento inicial de seu desenvolvimento filosófico, Marx identifica apenas a religião como parte da “superestrutura”. O equivalente da base infraestrutural seria, de acordo com esse texto de sua juventude, o Estado e a sociedade.

A articulação entre essas esferas da realidade se daria de modo que a religião apareceria como a “consciência invertida do mundo”, porque o Estado e a sociedade seriam eles mesmos “um mundo invertido” (MARX, 2013b, p. 151). Ou seja, a primeira apareceria como o reflexo equivalente desses últimos. Assim, a religião seria “a teoria geral deste mundo, seu compêndio enciclopédico, sua lógica em forma popular [...], sua base geral de consolação e justificação” (MARX, 2013b, p. 151); e, nesse sentido, poderia ser encarada mesmo como uma extensão do mundo real – Estado e sociedade – ou, de acordo com suas próprias palavras, “seu complemento solene” (MARX, 2013b, p. 151).

Ao mesmo tempo, a religião parece cumprir aqui um outro papel. Ela seria igualmente a realização, no plano fantástico, da essência humana, pois a essência humana não possuiria no plano concreto – naquela sociedade e naquele Estado, portanto – uma “realidade verdadeira”. E daqui poder-se-ia deduzir, por conseguinte, o valor subversivo da empreitada filosófica alemã: “a luta contra a religião é, indiretamente, contra aquele mundo cujo aroma espiritual é a religião” (MARX, 2013b, p. 151). A famosa afirmação, tantas vezes deturpada pelo senso comum, segundo a qual “a religião é o *ópio* do povo” não é uma invectiva contra a religião; antes, é o resumo categórico da tentativa de fornecer ao fenômeno religioso uma explicação racional: “A miséria *religiosa* constitui ao mesmo tempo a *expressão* da miséria real e o *protesto* contra a miséria real”, argumenta Marx. Ela “é o suspiro da criatura oprimida, o ânimo de um mundo sem coração” (MARX, 2013b, p. 151, grifo do autor).

Pode-se questionar, evidentemente, os limites e o alcance de tal explicação. Isso, inclusive, com base nos postulados teóricos mais desenvolvidos do próprio marxismo. O estudo das religiões conheceu, desde o século XIX, enormes avanços no campo da antropologia, da sociologia e até mesmo da ciência política. O que nos interessa aqui, no entanto, é a constatação de que Marx começa a identificar os limites práticos que adviriam de uma cruzada puramente intelectual ou filosófica contra a religião. A sua tentativa de estabelecer uma explicação precisa para o fenômeno religioso é, ao mesmo tempo, a busca pela melhor maneira de intervir na realidade concreta do mundo, a fim de transformá-lo. O fato de que ele identifique essa realidade concreta com o Estado e a sociedade ocupando um plano equivalente em nada prejudica o argumento principal, qual seja, o de que a religião é a expressão ideal de um mundo concreto e que, para que se possa transformar esse mesmo mundo concreto, não bastaria a crítica de sua expressão religiosa. Caberia, antes, transformar as suas bases mais fundamentais, aquelas que dão origem à religião: “A exigência de que abandonem as ilusões acerca de uma condição é a exigência que abandonem uma condição que necessita de ilusões. A crítica da religião é, pois, em *germe*, a *crítica do vale de lágrimas*, cuja *auréola* é a religião” (MARX, 2013b, p. 151-152, grifo do autor).

O esforço crítico que levou a uma compreensão racional da religião e de seu significado, no entanto, não pode ter como fim apenas a elucidação intelectual dos homens. Não pode pretender livrá-los de suas ilusões para que suportem as misérias do mundo real sem quaisquer fantasias. Deve, antes, fazer com que o fim dessas fantasias os capacite a lutar contra sua miséria real e a desvencilhar-se de seus verdadeiros grilhões: “A crítica da religião desengana o homem a fim de que ele pense, aja, configure a sua realidade como um homem desenganado, que

chegou à razão, a fim de que ele gire em torno de si mesmo, em torno de seu verdadeiro sol” (MARX, 2013b, p. 152).

Nesse momento, o autor encontra o fundamento concreto da autoalienação do homem no direito e na política, e a crítica a esses elementos substitui, respectivamente, a crítica da religião e da teologia. Desse modo, não é ainda no mundo das relações sociais de produção que Marx situa a raiz ontológica ou epistemológica do mundo dos homens, mas em duas dimensões que mais tarde ele colocaria, elas também, como condicionadas pelo modo de produção material.

Dado que a sua preocupação imediata é a situação alemã, Marx não pode deixar de tomar a França como uma espécie de parâmetro para a sua análise. No entanto, não assume a situação corrente na França, ou o estágio do desenvolvimento político francês de princípios dos anos 1840, como sendo o ideal ou o ponto de chegada para o qual deveria tender a revolução alemã. Como já descobriu o proletariado e começa a pensar nos termos dessa classe, o autor entende que, tanto na França como na Alemanha, o desenvolvimento político subsequente deverá levar à ascensão dos trabalhadores. A grande contribuição de Marx, em sua *Introdução à Crítica da filosofia do direito de Hegel*, é realizar a análise da situação alemã levando em conta a ascensão do proletariado naquele país e o papel central que essa classe haveria de desempenhar nas lutas políticas futuras. O valor desse texto, como diagnóstico e como antecipação de um quadro histórico futuro, ficará claro mais adiante, após a análise feita pelo autor no calor da revolução e da contrarrevolução alemã de 1848, quatro anos mais tarde, portanto.

A hesitação da burguesia alemã durante a Primavera dos Povos encontraria muitos precedentes na história daquele país: “Tomamos parte nas restaurações das nações modernas, sem termos tomado parte nas suas revoluções” (MARX, 2013b, p. 152). A história da Alemanha estaria, até aquele momento, condicionada pelos desenvolvimentos ocorridos alhures: “Fomos restaurados primeiramente porque outras nações ousaram fazer uma revolução e, em segundo lugar, porque outras nações sofreram contrarrevoluções”. E arremata, “no primeiro caso, porque nossos senhores tiveram medo e, no segundo, porque nada temeram” (MARX, 2013b, p. 152). A sobrevivência de elementos políticos e sociais anacrônicos na realidade alemã era, também, um testemunho de seu atraso: “A luta contra o presente político alemão é a luta contra o passado das nações modernas, e estas continuam a ser importunadas pelas reminiscências desse passado” (MARX, 2013b, p. 154).

Os lineamentos teóricos gerais do processo revolucionário descrito por Marx nesse texto germinal são decisivos para a compreensão da evolução de seu pensamento. E as metáforas que

equiparam a história à dramaturgia já aparecem aqui, anos antes de figurarem em *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. Assim, o Antigo Regime seria “o *comediante* de uma ordem mundial cujos *heróis reais* estão mortos”; a história passaria por um longo percurso e por muitas fases enquanto conduz uma formação social caduca à sepultura, mas “a última fase de uma forma histórico-mundial é sua *comédia*” (MARX, 2013b, p. 154, grifo do autor). Ou seja, não haveria nessa fase de transição revolucionária, quando o velho mundo perece e um novo mundo começa a surgir, o sentido dramático original que acompanhou o evento em sua primeira edição; o velho mundo, que então se despede, teimaria apenas em repetir de modo farsesco os ritos de seu advento.

Na Alemanha de então a situação seria, pois, similar à do comediante que se despede do palco da histórica encenando uma farsa. Os problemas da ascendente sociedade capitalista eram, naquele país, problemas já superados pela Inglaterra e pela França. As “tarifas protecionistas”, o “sistema de proibição”, a “economia política” e o reconhecimento do monopólio no interior do país começavam a se fazer valer ali quando na França e na Inglaterra os problemas que se colocavam eram já muito mais avançados. Pode-se dizer que, para o jovem autor, enquanto a Alemanha se via às voltas com o desenvolvimento e a consolidação da moderna sociedade burguesa, nos países mais avançados da Europa a tarefa que começava a se colocar era a da própria superação dessa sociedade.

O modo como Marx encarava, naquele momento, tal superação pode ser sugerido pelas expressões com que ele descreve e postula o problema a ser “solucionado” historicamente pelos dois países mais avançados do continente: “economia política”, de um lado, ou “domínio da sociedade sobre a riqueza”, do outro. Trata-se, evidentemente, apenas de um modo diverso de expressar o dilema entre domínio da burguesia ou do proletariado. E, por conseguinte, com a expressão “domínio da sociedade sobre a riqueza”, o jovem Marx nos fornece uma ideia que resume – e somente de modo muito conciso – a sua concepção de então sobre a natureza da revolução proletária.

Do ponto de vista do método marxiano, é importante notar as suas considerações a respeito da relação entre a realidade social alemã e o seu desenvolvimento filosófico. Não há qualquer equivalência mecânica ou determinista entre uma e outra. Para desespero do materialista vulgar, Marx não faz derivar, imediatamente, da realidade alemã a sua expressão filosófica. Sua análise é muito mais complexa e cheia de sutilezas. Se do ponto de vista do desenvolvimento político a Alemanha se encontrava em grande atraso em relação aos países mais avançados, do ponto de vista filosófico ela se encontrava no mesmo passo: “Somos contemporâneos *filosóficos* do presente, sem sermos seus contemporâneos *históricos*” (MARX,

2013b, p. 156). Assim, se na Inglaterra e na França tratava-se de romper, na prática, com “as modernas condições políticas”, na Alemanha, onde essas condições ainda não existiam de fato, o que se colocava era uma ruptura crítica com a sua expressão filosófica; ou seja, era como se a árvore filosófica germânica tivesse crescido num solo nada favorável – ou mesmo incompatível – com o seu desenvolvimento. E, naquele país, onde a evolução da moderna sociedade burguesa apenas se iniciava, a tarefa crítica era a mesma das nações onde ela já avançara o suficiente, a ponto de colocar-se o problema de sua superação.

Tal situação, por conseguinte, colocava a nação alemã diante de uma tarefa *sui generis* em relação aos países mais desenvolvidos: ela deveria “ajustar a sua história onírica às suas condições existentes e sujeitar à crítica não apenas essas condições existentes, mas igualmente a sua continuação abstrata” (MARX, 2013b, p. 156). Ela estaria incumbida de realizar a ruptura crítica e filosófica com a sua situação real, situada *aquém* da moderna sociedade burguesa, e com sua situação ideal, projetando, portanto, do ponto de vista intelectual, a superação dessa mesma sociedade, ou seja, o *além* da sociedade burguesa. Essas considerações são determinantes, como se verá adiante, para a compreensão do papel que o jovem Marx atribuiria ao proletariado nesse contexto.

A filosofia alemã do direito e do Estado seria, naquele momento, a única história alemã situada ao mesmo passo do presente moderno. Daí que o autor afirmasse: “É com razão, pois, que o partido político *prático* na Alemanha exige a negação da *filosofia*” (MARX, 2013b, p. 156, grifo do autor). Pois a “negação da filosofia” seria a negação da expressão filosófica da moderna sociedade burguesa. E esta também deveria ser superada. O erro dos que reivindicavam a negação da filosofia, no entanto, residia no fato de acreditarem que bastava combatê-la apenas no plano da polêmica, murmurando “algumas fraseologias furiosas e banais sobre ela” (MARX, 2013b, p. 156). Quando, então, o autor considera que não se pode suprimir a filosofia sem realizá-la, admite, ao mesmo tempo, que a realização da filosofia consiste num passo adiante em relação à situação da Alemanha naquele momento.

Com relação ao partido *teórico*, Marx considera que este havia cometido o mesmo erro do partido *prático*, apenas com “fatores invertidos”, pois “*ele acreditou que poderia realizar a filosofia sem suprimi-la*” (MARX, 2013b, p. 156-157, grifo do autor). Desse modo, haveria apenas vislumbrado o “*combate crítico da filosofia contra o mundo alemão*”, não levando em conta que “a própria *filosofia até então existente* pertence a esse mundo e constitui seu *complemento*, mesmo que ideal” (MARX, 2013b, p. 156, grifo do autor). Deve-se enfatizar, aqui, que tal consideração não constitui de forma alguma um exemplo de “determinismo” ou “materialismo vulgar” por parte do jovem Marx. Trata-se, antes, de entender o modo como a

filosofia, na atrasada Alemanha de então, refletia condições práticas ainda não conhecidas em solo germânico e como essa mesma filosofia se relacionava e, até mesmo, era condicionada pela situação concreta efetiva daquele país. Ou seja, a sua análise é muito mais elaborada e matizada do que a simples fórmula banal segundo a qual para cada condição material deve equivaler uma dada expressão ideológica. Isso pode ser ilustrado pela seguinte formulação: “Em política, os alemães *pensaram* o que outras nações *fizeram*. A Alemanha foi a sua *consciência teórica*” (MARX, 2013b, p. 157, grifo do autor).

Para o jovem autor, portanto, já não se tratava de uma cruzada puramente filosófica, e as soluções das tarefas levantadas pela crítica da filosofia especulativa do direito poderiam dar-se apenas pelo meio *prático*. É nesse contexto que se insere o seu famoso postulado: “A arma da crítica não pode, é claro, substituir a crítica da arma, o poder material tem de ser derrubado pelo poder material, mas a teoria também se torna força material quando se apodera das massas” (MARX, 2013b, p. 157). E aqui já se manifesta, muito cedo e com toda a clareza, o caráter flexível da concepção marxiana. Também as ideias influem na realidade, contribuindo para modificá-la e transformá-la.

Nesse breve ensaio, concebido como introdução à sua crítica da filosofia do direito hegeliana, Marx formularia algumas assertivas lapidares que entrariam para a história – e para o folclore – da filosofia moderna. Entre essas estaria a afirmação de que “ser radical é agarrar as coisas pela raiz. Mas a raiz, para o homem, é o próprio homem” (MARX, 2013b, p. 157). Dizer, porém, que o homem é a raiz do próprio homem é dizer pouco, ou quase nada, pois beira a tautologia. É preciso, antes, explicar em que consiste esse homem. E, já nessa pequena obra de juventude, Marx encontraria pistas que o levariam à sua concepção mais avançada do chamado “materialismo histórico”. A ideia de que “*o homem é o ser supremo para o homem*”, usada no combate da crítica filosófica alemã contra a religião, encontrava seu complemento não na concepção de um homem completamente genérico, mas no “*imperativo categórico de subverter todas as relações* em que o homem é um ser humilhado, escravizado, abandonado, desprezível” (MARX, 2013b, p. 157-158, grifo do autor). Assim, o homem como raiz do homem não constitui, evidentemente, uma tautologia ontológica: “o homem”, aqui, é identificado com as relações em que está inserido, é condicionado por elas, e se encontra numa situação nada aprazível. Cabe, portanto, subverter essas relações.

No caso específico da Alemanha, Marx encontra um paralelo histórico com grande valor didático: a Reforma Luterana. Na pena do jovem pensador, as relações entre mundo *ideal* e mundo *prático* encontrariam formulações muito mais avançadas e precisas que as dos epígonos responsáveis por transformar o marxismo numa grotesca doutrina de manuais durante o século

XX. Sobretudo porque não há, por parte do autor, a pretensão de substituir a história efetiva por fórmulas pré-concebidas e esvaziadas de qualquer conteúdo. Ao reconhecer o significado da Reforma Protestante, por exemplo, Marx não deixa de ressaltar a importância de outro evento que, segundo ele, era o “mais radical da história alemã” até então: a Guerra dos Camponeses. Essa última teria fracassado, no entanto, “por culpa da teologia” (MARX, 2013b, p. 158). A influência mútua entre o mundo material e o mundo das ideias parece obedecer a uma dinâmica mais sofisticada do que as fórmulas unilaterais que condicionam toda a vida intelectual, espiritual e ideológica a determinantes materiais, numa via de mão única.

O caráter materialista de seu pensamento, no entanto, é inequívoco: “a uma revolução *radical* alemã parece ser colocada uma dificuldade fundamental. As revoluções precisam de um elemento *passivo*, de uma base *material*” (MARX, 2013b, p. 158, grifo do autor). Ou seja, o poder e a influência das ideias em uma determinada sociedade estão condicionados pela sua estrutura e pelas condições materiais dessa mesma sociedade. “Não basta que o pensamento procure se realizar; a realidade deve compelir a si mesma em direção ao pensamento” (MARX, 2013b, p. 158), afirma, desenvolvendo em seguida uma análise sobre a relação entre as “necessidades teóricas” e as “necessidades práticas” na Alemanha de então. Como observamos anteriormente, esse país ainda não havia avançado tanto quanto as nações modernas na direção de sua emancipação política, o que equivale a dizer que, do ponto de vista do desenvolvimento político e social da sociedade burguesa, a Alemanha encontrava-se um passo atrás em relação a países como França e Inglaterra: “mesmo os degraus que ela superou teoricamente, ela ainda não alcançou praticamente” (MARX, 2013b, p. 158). Nesse ponto, o jovem Marx conclui com uma consideração que, em seus escritos da maturidade, seria objeto de algumas ponderações (MARX; ENGELS, 2013), a saber, a de que um país atrasado, como a Alemanha dos anos 1840, não poderia, com um “*salto mortale*”, transpor nem as suas próprias barreiras, nem as das nações mais avançadas, pois “uma revolução radical só pode ser a revolução de necessidades reais, para a qual faltam justamente os pressupostos e o nascedouro” (MARX, 2013b, p. 159).

Embora sua análise sobre a possibilidade da revolução em países mais atrasados viesse a sofrer notáveis alterações no futuro, pode-se observar o quanto o jovem autor já avançara em outras formulações teóricas que desenvolveria mais tarde em seus escritos da maturidade. Compare-se a citação acima, por exemplo, com a assertiva segundo a qual “a humanidade só levanta os problemas que é capaz de resolver”, já que “o próprio problema só surgiu quando as condições materiais para resolvê-lo já existiam ou estavam, pelo menos, em via de aparecer” (MARX, 2003, p. 6). Do ponto de vista epistemológico, portanto, já existem fundamentos muito bem definidos nesse pequeno ensaio da juventude: a ideia de que a revolução, enquanto

necessidade política, é condicionada por necessidades materiais, concretas, e que constituem, elas mesmas, os pressupostos dessa transformação. É preciso, no entanto, que nos atenhamos de modo mais cuidadoso a essa afirmação decisiva, segundo a qual as revoluções precisam de um “elemento passivo”, de uma “base material”.

É certo que nesse momento Marx pensava nas tais “bases materiais”, aquelas que condicionariam o processo revolucionário, nos termos em que isso era possível em meados dos anos 1840. Os seus exemplos práticos de sociedades modernas eram, como se viu anteriormente, a França, que realizara a sua revolução política, e a Inglaterra, que, além da revolução política do século XVII, era palco da Revolução Industrial em pleno curso de desenvolvimento. Assim, os condicionantes estruturais da transformação social ou da revolução, seu fundamento material, portanto, eram expressos pela composição social daquelas sociedades que lhe serviam de modelo. A Alemanha não passara pelo processo de desenvolvimento francês ou inglês. Conhecia, ao mesmo tempo, as “deficiências civilizadas” do mundo político moderno, sem desfrutar de suas vantagens, e as “deficiências bárbaras do *ancien régime*”, das quais usufruía plenamente. Daí que o jovem autor se permitisse o vaticínio segundo o qual “a Alemanha se encontrará, um belo dia, no nível da decadência europeia sem que jamais tenha atingido o nível da emancipação” (MARX, 2013b, p. 159); e a sua situação particular enquanto nação não lhe permitiria superar as barreiras alemãs, ligadas ao antigo regime, sem demolir as barreiras da política moderna, ligadas ao mundo burguês.

Naquele momento, porém, e dentro daquelas condições modestas de desenvolvimento em que se encontrava, o máximo com que a Alemanha se permitia sonhar – a sua utopia, por assim dizer – não era essa revolução radical, que ultrapassava as sociedades mais avançadas da época; não era a revolução que realizaria a “emancipação *humana universal*”; era, antes, “a revolução parcial, *meramente* política, a revolução que deixa em pé os pilares do edifício” (MARX, 2013b, p. 160, grifo do autor). E a diferenciação essencial entre as naturezas da revolução burguesa e da revolução proletária encontra aqui, provavelmente, uma de suas primeiras formulações: de um lado a revolução parcial, política, representada pela primeira; de outro a revolução radical, a emancipação humana, representada pela segunda.

As considerações de Marx sobre o modo como se desenvolvia a “revolução parcial” nos dá pistas, inclusive, sobre o modo como o autor concebia, então, a relação entre classe social e epistemologia – ou visão de mundo. No momento da crise revolucionária, uma determinada classe passa a ser sentida como a “*representante universal*” de toda a sociedade; ela “liberta a sociedade inteira, mas apenas sob o pressuposto de que toda a sociedade se encontre na situação de sua classe, portanto, por exemplo, de que ela possua ou possa facilmente adquirir dinheiro e

cultura” (MARX, 2013b, p. 160). Pode-se encontrar, nessa passagem, os ecos históricos da Revolução Francesa conduzindo a pena de Marx.

Assim, numa revolução política, parcial, a classe que liberta toda a sociedade faz dos seus interesses, interesses universais. E tal consideração pode ser mais bem compreendida quando se tem em mente o fato de que, do ponto de vista histórico, o desenvolvimento pleno de uma determinada classe social pode estar diretamente ligado à evolução de uma outra, que a precede no tempo. Basta pensar, por exemplo, nas situações em que o desenvolvimento do proletariado industrial esteve diretamente atrelado ao da burguesia manufatureira. Em sua fase embrionária, a classe que debuta no palco histórico não possuiria uma formação social tão consistente a ponto de poder apresentar os seus interesses particulares de forma separada dos interesses e das aspirações daquela outra classe, à qual deve, muitas vezes, a sua própria evolução. Ou, pelo menos, não teria as condições materiais necessárias para fazer valer seus próprios interesses.

É por isso que, em momentos de crise e transformação revolucionária, a classe que resume em si os anseios de toda a sociedade torna-se, por assim dizer, o seu “cérebro” e o seu “coração”. E as imagens metafóricas escolhidas pelo autor não devem ter sido tomadas ao acaso. A dimensão racional dessa luta (o cérebro) pode ser caracterizada pelo fato de que a classe social que se bate por todas as demais – e pela qual todas as demais se batem – tem consciência efetiva de suas exigências; ao passo que a dimensão passional (o coração) seria representada pelas camadas que aderem à luta entusiasmada pelos interesses próprios da classe que lidera o processo, ou que, em última instância, é sua beneficiária mais imediata: “Só em nome dos interesses universais da sociedade é que uma classe particular pode reivindicar o domínio universal” (MARX, 2013b, p. 160).

O processo através do qual uma determinada classe ou um dado “estamento” [*Stand*] se afirmam como representantes da emancipação política é, igualmente, um processo de negação: “Para que a *revolução de um povo* e a *emancipação de uma classe particular* da sociedade civil coincidam” é preciso que “todos os defeitos da sociedade sejam concentrados numa outra classe” e que um determinado estamento represente “a incorporação das barreiras universais” (MARX, 2013b, p. 160). Isso se compreende pelo fato de que a concepção de mundo da classe que almeja a emancipação política já se impõe, para si e para as classes que lhe são subsidiárias, antes mesmo da tomada efetiva do poder político ou da revolução como evento político em si. E, mais uma vez, é o exemplo histórico da Revolução Francesa – e a posição da nobreza e do clero como elementos negativos-universais, bem como a posição da burguesia como elemento positivo-universal – o que norteia a reflexão política do jovem Marx.

O emprego dos termos “negativo-universal” e “positivo-universal” nos indica, igualmente, o modo como a existência material dessas classes, sua posição econômico-social, era o fundamento epistemológico da nova sociedade que almejavam – sendo, elas mesmas, inclusive, a sua primeira base material. Pode-se pensar que, no contexto francês do século XVIII, por exemplo, a burguesia representasse o elemento “positivo-universal”, mas apenas na medida em que se identifica esse “universal” com o mundo burguês e as classes que se alinhavam com a burguesia. Porém, deve-se ressaltar que, do mesmo modo, para a nobreza e o clero, o terceiro estado é que representava o elemento “negativo-universal”. Essa consideração, que não é realizada por Marx nesse momento e que nos remete aos fundamentos materiais da teoria do conhecimento, é significativa para compreendermos os desdobramentos posteriores de seu pensamento, já que nos previne contra a atitude de tomar o mundo burguês e sua perspectiva epistemológica como algo absoluto e unilateral.

A situação político-social da Alemanha de meados dos anos 1840, no entanto, apresentava algumas peculiaridades em relação ao esquema precedente. Ali, segundo o autor, faltaria “a todas as classes particulares não apenas a consistência, a penetração, a coragem e a intransigência que delas fariam o representante negativo da sociedade”, mas também “aquela grandeza de alma que, mesmo que por um momento apenas, identifica-se com a alma popular, [...] aquela audácia revolucionária que lança ao adversário a frase desafiadora: *não sou nada e teria de ser tudo*” (MARX, 2013b, p. 160-161, grifo do autor). E aqui a referência direta ao abade Sieyès não deixa qualquer dúvida a respeito da influência do exemplo francês para o modelo teórico revolucionário do jovem Marx.

As particularidades do caso alemão pareciam estar diretamente relacionadas ao baixo grau de desenvolvimento econômico, político e social das classes que compunham seu quadro social – notadamente da burguesia. Cada uma daquelas classes (ou estamentos) afirmava-se fazendo frente não a um inimigo que a oprimia, impedindo-a de avançar, mas opondo-se a um “novo substrato social”, que ela mesma podia oprimir e era criado “pelas condições da época” e “sem qualquer ação de sua parte”. Assim, a tibieza da burguesia alemã manifestava-se num grau tão avançado a ponto de o autor não atribuir a ela nem mesmo o aparecimento dos novos estratos – ou “substratos” – sociais, dentre os quais se poderia incluir, certamente, o proletariado. Esse quadro geral de mesquinho desenvolvimento na Alemanha levava a uma situação em que “cada esfera da sociedade civil sofre uma derrota antes de alcançar sua vitória, cria suas próprias barreiras antes de ter superado as barreiras que ante ela se erguem” (MARX, 2013b, p. 161). Seus interesses particulares apareceriam antes que seus interesses mais abrangentes e generosos pudessem se manifestar; desse modo, ficaria impedida, pelas

circunstâncias, de desempenhar o papel de emancipadora política universal que a burguesia francesa desempenhara anteriormente. Em solo germânico, cada classe que apenas começava a se bater contra aquela outra que lhe era superior tinha logo que se haver com aquela que lhe era inferior. Assim o autor resume o quadro geral: “o principado entra em luta contra a realeza, o burocrata contra o nobre, o burguês contra todos eles, enquanto o proletário já começa a entrar em luta contra os burgueses” (MARX, 2013b, p. 161).

Aqui, enfim, a introdução do proletariado como classe contendora é decisiva para a análise marxiana, pois permite ao jovem autor dar os primeiros passos rumo à ruptura epistemológica que efetuará, definitivamente, com o antigo materialismo, a partir das *Teses sobre Feuerbach* e da *Ideologia Alemã*. O papel histórico dos trabalhadores alemães, no entanto, está relacionado, nesse momento, às condições da burguesia alemã. Quando escreveu sua introdução à *Crítica da filosofia do direito de Hegel*, Marx estimava que a revolução burguesa, ou a própria burguesia, seu mundo e seu “ponto de vista”, eram já antiquados ou, pelo menos, problemáticos (MARX, 2013b, p. 161). O desenvolvimento das “condições sociais” estava tornando a questão da revolução burguesa, bem como o ponto de vista burguês, cada vez mais, algo pertencente ao passado. E isso se deveria, certamente, ao desenvolvimento do proletariado: uma nova classe em ascensão, à qual corresponderia um novo ponto de vista. De modo que era exatamente quando os ideais burgueses eram ultrapassados e superados pelo desenvolvimento socioeconômico que a burguesia alemã, ainda um passo atrás em relação aos países mais adiantados da Europa, se recusava a assumir a ideia da emancipação – e, igualmente, de levar a cabo tal emancipação – de acordo com o seu próprio ponto de vista, ou seja, de ideias que representariam, no máximo, uma revolução política, parcial.

A oposição entre as situações vividas pela França e aquela em que se encontrava a Alemanha foi resumida, assim, de modo categórico: na primeira, a emancipação parcial seria a base da emancipação universal; na segunda, a emancipação universal seria a condição incontornável de toda emancipação parcial (MARX, 2013b, p. 161). Nas condições em que se desenrolava a luta política em seu país, o jovem autor alemão prognosticava que apenas uma classe premeada por necessidades imperiosamente materiais e forçada por sua situação imediata poderia realizar tal emancipação universal.

A “possibilidade *positiva*” da emancipação alemã se encontraria, portanto, na formação do proletariado. E por que, precisamente, essa classe?

Para o jovem Marx, o proletariado era a classe com “*grilhões radicais*”, era uma classe da sociedade civil que, ao mesmo tempo, não era uma classe da sociedade civil, era o estamento que significava a dissolução de todos os estamentos, era a esfera que possuía um caráter

universal através de seus sofrimentos universais e que, por conseguinte, não reivindicava nenhum “*direito particular*” porque contra ela não se cometia uma “*injustiça particular*”, mas a “*injustiça por excelência*”; era “a esfera” que não podia se emancipar sem se emancipar de todas as outras esferas da sociedade e, ao mesmo tempo, emancipar todas as outras esferas sociais. O proletariado, por fim, era a “*perda total da humanidade e, [...] portanto, só pode ganhar a si mesma por um reganho total do homem*” (MARX, 2013b, p. 162, grifo do autor).

A ideia de que o proletariado era, ao mesmo tempo, uma classe da sociedade civil e a dissolução dessa mesma sociedade representava o fundamento material do novo socialismo. A revolução não era um personagem em busca de um ator. Ao contrário, era o ator – o proletariado – que construía e dava sentido ao personagem. Não era, sobretudo, uma ideia apenas: era uma classe posta no mundo. Uma classe que existia, concretamente, na sociedade. E uma classe cuja existência representava, por si mesma, a dissolução da sociedade civil burguesa. Assim, o desenvolvimento e a constituição do proletariado como classe era, ao mesmo tempo, o germe do novo mundo, da emancipação humana: “Quando o proletariado anuncia a *dissolução da ordem mundial até então existente*, ele apenas revela o *mistério de sua própria existência*, uma vez que ele é a dissolução *fática* dessa ordem mundial” (MARX, 2013b, p. 162, grifo do autor).

O que dava, porém, esse status ao proletariado era a sua condição social efetiva dentro da sociedade civil, a saber, era a classe que possuía um caráter universal mediante os seus “sofrimentos universais”. Desse modo, para o jovem autor, o que conferia àquela classe o título de representante universal de todas as demais esferas sociais era algo que tinha a ver, sim, com o processo de produção econômico em si – eles eram os despossuídos, os sem propriedade –, mas, ao mesmo tempo, era também algo que se relacionava às consequências sociais desse processo econômico, ou seja, os sofrimentos daquela classe. De um lado, temos um fator objetivo: uma classe definida pela sua condição econômica de não proprietária; de outro, temos um fator subjetivo: o sofrimento dessa classe.

Anotamos que há um fator subjetivo desempenhando um papel relevante na definição do status revolucionário do proletariado na teoria da revolução do jovem Marx dado que isso será decisivo para o desenvolvimento de nosso argumento principal neste trabalho; como se verá, o outro caminho revolucionário apontado por Marx (mas pelo velho Marx) não se restringe unicamente aos fatores de ordem subjetiva e tampouco faz desses fatores os mais decisivos. Nesse momento, porém, o significado negativo do proletariado residia no fato de que aquela classe exigia a “*negação da propriedade privada*”. Ou seja, proletariado e negação da propriedade privada seriam indissociáveis: “Quando o proletariado exige a *negação da propriedade privada*, ele apenas eleva a *princípio da sociedade* o que a sociedade elevava a

princípio *do proletariado*” (MARX, 2013b, p. 162, grifo do autor). Assim, o fundamento material da revolução é uma determinada classe: o proletariado. É na existência concreta dessa classe que a sociedade civil burguesa encontra a expressão potencial de sua própria dissolução. E quando o proletariado e a filosofia se encontram, cria-se então o cenário em que se poderá completar a “emancipação dos *alemães em homens*” (MARX, 2013b, p. 162, grifo do autor).

O jovem autor preocupa-se, de fato, com o cenário alemão, mas não por estar movido por qualquer sentimento ou ideário nacionalistas. Antes, Marx preocupa-se com o cenário alemão por acreditar que apenas o proletariado poderia levar uma revolução até as últimas consequências em seu país. A revolução alemã apenas poderia acontecer como revolução proletária – aquela que deveria emancipar o ser humano em geral, e não uma classe em particular. A emancipação do proletariado seria, portanto, ao mesmo tempo, a emancipação do ser humano. E o fato de que Marx atribua um importante papel à filosofia nesse processo nos dá a medida do quanto estava influenciado, naquele momento, pelo fator subjetivo da revolução: pois seria necessário que o proletariado fosse atingido pelo “relâmpago do pensamento”: “A *profunda* Alemanha não pode revolucionar sem revolucionar *desde os fundamentos*. [...] A *cabeça* dessa emancipação é a *filosofia*, o *proletariado* é seu *coração*” (MARX, 2013b, p. 163, grifo do autor).

Assim, podemos concluir que, para o jovem Marx, o proletariado era a expressão concreta da dissolução da sociedade civil burguesa. Não obstante, ela precisaria ser atingida pelo pensamento – este, oferecido pela filosofia. O que declarava, do ponto de vista epistemológico, a teoria revolucionária derivada dessa classe? Que o homem era o ser supremo do próprio homem.

Mas cabe perguntar: qual homem? Se admitirmos que o proletariado nascente oferecia a imagem de “homem ideal”, do homem que, depois de haver se perdido, reencontra-se consigo mesmo, do “homem em sentido radical”, uma espécie de homem supra-histórico, não teremos avançado muito, pois o proletariado é, como se sabe, ele mesmo, um produto histórico.

3. A TEORIA DA REVOLUÇÃO DEPOIS DE A IDEOLOGIA ALEMÃ

3.1 A humanidade socializada e a sociedade humanizada

(Meados de 1845)

Dentre as onze teses que Marx escreveu sobre Feuerbach, é possível que a mais famosa seja justamente a 11ª: “Os filósofos apenas *interpretaram* o mundo de diferentes maneiras; porém, o que importa é *transformá-lo*” (MARX; ENGELS, 2011a, p. 539, grifo do autor).

Acontece, porém, que, de uma perspectiva epistemológica, a tese que revoluciona o pensamento marxiano é a 10ª, que diz exatamente: “O ponto de vista do velho materialismo é a sociedade ‘*burguesa*’; o ponto de vista do novo é a sociedade *humana*, ou a humanidade socializada” (MARX; ENGELS, 2011a, p. 39, grifo do autor).

O significado das expressões “sociedade humana” e “humanidade socializada” é decisivo para a compressão da natureza da concepção socialista de Marx e Engels. O que se entendia por “humanidade socializada”? Durante muitos anos, no século XX, uma visão equivocada quis que *socialização* dos meios de produção equivalesse a *estatização* desses mesmos meios. Veremos que não se trata da mesma coisa.

Por ora, importa afirmar apenas que a concepção de Marx e Engels sobre o que seria uma “humanidade socializada” não podia ser exatamente a mesma em meados de 1845 e depois, quando se elaborou a teoria da mais-valia, no final dos anos 1850. A assunção e o desenvolvimento da teoria do valor-trabalho dariam a Marx os elementos necessários para que desenvolvesse sua concepção do socialismo com base nas investigações das relações de capital. Assim, a ideia que Marx fazia de uma sociedade socialista em 1845 não poderia ser exatamente a mesma que ele viria a ter depois, com o pleno desenvolvimento dos conceitos fundamentais de seu pensamento econômico – ou de crítica da economia política.

3.2 A *Mule-Jenny* contra a escravidão

Num rascunho em que trata do modo como Ludwig Feuerbach concebe a relação entre os homens e a sua história, escrito entre o final de novembro de 1845 e meados de abril de 1846, Marx demonstra já haver desenvolvido a ideia segundo a qual os meios de produção e o estágio de desenvolvimento em que estes se encontram – quer dizer, o grau de desenvolvimento das forças produtivas – são, decisivamente, um dos condicionantes da transformação social. Ao criticar os filósofos idealistas que pretendiam ter “libertado” o “homem” através da superação

da teologia e da filosofia pela “autoconsciência”, Marx argumenta que “só é possível conquistar a libertação real [*wirkliche Befreiung*] no mundo real e pelo emprego de meios reais”, acrescentando que “a escravidão não pode ser superada sem a máquina a vapor e a *Mule-Jenny*, nem a servidão sem a melhora da agricultura” (MARX; ENGELS, 2011a, p. 29).

Ao subordinar a superação de uma determinada relação social, como a escravidão ou a servidão, por exemplo, ao advento de uma nova máquina ou ao incremento do processo produtivo na agricultura, o autor acentua de modo inequívoco o fato de que os homens não podem transformar a sua realidade a seu bel-prazer, independentemente das condições postas pelo mundo concreto em que estão inseridos, pelas condições gerais da sociedade em que vivem. Sociedade essa, aliás, que não só permite que tais ou quais aspirações políticas, econômicas ou sociais sejam concretizadas, mas, ainda, dá ensejo a elas. A satisfação das necessidades humanas “em qualidade e quantidade adequadas” é, por assim dizer, uma espécie de pré-requisito para a libertação dos homens, e tal libertação, por conseguinte, seria “um ato histórico e não um ato de pensamento”, sendo igualmente “ocasionada por condições históricas, pelas con[dições] da indústria, do co[mércio], [da agricul]tura, do inter[câmbio]” (MARX; ENGELS, 2011a, p. 29).

Um aspecto da passagem precedente que merece destaque é o de que a referida “libertação dos homens” aparece condicionada por algo bem elementar: a satisfação das necessidades humanas em qualidade e quantidade *adequadas*. Nesse contexto, o peso e a pertinência da expressão não devem ser negligenciados, já que através dela é fácil perceber como Marx relaciona essa mesma satisfação “adequada” das carências humanas ao incremento das forças produtivas. Em anotação marginal no manuscrito, o autor argumenta que a alienação [*Entfremdung*] dos indivíduos em relação ao “poder social”, ou seja, à “força de produção multiplicada que nasce da cooperação dos diversos indivíduos condicionada pela divisão do trabalho”, apenas “pode ser superada sob dois pressupostos *práticos*”: em primeiro lugar “é preciso que ela tenha produzido a massa da humanidade como absolutamente ‘sem propriedade’”, e que essa massa esteja em contradição “com um mundo de riqueza e cultura existente”; essas condições “pressupõem um grande aumento da força produtiva, um alto grau de seu desenvolvimento”, sendo esse mesmo aumento da força produtiva, igualmente, “um pressuposto prático, absolutamente necessário, pois sem ele apenas se generaliza a escassez e, portanto, com a *carestia*, as lutas pelos gêneros necessários recomeçariam e toda a velha imundície acabaria por se restabelecer” (MARX; ENGELS, 2011a, p. 38, grifo do autor).

Ao condenar o materialismo contemplativo de Feuerbach, Marx também se vale, para ilustrar seu argumento, de exemplos práticos relacionados diretamente ao desenvolvimento do

mundo material. Assim, por exemplo, Feuerbach “não vê como o mundo sensível que o rodeia não é uma coisa dada imediatamente por toda a eternidade e sempre igual a si mesma, mas o produto da indústria, e do estado de coisas da sociedade”, ou seja, que “é um produto histórico, o resultado da atividade de toda uma série de gerações, que, cada uma delas sobre os ombros da precedente, desenvolveram sua indústria e seu comércio e modificaram sua ordem social de acordo com as necessidades alteradas” (MARX; ENGELS, 2011a, p. 30). E aqui se pode constatar como a atividade humana e o desenvolvimento das forças materiais – da indústria, do comércio – estão relacionados num mesmo movimento recíproco entre condicionante e condicionado. “A indústria e o comércio, a produção e o intercâmbio das necessidades vitais condicionam, por seu lado, a distribuição, a estrutura das diferentes classes sociais”, escreve Marx, “e são, por sua vez, condicionadas por elas no modo do seu funcionamento” (MARX; ENGELS, 2011a, p. 31). Não se pode, portanto, com base na exposição precedente, acusar o autor de “determinista”, no sentido de que apenas o mundo material, as forças produtivas ou a indústria seriam o fator decisivo do processo histórico e, por conseguinte, da transformação revolucionária; tampouco caberia a acusação contrária, isto é, a de que a classe social, como sujeito autônomo e dotado de uma vontade supra-histórica, poderia agir em desconformidade com os limites e os condicionantes que lhe são impostos na prática. Mesmo nesse escrito, pertencente a um momento de virada do pensamento marxiano, quando o autor – assim como Engels – acertava as suas contas com a “consciência filosófica anterior” (MARX, 2003, p. 6-7), mesmo nessa fase inicial de sua elaboração teórica mais madura, portanto, vemos o modo como as determinações materiais se fazem valer com toda a força. Não apenas para circunscrever os limites de movimento da classe social, mas igualmente para dar a ele forma e ensejo. O estágio de desenvolvimento das forças produtivas condiciona, inclusive, aquilo que a classe deseja, ou pode desejar. Não só, evidentemente, num sentido contingencial, limitado. Em outras palavras, não se deve identificar aquilo que uma determinada classe social quer, num dado contexto, com aquilo que as condições materiais dão azo a que se queira e se deseje de fato. Não existe, nesse sentido, identificação imediata entre sujeito e objeto, se tomamos como sujeito a classe social e como objeto as condições concretas em que ela está inserida. Numa sociedade complexa e desenvolvida, a realidade concreta não se transforma completamente e em todos os sentidos apenas por meio da vontade e da ação de uma determinada classe social. Assim, igualmente, as condições econômicas e materiais dadas num determinado contexto histórico não são, por si sós, suficientes para que a classe adquira automaticamente “consciência” daquilo que pode ou deve fazer. Essa relação entre sujeito e objeto, portanto, é mediata.

Classe social e realidade material imediata não são uma mesma continuidade monolítica. E também sob essa perspectiva há uma ruptura em relação a Feuerbach, que, contrapondo-se à dialética hegeliana, negava a “separação entre o ser e seus atributos”. Para Feuerbach, “o procedimento da filosofia dialética assemelha-se ao da religião: ambas violentam o ser ao separá-lo de seus predicados” (FREDERICO, 2009, p. 35). E ao defender que “cada indivíduo carrega consigo o universal”, que cada um contém a totalidade e que “cada um é um Absoluto”, o autor conclui que “o conceito de gênero humano” advém, pois, “da somatória dos indivíduos naturais, numa universalidade empírica apreendida pela consciência” (FREDERICO, 2009, p. 35). Ao localizar a “essência do homem no gênero, na comunidade, ao fazer do homem um ser comunitário”, Feuerbach “considerava-se erroneamente um precursor do comunismo” (FREDERICO, 2009, p. 35). Esse juízo, aliás, foi compartilhado pelo jovem Marx em carta enviada àquele pensador, datada de 11 de agosto de 1844; nela, Marx sustentava que Feuerbach lhes fornecera “um fundamento filosófico ao socialismo” e que o “conceito de gênero humano reconduzido do céu da abstração para a realidade terrestre” não era senão “o conceito de *sociedade!*” (MARX apud FREDERICO, 2009, p. 35-36). E com isso temos mais um exemplo da enorme transformação por que passou o pensamento marxiano entre o segundo semestre de 1844 e a elaboração das *Teses sobre Feuerbach* e *A ideologia alemã*, entre meados de 1845 e princípios de 1846.

No que se refere à afirmação do jovem Marx de que o conceito de gênero humano trazido por Feuerbach à realidade terrestre nada mais era senão o próprio conceito de sociedade, aí há certamente algum exagero. Segundo Celso Frederico, “não há nada que se assemelhe à sociedade – com suas inter-relações materiais e seus conflitos de interesses – na conceituação feuerbachiana de gênero humano”, e isso porque “a essência humana, para Feuerbach, é um conceito ideal, que não tem existência fora da consciência, enquanto a sociedade é algo com existência independente das consciências individuais” (FREDERICO, 2009, p. 36). Mais contraditória com o que Marx viria a formular depois, no entanto, é a ideia de que a verdade é consenso, “é entendimento subjetivado que se generaliza para os homens em comunicação, é convicção mútua”; assim, “a verdade consensual que se oferece aos sentidos é, na antropologia feuerbachiana, o revelar da essência humana objetivada” (FREDERICO, 2009, p. 38). Haveria, desse modo, um componente fortemente subjetivo no estabelecimento da “verdade”. Tal pensamento contrasta fortemente com os escritos marxianos.

Mesmo na *Sagrada Família*, uma obra que precede a redação de *A ideologia alemã*, Marx e Engels já afirmavam: “Não se trata do que este ou aquele proletário, ou até mesmo do que o proletariado inteiro pode *imaginar* de quando em vez como sua meta. Trata-se *do que* o

proletariado *é* e do que ele será obrigado a fazer historicamente de acordo com o seu *ser*”, e concluem dizendo que há dois fatores que “predeterminam” sua “meta” e “sua ação histórica”, sendo eles “a sua própria situação de vida” e “toda a organização da sociedade burguesa atual” (MARX; ENGELS, 2011b, p. 49, grifo do autor). Ou seja, aquilo que levaria o proletariado a cumprir a sua missão histórica está ligado, por um lado, a algo intrínseco ao seu próprio ser, à sua própria constituição social, e, por outro, a algo que existe fora dele, mas no qual está inserido: “a sociedade burguesa”. Sob essa perspectiva, a existência concreta do proletariado como parte da sociedade burguesa tem uma dupla relevância. Em primeiro lugar, porque sem o proletariado organizado como classe não existiria o fundamento mais elementar da revolução ou de qualquer transformação social nesse sentido – já que a revolução seria a “meta” da classe; em segundo lugar, é preciso se perguntar: a sociedade burguesa poderia existir e se organizar sem o proletariado? Tal questão tem a ver com o segundo aspecto por nós ressaltado, a “organização da sociedade burguesa atual” como um fator que impele a classe à revolução. Como veremos mais adiante, ao estudar os *Grundrisse*, pode-se imaginar um cenário (mesmo que transitório) em que a sociedade burguesa persiste em sua existência, ainda que modificando o sentido econômico do trabalhador, fazendo deste último mais um supervisor do processo produtivo do que um produtor ativo de mercadorias em geral. Por enquanto, o que nos interessa é a maneira como Marx subordina, em seus escritos contemporâneos da redação das *Teses sobre Feuerbach* e de *A ideologia alemã*, a ação da classe social às condicionantes do mundo material, principalmente ao grau de desenvolvimento das forças produtivas.

Essa subordinação, no entanto, não é unilateral e nem mesmo absoluta, como fica claro na seguinte passagem de *A ideologia alemã*: “um determinado modo de produção ou uma determinada fase industrial estão sempre ligados a um determinado modo de cooperação ou a uma determinada fase social” (MARX; ENGELS, 2011a, p. 34); Enfim, não se pode separar o grau de desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais a elas relacionadas, pois possuem uma ligação estreita entre si. Sucede, porém, que o modo de cooperação “é, ele próprio, uma ‘força produtiva’” (MARX; ENGELS, 2011a, p. 34). Desse modo, não há apenas uma ligação estreita entre forças produtivas e relações de produção, como duas esferas independentes, mas que se relacionam e se condicionam mutuamente. Marx vai mais além: concebe o próprio modo de produção, isto é, as próprias relações sociais como uma força produtiva. Assim, o trabalho escravo na Antiguidade e o trabalho servil durante a Idade Média ocidental, por exemplo, seriam eles próprios – como trabalho organizado sob um determinado modo de cooperação, como modo de produção – forças produtivas. Não obstante essa ponderação segundo a qual as relações sociais seriam também elas forças produtivas, o autor

prossegue explicando que “a soma das forças produtivas acessíveis ao homem condiciona o estado social e que, portanto, a ‘história da humanidade’ deve ser estudada e elaborada sempre em conexão com a história da indústria e das trocas” (MARX; ENGELS, 2011a, p. 34), donde se depreende que, mais uma vez, as forças produtivas exercem o papel determinante, a despeito de toda a relativização que se possa conceber entre estas últimas e o modo como os homens realizam a produção da sua vida material, ou seja, as relações de trabalho estabelecidas entre eles.

Ao discorrer sobre a maneira como a consciência pode se desprender da práxis material imediata, e inclusive elaborar ideias que entrem em contradição com as relações sociais existentes, Marx argumenta que “isto só pode se dar porque as relações sociais existentes estão em contradição com as forças de produção existentes” (MARX; ENGELS, 2011a, p. 36). Assim, a consciência, já emancipada da práxis imediata, e que expressa uma contradição diante de determinadas relações sociais, o faz tendo por fundamento forças materiais mais desenvolvidas. É desse modo, por exemplo, que filósofos poderiam assimilar ideias originadas em nações mais avançadas do ponto de vista econômico e reproduzi-las em seu país², onde, no entanto, elas entrariam em contradição com as relações sociais existentes. Isso demonstra, mais uma vez, que para Marx não há uma relação imediata entre a consciência de uma determinada classe e a realidade concreta em que ela está inserida. E mais: os intelectuais, artistas, filósofos – aqueles responsáveis pela elaboração intelectual de uma determinada “consciência” – podem se destacar de tal modo das classes e dos grupos sociais que dominam de fato em seu próprio país a ponto de conceberem e promoverem uma consciência ou um ideário oposto àqueles dominantes. O confronto se dá, portanto, entre um grupo social que se apropriou intelectualmente dos resultados obtidos em sociedades mais adiantadas, tanto do ponto de vista material quanto intelectual.

Como temos visto até aqui, a relação entre forças produtivas e relações de produção, para Marx, é dada por uma influência mútua entre essas duas esferas, em que não se pode sempre tomá-las de maneira separada. No entanto, em última instância, as forças produtivas exercem um papel condicionante nessa relação, e isso não apenas na sociedade moderna ou contemporânea, períodos em que se deram a ascensão e a consolidação do capitalismo. “A forma de intercâmbio, condicionada pelas forças de produção existentes em todos os estágios históricos precedentes e que, por seu turno, as condiciona, é a *sociedade civil*” (MARX;

² O Brasil produziu vários exemplos que ilustram essa tese. Um caso famoso é o das “ideias fora do lugar” de que nos fala Roberto Schwarz: “O escravismo desmente as ideias liberais”, diz o autor em *Ao vencedor as batatas* (SCHWARZ, 2012, p. 17).

ENGELS, 2011a, p. 39, grifo do autor). O que equivale a dizer que Marx identifica, em *A ideologia alemã*, a sociedade – ou a “sociedade civil”, no caso – com as “formas de intercâmbio” que constituem as diversas sociedades ao longo da história, o que se pode entender como as relações sociais de produção. Assim, o elemento que distingue particularmente uma sociedade é “a forma de intercâmbio”, a relação social de produção ali estabelecida: escravidão, trabalho servil, trabalho assalariado, e assim por diante. Nunca será demais insistir sobre esse ponto, já que, num certo tipo de marxismo vigente e muito influente durante todo o século XX, o foco da análise recaiu sempre sobre a forma de propriedade estabelecida nas diferentes sociedades, como, por exemplo, a propriedade estatal dos meios de produção em contraposição à propriedade privada.

Já nesse escrito seminal de Marx e Engels, entretanto, os autores têm presente que as relações sociais de produção são o fator que caracteriza a natureza de uma dada sociedade. Ou, mais precisamente, elas *são* a sociedade. Assim, por exemplo, quando Marx define o significado da propriedade privada, o faz de acordo com os economistas seus contemporâneos, para os quais “a propriedade é o poder de dispor da força de trabalho alheia” (MARX; ENGELS, 2011a, p. 37). Isso é o mesmo que dizer que a propriedade funciona, de fato, como fundamento para o estabelecimento de determinadas relações sociais, baseadas na exploração do trabalho alheio. Sendo estas últimas, porém, a própria sociedade. Em poucas palavras, propriedade privada existiu em diversas sociedades ao longo do tempo e nos diversos continentes, mas o trabalho servil, por exemplo, presente no feudalismo europeu durante a Idade Média, desenvolveu-se apenas em determinados lugares do mundo, com base na propriedade feudal. O que caracterizaria o feudalismo, portanto, não é o fato de que a terra fosse propriedade privada do senhor, ou que o servo fosse propriedade da terra, mas o fato de que sobre essa base da propriedade se davam relações sociais de produção fundadas no trabalho servil: “divisão do trabalho e propriedade privada são expressões idênticas – numa é dito com relação à própria atividade aquilo que, noutra, é dito com relação ao produto da atividade” (MARX; ENGELS, 2011a, p. 37). Portanto, a forma como o produto da atividade social e econômica é distribuído é fundamental na caracterização da natureza das relações sociais estabelecidas.

Desse modo, portanto, quando Marx afirma mais adiante que a “superação da propriedade privada” é “idêntica” à “revolução comunista” (MARX; ENGELS, 2011a, p. 39), não se pode acusá-lo de estar pensando apenas numa mera mudança do status jurídico da propriedade: da grande propriedade privada capitalista para a propriedade estatal, por exemplo. Marx se refere, de fato, à relação social condicionada pela propriedade privada na sociedade civil burguesa: ao capital e, por conseguinte, ao trabalho assalariado. Isso nos permite dizer

que, antes mesmo de redigir o *Manifesto comunista*, o jovem autor já desenvolvera a concepção segundo a qual a sociedade civil é igual às suas relações de produção, isto é, às relações que a constituem como sociedade, e que “essa sociedade civil é o verdadeiro foco e cenário de toda a história”, sendo, assim, “absurda” a “concepção histórica anterior que descuidava das relações reais, limitando-se às pomposas ações dos príncipes e dos Estados” (MARX; ENGELS, 2011a, p. 39). A história seria, portanto, a história dessas relações sociais, mas a história dessas relações dentro do contexto material pelo qual são condicionadas e ao qual, por sua vez, condicionam. “A história nada mais é do que o suceder-se de gerações distintas, em que cada uma delas explora os materiais, os capitais e as forças de produção a ela transmitidas pelas gerações anteriores”, de modo que “por um lado, ela continua a atividade anterior sob condições totalmente alteradas e, por outro, modifica com uma atividade completamente diferente as antigas condições” (MARX; ENGELS, 2011a, p. 40).

Num momento crucial do texto de *A ideologia alemã*, Marx deixa claro o caráter absolutamente prático de seu prognóstico a respeito da revolução quando argumenta que “o comunismo” não é “um estado de coisas [*Zustand*] que deve ser instaurado”, não é “um *Ideal* para o qual a realidade deverá se direcionar” (MARX; ENGELS, 2011a, p. 38). Assim, a tarefa com que as novas gerações se defrontavam nada tinha a ver com uma formulação puramente intelectual, uma elaboração teórica arbitrária para a qual o real deveria rumar. “Chamamos de comunismo o movimento *real* que supera o estado de coisas atual”, argumenta o autor, acrescentando que “as condições desse movimento [...] resultam dos pressupostos atualmente existentes” (MARX; ENGELS, 2011a, p. 38). Daí, portanto, que não haveria qualquer sentido em expressões tantas vezes usadas posteriormente pelos epígonos do marxismo, tais como “implantar o comunismo”, “construir o socialismo” e despautérios semelhantes. As afirmações, aliás, que traficam sub-repticiamente para dentro do marxismo a insinuação de que o comunismo, ou a sociedade socialista, resultaria puramente – ou, ao menos, principalmente – de um ato da vontade da classe, do partido, dos líderes ou do povo, estão em completa contradição com o que temos visto até aqui em relação ao pensamento marxiano. O que resulta notável, por conseguinte, é que, já nas fases iniciais de sua produção teórica madura, Marx e Engels não fizeram concessões a uma certa espécie de “idealismo político” ou de voluntarismo ingênuo que viria a ser muito popular no século XX. Quando afirma que as possibilidades e as condições do movimento revolucionário resultam de pressupostos “atualmente existentes”, Marx apenas faz valer, mais uma vez, a ideia segundo a qual a liberdade da ação humana está condicionada e limitada pelos imperativos do mundo real. Desse modo, as metas e os objetivos políticos, igualmente, não poderiam ser traçados de maneira absolutamente “livre”,

desprezando esses imperativos. Antes, a realidade concreta, o estágio corrente de desenvolvimento das forças produtivas – e a classe social tomada, ela mesma, como uma força produtiva decisiva – deveria *informar* essas mesmas metas e objetivos, bem como as possibilidades reais de sua efetivação. A eventual necessidade de uma revolução, portanto, não é imaginada, ela é “descoberta”; não deve se originar na imaginação fértil de um ideólogo político qualquer, mas ser o resultado de uma constatação científica que identifica, no desenvolvimento do mundo material, a tendência para essa revolução. E embora Marx não faça nenhuma ressalva específica, nesse momento do texto, contra a possível acusação de haver recaído numa espécie de teleologia, sua recusa a essa concepção dirigida da história fica evidente em outras passagens, como veremos mais adiante.

3.3 O primado das forças materiais

A afirmação do primado das forças materiais como condicionantes do movimento histórico e da possibilidade revolucionária continua a aparecer de modo muito incisivo no texto de *A ideologia alemã*. Da concepção histórica desenvolvida nessa obra, Marx argumenta que seria possível extrair os resultados que discutiremos a seguir.

Em primeiro lugar, temos que “no desenvolvimento das forças produtivas advém uma fase em que surgem forças produtivas e meios de intercâmbio que, no marco das relações existentes, causam somente malefícios”, deixando de ser, por conseguinte, “forças de produção” e tornando-se, ao contrário, “forças de destruição” (MARX; ENGELS, 2011a, p. 41). Dessa primeira afirmação, depreende-se que tanto as novas forças produtivas quanto os novos “meios de intercâmbio” – leia-se “relações sociais” – são resultantes do desenvolvimento das forças produtivas precedentes. Ou seja, o próprio desenvolvimento das forças materiais acabou por resultar no aparecimento de novas relações sociais de produção. Essas, por sua vez, junto das novas forças materiais, tornam-se forças de destruição das relações sociais então vigentes. Sucede, porém, que, “ligada a isso, surge uma classe que tem de suportar todos os fardos da sociedade sem desfrutar de suas vantagens e que, expulsa da sociedade, é forçada à mais decidida oposição a todas as outras classes” (MARX; ENGELS, 2011a, p. 41). Ao colocar a referida classe social “ligada” a uma situação já dada de contradição entre as novas forças produtivas e formas de intercâmbio em relação às relações de produção então vigentes, Marx concede certa autonomia às duas esferas em questão: aquela própria da classe (onde há a dimensão subjetiva) e aquela própria à lógica intrínseca ao desenvolvimento material

(puramente objetiva)³. A nova classe, porém, “configura a maioria dos membros da sociedade” e dela “emana a consciência da necessidade de uma revolução radical, a consciência comunista” (MARX; ENGELS, 2011a, p. 41). Assim, o autor concebe uma interação entre a dimensão objetiva do processo, tomada como a contradição necessária entre novas forças produtivas e relações de intercâmbio com as relações sociais vigentes até então, e a dimensão subjetiva, configurada pela “consciência comunista” que emana do proletariado. Essa relativa autonomia da classe em face da situação objetiva das contradições materiais é expressa, nessa passagem, pela constatação de que é “expulsa da sociedade”, o que a coloca em contradição com todas as outras classes.

Outros dois fatores ressaltados por Marx que escapam à lógica estritamente econômica (ou seja, ao funcionamento intrínseco do modo de produção) são o fato de que o proletariado tenha de “suportar todos os fardos da sociedade sem desfrutar de suas vantagens” e de que este “configura a maioria dos membros da sociedade” (MARX; ENGELS, 2011a, p. 41). Ora, evidentemente as condições sociais e econômicas relacionadas aos diversos modos de produção através da história atuaram, muitas vezes, como fardo para as classes exploradas. No entanto, o fardo da exploração econômica, por si só, não garante em todas as situações e conjunturas históricas e sociais uma tomada de consciência revolucionária pelas classes subalternas – e menos ainda garante que essa revolução seja levada a cabo. O camponês francês do Vale do Loire, por exemplo, suportou o peso do feudalismo em seu estado mais cristalino durante os séculos X e XI sem que isso resultasse na formação de qualquer consciência ou levasse a qualquer transformação naquele período. Igualmente, o fato de que constituíssem uma maioria dentro do quadro da estratificação social da França medieval não resultou, para aqueles camponeses, em qualquer movimento revolucionário (FOURQUIN, 2000). O trabalho compulsório, a cobrança de inúmeros tributos, o abuso da autoridade por parte do senhor, a fome, a penúria material, tudo isso são situações objetivas vividas por aqueles homens. Do mesmo modo, a carestia, o achatamento dos salários, a exaustão física e psicológica, a violência, o desamparo, a insegurança e o desemprego são situações concretas vividas pelos trabalhadores modernos. Mas, para que esses males sociais se “realizem”, eles precisam, exatamente, ser vividos. Uma determinada classe social precisa ter a experiência desses problemas. Por isso, não formam por si só uma contradição com as forças de produção existentes. Eles precisam da mediação humana, do sujeito social que os sinta como uma contradição. Da experiência dessa contradição, porém, à formação de uma consciência precisa sobre sua própria situação e, mais

³ Nos *Grundrisse*, como veremos, há um momento em que Marx vislumbra o desaparecimento do capital dando ênfase ao aspecto da lógica de seu desenvolvimento intrínseco.

além, à constituição de uma consciência revolucionária, há um salto que não pode ser operado de modo automático. Desse modo, a constatação feita por Marx a respeito de o proletariado suportar todos os fardos da sociedade e, ao mesmo tempo, constituir a maioria dos seus membros – sendo, estes, dois ingredientes revolucionários – deve ser tomada com toda cautela. Tanto o peso da exploração e da privação das vantagens sociais quanto a sua configuração como maioria social só podem funcionar como elementos constituintes de uma situação revolucionária se, ao mesmo tempo, eles coincidem com um quadro de contradição insuperável entre as novas forças produtivas e de intercâmbio geradas no seio da sociedade – essa sociedade que vai, cada vez mais, aparecendo como um anacronismo diante das novas forças. Nesse movimento, inclusive, há a possibilidade de que essa consciência revolucionária se forme “entre as outras classes” (MARX; ENGELS, 2011a, p. 41), o que nos mostra, novamente, o quão afastado Marx estava das operações mecanicistas e automáticas como aquelas que ligam direta e exclusivamente proletariado e consciência revolucionária, objeto e sujeito-pensamento, como o fazem Lessa e Tonet modernamente, por exemplo (LESSA; TONET, 2012).

O segundo resultado exposto por Marx, de acordo a concepção histórica desenvolvida em *A ideologia alemã*, é aquele segundo o qual “as condições sob as quais determinadas forças de produção podem ser utilizadas são as condições da dominação de uma determinada classe da sociedade” ou, como se define de forma alternativa numa variante do manuscrito, “cada fase de desenvolvimento das forças de produção serve de base à dominação de uma determinada classe da sociedade” (MARX; ENGELS, 2011a, p. 42). O primado das forças produtivas, aqui, é evidente; são elas que condicionam a dominação de tal ou qual classe social no curso do desenvolvimento histórico. Tal constatação, inclusive, dá ensejo a algumas interpretações a respeito das revoluções ditas “socialistas” que aconteceram durante o século XX, muitas décadas depois que Marx e Engels redigiram os manuscritos de *A ideologia alemã*. A primeira delas poderia ser sintetizada na forma de uma reformulação da frase de Marx, de modo que assim teríamos: cada fase de desenvolvimento das forças de produção serve de base à dominação de uma determinada relação social. Ao substituímos “classe social” por “relação social”, reafirmamos algo que o próprio Marx maduro viria a constatar: que também a burguesia é funcionária do capital. Além disso, ao explicitar o caráter impessoal da dominação, permite explicar como foi possível que houvesse capitalismo (ou relações capitalistas de produção, baseadas no trabalho assalariado) em países que diziam haver liquidado a burguesia. O Estado pode funcionar como “burguês coletivo” quando é proprietário de todos ou quase todos os meios de produção, sem, no entanto, estar imediatamente identificado com uma única pessoa

ou com um grupo permanente de pessoas⁴. Nesse momento, porém, Marx não vai tão longe. Mas o seu mérito reside na constatação, já em *A ideologia alemã*, de que o desenvolvimento das forças produtivas e a dominação de determinada classe social se dão em duas esferas distintas e relativamente autônomas.

Quando, porém, há uma relação mais imediata entre a dominação de determinada classe social e o modo de produção vigente, o Estado acaba sendo a expressão “prático-idealista” da classe dominante: “é essa a razão pela qual toda luta revolucionária dirige-se contra uma classe que até então dominou” (MARX; ENGELS, 2011a, p. 42). E aqui poderíamos acrescentar: no caso em que a relação de dominação política e econômica é exercida pelo Estado, que expressa a dominação não de uma classe social no sentido clássico, mas de um determinado modo de produção – e, por conseguinte, de determinadas relações sociais – nesse caso, toda e qualquer revolta será dirigida contra tais relações sociais, ainda que esta se manifeste sob a aparência da luta contra “o Estado”, “o poder”, “a burocracia”, e assim por diante. Assim, também a luta histórica da burguesia contra a nobreza encontra seu sentido último na luta do trabalho assalariado contra o trabalho servil; e a luta do proletariado, bem como das demais classes que com ele se identificam, pode e deve ser encarada, em última instância, como a luta pela superação do trabalho assalariado.

O terceiro ponto dessa concepção histórica levantado por Marx diz respeito à diferença radical entre a revolução comunista e as revoluções anteriores. Essas últimas teriam deixado intocada “a forma da atividade”, ou seja, a atividade do trabalho; teriam apenas instaurado “uma outra forma de distribuição dessa atividade, uma nova distribuição do trabalho entre outras pessoas”; já “a revolução comunista”, por sua vez, “volta-se contra a *forma* da atividade existente até então, suprime o *trabalho* e supera [*aufhebt*] a dominação de todas as classes ao superar as próprias classes” (MARX; ENGELS, 2011a, p. 42, grifo do autor). E para que se possa proceder a uma interpretação mais precisa dessa passagem, é preciso chamar a atenção para um ponto decisivo presente no manuscrito: quando Marx escreve a expressão “suprime o *trabalho*”, acima reproduzida, anota, ao mesmo tempo, “a forma moderna da atividade sob a dominação da [...]” (MARX; ENGELS, 2011a, p. 42). Esse trecho suprimido no escrito original nos permite, no entanto, compreender que, ao falar em supressão do trabalho, o autor refere-se ao trabalho em uma forma histórica determinada, e não ao trabalho como atividade humana, de forma genérica. Nessa passagem específica de *A ideologia alemã*, quando se fala em supressão do trabalho, fala-se, de fato, em supressão do trabalho enquanto uma atividade que é explorada

⁴ Isso, evidentemente, apesar da *nomenklatura*, a burocracia que se formou nos países do chamado “socialismo real” (DJILAS, 1984; VOSLENSKY, 1980).

por determinada classe social. Desse modo, enquanto todas as demais revoluções anteriores apenas transformaram o modo como o trabalho era explorado, a revolução comunista representaria uma ruptura histórica radical na medida em que esta significaria, também, a ruptura não apenas com um modo de produção precedente, ou com determinadas relações sociais de produção, baseadas na exploração do trabalho; a revolução comunista seria a superação do próprio trabalho como atividade explorada. Isso deve explicar, portanto, a decisão de Marx de suprimir o trecho específico em que se pretende que a revolução comunista superaria apenas a “forma moderna da atividade”, visto que, ao superar a forma moderna, superaria, ao mesmo tempo, a exploração do trabalho como fora até então praticada inclusive pelos modos de produção que precederam o capitalismo. Ademais, outro traço decisivo dessa anotação de Marx é o fato de que autor acentue o argumento por nós desenvolvido anteriormente, a saber, o de que a revolução comunista “volta-se contra a *forma* da atividade existente até então”. Ou seja, a revolução é, antes de tudo, uma revolução contra as relações sociais existentes, e não apenas contra o Estado, a classe dominante, a burocracia, o exército – todas essas formas concretas através das quais as relações sociais de produção dominante se cristalizam e se expressam. A particularidade, porém, da revolução comunista reside no fato de que a forma de dominação e de exploração do trabalho no modo burguês de produção é a última fase histórica em que essa exploração se dá. Argumento repetido, ademais, muitos anos depois, quando Marx redigiria o prefácio de *Contribuição à crítica da economia política*, afirmando que a superação do capitalismo significaria, ao mesmo tempo, o fim da pré-história humana (MARX, 2003, p. 6), por esta representar igualmente o fim histórico da exploração do trabalho humano.

Ao apontar o motivo por que o proletariado estaria investido dessa tarefa histórica, Marx retoma uma explicação já desenvolvida anteriormente na sua introdução à *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. Segundo o autor, que retomaria esse argumento em *A ideologia alemã*, a revolução comunista “é realizada pela classe que, na sociedade, não é mais considerada como uma classe, não é reconhecida como tal, sendo já a expressão da dissolução de todas as classes, nacionalidades etc., no interior da sociedade atual” (MARX; ENGELS, 2011a, p. 42). O proletariado seria, portanto, a expressão concreta da própria dissolução da sociedade civil burguesa, e engendrada por essa mesma sociedade. E as consequências desse argumento, dentro do quadro geral da exposição histórica desenvolvida até aqui, resumem-se basicamente ao seguinte problema: se o proletariado, enquanto vinculado diretamente ao modo de produção, enquanto classe que existe em confronto com o capital, é a expressão da dissolução da sociedade civil burguesa, ou se, por outro lado, essa classe posta à margem da sociedade, pela sua exclusão

ou marginalização no processo produtivo, constitui-se na negação do capital e, por conseguinte, na expressão concreta de um novo mundo e de novas relações sociais de produção que emergem do ventre do próprio capital, de sua lógica intrínseca de funcionamento. Esse problema resume, em essência, os dois principais “modos de revolução” complementares que se encontram na obra marxiana.

Por fim, o quarto resultado da concepção histórica elaborada por Marx em *A ideologia alemã* é representado pela constatação de que “tanto para a criação em massa” de uma “consciência comunista quanto para o êxito da própria causa faz-se necessária uma transformação massiva dos homens, o que só se pode realizar por um movimento prático, por uma *revolução*” (MARX; ENGELS, 2011a, p. 42, grifo do autor). E aqui vemos como a “consciência” da classe desempenha um papel decisivo no processo de transformação revolucionária concebido pelo autor. No entanto, é preciso notar que tanto a criação massiva de uma consciência comunista quanto a transformação massiva dos homens são o resultado de uma revolução que as precede. Ou seja, tal movimento prático seria o pressuposto da criação da consciência social comunista. Assim, não se pode, de modo inequívoco, atribuir a Marx – ou pelo menos ao Marx de *A ideologia alemã* – a ideia segundo a qual os homens, ou a classe, devem apenas desenvolver uma consciência revolucionária como pressuposto para a revolução prática. É precisamente o contrário, como se lê adiante, quando o autor justifica a importância da revolução: ela seria necessária porque, além de ser a única forma pela qual a classe dominante pode ser derrubada, ela também é o modo pelo qual “a classe *que derruba* detém o poder de desembaraçar-se de toda a antiga imundície e de se tornar capaz de uma nova fundação da sociedade” (MARX; ENGELS, 2011a, p. 42, grifo do autor). E pela expressão “antiga imundície” é lícito imaginar que o autor se refira não apenas à miséria material, mas também às formas de consciência a ela ligada.

Porém, quando se fala em derrubada da classe dominante, é necessário ter em mente o que até agora viemos apontando: que não se trata absolutamente de uma mera deposição política e econômica da classe que até então ocupara o poder e que, a partir do advento da revolução, passa a ser dominada por outra classe; não se trata apenas da substituição de uma classe por outra, que funda um novo modo de exploração do trabalho. No caso da revolução comunista, essa transformação está ligada à superação não apenas de uma forma específica de exploração do trabalho, mas sim à superação histórica da exploração do trabalho humano. Para que ela se efetive, contudo, é necessário o movimento prático de que Marx nos fala. Tanto esse movimento prático quanto a derrubada da antiga classe dominante precedem todo o processo de transformação revolucionária. E mesmo tal “derrubada” de referida classe nada mais é, na

prática, do que a superação das relações sociais de produção que tornavam possível a dominação dessa mesma classe. Dito de outro modo, o fim do domínio da burguesia deve coincidir com o fim do capital e, por conseguinte, com o fim das relações de produção baseadas no trabalho assalariado. Por extensão, deve coincidir igualmente com o fim de determinadas formas de consciência engendradas por essas relações e, portanto, a elas associadas.

Em resumo, Marx explica que sua concepção da história “consiste, portanto, em desenvolver o processo real de produção a partir da produção material da vida imediata e em conceber a forma de intercâmbio conectada a esse modo de produção e por ele engendrada [...] como o fundamento de toda a história” (MARX; ENGELS, 2011a, p. 42). Como se viu anteriormente, a expressão “forma de intercâmbio” aparece comumente como equivalente de “relações sociais de produção”, desse modo seria possível resumir a afirmação de Marx dizendo que, tal como aparece em *A ideologia alemã*, a história é concebida como sendo a história das relações sociais de produção. Por isso, os “produtos da consciência não podem ser dissolvidos por obra da crítica espiritual, [...] mas apenas pela demolição prática das relações sociais reais, de onde provêm essas enganações idealistas” (MARX; ENGELS, 2011a, p. 43).

As ideias, por si sós, têm uma força bastante delimitada dentro desse modelo então desenvolvido por Marx. A “soma de forças de produção, capitais e formas sociais de intercâmbio [...] é o fundamento real [*reale*] daquilo que os filósofos apresentam como ‘substância’ e ‘essência do homem’” (MARX; ENGELS, 2011a, p. 43). Esse fundamento real não é atingido pelo fato de que os filósofos contra ele se rebelam no plano puramente ideológico. O que decide, de fato, “se as agitações revolucionárias que periodicamente se repetem na história serão fortes o bastante para subverter as bases de todo o existente” são as “condições de vida já encontradas pelas diferentes gerações”, e seus elementos materiais preponderantes são “as forças produtivas existentes” e “a formação de uma massa revolucionária que revolucione [...] a própria ‘produção da vida’ que ainda vigora” (MARX; ENGELS, 2011a, p. 43). Não será demais lembrar aqui que, quando Marx se refere às forças produtivas existentes, o faz pensando na própria classe produtiva como uma força produtiva decisiva. No entanto, ela não pode ser tomada de modo isolado – como, ademais, nenhum outro fator dessa realidade, ou desse quadro revolucionário – quando se trata do pensamento dialético. A classe ou, de acordo com as palavras do autor, “a massa revolucionária” constitui uma força produtiva que, por sua vez, revoluciona a “produção da vida”, ou seja, transforma as relações sociais existentes até então, relações dentro das quais se formou, inclusive, enquanto classe. Sem esses elementos, é inútil que “a *ideia* dessa subversão” seja proclamada “uma centena de vezes” (MARX; ENGELS, 2011a, p. 43, grifo do autor).

3.4 A produção social da ideologia

Num outro ponto particularmente relevante de *A ideologia alemã*, Marx desenvolve uma explicação histórico-sociológica sobre a produção social da ideologia que viria a influenciar várias gerações de futuros pensadores, seja de seus discípulos, seja de seus críticos (EAGLETON, 1997; MÉSZÁROS, 2004). Segundo o autor, “as ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força *espiritual* dominante” (MARX; ENGELS, 2011a, p. 47, grifo do autor). Tal constatação, no entanto, não deve ser tomada apenas sob um aspecto parcial ou contingencial, ou seja, a “classe dominante” aparece aqui como expressão das relações sociais dominantes, e não só como a classe ou a fração de classe que domina em tal ou qual situação histórica específica. Desse modo, a afirmação não se restringe apenas – ou sobretudo – ao fato de que, quando domina a pequena burguesia, devem dominar também os ideais pequeno-burgueses ou, quando domina a burguesia financeira, são os seus valores políticos e econômicos os que prevalecem. Essa perspectiva, porém, também está presente na formulação de Marx, que, aliás, se vale de um exemplo do gênero para ilustrar seu argumento, sustentando que num tempo e num lugar “em que o poder monárquico, a aristocracia e a burguesia lutam entre si pela dominação, onde portanto a dominação está dividida, aparece como ideia dominante a doutrina da separação dos poderes, enunciada então como uma ‘lei eterna’” (MARX; ENGELS, 2011a, p. 47). Mas o alcance da formulação marxiana vai muito além disso, quando afirma que “as ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias” e, por conseguinte, “são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação” (MARX; ENGELS, 2011a, p. 47).

Dizer, portanto, que as ideias dominantes são a expressão ideal das relações materiais dominantes é algo diverso e sujeito a menos controvérsias ou equívocos de interpretação do que afirmar que tais ideias são a expressão dos ideais da classe dominante. Em primeiro lugar, porque coloca as relações sociais de produção num plano privilegiado em relação à classe, ou seja, a classe domina através de tais ou quais relações sociais de produção que lhe precedem de um ponto de vista teórico e também histórico. Depois, porque evita a confusão entre classe e fração de classe. Assim, tanto a burguesia industrial quanto a burguesia financeira têm em comum o fato de dominarem através das relações de capital; no entanto, seus interesses e seus

ideais, bem como o seu ideário econômico⁵, nem sempre são convergentes e muitas vezes são até mesmo opostos e conflitantes. Assim, pode-se disputar, sobre a base fundamental das relações de capital, em questões como heterodoxia ou ortodoxia econômica, impostos progressivos ou regressivos e problemas afins sem nunca colocar em questão o capital ou o trabalho assalariado em si.

“A existência de ideias revolucionárias numa determinada época pressupõe desde já a existência de uma classe revolucionária”, afirma Marx (MARX; ENGELS, 2011a, p. 48). Contudo, tais ideias, em situações revolucionárias, não se restringem a uma classe em particular, já que “toda nova classe que toma o lugar de outra que dominava anteriormente é obrigada, para atingir seus fins, a apresentar seu interesse como interesse comum de todos os membros da sociedade”, dando, assim, “às suas ideias a forma da universalidade” (MARX; ENGELS, 2011a, p. 48). Essa observação reforça o argumento de que a identificação entre classe social e seus ideais espirituais, políticos, filosóficos e morais não é imediata e não se dá através de uma operação mecânica. Não só pelo fato de que, dentro de cada classe, existe uma divisão do trabalho que aparta os seus agentes materiais dos outros, produtores de ideias, ou seja, separa o trabalho prático do intelectual, mas também pela adesão de estratos e classes sociais que não pertencem diretamente à classe revolucionária – e que só podem aspirar a integrar as suas fileiras: “Quando a burguesia francesa derrubou a dominação da aristocracia, ela tornou possível a muitos proletários elevar-se acima do proletariado, mas isso apenas na medida em que se tornaram burgueses” (MARX; ENGELS, 2011a, p. 49); por isso, é natural que Marx acabe por ligar os ideais dominantes às “relações que nascem de um dado estágio do modo de produção” (MARX; ENGELS, 2011a, p. 49). Assim, pode-se dizer que as classes que se batem junto da classe revolucionária o fazem não propriamente (ou particularmente) em favor da nova classe que aspira à dominação, mas, antes, pela instalação de novas relações de produção, sob as quais poderão se beneficiar e mesmo se desenvolver e se estabelecer enquanto classe. Assim, se o proletariado francês, ainda em fase embrionária no final do século XVIII, se bateu junto da burguesia nos eventos de 1789, não foi para substituir a dominação de uma classe por outra, mas pelo estabelecimento de novas relações sociais. E, no limite, o mesmo se pode dizer da própria classe revolucionária: na medida em que há certa separação entre ideias e classe social, e entre classe e relações sociais de produção, pode-se dizer que – ainda que certamente de forma inconsciente – a classe que aspira à dominação aspira, sobretudo, à dominação das relações sociais através das quais ela mesma exerce a supremacia. A burguesia,

⁵ Ver: BUKHARIN, N. *La economía política del rentista (Crítica de la economía marginalista)*. Córdoba: Pasado y Presente, 1974.

ao lutar pelo estabelecimento do seu domínio político e econômico, lutava, ao mesmo tempo, pelo estabelecimento das relações capitalistas de produção. E, tanto no que se refere a um capitalista individual quanto à burguesia de um determinado país ou, ainda, à burguesia em geral, não se pode identificar de modo imediato as relações de capital com a classe propriamente dita. E é por isso que, depois da Revolução Francesa, outras revoluções acabaram por promover e consolidar as relações capitalistas de produção sem que, para isso, concorresse necessariamente a burguesia, como é o caso emblemático da Rússia durante o século XX.

Todo esse quadro nos permite vislumbrar o modo como as relações sociais de produção, as diversas classes sociais e as representações espirituais presentes em cada sociedade, embora tenham uma dependência e uma forte integração entre si, conservam, ao mesmo tempo, um notável grau de autonomia e liberdade. Assim, um trabalhador assalariado pode defender, num momento histórico em que predomina o trabalho servil, interesses e ideais político-econômicos que beneficiam, em primeiro lugar, a burguesia; o mesmo se dá em relação a esta última, que pode se identificar com determinados modos de pensar, viver e agir próprios da nobreza⁶, e assim por diante. O modo como os fatores objetivos – tais como as forças produtivas em geral e as relações de produção – e os fatores subjetivos – tais como as classes e suas representações ideais – se relacionam é muito complexo; nada há, aqui, algo que nos remeta a um movimento mecânico ou intencional, no sentido de que tal ou qual ideia é “fabricada” para “servir” a determinada classe social ou ao estabelecimento de um determinado modo de produção. Esse movimento, ademais, só pode ser apreendido historicamente, sendo arriscada ou mesmo improfícua a pretensão de reduzi-lo a uma fórmula política ou sociológica.

Num fragmento subsequente de *A ideologia alemã*, cujo subtítulo é “A sociedade como sociedade burguesa”, Marx estabelece uma relação histórica entre o grau de desenvolvimento do aparato produtivo e a forma de propriedade – e, por conseguinte, as relações de produção – existentes: “Partimos, até o momento, dos instrumentos de produção e já aqui se mostra a necessidade da propriedade privada para certas fases industriais” (MARX; ENGELS, 2011a, p. 51), quer dizer, os instrumentos de produção e seu baixo desenvolvimento técnico condicionam igualmente o baixo grau de desenvolvimento histórico da propriedade e das relações de produção que lhes são correspondentes. “Na *industrie extractive*, a propriedade privada ainda coincide plenamente com o trabalho”, diz Marx, “na pequena indústria e em toda a agricultura anterior, a propriedade é consequência necessária dos instrumentos de produção existentes”; já na grande indústria, porém, o quadro muda de figura, posto que aqui “a contradição entre o

⁶ O pai Goriot, personagem de Balzac, dilapida a sua fortuna para fazer com que as filhas possam frequentar o ambiente da aristocracia (BALZAC, 2006).

instrumento de produção e a propriedade privada é, desde já, o seu produto, para cuja elaboração [*Erzeugung*] a indústria deve estar já bastante desenvolvida” (MARX; ENGELS, 2011a, p. 51-52). Assim, as condições para a superação dos diversos estágios históricos do desenvolvimento da propriedade privada são dadas pelo desenvolvimento dos instrumentos de produção, o que equivale a dizer, nesse contexto, que o desenvolvimento histórico das relações sociais de produção é condicionado, em última instância, pelo desenvolvimento das forças produtivas. Nesse sentido, Marx é assertivo: “É somente com a grande indústria, portanto, que se torna possível a superação da propriedade privada” (MARX; ENGELS, 2011a, p. 52). E nunca será demais lembrar que, ao falar em “propriedade privada”, Marx está se referindo, ao mesmo tempo, ao “poder de dispor da força de trabalho alheia” (MARX; ENGELS, 2011a, p. 37), como anotamos anteriormente. Portanto, já em *A ideologia alemã*, Marx assume que a superação histórica das relações de produção burguesas só pode se dar dentro de um quadro específico de (alto) desenvolvimento das forças produtivas: a grande indústria. Há, desse modo, um fator material decisivo a condicionar o movimento revolucionário, bem como o seu alcance histórico e as suas possibilidades reais de efetivação.

Nesse momento, Marx chama a atenção para os aspectos sociais da contradição engendrada pelo estabelecimento da grande indústria. Com o desenvolvimento das cidades, surge “a necessidade da administração, da polícia, dos impostos etc., em uma palavra, a necessidade da organização comunitária e, desse modo, da política em geral”, e é na cidade que se dá, “pela primeira vez, a divisão da população em duas grandes classes, que se baseiam diretamente na divisão do trabalho e nos instrumentos de produção” (MARX; ENGELS, 2011a, p. 52). A divisão entre burgueses e proletários, e o aparecimento da política, pode ser vista aqui como uma espécie de palco histórico em que se desenvolverá a luta de classes que deverá resultar na revolução comunista e na superação histórica do capital. E o desenvolvimento da cidade faz com que apareça, igualmente, a divisão entre esta última e o campo: “A cidade é, de pronto, o fato da concentração da população, dos instrumentos de produção, do capital, das fruições, das necessidades”, e o campo, por outro lado, representaria “exatamente o fato contrário, a saber, o isolamento e a solidão” (MARX; ENGELS, 2011a, p. 52). As características sociais da organização da cidade, assim, seriam pré-condições para a organização revolucionária. Com um proletariado numeroso concentrado nas cidades, onde, ademais, conviveria com as contradições engendradas pela grande indústria, podendo, assim, organizar-se como classe e fazer frente aos grandes proprietários, passando pela escola da luta política, haveria as condições materiais e ideais para o desenvolvimento do movimento revolucionário. O mesmo não se daria no campo, onde os homens estariam relegados ao

“embrutecimento [*Idiotismus*] da vida rural” (MARX; ENGELS, 1998, p. 44). Tal constatação é importante por acentuar a importância dos aspectos sociais da contradição entre capital e trabalho assalariado, em vez daqueles puramente econômicos, como o exaurimento progressivo da força de trabalho como fundamento para a criação de valor, tal como seria vislumbrado nos *Grundrisse*. E como a descoberta da mais-valia por Marx se daria pelo menos uma década depois da redação do *Manifesto comunista* e cerca de catorze anos após a redação dos manuscritos de *A ideologia alemã*, é compreensível que tal elemento não aparecesse com força, ainda, na análise dos autores.

3.5 Da utopia à ciência

Os elementos sociais da contradição não seriam abandonados nos escritos da maturidade. Muito pelo contrário, seriam vistos como decisivos. O exemplo mais emblemático disso é um escrito bastante famoso de Friedrich Engels, chamado *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. Trata-se de um pequeno opúsculo composto com base em três capítulos publicados originalmente num seu trabalho anterior, intitulado *Anti-Dühring*. Essa obra de caráter polêmico foi escrita em colaboração com Marx, que reviu todo o conteúdo e escreveu o capítulo 10, sobre a história da economia política. Como o livreto composto com base nos capítulos do *Anti-Dühring* foi elaborado para Paul Lafargue, genro de Marx, cerca de dois anos após a publicação da obra original, é impossível atribuí-la apenas a Engels (ENGELS, 2011, p. 17). Tanto o *Anti-Dühring* quanto o opúsculo elaborado posteriormente são obras resultantes do trabalho comum entre Marx e Engels, embora levem o nome apenas deste último. Assim, quando, na parte final de *Do socialismo utópico ao socialismo científico*, o autor menciona as contradições sociais resultantes do desenvolvimento do capitalismo moderno, é preciso lê-lo como um argumento compartilhado por Marx; do mesmo modo, quando Engels menciona, no Prólogo à edição inglesa de 1892, que na “indústria moderna [...] o produto é fabricado mediante a máquina movida pela força motriz e o trabalho do operário se limita a vigiar e retificar as operações do mecanismo” (ENGELS, 2011, p. 25), ele está reproduzindo um quadro já esboçado por Marx nos *Grundrisse* no final dos anos 1850. Um argumento comum, portanto – embora, em 1892, Marx já estivesse morto havia nove anos.

Engels argumenta em seu pequeno livro que as duas grandes descobertas de Marx, “a concepção materialista da história e a revelação do mistério da produção capitalista por meio da mais-valia”, transformaram o socialismo numa ciência; a partir de então, caberia elaborá-la “em todos os seus detalhes e em todas as suas relações” (ENGELS, 2011, p. 75). Desse modo,

um dos primeiros postulados colocados pelo autor em relação ao materialismo histórico é o de que, “primeiramente, a produção e, em seguida, a troca dos produtos formam a base de toda a ordem social” (ENGELS, 2011, p. 77); ao fazê-lo, Engels enfatiza algo que tem sido, por vezes, motivo de confusão ao longo do debate histórico sobre o socialismo: o do primado da produção sobre a distribuição. Esse ponto é fundamental para que se evite, por exemplo, o equívoco de conceber o capitalismo ou o socialismo com base no modo como se opera a distribuição nesses modos de produção. Não raro tem-se caracterizado o socialismo como um sistema econômico através do qual se distribui o produto do trabalho assalariado de forma mais equânime. Tal concepção dá azo a que se caracterize como “socialistas” sociedades completamente diferentes entre si, que adotam diversas políticas públicas para “redistribuição de renda”, mas que se fundamentam na produção capitalista, no trabalho assalariado. Quando falam em socialismo, porém, Marx e Engels têm como pressuposto a superação dessa relação de produção – o capital. Não concebem, portanto, o socialismo como um modo de produção em que se conserva o trabalho assalariado e, ao mesmo tempo, procura-se distribuir de maneira mais igualitária o produto desse mesmo trabalho. A superação do capitalismo, para Marx e Engels, não é de modo algum a superação da distribuição capitalista, mas da produção capitalista. Essa produção, junto ao modo de troca que lhe é correspondente, forma a base elementar da sociedade. Segundo o autor de *Do socialismo utópico ao socialismo científico*, “esses dois fatores determinam, em toda sociedade histórica, a distribuição das riquezas e, por conseguinte, a formação e a hierarquia das classes que a compõem” (ENGELS, 2011, p. 77).

Ao defender a ideia de que produção e distribuição formam a base das sociedades e determinam, inclusive, a formação e a hierarquia das classes, Engels generaliza uma concepção que, portanto, não parece estar vinculada apenas à sociedade capitalista⁷; ou seja, o trabalho e o modo de produção são o fundamento de outras sociedades históricas⁸. Mas o essencial, nessa passagem, é que também ele condiciona “a formação e a hierarquia das classes” que compõem a sociedade ao modo de produção. Dito de outra maneira, as relações sociais de produção estabelecidas em uma determinada sociedade precedem, ao menos do ponto de vista teórico aqui expresso, as classes sociais que a compõem, ou seja, as classes são engendradas pelo modo de produção e distribuição, o que reforça, ainda uma vez, o ponto de vista por nós expresso anteriormente. É por isso que Engels argumenta que, “se quisermos, pois, descobrir as causas determinantes de qualquer metamorfose ou revolução social, devemos procurá-las [...] nas

⁷ Ao contrário do que Postone (2014) argumentará, por exemplo.

⁸ Em alguns momentos, porém, Engels é menos enfático a esse respeito, como em *Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã*.

metamorfoses do modo de produção e de troca” (ENGELS, 2011, p. 77). E tal constatação revela o quanto as ideias desenvolvidas em *A ideologia alemã* a esse respeito já estavam maduras e se conformam plenamente com aquilo que o autor defenderia na maturidade – embora o próprio Engels viesse, anos mais tarde, a anotar o caráter ainda incipiente dos conhecimentos históricos dos autores quando da redação daqueles manuscritos de meados dos anos 1840.

Assim, do mesmo modo que o desenvolvimento das antigas forças de produção abriu caminho para a superação dos modos de produção precedentes, também “a grande indústria deverá uma vez completamente desenvolvida entrar em conflito com o modo capitalista de produção”, já que “as novas forças produtivas já ultrapassaram as formas burguesas de sua exploração” (ENGELS, 2011, p. 78). E aqui é preciso notar que Engels refere-se a esse antagonismo insuperável entre forças produtivas e relações de produção como algo já alcançado em seu tempo. Assim, se nos *Grundrisse* Marx vislumbra o cenário em que o “capital voa pelos ares” – pois o seu fundamento, o valor-trabalho, não mais existe – apenas num futuro hipotético para o qual se tende, Engels enxerga a contradição entre as forças produtivas e as relações de produção capitalistas já no seu opúsculo de final dos anos 1870. E essa diferença talvez possa ser explicada, em parte, devido à ênfase dada por cada um dos autores nos seus respectivos escritos – embora Marx, como vimos, seja em grande medida coautor da obra assinada por Engels.

Assim, seria preciso analisar mais cuidadosamente o modo como Engels concebe a contradição entre “as forças produtivas e a forma de produção” em seu *Do socialismo utópico ao socialismo científico*.

3.6 A contribuição de Engels

Como dissemos, a descoberta da mais-valia e o vislumbre marxiano sobre o exaurimento do valor-trabalho realizado nos *Grundrisse* no final dos anos 1850 não impediram que Marx e Engels continuassem a conceber a revolução como sendo também o resultado de um processo de contradição social, não apenas econômica – ou seja, como uma contradição intrínseca da produção capitalista em si. Engels chega mesmo a afirmar que no antagonismo entre a produção social e a apropriação privada “encontram-se em embrião todos os antagonismos sociais modernos” (ENGELS, 2011, p. 80-81). Tanto na agricultura quanto no artesanato praticados antes da produção capitalista, “os meios de trabalho – a terra e os instrumentos agrícolas, a tenda e as ferramentas – pertenciam ao indivíduo e se destinavam ao uso individual; eram, por

consequente, pequenos, limitados” (ENGELS, 2011, p. 79). No entanto, a concentração e o incremento desses meios de produção limitados e esparsos “era precisamente o papel histórico da produção capitalista e de sua responsável, a burguesia”, que, ao fazê-lo, percorreu três fases históricas: as “da cooperação simples, da manufatura e da grande indústria” (ENGELS, 2011, p. 79). Assim, nota-se que a ênfase de Engels recai sobre o aspecto social engendrado pelo processo econômico; ou seja, a concentração dos meios de produção nas mãos da burguesia, o seu incremento e aperfeiçoamento, a reunião de um proletariado numeroso num mesmo espaço de produção e a consequente substituição da produção individual pela produção coletiva representam o aspecto social do processo de desenvolvimento econômico. Daí que o autor conclua essa passagem com a indicação significativa de que, embora a produção tivesse passado por um largo processo de socialização, o mesmo não se dera no âmbito da distribuição: “Os meios de produção e os produtos, se bem que se tivessem tornado sociais, foram tratados como se continuassem a ser meios de produção e produtos individuais” (ENGELS, 2011, p. 80). A forma de apropriação, portanto, continuava a corresponder à fase anterior do desenvolvimento social, quando os meios de produção ainda se encontravam esparsos e em posse dos produtores individuais. Daí a contradição, já que, nesse novo quadro em que o processo de produção se encontra amplamente socializado, os “produtos individuais” acabaram por ser “apropriados não pelos que tinham posto em movimento os meios de produção, e que tinham criado os produtos, mas pelo capitalista” (ENGELS, 2011, p. 80). Em suma, quanto mais se desenvolve esse modo de produção, mais se acentuam a contradição e a incompatibilidade entre a produção social e a apropriação capitalista (ENGELS, 2011, p. 80). Cabe aqui, por fim, a observação de que, ao socializar a produção, o modo capitalista de produção acaba por lançar uma das bases da sociedade socialista, pois, segundo esse raciocínio, é justamente da contradição entre uma organização do trabalho avançada e uma forma de apropriação atrasada e anacrônica que deve resultar a superação desta última: a forma de apropriação deve passar a corresponder às bases modernas da produção e, portanto, também ela deve ser social.

O modo como a contradição entre produção social e apropriação privada capitalista se expressa socialmente traduz-se no antagonismo entre as classes, ou seja, ela “se afirma como antagonismo entre proletários e burgueses” (ENGELS, 2011, p. 81). É aqui que o trabalho assalariado desempenha um papel fundamental, pois, como observa Engels, “desde que os meios de produção se tornaram sociais e foram concentrados nas mãos dos capitalistas, tudo mudou”, já que “o trabalho assalariado, outrora exceção e suplemento, tornou-se a regra e a base de toda a produção” (ENGELS, 2011, p. 81). Os produtores, portanto, passaram a possuir unicamente a sua força de trabalho. E o fato de que Engels descreva o trabalho assalariado como

sendo “a base de toda a produção” é significativo para o debate que aqui promovemos. Ora, se o trabalho assalariado é o fundamento da produção capitalista e ele equivale, em termos sociais, ao proletariado – isto é, se a contradição entre capital e trabalho assalariado encontra a sua expressão social na luta entre burgueses e proletários –, é natural que Engels se agarre, de acordo com a sua linha de argumentação, à ideia de que a revolução é uma missão desta última classe: “À medida que a produção capitalista transforma, cada vez mais, a grande massa da população em proletários, cria o exército que deve ou morrer miseravelmente ou realizar essa revolução” (ENGELS, 2011, p. 91). E aqui temos, igualmente, subjacente a ideia da proletarização progressiva e crescente da sociedade. Tal situação deverá contribuir para a criação das condições sociais em que o proletariado deverá realizar a sua revolução.

3.7 O produto domina o produtor

Outro ponto destacado por Engels é o de que “toda sociedade baseada na produção de mercadorias tem por característica que os produtores, em lugar de dominar suas mútuas relações sociais, são por elas dominados” (ENGELS, 2011, p. 81). Esses produtores, apesar de atuarem dentro de um quadro de “anarquia na produção social”, o fazem sob o domínio de determinadas leis, já que “a produção de mercadorias, como qualquer outra forma de produção, possui suas leis próprias, que lhe são inerentes, e essas leis se afirmam, apesar da anarquia, na anarquia e pela anarquia” (ENGELS, 2011, p. 82). Essa observação do autor é tanto mais importante quanto mais demonstra os limites da ação individual dentro de determinadas situações sociais e econômicas, já que esse mesmo indivíduo é coagido por determinadas leis cujo funcionamento só se pode descobrir através de “longa experiência”; essas leis se impõem, portanto, “sem o concurso dos produtores e mesmo contra a sua vontade”, e ademais, “como as leis da natureza, sua ação é cega e impiedosa” (ENGELS, 2011, p. 82). Assim como as relações sociais de produção condicionam em grande medida a ação das classes, também as leis de mercado influem diretamente em seu comportamento. Desse modo, temos um fator objetivo, pertencente à estrutura própria do modo de produção capitalista, a condicionar a ação humana – ou, no caso, de uma determinada classe social. Portanto, o produtor precisa sentir o peso dessas leis para que possa chegar a compreendê-las. Em poucas palavras, temos um fator objetivo (as leis próprias da produção mercantil) resultando num fenômeno subjetivo (a sua descoberta pelos produtores).

Por fim, Engels acrescenta que “o principal instrumento que empregou o regime capitalista para intensificar essa anarquia na produção social foi precisamente o contrário da

anarquia”, ou seja, organizou de modo crescente “a produção, tornada social, na oficina que continuava como propriedade individual” (ENGELS, 2011, p. 83). E essa organização do trabalho industrial acabou por solapar todas as formas de produção que a precederam. De modo que temos aqui outra contradição gerada e universalizada pela grande indústria: o “antagonismo entre a organização da produção em cada fábrica isolada e a anarquia da produção em toda a sociedade” (ENGELS, 2011, p. 84).

3.8 As consequências

Essas contradições apontadas em *Do socialismo utópico ao socialismo científico* acabam por produzir consequências econômicas e sociais que deverão concorrer para a transformação revolucionária da sociedade. Em primeiro lugar, argumenta o autor, “é a força aceleradora da anarquia social da produção que, cada vez mais, transforma a maioria dos homens em proletários: e é essa massa proletária que porá, finalmente, um termo à anarquia da produção”⁹ (ENGELS, 2011, p. 84). E tal constatação é expressiva da concepção que coloca a classe operária e a sua ação prática no centro do debate sobre como se dará a transformação revolucionária. Assim, um fator relacionado ao processo produtivo, a concorrência anárquica, resulta na criação de uma massa de proletários de um lado e de um reduzido número de capitalistas de outro. A condição econômico-social da massa proletária, como antagonica ao capital, é o que lhe confere o papel de classe revolucionária. Ou seja, a proletarização crescente das massas é uma consequência social do progressivo desenvolvimento do sistema econômico, mas a eventual transformação dessa classe em classe revolucionária deverá passar, supõe-se, por uma mediação. A contradição, assim, é “sentida” pela classe; ela é assimilada, apreendida. Daí o seu caráter objetivo-subjetivo.

“Por outro lado”, anota Engels, “é a forma aceleradora da anarquia social na produção que transforma a perfectibilidade indefinida do maquinismo numa lei imperiosa”, já que ela impele “todo capitalista industrial” a “aperfeiçoar cada vez mais suas máquinas, sob pena de ruína” (ENGELS, 2011, p. 84-85). Esse aperfeiçoamento indefinido das máquinas a que o autor se refere pode levar a duas consequências práticas que resultariam num quadro de transformação social: a primeira diz respeito à eliminação progressiva do trabalho humano, com a consequente criação de um “grande exército industrial de reserva” (ENGELS, 2011, p. 85); a

⁹ Esse argumento parece se relacionar àquele que Marx utilizou em seu discurso sobre o livre-câmbio, ao argumentar que este último favorecia o acirramento das contradições econômicas e sociais, potencializando, assim, uma situação revolucionária (MARX, 1985a, p. 183-197).

segunda é aquela exposta nos *Grundrisse*, em que o desenvolvimento do aparato produtivo conduz a um processo de automação tão elevado que termina por transformar a mercadoria força de trabalho em algo anacrônico, uma vez que a produção já não se fundamentaria no roubo do tempo de trabalho. Embora o texto de Engels seja posterior à redação dos *Grundrisse*¹⁰, o autor não chega a desenvolver esse segundo ponto. Antes, chama a atenção para o fato, também notado por Marx, de que “a máquina se torna a mais poderosa arma do capitalismo em sua luta contra a classe operária” e “esse poderosíssimo meio de abreviar o trabalho se torna o meio mais seguro de transformar a vida inteira do trabalhador e a de sua família em tempo de trabalho disponível para o lauto benefício do capital” (ENGELS, 2011, p. 85). Assim, em vez da ênfase no fato de que o incremento no aparato de produção resulta na eliminação da força de trabalho como fundamento da criação de valor, Engels destaca a “abreviação do trabalho”, e diferentemente do vislumbre marxiano a respeito da superação da exploração do tempo de trabalho registrado nos *Grundrisse*, Engels ressalta, como efeito do desenvolvimento da maquinaria, que o operário e sua família têm a sua vida inteira transformada em tempo de trabalho disponível para o capital. Ou seja, Engels imagina, nesse texto, as contradições do modo de produção capitalista sendo aprofundadas, mas ainda dentro dos marcos da produção capitalista, pressupondo-se a compra e venda de força de trabalho e, conseqüentemente, a criação de valor. Como veremos mais adiante, Marx vai além disso nos *Grundrisse*, pois a contradição por ele destacada resulta no desaparecimento da própria criação de valor como fundamento das relações sociais. Ao dizer, por exemplo, que “o sobretrabalho de uns gera o desemprego de outros” (ENGELS, 2011, p. 85), Engels se mantém dentro do quadro das relações de capital, já que o desemprego só pode aparecer como uma contradição diante do “sobretrabalho” na medida em que o capital ainda é a relação social vigente, produzindo emprego e desemprego ao mesmo tempo.

Ao discorrer sobre a superprodução e as crises periódicas do capitalismo, Engels continua a chamar a atenção para as contradições próprias desse modo de produção: “O mecanismo completo da produção capitalista rende-se sob a pressão das forças produtivas que ele próprio criou”, acrescentando que estas últimas foram criadas e desenvolvidas em tal quantidade que não seria mais possível “transformá-las em capital, isto é, em meios de explorar a força de trabalho da classe operária” (ENGELS, 2011, p. 87). E, assim, também ele acaba por ressaltar um aspecto objetivo no rol das contradições do capital, ou seja, algo intrínseco a esse modo de produção: “Todas as leis da produção e da circulação são perturbadas. A colisão

¹⁰ Marx enviou os manuscritos para que Engels os lesse.

econômica atinge seu apogeu. O modo de produção se rebela contra o modo de troca, as forças produtivas contra o modo de produção cujos quadros não podem mais conter” o seu desenvolvimento (ENGELS, 2011, p. 87). Dessa forma, pelos próprios termos e expressões empregados nessa passagem, compreendemos aquele caráter objetivo da contradição de que falávamos: aqui “as leis da produção” é que são perturbadas, “o modo de produção” é que se rebela contra “o modo de troca” e, por fim, são “as forças produtivas” que colidem com “o modo de produção”. Não vemos, ao menos de modo explícito, a participação ativa da classe operária – a menos que a incluamos entre os fatores que compõem o conjunto das forças produtivas. O que importa ressaltar, no entanto, é que, mesmo ao discorrer sobre as contradições inerentes ao modo de produção capitalista em *Do socialismo utópico ao socialismo científico*, Engels não deixa de destacar o papel a ser desempenhado pelos trabalhadores – ou, ainda, por aqueles que já não podem trabalhar em consequência mesmo do aprofundamento das contradições apontadas pelo autor – na luta revolucionária e, portanto, na superação do capitalismo. Podemos dizer que, para Engels, os aspectos objetivos impelem a decisões e ações a serem tomadas e realizadas pelos sujeitos, pela classe. Por conta daqueles fatores objetivos, “as forças cessam de trabalhar e, porque cessam de trabalhar, o exército industrial de reserva também é forçado a ficar sem trabalho”, ou seja, “meios de produção, meios de subsistência, trabalhadores disponíveis, todos os elementos da produção e da riqueza abundam, mas, como diz Fourier, a abundância torna-se fonte de penúria e de miséria” (ENGELS, 2011, p. 88). Desse modo, caberia aos trabalhadores e aos desempregados superar o modo de produção capitalista, e é por isso que o autor realiza a seguinte exortação: “Rompei a forma de produção, permiti aos meios de produção de funcionar, sem tomar a forma de capital e o absurdo que existe nos fatos dissipar-se-á, a crise desaparecerá e tereis dado à sociedade a possibilidade de viver” (ENGELS, 2011, p. 88). A classe deve agir, portanto, de modo revolucionário.

3.9 O falso socialismo

Não obstante, ao descrever o processo histórico-econômico que tende para a eliminação do capitalista individual, Engels não deixa de empregar uma linguagem que remete à “impessoalidade”, à objetividade do processo – ou seja, para algo que ultrapassa a ação política da classe revolucionária. É possível constatar, em primeiro lugar, a incapacidade do modo de produção capitalista de dirigir as forças produtivas que ele mesmo criou e, “depois, que essas próprias forças produtivas encaminham-se cada vez mais imperiosamente para a solução do antagonismo, para a abolição de sua qualidade de capital e para o reconhecimento prático do

seu caráter real, o de forças produtivas sociais” (ENGELS, 2011, p. 88). Assim, o que caminha de modo infalível para a solução do antagonismo são as forças produtivas (a menos que incluamos a classe revolucionária em seu conjunto, o que não parece ser o caso dessa passagem específica), e essas parecem estar submetidas a uma lógica própria, intrínseca – daí o caráter “imperioso” de seu desenvolvimento, de sua marcha para a solução do antagonismo entre produção social e apropriação privada. Continua, portanto, o jogo condicionante-condicionado, fatores objetivos-fatores subjetivos; forças produtivas, relações de produção e classe social atuam num movimento de influência mútua em que não se pode isolar de modo arbitrário um dos lados sem incorrer em enormes equívocos em relação à concepção teórica do autor.

Esse movimento objetivo e “impessoal” das forças produtivas que se rebelam contra as relações de produção vigentes – ou, como diz o autor, “contra sua qualidade de capital” (ENGELS, 2011, p. 88) – impele e condiciona as ações não apenas da classe revolucionária, mas também da própria burguesia: “é esse reconhecimento imperiosamente exigido de seu caráter social que cada vez mais constrange a classe capitalista, tanto quanto o permite a natureza do capital, a tratá-las como forças produtivas sociais” (ENGELS, 2011, p. 88). Ou seja, também a classe que, por definição, deveria pretender a conservação das relações de produção vigentes é levada, forçosamente, a promover mudanças que concorrem para a solução dos antagonismos gestados dentro do modo de produção capitalista. Tal constatação, realizada por Engels, não é apenas dotada de um grande valor histórico e sociológico; é, sobretudo, de um inestimável valor teórico, já que nos fornece grandes indicações do modo como o desenvolvimento do mundo material, do modo como os homens produzem a sua vida, é algo que escapa, invariavelmente, à vontade “subjetiva” das classes, dos movimentos sociais, dos partidos e, inclusive, das classes dominantes – aquelas que supostamente conduzem o processo de produção. Essas mesmas classes dominantes, portanto, seriam também conduzidas por tal processo¹¹.

Ao serem impelidos e constrangidos à solução dos antagonismos gerados no bojo do próprio modo de produção capitalista, tanto a burguesia quanto o Estado – “o representante oficial da sociedade capitalista” (ENGELS, 2011, p. 89) – chegam a um ponto crucial e determinante para a nossa discussão: no limiar da incompatibilidade crescente entre produção social e apropriação privada, entre forças produtivas e relações de produção, o Estado “deve tomar a direção dessas forças produtivas” (ENGELS, 2011, p. 89). E nesse momento, a menos que se promova uma explicação pormenorizada do problema, corre-se o risco de cair nos

¹¹ Um dos exemplos mencionados por Engels, nesse sentido, é o da socialização que se manifesta através da constituição das sociedades por ações (ENGELS, 2011, p. 88-89).

inúmeros equívocos e confusões teóricas dos quais o século XX nos legou uma soma infindável de exemplos – como aquela que identifica o socialismo com a propriedade estatal dos meios de produção. Já nesse pequeno livro, escrito, ademais, com o intuito de servir como opúsculo de divulgação da teoria marxista, Engels nos alerta para o risco do falso socialismo, que ele identificava àquela altura como tendo sido já constituído por Bismarck, por exemplo. Como esse pequeno livro de Engels teve ampla circulação e chegou mesmo a conhecer, em determinadas situações, uma difusão ainda maior que a do *Manifesto comunista* e de *O Capital* (ENGELS, 2011, p. 23-24), não pode haver desculpas teóricas para as confusões acima referidas. Antes, o autor que quiser proceder de acordo com o método marxista terá de buscar na história, nas diversas sociedades que se constituíram durante o século passado, em suas estruturas de classe, suas contradições e suas relações sociais de produção, as explicações dos motivos pelos quais o marxismo sofreu tantas interpretações divergentes – e contrárias, inclusive, aos escritos de seus próprios fundadores. Tal esforço seria digno de toda uma geração, e não poderia ser realizado por um único autor. Ultrapassa, portanto, as pretensões e os modestos esforços deste nosso trabalho. O que podemos realizar aqui, porém, de acordo com os fins a que nos propusemos, é uma análise mais cuidadosa da passagem em que Engels contesta o que ele chama de “falso socialismo”.

Segundo o autor (ENGELS, 2011, p. 89), a “necessidade de transformação em propriedade do Estado se faz sentir, primeiramente, para os grandes organismos de comunicação: os correios, os telégrafos, as estradas de ferro, etc.”. Assim, somada às conhecidas medidas de estatização propostas no *Manifesto comunista* – que discutiremos detalhadamente mais adiante –, pode parecer que Marx e Engels entendessem que a revolução consistisse na transformação da propriedade privada capitalista em propriedade estatal. Nada mais equivocado que essa conclusão. No caso específico de *Do socialismo utópico ao socialismo científico*, Engels explica, numa esclarecedora nota de rodapé, que as medidas de nacionalização só representarão um progresso, “um passo adiante para a conquista pela sociedade de todas as forças produtivas, embora essa medida seja levada a cabo pelo Estado atual, quando os meios de produção ou de transporte superarem já efetivamente os marcos diretores de uma sociedade anônima”, ou seja, “quando elas forem, pela força das circunstâncias, economicamente inevitáveis” (ENGELS, 2011, p. 89). A “decisão” econômica em prol da nacionalização tem o seu grau de liberdade e arbítrio bastante limitado: ela é “inevitável”. E, caso se realize antes do momento adequado, ela não representará um progresso econômico no sentido da revolução. Tal passagem, evidentemente, poderia dar margem, inclusive, a vários debates sobre a pertinência das nacionalizações nos países que se pretendem

ou se pretendiam socialistas. Pois, se Engels considera que a nacionalização seria uma atitude progressista apenas em ocasiões em que as forças produtivas atingiram um alto grau de desenvolvimento e concentração, seria possível questionar, por exemplo, a pertinência de se falar em “socialismo” em sociedades nas quais mal se desenvolveram os meios de produção e de comunicação a que o próprio autor se refere. Aqui a nacionalização, ou a estatização dos meios de produção, não aparece como uma medida arbitrária que deve ser tomada a qualquer tempo e em qualquer situação para se chegar ao socialismo ou para “construí-lo”. Pelo contrário, é uma medida que se impõe pelo próprio desenvolvimento econômico. Outra vez, portanto, vemos que as decisões da sociedade (ou da classe, do partido etc.) são subordinadas a movimentos econômicos cujo controle completo lhe escapa e em relação aos quais ela pode se comportar de maneira adequada e progressista ou, então, de maneira equivocada.

É por isso que, já naquele momento, Engels afirma que, desde que Bismarck “empreendeu o caminho da nacionalização, surgiu uma espécie de falso socialismo, que degenera de quando em vez em um tipo especial de socialismo, submisso e servil, que em todo ato de nacionalização” vê uma medida socialista, e arremata, em tom irônico, “se a nacionalização da indústria do fumo fosse socialismo, seria necessário incluir Napoleão e Metternich entre os fundadores do socialismo” (ENGELS, 2011, p. 89). Diante de tal argumentação, permitimo-nos os seguintes questionamentos: por qual motivo essas afirmações e explicações de Engels têm sido ignoradas (ou, ao menos, negligenciadas) durante tanto tempo? Por que ainda continuamos a identificar as sociedades do assim chamado “socialismo real” com tal epíteto se não há nada na teoria marxiana que nos permita tal identificação? E não são apenas as afirmações diretas de Engels, como a acima citada, que desmentem o discurso a respeito do “socialismo real”. A própria concepção teórica que emerge de seus textos, bem como dos textos de Marx, desautoriza a identificação entre a ideia que esses autores tinham a respeito do socialismo e aquilo que veio a ser identificado como sendo o “socialismo real” durante o século XX.

Engels nos dá, nessa decisiva passagem de sua obra, alguns exemplos históricos da confusão que se fazia, já em seu tempo, a respeito da natureza “socialista” de algumas medidas. O primeiro deles é o do Estado belga que, segundo o autor, “por motivos políticos e financeiros perfeitamente vulgares, decidiu construir por sua conta as principais linhas férreas [sic] do país”; o segundo, “quando Bismarck, sem que qualquer necessidade econômica o levasse a isso, nacionalizou as linhas mais importantes da rede ferroviária da Prússia, pura e simplesmente para assim poder manejá-las e aproveitá-las melhor em caso de guerra”, além de transformar “o pessoal das ferrovias em gado eleitoral submisso ao Governo e, sobretudo, para encontrar

uma nova fonte de rendas isenta de fiscalização pelo Parlamento”; ainda se menciona “a Real Companhia de Comércio Marítimo, a Real Manufatura de Porcelanas e até os alfaiates do Exército, sem esquecer a nacionalização dos prostíbulos”, esta última proposta sob o reinado de Frederico Guilherme III, como passíveis de serem classificadas de “socialistas”, se respeitada a lógica torta de se usar tal designação para tudo o que for meio de produção pertencente ao Estado. Segundo o autor, em nenhum desses casos seria possível falar em socialismo ou em medidas socialistas (ENGELS, 2011, p. 89). De modo que, para Engels, a nacionalização por si só não poderia ser identificada como uma medida revolucionária ou, pelo menos, como algo que representasse um passo adiante na direção da revolução.

3.10 O Estado e a revolução

Qual seria, então, o papel do Estado durante o processo revolucionário? Segundo Engels, o processo de socialização da propriedade através da constituição de sociedade por ações ou por meio da estatização demonstra que a burguesia “tornou-se supérflua”, e “todas as funções sociais dos capitalistas são agora preenchidas por empregados assalariados” (ENGELS, 2011, p. 89). Esse processo, que leva os capitalistas a limitar-se a “auferir lucros, a destacar *coupons* e a jogar na Bolsa” (ENGELS, 2011, p. 89), acontece de modo, por assim dizer, “natural” – ou seja, não se trata de uma ruptura, é algo que se dá como consequência do próprio movimento de concentração da propriedade privada capitalista. Quando o Estado, portanto, passa a ser o detentor dos meios de produção – já altamente concentrados –, ele apenas realiza um passo a mais no sentido da solução revolucionária. E nacionalização (ou estatização), por si mesma, não é ainda a revolução, isso porque, “mesmo que as forças produtivas estejam nas mãos de sociedades por ações, ou do Estado, conservam, entretanto, sua qualidade de capital” (ENGELS, 2011, p. 90). E essa observação de Engels é essencial para a compreensão da natureza do socialismo, ou, ao menos, daquilo que ele concebia como sendo o socialismo. Ao argumentar que a estatização dos grandes meios de produção não significava ainda a revolução, o autor admite que o cerne da questão não reside na forma jurídica da propriedade (estatal *versus* privada), mas na qualidade dessa propriedade, ou melhor, na qualidade desses meios de produção, que passam a ser de posse social. A propriedade social dos meios de produção significa mais do que uma definição jurídica: ela perde a qualidade de capital, já que deixa de se basear na exploração da força de trabalho e na produção de mais-valia. Assim, em poucas palavras, a superação da natureza de capital dos meios de produção apenas se dá com a superação do trabalho assalariado.

A estatização, contudo, tende a aumentar a contradição entre capital e trabalho, segundo Engels: “O estado moderno, qualquer que seja sua forma, é uma máquina essencialmente capitalista, o Estado dos capitalistas, ou para dizer melhor, o capitalista coletivo ideal”, de modo que, “quanto mais monopoliza forças produtivas, tanto mais se transforma em capitalista coletivo real, tanto maior é o número de cidadãos que explora. Seus operários ficam sempre assalariados, proletários” (ENGELS, 2011, p. 90). De modo que a consequência mais importante dessa estatização dos meios de produção é o acirramento da relação contraditória “entre assalariador e assalariado”; essa contradição, levada às últimas consequências, “explode”: “A apropriação pelo Estado das forças produtivas não resolve o conflito, mas contém elementos dessa solução” (ENGELS, 2011, p. 89). E o papel histórico do Estado, nessas condições, fica reduzido não ao de realizador da revolução, mas apenas àquele de catalisador das contradições do capital, servindo apenas como uma espécie de ponte entre o capitalismo e o socialismo.

Aqui devemos atentar para o fato de que Engels imagina esse quadro histórico do processo revolucionário tendo como pressuposto fundamental um alto grau de desenvolvimento das forças produtivas e, portanto, de alta concentração do capital, de modo que a apropriação dos meios de produção por parte do Estado se dá como consequência histórica do elevado estágio de desenvolvimento ao qual as relações capitalistas de produção alçaram aquelas forças produtivas. Ou seja, tanto a concentração de capitais quanto a apropriação das forças produtivas pelo Estado se dão, necessariamente, em consequência de um alto grau de desenvolvimento do capitalismo, quando as próprias contradições desse sistema atingem um estágio tão avançado que essas “soluções” históricas acabam por se impor à sociedade. Não se trata, portanto, da nacionalização ou estatização dos meios de produção a qualquer momento, em qualquer circunstância. Vimos, inclusive, o quanto o autor zomba dessas medidas quando estão fora de seu contexto revolucionário. Tal alerta se faz necessário para que se evitem confusões entre o prognóstico de Engels e outras tantas situações históricas que tiveram lugar durante o século XX, como no caso da Revolução Russa, por exemplo. Se levarmos a sério a análise acima realizada e, de alguma forma, quisermos relacioná-la ou confrontá-la com os eventos que se deram na Rússia pós-1917, é preciso questionar se naquele país estavam presentes os requisitos já descritos, como o alto desenvolvimento do capitalismo e a consequente concentração das forças produtivas. Só então, caso a resposta fosse afirmativa, o Estado poderia servir como catalisador da contradição entre capital e trabalho assalariado.

3.11 A solução do antagonismo

Para que se proceda à solução da contradição entre capital e trabalho assalariado, entre produção social e apropriação capitalista, tornada ainda mais aguda pela propriedade estatal dos meios de produção, seria preciso que “a sociedade, aberta e francamente”, tomasse “posse das forças produtivas tornadas poderosas demais para suportar qualquer outro controle que não o seu” (ENGELS, 2011, p. 90). E esse controle das forças produtivas por parte da sociedade só seria possível por meio da compreensão do movimento geral do que Engels chama de “forças sociais”. Ao fazer tal ponderação, o autor esclarece, mais uma vez, o modo como compreende a relação de recíproca influência entre os fatores determinantes e os fatores determinados que se manifestam no processo histórico-social: “As forças sociais agem como forças da natureza, cega e violentamente, de modo destrutivo, enquanto não as compreendemos, enquanto não contamos com elas” (ENGELS, 2011, p. 90-91). Sendo assim, não se pode atribuir a Engels qualquer viés positivista. Não existe, por parte do autor, a intenção de equiparar as leis sociais às leis da natureza, no sentido em que o faz Auguste Comte. Antes, o que se pretende é chamar a atenção para a possibilidade de se fazer as tais “forças sociais” servirem aos homens: “Uma vez que tenhamos compreendido sua ação, suas tendências, seus efeitos, poderemos submetê-las cada vez mais à nossa vontade, servir-nos delas para atingir nossos fins. Assim se passa com as forças produtivas modernas” (ENGELS, 2011, p. 91).

Eis aí, portanto, mais um exemplo de que não se pode reduzir o marxismo a equações sociológicas, políticas ou econômicas gerais que teriam a capacidade de explicar todos os fenômenos sociais, em todas as épocas e em todos os contextos. Até mesmo a fórmula simplista, retirada de modo apressado do prefácio da *Contribuição à crítica da economia política*, segundo a qual os fatores determinantes no processo de desenvolvimento social residem na infraestrutura econômica da sociedade, deve ser relativizada, se formos consequentes com a observação supracitada de Engels. Num determinado estágio do desenvolvimento das forças produtivas, quando os homens passam a controlar as forças sociais – por haverem tomado consciência de suas leis e do seu modo de funcionamento –, não se pode mais atribuir ao movimento “cego e violento” dessas mesmas forças a absoluta precedência no processo de evolução (e involução)¹² social. O marxismo de Marx e Engels não é, de modo algum, determinista. A esse respeito, em carta a Conrad Schmidt, datada de 27 de outubro de 1890,

¹² Segundo Engels (2020), na *Dialética da natureza*, toda evolução comporta, ao mesmo tempo, uma involução, o que afasta qualquer suspeita de que o autor pudesse compartilhar de posições “evolucionistas” no sentido vulgar do termo.

Engels afirma que “diversas representações falsas da natureza, da constituição do próprio ser humano, de espíritos, forças mágicas, etc., têm geralmente por baixo o econômico negativo”, mas, pondera o autor, que “o baixo desenvolvimento econômico do período pré-histórico tem por complemento, mas também às vezes por condição e até mesmo por causa, as falsas concepções da natureza” (ENGELS, 2001, p. 462). Ou seja, Engels admite ao menos duas situações em que a “superestrutura” seria a esfera condicionante do processo social. E, em relação ao imaginário dos povos ditos “pré-históricos”, o autor afirma: “E mesmo que a necessidade econômica tenha sido, e o seja cada vez mais, a principal mola propulsora do progressivo conhecimento da natureza, seria, contudo, pedante querer descobrir causas econômicas para toda essa bobagem primitiva” (ENGELS, 2001, p. 462). A esse respeito, ainda, cabe mencionar a mordaz observação de Engels, em carta a Franz Mehring, datada de 14 de julho de 1893, segundo a qual “existe uma estúpida concepção dos ideólogos” que consistiria no seguinte: já que os fundadores do marxismo não concebem as esferas ideológicas “que desempenham um papel na história” – superestruturais, portanto – como dotadas de um desenvolvimento histórico independente, então os autores lhes negariam qualquer eficácia. Mas Engels rebate frontalmente tal acusação: nessa formulação teórica que lhe fora imputada estaria “subjacente a concepção vulgar, não dialética, de causa e efeito como polos opostos de modo rígido, com o esquecimento absoluto da interação”. E acrescenta: “Esses Senhores esquecem com frequência e quase deliberadamente que um elemento histórico, uma vez posto no mundo através de outras causas, econômicas no final das contas, agora também reage sobre as suas circunstâncias”, podendo, inclusive, “retroagir até mesmo sobre as suas próprias causas” (ENGELS, 2001, p. 466). A argumentação de Engels, aqui, não é ocasional. Ele já a havia desenvolvido na referida carta a Schmidt, escrita três anos antes dessa última, destinada a Mehring. “O que falta a todos esses Senhores é a dialética”, critica Engels, “eles sempre enxergam apenas causa aqui, efeito acolá [...], para eles Hegel não existiu” (ENGELS, 2001, p. 463). Embora continuasse a atribuir ao “movimento econômico” a primazia no processo histórico-social, o autor explica que “no mundo real esses polos antinômicos metafísicos só existem em crises”; normalmente, portanto, “o grande percurso ocorre sob a forma de interação [...] aqui nada é absoluto e tudo é relativo” (ENGELS, 2001, 463). É também a Conrad Schmidt que Engels escreve: “a palavra ‘materialista’ serve, na Alemanha, a muitos escritores jovens como uma simples frase com que se rotula todo e qualquer estudo, [...] coloca-se o rótulo e crê-se ter encerrado então o assunto”, mas, adverte, “nossa concepção de história é, no entanto, acima de tudo, um guia de estudo, e não um guindaste de construção a hegelianismo”. Sendo assim, Engels afirma que “toda a história precisa ser reestudada, as condições de existência das

diversas formações sociais precisam ser examinadas em detalhe, antes de induzir delas as correspondentes concepções políticas, jurídicas, estéticas, filosóficas, religiosas etc.” (ENGELS, 2001, p. 456).

É precisamente por não encerrar a teoria num determinismo fatalista e antidialético que Engels pode conceber um cenário social em que os homens, já conscientes de seu papel histórico, não são mais apenas condicionados pelas circunstâncias econômicas sob as quais até então não exerciam um poder ativo. As forças sociais, portanto, “uma vez compreendidas e reconhecidas, cessarão de ser destrutivas, para se tornarem, entre as mãos dos produtores associados, que delas se servirão em plena consciência, como uma das maiores alavancas da produção” (ENGELS, 2011, p. 91). Ou seja, a consciência desempenha um papel primordial na nova organização da sociedade. Aqui, os homens podem conduzir a produção e a distribuição de modo reacional não apenas por haverem tomado ciência das leis sociais – não se trata apenas de uma revolução teórica. Antes, esses homens (ou essa nova sociedade) combinam o conhecimento das leis que regem a produção e a distribuição com a posse efetiva das forças produtivas. Há, assim, uma integração entre a consciência social (condição teórica) e a propriedade coletiva dos meios de produção (condição prática). Não se trata, de modo algum, de considerar a “consciência avançada” dos homens servindo de base para a ação política e econômica em qualquer contexto ou em qualquer situação histórica. É apenas dentro de um determinado quadro geral do desenvolvimento das forças produtivas que os homens podem se valer dessa consciência para substituir a “anarquia na produção social por uma organização regulada segundo as necessidades da sociedade e de cada um de seus membros”, superando, por conseguinte, “a apropriação capitalista, que gera o regime no qual o produto escraviza, primeiramente, o produtor e, depois, o apropriador” (ENGELS, 2011, p. 91). O caráter condicionante que Engels atribui a essas forças sociais fica, mais uma vez, evidente quando o autor alude ao fato de que também o “apropriador” é escravizado por elas – numa demonstração clara de que as leis da produção e do desenvolvimento histórico agem para além da vontade particular das classes, ainda que estas últimas estejam na condição de dominantes.

Ao superar o modo de produção capitalista, os homens organizam uma sociedade na qual a apropriação “é baseada sobre o próprio caráter das forças produtivas modernas” (ENGELS, 2011, p. 91). Desse modo, há uma adequação da apropriação, já anacrônica e correspondente a estágios anteriores do capitalismo, e da produção, já socializada pelo próprio desenvolvimento das forças produtivas impulsionadas pelo capital. Nesse novo cenário, haveria a “apropriação direta dos produtos, de um lado, pela sociedade, como meios de conservar e desenvolver a produção, e, de outro lado, pelos indivíduos, como meios de existência e de

prazer” (ENGELS, 2011, p. 91). Supera-se aqui a lógica do capital em favor de uma lógica humana, ou adequada às necessidades dos homens.

3.12 A tarefa histórica do proletariado

Ao discutir o papel do proletariado diante de sua suposta missão histórico-revolucionária, Engels concebe dois destinos possíveis: “ou morrer miseravelmente ou realizar essa revolução” (ENGELS, 2011, p. 91). Para além do caráter dramático dessa passagem, é importante observar que, ao conceber ao menos dois desfechos possíveis, Engels deixa para trás qualquer pretensão determinista – ao menos no que se refere ao comportamento da classe. Se é verdade que “as forças sociais agem como forças da natureza”, como mencionado anteriormente, o mesmo não se pode dizer da classe social. Parece, portanto, haver uma distinção entre o movimento das forças sociais e o comportamento das classes: há uma relação recíproca entre as duas esferas, mas não há, absolutamente, fatalismo. O grau de desenvolvimento das forças produtivas condiciona a ação da classe, não a determina. O termo “condicionar”, aqui, deve sugerir que, embora as classes sejam levadas, pelo contexto objetivo da realidade material, a agir de determinada forma, elas podem não o fazer – ou fazê-lo de outro modo, que não aquele deduzido a partir de tal contexto. A reação do “sujeito” em relação ao quadro histórico geral não está determinada de antemão – o que, inclusive, nos permitiria explicar a adesão por parte de uma fração importante dos trabalhadores, ao longo do tempo, a diversos regimes de extrema-direita. É assim também, por exemplo, que numa célebre passagem da literatura brasileira o pobre e humilhado retirante Fabiano, personagem de Graciliano Ramos em *Vidas Secas*, pode chegar à reflexão de que “apanhar do governo não é desfeita” (RAMOS, 2005, p. 33). Os sujeitos sociais não são parte de uma equação cujo termo conhecido são as forças produtivas – e eles não reagem sempre do modo esperado.

Engels traça, portanto, ao final de seu pequeno livro, uma espécie de linha de ação para o proletariado: este, “depois de se ter apoderado do poder público, transforma os meios de produção em propriedade do Estado” (ENGELS, 2011, p. 91). Assim, a ação política precede a transformação econômica – e esse ponto é, para nós, decisivo. Aqui, Engels concebe uma tomada do poder político como condição para que se leve a bom termo a estatização dos meios de produção, o que, aliás, é bem razoável, pois apenas quando se tem o poder do aparato estatal é que se pode impor decisões e medidas de tal monta. No entanto – e aqui reside o diabo, o eterno habitante dos detalhes –, tendo-se por base apenas tal passagem, sem contextualizá-la dentro de nossa discussão precedente, corre-se o sério risco de tomar a ação política do

proletariado, num sentido exclusivamente voluntarista, como o demiurgo da revolução. E essa confusão impede, inclusive, que se possa diferenciar de modo preciso o que caracteriza uma verdadeira revolução de um golpe de estado, por exemplo, mesmo que esse golpe tenha, eventualmente, o apoio de parte significativa das classes trabalhadoras.

Para Engels, após tomar o poder político e transformar os meios de produção em propriedade do Estado, o proletariado “destrói seu caráter de proletariado, destrói toda distinção e todo o antagonismo de classe e, por conseguinte, destrói o Estado como Estado” (ENGELS, 2011, p. 91). Não basta, contudo, que uma classe social se apodere dos meios de produção e se faça senhora do poder estatal. Se a classe operária (ou um partido agindo em seu nome) conquista o poder político mas mantém as formas correntes de exploração do trabalho, então não se poderá falar, de fato, em revolução. As sociedades anteriores, divididas em classes, valiam-se do Estado como uma “organização da classe exploradora, para assegurar as suas condições de exploração e, sobretudo, para manter, pela força, a classe explorada nas condições de sujeição (escravidão, servidão, salariato) que reclamava o modo de produção existente” (ENGELS, 2011, p. 92). Assim, por conseguinte, o proletariado deverá abolir, com sua revolução, “o salariato”, isto é, o trabalho assalariado. Trata-se, pois, de uma revolução que supera não apenas a forma da propriedade – seu status jurídico, por assim dizer. Não se trata, absolutamente, de conceber a tomada do poder de Estado pela classe operária e seus representantes com o fim de subverter apenas uma dominação política. Não se trata de substituir os donos do poder estatal, procedendo à nacionalização dos meios de produção mas conservando as relações de capital. Trata-se, antes, de colocar a dominação política em conformidade com as novas necessidades históricas, engendradas pelo desenvolvimento econômico. E isso se dá apenas com a superação do trabalho assalariado e, portanto, do capital. O que confere a natureza econômica de uma determinada forma histórica de propriedade não é o seu status jurídico, mas as relações sociais de produção sob as quais ela existe: escravidão, servidão, trabalho assalariado, e assim por diante. A tarefa histórica da classe operária – ou do proletariado – seria, desse modo, a superação das relações capitalistas de produção, do trabalho assalariado e da forma de propriedade que lhe é correspondente, a saber, a propriedade capitalista dos meios de produção, seja ela privada ou estatal. Apenas essa última constatação, se tivesse sido levada a sério durante o século XX, teria poupado a humanidade de equívocos relacionados à interpretação histórica e à ação política – e dos quais os numerosos exemplos vão do Mar do Caribe até mais além do Rio Amarelo (Huang He).

Uma vez que se toma o poder do Estado e supera-se o trabalho assalariado, retira-se do Estado qualquer razão de existência; ele se torna, segundo Engels, inútil. Se antes ele

encontrava a sua fundamentação na dominação de classe e servia, precisamente, à manutenção da exploração de uma classe por outra, agora, com o processo revolucionário, “o governo das pessoas cederá lugar à administração das pessoas” (ENGELS, 2011, p. 92). Note-se que não se fala em “anarquia”, em destruição ou supressão do aparato administrativo (ou governamental) de modo voluntarista. Até mesmo porque não se enxerga, nesse aparato, a raiz da dominação de classe. Em outras palavras, o Estado não é visto como o fundamento da dominação de classe. Ele é, antes, o seu complemento, a sua extensão necessária. Daí que Engels conceba a tomada do poder político não como um meio de substituí-lo por outro poder político, dotado de outra forma, mas investido do mesmo conteúdo. Pelo contrário, o poder político, uma vez que esteja nas mãos do proletariado, deve servir à tomada das medidas econômicas que deverão transformar esse mesmo aparato governamental numa imensa máquina anacrônica e desprovida de sentido: “O primeiro ato pelo qual o Estado se constituirá realmente em representante de toda a sociedade – a tomada de posse dos meios de produção em nome da sociedade – será ao mesmo tempo seu último ato como Estado” (ENGELS, 2011, p. 92).

Todo esse processo de transformação não se dá, de modo algum, à revelia das condições materiais e históricas, a qualquer tempo e em qualquer situação. Prova disso é que, como argumenta Engels, o ideal de apropriação dos meios de produção por parte da sociedade sempre esteve presente, de forma nebulosa, “esvoaçando diante dos olhos de indivíduos ou de seitas inteiras”, porém “só se tornou possível, só pôde apresentar-se como uma necessidade histórica, quando existiram as condições materiais para sua resolução prática” (ENGELS, 2011, p. 92). E aqui continuamos a observar o quanto o imperativo material aparece não apenas como habilitante da ação prática, mas, igualmente, como seu condicionante. O desenvolvimento das forças produtivas não apenas torna possível a tomada do poder político pelo proletariado; antes disso, ele enseja mesmo o desejo, a aspiração de se proceder a tal tomada de poder. A criação da vontade de classe é também ela uma criação histórica; tal vontade encontra suas raízes no desenvolvimento do mundo material. Da mesma forma, a possibilidade prática de se proceder à realização dessa vontade, ou seja, à superação do capital, é condicionada, ou possibilitada, pelo grau de desenvolvimento desse mesmo mundo material, pelo nível elevado das forças produtivas, que tornam cada vez mais insuportável e anacrônica a manutenção das relações capitalistas. “A abolição das classes, como todo e qualquer outro progresso social, tornou-se praticável, não pela simples convicção de que a existência dessas classes é contrária à igualdade, à justiça ou à fraternidade, não pela simples vontade de destruí-la”, escreve Engels. Era preciso igualmente que se houvesse dado “o advento de novas condições econômicas” (ENGELS, 2011, p. 92).

Não há espaço para qualquer dúvida: Engels condiciona a possibilidade e a efetividade do processo revolucionário a determinadas condições econômicas, ao alto grau de desenvolvimento das forças produtivas e sua contradição com as relações sociais vigentes, além de identificar no “salariato”, ou seja, no trabalho assalariado, o fundamento dessas mesmas relações sociais. “A divisão da sociedade em classes, exploradora e explorada, dominante e oprimida, foi a consequência fatal da produtividade pouco desenvolvida da sociedade” (ENGELS, 2011, p. 92), argumenta o autor, num claro exemplo de que a estrutura social está indissolúvelmente ligada ao grau de desenvolvimento da produção – das forças produtivas, portanto. Também a sociedade capitalista se acha enredada nessa contradição histórica. A manutenção do trabalho assalariado, já anacrônico em face do enorme desenvolvimento material conhecido por essa sociedade, entrava o seu desenvolvimento material. É com a apropriação social dos meios de produção que, de acordo com Engels, se afastam os “entraves artificiais que acorrentam atualmente a produção” e, assim, pela primeira vez na história, tem-se a possibilidade de “assegurar a todos os membros da sociedade [...] uma existência material plenamente satisfatória e que melhorará cada vez mais”, e que lhes assegurará, “ao mesmo tempo, o livre desenvolvimento e o exercício de todas as suas faculdades físicas e intelectuais” (ENGELS, 2011, p. 93).

3.13 O fim das mercadorias

Com o fim do trabalho assalariado tem-se, por conseguinte, o fim da produção mercantil. Uma vez superado o capital, os homens não produzirão mais mercadorias. Os produtos, embora possam ser eventualmente os mesmos, serão dotados de outra qualidade sob o ponto de vista econômico. Ou seja, o seu sentido social e econômico é outro. Não são mais o resultado do processo de produção e reprodução de capital. E, dado que o sentido econômico e social da produção anterior tenha sido superado, tem lugar uma outra lógica: “A anarquia na produção social dará lugar a uma organização consciente e sistemática”, explica Engels. E, desse modo, seria lícito identificar essa nova racionalidade da produção como algo inteiramente subordinado às necessidades humanas – em contraposição à lógica anterior, subordinada às necessidades do capital. Aliás, aqui só se pode falar em racionalidade ou irracionalidade na produção quando se estabelece um parâmetro daquilo que consideramos racional. E, de fato, o que aqui se chama “racional” é o processo social e econômico que se desenvolve com vistas a atender às necessidades humanas. Irracional, por conseguinte, seria o movimento que não atende a essas necessidades. O modo como essa definição de racionalidade está identificada, no

texto de Engels, com aquilo que é humano vem expresso numa passagem emblemática em que o autor explica o que deverá se dar com o fim da anarquia na produção: “só a partir deste momento se poderá dizer, em um certo sentido, que o homem saiu definitivamente do reino animal; terá, enfim, mudado de condições de existência animais por condições de existência realmente humanas” (ENGELS, 2011, p. 93-94).

A superação do trabalho assalariado, da produção mercantil e do capital coloca, pela primeira vez, as leis sociais a serviço do homem. Até então, os homens foram subordinados a essas leis; agora, é o contrário que se dá. Com a socialização dos meios de produção, os homens não apenas os colocam ao seu serviço, ou ao serviço das necessidades humanas: eles fundam mesmo o mundo dos homens, na medida em que escapam já da lógica pura do reino animal. Mais uma vez, temos que a condicionante para o advento de um mundo plenamente humano é dada pelo fundamento material da sociedade; porém nunca se requerem – não seria demais ressaltar – ações voluntaristas, imaturas. As condições para a ação revolucionária, para o seu sucesso e sua efetivação, não são criadas única e exclusivamente na consciência e pela consciência dos homens; antes, estão completamente subordinadas ao desenvolvimento do processo econômico, do mundo material. São esses condicionantes históricos e materiais que permitirão à humanidade sair do “reino da fatalidade para entrar no reino da liberdade” (ENGELS, 2011, p. 94). Assim, a própria possibilidade do agir com liberdade dá-se sob os pressupostos do desenvolvimento material. Até então, as leis que regiam os homens, sua ação social, “impuseram-se [...] como leis inflexíveis da natureza, exercendo sobre eles um estranho domínio”, no entanto, a partir do advento da revolução, “a forma pela qual os homens devem organizar-se em sociedade – forma até aqui, por assim dizer, outorgada pela natureza e pela história – será então obra de sua livre iniciativa” (ENGELS, 2011, p. 94).

3.14 A criação da grande burguesia e da indústria

Temos visto, até aqui, o modo como Marx e Engels condicionam os processos políticos e sociais aos desenvolvimentos materiais da produção nas diversas sociedades e nos diversos contextos históricos. Do mesmo modo, procuramos demonstrar que, para esses autores, a realidade social não é uma via de mão única nem as forças materiais determinam de modo mecânico e determinista todos os eventos políticos e econômicos. Pudemos verificar, com base em textos dos próprios autores, que a chamada “superestrutura” pode influir – e de modo decisivo – para o desenvolvimento ou o entrave de uma determinada sociedade. E, além disso, vimos como a própria classe social pode ser encarada como uma força produtiva, podendo até

mesmo ser a mais decisiva dentre todas. E, tendo por fundamento essa concepção dialética dos autores, gostaríamos de passar em revista o modo como eles explicam o surgimento da grande burguesia e da indústria, tal como descrito já em *A ideologia alemã*.

Quando lemos, por exemplo, as considerações que os autores fazem sobre as diferentes formas de relação às quais estiveram submetidos os trabalhadores em determinados períodos históricos e em diferentes contextos, pode-se vislumbrar o modo como a organização do trabalho influi, inclusive, na constituição das classes sociais: “com a manufatura”, diz Marx, “modificou-se a relação do trabalhador com o empregador. Nas corporações continuava a existir a relação patriarcal entre oficiais e mestres; na manufatura, introduziu-se em seu lugar a relação monetária entre trabalhador e capitalista” (MARX; ENGELS, 2011a, p. 57). Assim, pode-se imaginar o modo como essa transformação, com a consequente instauração de uma relação monetária, fria e impessoal estabelecida entre empregadores e empregados, foi capaz de prover as condições para que se afrouxassem os vínculos anteriormente firmados entre estes. E, com a lassidão de tais vínculos, tem-se igualmente um pressuposto social e político para que se estabeleça não apenas a formação de uma consciência individual, independente, do trabalhador já despedado da influência do empregador, mas da própria classe social como um todo.

Ao descreverem o movimento histórico que impulsionou a manufatura e a produção em geral, “graças à expansão do comércio ocorrida com a descoberta da América e da rota marítima às Índias Orientais”, Marx e Engels explicam que “os novos produtos importados desses lugares [...] alteraram totalmente a posição das classes umas em relação às outras e aplicaram um duro golpe na propriedade feudal da terra e nos trabalhadores” (MARX; ENGELS, 2011a, p. 57). Assim, foi o incremento material, nesse período, que permitiu uma alteração na relação entre as classes – e estas aparecem, aqui, subordinadas a um movimento mais “subterrâneo”, ou seja, que se dá sob os seus pés e aos quais elas estão sujeitas. No entanto, como vimos anteriormente, esses movimentos “subterrâneos”, que têm o efeito de mudar a configuração das classes sociais e de transformar o modo como se estabelecem as relações entre si, podem dar azo à constituição da própria classe, não apenas como força produtiva, mas também como potência social e política. E temos aí, reafirmado, o movimento de mão dupla: do mundo da produção que transforma a constituição da classe, e da classe que, uma vez constituída como potência econômica e política, pode reagir e transformar o mundo da produção.

“O comércio e a manufatura criaram a grande burguesia” (MARX; ENGELS, 2011a, p. 57), escrevem Marx e Engels, dando mais uma vez, e de modo literal, provas de que, para eles, as classes sociais ora funcionam como sujeitos, ora como objetos. E esse movimento, que

resultou na criação da grande burguesia, terminou por afetar a relação desta com a chamada “pequena-burguesia”, que, segundo os autores, estava concentrada nas corporações e que “já não dominava mais nas cidades como antes, mas tinha de se curvar ao domínio dos grandes comerciantes e manufatureiros”, é por isso que as corporações entram em decadência, “tão logo entram em contato com a manufatura” (MARX; ENGELS, 2011a, p. 57). No entanto, é interessante notar como os autores atribuem a antigas medidas econômicas os novos resultados que começavam a ser alcançados pela indústria florescente: “a indústria [...] não podia renunciar aos privilégios que lhe tinham sido conferidos, não só, naturalmente, contra a concorrência interna, mas principalmente contra a concorrência externa” e, assim, “nessas proibições primitivas, o privilégio corporativo foi estendido a toda nação” (MARX; ENGELS, 2011a, p. 57). Aqui, portanto, as medidas advindas da assim chamada “superestrutura” parecem resistir com mais força às transformações do que aquelas da “infraestrutura” – ou, pelo menos, parecem se adequar perfeitamente a elas. Segundo Marx e Engels, “as tarifas alfandegárias surgiram dos tributos que os senhores feudais cobravam dos comerciantes que atravessavam seu domínio, como resgate da pilhagem”, sendo que tais tributos, “mais tarde, foram igualmente cobrados pelas cidades e, com o surgimento do Estado moderno, tornaram-se o meio de se obter dinheiro que se situava mais ao alcance do fisco” (MARX; ENGELS, 2011a, p. 57-58). Não foram apenas transformações eminentemente econômicas que resultaram na criação da grande burguesia e da grande indústria, portanto; para isso concorreram, antes, as ações políticas tomadas pelo Estado, tais como a proteção, a proibição e as medidas fiscais. É nesse sentido que se pode dizer, mais uma vez, que a chamada “superestrutura” concorre para o desenvolvimento (ou o retrocesso, conforme o caso) e as transformações ocorridas na base econômica, infraestrutural, da sociedade. Na história, tal como percebida por Marx e Engels, não há qualquer espaço para o mecanicismo, o determinismo, a “fórmula” simplista e a teleologia. E isso, como se vê, já em *A ideologia alemã*, quando estão apenas estabelecendo os alicerces de seu pensamento econômico, político, filosófico e social.

Ao discorrer sobre o estabelecimento do livre-comércio, os autores identificam as bases materiais e os movimentos de luta política que lhe deram origem: “A concentração do comércio e da manufatura num só país, a Inglaterra, [...] criou gradualmente para esse país um relativo mercado mundial e, com isso, uma demanda por seus produtos manufaturados”, e, como consequência, criou-se a necessidade de um incremento das suas próprias forças produtivas, que já não estavam em condições de atender às novas demandas – essa foi “a força motriz que deu origem ao terceiro período da propriedade privada desde a Idade Média, criando a grande indústria” (MARX; ENGELS, 2011a, p. 59-60). Note-se que Marx e Engels atribuem a uma

necessidade impessoal, objetiva, o caráter de “força motriz” do processo de desenvolvimento material que esteve nas origens da grande indústria. E não à luta de classes. O fato de que *A ideologia alemã* tenha sido escrita antes do *Manifesto comunista* – servindo-lhe de base mesmo, como se pode notar pela coincidência da exposição histórica encontrada nos dois textos – é significativo. Mesmo antes de redigirem sua famosa e, por vezes, mal compreendida afirmação sobre o papel da luta de classes na história, os autores já tinham plena consciência do peso dos fatores materiais e objetivos como fundamentos e condicionantes da ação subjetiva e, por isso mesmo, da própria luta de classes em si. Daí que, paralelamente a essa constatação, lemos também que “a livre concorrência na própria nação teve de ser conquistada, em toda parte, por uma revolução – 1640 e 1688 na Inglaterra, 1789 na França” (MARX; ENGELS, 2011a, p. 60). Desse modo, não há como isolar as lutas de classes e o desenvolvimento das forças produtivas em duas esferas estanques e destacadas uma da outra. Há, antes, uma interpenetração constante entre um domínio e o outro: o mundo material passa por transformações e, com isso, transforma as condições em que produzem e em que atuam politicamente as classes sociais; e as classes sociais, por sua vez, ao lançarem mão do poder econômico, político e social de que dispõem, transformam as forças produtivas. Foi assim que se deu, portanto, com as duas grandes revoluções da Idade Moderna (a última das quais, inclusive, inaugurou a Idade Contemporânea) e que terminaram por levar a burguesia ao poder em seus respectivos países. A ação política revolucionária da burguesia dos países mais adiantados, ao lançar o desafio da concorrência internacional, “forçou todo país que queria conservar seu papel histórico a proteger suas manufaturas por meio de medidas alfandegárias renovadas [...] e logo em seguida a pôr a grande indústria sob tarifas protecionistas”, e, ironia maior, “a grande indústria, apesar dos meios protecionistas, universalizou a concorrência” (MARX; ENGELS, 2011a, p. 60). Isso se deve ao fato de que a própria existência das classes sociais – e, nesse caso específico, da burguesia – é apreendida ao mesmo tempo sob uma perspectiva política e econômica. Se não se tomam as medidas políticas para a conquista e a manutenção do poder, não se pode efetivar o programa econômico; da mesma forma se, uma vez no poder, tal programa econômico não é realizado, isso acarretaria a perda de poder político. Pode acontecer, inclusive, que determinadas instituições ajam em nome da classe, sem que, para isso, a própria classe beneficiada com a medida em questão esteja plenamente desenvolvida e seja mesmo capaz de pleitear tal transformação. Foi assim, por exemplo, que o Estado russo aboliu a servidão em 1861, para além das aspirações mais imediatas e das medidas práticas da própria burguesia russa de então (TROTSKY, 2017). Dessa forma, o Estado, ao assumir o papel de promotor de novas relações sociais e ao impulsionar o desenvolvimento de novas forças produtivas, pode acabar criando

uma nova classe social ou mesmo promover o desenvolvimento de uma nova classe que, ainda sem condições de fazer valer seus interesses, termina por se beneficiar com tais medidas. Parece ter sido esse o caso da burguesia industrial brasileira a partir da Revolução de 1930 (FAUSTO, 1997) ou mesmo da burguesia italiana no contexto do *Risorgimento*.

3.15 A grande indústria e a revolução

O conjunto de forças poderosas desencadeado pela grande indústria é amplo, como descrevem os autores de *A ideologia alemã*, pois ela “criou os meios de comunicação e o moderno mercado mundial, submeteu a si o comércio, transformou todo capital em capital industrial e gerou, com isso, a rápida circulação [...] e a centralização dos capitais” (MARX; ENGELS, 2011a, p. 60). É preciso ressaltar: todas essas transformações são, aqui, atribuídas à “grande indústria”, ou seja, a uma força produtiva – ou, ainda, a um conjunto de forças produtivas que representam um elevado grau de desenvolvimento econômico. Nessa passagem, pelo menos, não se faz referência direta à ação da classe. E isso é significativo, pois, ao não associar direta e estreitamente as ações da classe e as ações da indústria, os autores não limitam o desenvolvimento econômico somente à influência das classes sociais – com isso, dão margem a interpretações como aquelas acima mencionadas, que atribuem ao Estado o papel de promotor da própria industrialização, por exemplo – e, por conseguinte, de “criador involuntário” de uma burguesia industrial. No *Manifesto comunista*, porém, como se verá mais adiante, as grandes transformações modernas são atribuídas mais propriamente à classe: à burguesia. A grande indústria, prosseguem os autores, “criou pela primeira vez a história mundial, ao tornar toda nação civilizada e cada indivíduo dentro dela dependentes do mundo inteiro para a satisfação de suas necessidades” (MARX; ENGELS, 2011a, p. 60). Compare-se essa passagem, por exemplo, com aquela presente no *Manifesto*: “Pela exploração do mercado mundial, a burguesia imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países. Para desespero dos reacionários, ela roubou da indústria sua base nacional” (MARX; ENGELS, 1998, p. 43). Num caso, o agente é “a indústria” – a força produtiva; no outro, a burguesia – a classe social. E não se deve atribuir tal diferença de redação a uma concepção diversa presente nos dois textos. Na concepção histórica exposta em *A ideologia alemã*, a burguesia também desempenha um papel ativo. E, como veremos, o mesmo pode se dizer do proletariado.

O progresso da indústria torna anacrônicas as relações sociais vigentes, já que essa mesma indústria produziu “uma massa de forças produtivas para a qual a propriedade privada tornou-se um empecilho”. E, ainda: tais “forças produtivas, sob o regime da propriedade

privada, obtêm apenas um desenvolvimento unilateral, convertem-se para a maioria em forças destrutivas” e, em parte, já não conseguem ser utilizadas sob o regime da propriedade privada (MARX; ENGELS, 2011a, p. 60). Aqui é a indústria, portanto, a responsável por criar as forças materiais que engendrarão a contradição com as relações de capital. Ela é uma avançada força produtiva que elimina, onde quer que se estabeleça, todas as formas mais rudimentares e atrasadas de produção e, conseqüentemente, as relações sociais que são correspondentes a essas formas mais arcaicas (MARX; ENGELS, 2011a, p. 60). Ao mesmo tempo, desenvolve os fundamentos materiais que resultarão no anacronismo das próprias relações sociais sob as quais viceja – o capital. Desse modo, caberia aqui a paráfrase da sentença que Marx e Engels utilizariam anos mais tarde no *Manifesto comunista*, ao resumirem o papel contraditório e involuntário que a burguesia desempenha na história: também a indústria cria sua própria mortalha. E isso, como dito anteriormente, não se deve a uma concepção diversa dos autores entre um texto e outro. Antes, revela como o movimento das forças produtivas e das classes sociais estão ligadas e, no pensamento revolucionário de Marx e Engels, ocupam papéis similares e intercambiáveis – podendo inclusive ocupar o mesmo papel a um só tempo, como no caso das classes sociais, que são por vezes encaradas, igualmente, como forças produtivas. Nada há, aqui, algo que seja rígido, definitivo, estabelecido, determinado, decidido ou assentado. Tudo depende da realidade fluida das coisas e da sociedade, do movimento, da plasticidade, da história. O marxismo – ao menos o marxismo dos seus fundadores – comporta uma concepção plástica da revolução, pois plástica é a realidade.

Outra consequência da expansão da grande indústria é a universalização gradual de novas relações sociais que substituem aquelas mais antigas e particulares, isto é, aquelas relações sociais de produção ligadas a situações nacionais mais específicas; e, “finalmente, enquanto a burguesia de cada nação conserva ainda interesses nacionais à parte, a grande indústria criou uma classe que tem em todas as nações o mesmo interesse e na qual toda nacionalidade já está destruída” (MARX; ENGELS, 2011a, p. 60-61). Ou seja, a grande indústria criou e universalizou o proletariado. Assim, podemos dizer que, mesmo ao tomar a grande indústria como uma força produtiva que atua como “agente”, o resultado, para a teoria da revolução marxiana, é que essa força produtiva cria a classe social que, por suas condições econômico-sociais, virá a fazer a revolução. Lembrando sempre, e mais uma vez, que o proletariado pode ser visto aqui, também ele, como força produtiva. Os autores ponderam, entretanto, que o desenvolvimento da grande indústria é desigual, mesmo dentro de um único país; mas isso, “todavia, não detém o movimento de classe do proletariado, já que os proletários criados pela grande indústria colocam-se à frente desse movimento e arrastam consigo toda a

massa” e, de outro lado, “os trabalhadores excluídos da grande indústria são jogados por esta última numa situação ainda pior do que a dos trabalhadores da própria grande indústria” (MARX; ENGELS, 2011a, p. 61).

Diante de tais considerações, vemos que o movimento de integração e influência mútua entre forças produtivas, classe social e relações de produção perpassa toda a exposição da concepção revolucionária de Marx e Engels. E mesmo os trabalhadores que estão à margem do moderno processo produtivo, bem como “toda a massa” da sociedade, acabam por integrar o processo de luta pela superação do capital liderado pelo proletariado industrial. Não há um vínculo direto entre o exercício de uma função prática específica do trabalhador e a sua qualificação como potencial sujeito revolucionário na teoria marxiana. Assim, não é necessário que um operário qualquer esteja desempenhando, na grande indústria, uma atividade em que ele transforma diretamente a natureza, através de seu trabalho, para que possa liderar ou fazer parte do processo de transformação social que deverá resultar no advento de novas relações sociais. Até mesmo porque, na moderna indústria, e cada vez mais, o operário passa a controlar a produção de maneira marginal, operando as máquinas dotadas de alta tecnologia de automação e que dispensam a intervenção manual (no sentido artesanal) do trabalhador. Além disso, como se depreende do trecho supracitado, mesmo aqueles operários que não estão integrados à grande indústria ou por ela foram relegados à margem da produção, bem como “a massa” que não precisa trabalhar, necessariamente, dentro da grande indústria, estão aptos a seguir o curso da classe revolucionária. Tal observação faz-se necessária pois já se sustentou que, para que possa integrar as fileiras do proletariado, o trabalhador deverá, necessariamente, exercer uma função manual, ou seja, precisaria transformar a natureza com as mãos (LESSA; TONET, 2012). Tal ideia, desprovida de fundamento na teoria marxiana, só pode ser concebida quando se confunde o trabalho como atividade física com o trabalho enquanto atividade econômica – ou seja, como uma relação social de produção. No entanto, o que caracteriza o proletário não é, fundamentalmente, a atividade prática que ele exerce, mas as relações sociais sob as quais ele exerce tal atividade; assim, no caso do operário moderno, as relações capitalistas de produção, a compra e venda de força de trabalho – e, portanto, o trabalho assalariado (MARX, 2013a, p. 690, nota).

A concisa exposição teórica que Marx viria a apresentar, muitos anos depois, no Prefácio de *Contribuição à crítica da economia política*, já se encontra desenvolvida, em suas linhas fundamentais, em *A ideologia alemã*. Ao falar, por exemplo, do movimento que preside as transformações revolucionárias, argumenta que a “contradição entre as forças produtivas e a forma de intercâmbio, que, como vimos, ocorreu várias vezes na história anterior sem, no

entanto, ameaçar seu fundamento, teve de irromper numa revolução” (MARX; ENGELS, 2011a, p. 61). Desse modo, as referidas contradições entre forças produtivas e a forma de intercâmbio (ou relações sociais de produção) não se apresentam apenas às vésperas da revolução, quando tal contradição está prestes a ser resolvida historicamente – invariavelmente levando ao estabelecimento de outras contradições entre novas relações de produção e um novo grau de desenvolvimento das forças produtivas. Além disso, quando eclode o movimento revolucionário, ele não se apresenta, necessariamente, de forma clara e precisa; ou seja, essa contradição elementar a que Marx e Engels se referem, relacionada aos fundamentos materiais e às relações sociais de produção, nem sempre se apresenta como tal. Antes, ao “irromper numa revolução”, essa “contradição assumiu ao mesmo tempo diversas formas acessórias, tais como totalidade de colisões, colisões entre classes distintas, contradição da consciência, luta de ideias, luta política etc.” (MARX; ENGELS, 2011a, p. 61), de forma que aquilo que está mais perceptível aos olhos dos homens passa por ser o real motivo das lutas e disputas que se estabelecem ao longo da história. O que se manifesta como expressão da contradição mais elementar acaba por aparecer, à primeira vista, como um fim em si, como seu próprio fundamento. Daí que as lutas religiosas, filosóficas e políticas que se desenvolveram – e ainda se desenvolvem – nas diversas sociedades através do tempo não possuem, via de regra e necessariamente, uma motivação intrínseca, autônoma. Elas têm como fundamento os embates entre as forças produtivas que tendem a se desenvolver e as relações sociais de produção que tendem a se tornar anacrônicas. Mais: elas são a expressão ideológica desses embates no âmbito da produção material. No entanto, como observado anteriormente, não se deve transformar tais observações num postulado geral, numa fórmula por meio da qual se pretenda explicar toda a história universal. Pelo contrário, elas devem servir apenas como ponto de partida para o estudo aprofundado de cada caso histórico em particular, podendo inclusive o caso concreto e específico contradizer a premissa inicial.

É igualmente significativo que os autores situem as “colisões entre classes distintas” no mesmo patamar das outras “formas acessórias” da contradição, tais como a “contradição da consciência” e a “luta de ideais”, por exemplo. Isso demonstra, mais uma vez, que mesmo a luta de classes estava determinada pelo movimento de contradição entre as forças produtivas e as relações sociais de produção. Também a disputa política entre as classes sociais seria resultante desse processo, e não a sua criadora. Desse modo, como veremos a seguir, seria preciso tomar com muito cuidado a afirmação segundo a qual a luta de classes é o motor da história. Já em *A ideologia alemã*, mais de três anos antes de redigirem o *Manifesto comunista*, Marx e Engels se expressavam de maneira categórica: “De acordo com nossa concepção,

portanto, todas as colisões na história têm sua origem na contradição entre as forças produtivas e a forma de intercâmbio” (MARX; ENGELS, 2011a, p. 61).

3.16 “*T is not too late to seek a newer world*”

A frase que abre o *Manifesto comunista* é possivelmente uma das mais famosas dentre os clássicos da literatura política: “A história de todas as sociedades até hoje existentes é a história das lutas de classes” (MARX; ENGELS, 1998, p. 40). Ao mesmo tempo, é uma das que mais se prestaram a interpretações que, em alguns momentos, lhe atribuíam um significado diverso daquele que os autores originalmente enunciaram. Não se trata apenas de levar em consideração a ponderação posterior incluída por Engels em nota de rodapé, e que amenizava um pouco o tom categórico da sentença, a saber, ela valeria apenas para a “história escrita”. A pré-História, segundo ele, era desconhecida quando os autores redigiram o *Manifesto*.

No entanto, para além dessa observação de Engels, é preciso evitar extrair daquela afirmação pressupostos e postulados políticos e filosóficos que ela, definitivamente, não contém. Um exemplo notório é o que enxerga a luta de classes mencionada por Marx e Engels como sendo “o motor da história”. Segundo essa interpretação, os autores teriam definido a luta de classes “como a força motriz da história humana, o combustível da mudança do mundo social” (RODRIGUES, 2021, online). A partir daí, vem o salto seguinte, realizado com um movimento sutil: já que a luta de classes é o motor da história, logo “a classe explorada é o agente da mudança” (BASSI, 2018, online)¹³. Parece um mero detalhe ou um pormenor sem maiores consequências para a teoria marxista. Mas o fato é que, entendido dessa maneira, o materialismo histórico fica esvaziado de seu conteúdo. A ideia de que a “luta de classes é o motor da história” e de que “a classe explorada é seu agente”, posta dessa maneira, de modo parcial, não só é problemática como parece estar em total desacordo com os fundadores do marxismo. Assim enunciada, a frase torna-se apenas um mote mais ou menos subjetivista e voluntarista, mais adequado à propaganda e à retórica vazia dos apelos discursivos do que ao pensamento político mais complexo e elaborado, como aquele desenvolvido por Marx e Engels.

Dizer que “a história de todas as sociedades até hoje existentes é a história das lutas de classes” é algo bem diverso do que dizer que a “luta de classes é a força motriz da história”. A mudança não é apenas sintática, quando a luta de classes passa de predicado a sujeito. É, sobretudo, uma mudança com enormes implicações teóricas. Mais do que contra a sintaxe, a

¹³ Esses exemplos, emblemáticos de uma teoria já bem vulgarizada, foram apanhados em sites populares de educação, destinados sobretudo a estudantes e vestibulandos.

interpretação mais vulgarizada da frase que abre o *Manifesto* atenta contra aquele que, acreditamos, seja o seu sentido original.

Ao reconhecer que o movimento histórico existia para além das lutas de classes, como o período a que Engels chama “pré-História”, ou seja, o da “organização social anterior à história escrita” (MARX; ENGELS, 1998, p. 40), o autor admite que essa mesma História é algo maior, e que o advento das próprias classes é o resultado de uma transformação social, ou seja, haviam aparecido apenas após a dissolução das comunidades primitivas. Assim, a História é vista como o todo e as lutas de classes como a parte. Não é possível, portanto, creditar aos autores do *Manifesto comunista* a ideia segundo a qual as lutas de classe são o motor da História. Segundo esse modo de interpretar o pensamento marxiano, é a luta de classes que faz a História acontecer, quando, na verdade, trata-se do contrário: é a História que dá lugar às transformações sociais que levam ao aparecimento das classes e ao desenrolar de suas lutas.

Não se deve, igualmente, atribuir demasiada importância ao fato de que Engels tenha usado, em sua nota sobre a pré-História, um critério muito popular entre os positivistas: o aparecimento da escrita. Isso, ademais, porque na mesma passagem Engels identifica esse período como sendo aquele das comunidades primitivas, anterior à divisão das sociedades em classes. O modo como os autores usavam esses termos é diverso do modo como se usa contemporaneamente. Tenha-se em conta, por exemplo, que, no prefácio de *Contribuição à crítica da economia política*, ao referir-se à superação da sociedade burguesa, Marx afirma que, com o fim dessa formação social, seria encerrada “a pré-História da sociedade humana” (MARX, 2003, p. 6). Aqui, portanto, identifica-se a pré-História com o período em que as sociedades se dividem em classes. A luta de classes seria uma manifestação da pré-História da sociedade humana. Com o advento do socialismo e do comunismo, e a superação da divisão entre as classes sociais, é que teria início, de fato, a História. Ao polemizar contra Feuerbach, já em *A ideologia alemã*, Marx argumentava que “o primeiro ato histórico é, pois, a produção dos meios para a satisfação” das necessidades humanas, ou seja, “comida, bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais” (MARX; ENGELS, 2011a, p. 32-33). E arremete, igualmente, contra aqueles intelectuais alemães “que, quando lhes falta o material positivo e quando não se trata de discutir disparates políticos, teológicos ou literários, nada nos oferecem sobre a história, mas sim sobre ‘os tempos pré-históricos’”, sem nos explicar, porém, “como se passa desse absurdo da ‘pré-história’ à história propriamente dita” (MARX; ENGELS, 2011a, p. 33). Assim, vê-se, mais uma vez, e de maneira enfática, o modo como Marx e Engels, para além de utilizarem os termos “História” e “pré-História” com certa liberdade, não identificavam, em absoluto, as lutas de classes como sendo “a força motriz da História”.

Quando usam uma expressão similar, aliás, afirmam que a revolução é essa “força motriz da história”, em contraste com os filósofos idealistas alemães, que acreditavam que esse papel cabia à “crítica” (MARX; ENGELS, 2011a, p. 43).

O debate sobre a interpretação mais acurada da frase que abre o primeiro capítulo do *Manifesto comunista* não é motivado por qualquer veleidade exegetica. Antes, constitui um ponto decisivo para a teoria marxista e, ademais, possui grandes implicações práticas. Pois, se admitirmos, como o faz a interpretação vulgar, que as lutas de classes – ou, ainda, “a classe oprimida”¹⁴ – são a força que move a história, então teremos que admitir, ao mesmo tempo, que o peso dos fatores subjetivos no materialismo histórico é o mais decisivo. Segundo esse ponto de vista, as classes são os agentes que, através de suas lutas, fazem a história acontecer. E as implicações políticas dessa concepção são claras, tendo sido, inclusive, muito influentes num certo tipo de marxismo que dominou o movimento comunista durante a maior parte do século XX.

Se a classe social é o agente transformador *par excellence*, e se a “classe oprimida” traz o futuro em suas mãos, então, tudo o que se tem a fazer é organizar a classe oprimida para a luta revolucionária. Note-se, apenas na passagem anterior, o quanto as expressões e os termos utilizados são reveladores do conteúdo político-filosófico representado por essa interpretação: “agente transformador”, “trazer o futuro nas mãos”, “organizar a classe” e “luta revolucionária”. Tudo isso revela uma concepção que atribui à classe social e aos seus “agentes” o papel de demiurgos da História. E, embora o papel do agente histórico seja fundamental para a teoria marxista, ele não é absoluto.

Outro ponto de decisiva importância para a teoria marxista, presente já na abertura do *Manifesto comunista*, é a afirmação de que a guerra ininterrupta entre as classes sociais “terminou sempre ou por uma transformação revolucionária da sociedade inteira, ou pela destruição das duas classes em conflito” (MARX; ENGELS, 1998, p. 40). Assim, ao admitir que o resultado da luta entre as classes pode ser a sua destruição, e não o advento de uma nova sociedade, Marx escapa à crítica muito comum que tem sido dirigida à sua teoria: a de que esta representaria uma filosofia da História, com um forte caráter teleológico. Ou seja, Marx teria concebido um sentido para a História, e esta deveria caminhar, inexoravelmente, para o socialismo e o comunismo. Como então puderam admitir os autores do *Manifesto* que o

¹⁴ O termo “classe oprimida” deve ser usado com muita cautela. Não basta ser “oprimida” para que uma classe seja revolucionária. A opressão é uma ação política e social, ao passo que as condições para que uma classe seja revolucionária são dadas, em última instância, por fatores econômicos. O lumpesinato, por exemplo, pode ser oprimido politicamente e sofrer grandes privações sociais, mas não ocupa uma posição econômica na estrutura produtiva que o condicione como uma “classe” revolucionária.

resultado das lutas de classes poderia ser diverso daquele determinado pelo *telos*? Quando se afirma, logo no princípio do texto, que os eventos históricos escapam a um destino fatal e determinado, dá-se à História uma liberdade que os epígonos do chamado “marxismo-leninismo”, como Bukharin, por exemplo, não gostariam de admitir (BUKHARIN, 1974). E mais uma vez vemos como a relação entre liberdade e necessidade é articulada, dentro do pensamento marxiano, de modo muito mais complexo e sofisticado do que os seus pretensos continuadores fizeram parecer: o início do *Manifesto comunista*, esse documento fundamental para o pensamento político moderno, é representativo de tal sofisticação.

Já em *A ideologia alemã*, no entanto, Marx colocava-se explicitamente contra interpretações teleológicas da história. Ao argumentar que as diversas gerações se sucedem herdando e modificando as condições encontradas pela geração precedente, o autor alerta para o risco de se tomar esse movimento de modo “especulativamente distorcido, ao converter-se a história posterior na finalidade da anterior, por exemplo, quando se atribui à descoberta da América a finalidade de facilitar a irrupção da Revolução Francesa”; com isso, Marx se desvincula desde já das concepções que enxergam a história como tendo “finalidades à parte”, como uma “‘pessoa ao lado de outras pessoas’ (tais como: ‘Autoconsciência’, ‘Crítica’, ‘Único’ etc.)” (MARX; ENGELS, 2011a, p. 40).

Quando se pensa nas lutas de classes como algo que ocorre dentro da História, ou seja, como uma parte constitutiva menor inserida num contexto mais amplo, coloca-se a ênfase no aspecto objetivo. As lutas de classes existem, elas são o resultado da ação humana, mas a História acontece antes e acontecerá depois que as lutas de classes tiverem desaparecido do seio das sociedades. Assim, as lutas de classes aparecem aqui como o predicado. Elas são produto da História. Afirma-se, desse modo, o aspecto da necessidade. Quando, porém, se admite que o desfecho dessas lutas pode resultar na transformação social, ou, ao contrário, no desaparecimento das classes em disputa, a ênfase recai no aspecto indeterminado: o da liberdade. E a História, então, não seria dirigida por um *telos*, um sentido pré-condicionado por um futuro que, evidentemente, ainda não existe concretamente. Por aí se nota que, apenas nas primeiras linhas de um texto amplamente conhecido dentro de sua produção teórica, Marx e Engels fornecem elementos para que se recusem dois grandes lugares-comuns na crítica dirigida contra seu pensamento: o de que teriam assinalado as lutas de classes – ou da “classe oprimida” – como sendo o “motor da história” e, depois, o de que sua teoria constituiria uma espécie de teleologia.

3.17 Tese e antítese

Também contra a concepção binária que enxerga apenas dois polos antagônicos nas diversas lutas sociais ao longo do tempo, o *Manifesto* apresenta valiosos elementos. Essa concepção, também bastante vulgarizada, pode ter derivado do procedimento duvidoso de relacionar o argumento da “tese-antítese-síntese” da filosofia idealista alemã à concepção histórica marxista (PLEKHANOV, 1947). No entanto, o que se vê no texto de Marx e Engels é algo mais rico e múltiplo do que uma história que acontece por conta da contraposição entre dois polos metafísicos encarnados por determinadas classes sociais. Haveria, sim, nas mais remotas épocas e em vários lugares, “uma múltipla gradação das posições sociais”, sendo os exemplos concretos o da Roma Antiga, onde “encontramos patrícios, cavaleiros, plebeus, escravos”, e o da Idade Média, quando tínhamos os “senhores, vassallos, mestres das corporações, aprendizes, companheiros, servos”, havendo, “em cada uma destas classes, outras gradações particulares” (MARX; ENGELS, 1998, p. 40). Apenas na época da burguesia é que esses antagonismos de classe foram simplificados, com a divisão cada vez mais acentuada “em dois campos opostos, em duas grandes classes em confronto direto: a burguesia e o proletariado” (MARX; ENGELS, 1998, p. 40-41).

O modo como Marx traça o desenvolvimento do mundo burguês, nessas páginas do *Manifesto comunista*, revela a articulação intrínseca entre a classe social como agente histórico e as forças produtivas. A burguesia é, ao mesmo tempo, sujeito e objeto do processo histórico; transforma o mundo em que atua, mas é, igualmente, por ele transformado. Assim, aquela classe cuja origem teve lugar entre os moradores dos primeiros burgos da Idade Média acabou por realizar façanhas como a descoberta da América e a circum-navegação da África: “Os mercados das Índias Orientais e da China, a colonização da América, o comércio colonial, o incremento dos meios de troca e das mercadorias em geral imprimiram ao comércio, à indústria e à navegação um impulso desconhecido até então” (MARX; ENGELS, 1998, p. 41). Nota-se o peso das transformações materiais no processo de expansão burguês, ou seja, a ampliação e o fomento do aparato produtivo e da circulação das mercadorias. O incremento e o aperfeiçoamento destes últimos, por sua vez, refletiam diretamente sobre a classe, fazendo com que se desenvolvesse “rapidamente o elemento revolucionário da sociedade feudal em decomposição” (MARX; ENGELS, 1998, p. 41).

Com a transformação da burguesia, mudava, ao mesmo tempo, o equilíbrio entre esta e as demais classes sociais existentes. Assim, a manufatura substituiu a antiga organização feudal da indústria e “a pequena burguesia industrial suplantou os mestres das corporações” (MARX;

ENGELS, 1998, p. 41). No entanto, com a procura crescente por mercadorias, também a manufatura acabou por tornar-se obsoleta; foi então que “o vapor e a maquinaria revolucionaram a produção industrial” e que “a grande indústria moderna suplantou a manufatura”, com a conseqüente superação da “média burguesia manufatureira” pelos “milionários da indústria”, ou seja, os “burgueses modernos” (MARX; ENGELS, 1998, p. 41). Toda essa última passagem poderia ser assim resumida: o mundo transforma a classe e a classe transforma o mundo, num movimento constante de causa e efeito. Não há, portanto, qualquer tendência de Marx em representar a burguesia como uma classe estática e imutável, nem mesmo em atribuir-lhe a capacidade extraordinária de transformar a realidade de forma voluntarista ou independente das condições concretas que o mundo ao seu redor lhe apresenta, condicionando as suas ações e estabelecendo os limites e o alcance dos seus resultados. Aqui já se faz valer a máxima segundo a qual os homens fazem a sua história – e não do modo como querem, mas de acordo com as condições concretas com que se defrontam.

Pode-se pensar, igualmente, no quanto a burguesia é vista, no *Manifesto*, como elemento passivo¹⁵ da história, ou, antes, o quanto ela pode ser concebida como um ator que tem os seus movimentos condicionados pelo papel que foi chamado a desempenhar no palco histórico. Isso se reflete na própria construção do texto marxiano: “a grande indústria criou o mercado mundial”; “o mercado mundial” acelerou o desenvolvimento do comércio, da navegação e dos meios de comunicação; esse desenvolvimento reagiu sobre a expansão da indústria, “e à medida que a indústria, o comércio, a navegação, as vias férreas se desenvolviam, crescia a burguesia, multiplicando seus capitais”, de modo que a “burguesia moderna é o produto de um longo processo de desenvolvimento” (MARX; ENGELS, 1998, p. 41). Um *produto* histórico – assim Marx descreve a burguesia. As transformações do mundo material transformaram a classe. Impossível acentuá-lo de modo mais claro.

No entanto, após esboçar uma síntese do percurso histórico que levou a burguesia a transformar-se, de classe oprimida no feudalismo a controladora do executivo no Estado moderno, os autores do *Manifesto* passam a discorrer sobre a participação ativa por ela exercida: “A burguesia desempenhou na História um papel iminentemente revolucionário” (MARX; ENGELS, 1998, p. 42), passando, em seguida, a elencar as suas diversas conquistas. Aqui a

¹⁵ Com o termo “passivo” aqui empregado não queremos dizer, em absoluto, que a classe não seja um agente no processo histórico, ou que sua ação seja aí algo secundário; antes, queremos notar o modo como ela vem ao mundo, como surge sem concorrer para isso e como é condicionada. A expressão, ademais, é usada pelos próprios autores do *Manifesto* ao dizerem que a burguesia é “agente passivo e involuntário” [*willenloser und widerstandsloser Träger*] do “progresso da indústria” (MARX; ENGELS, 1998, p. 51). O termo alemão *Träger*, inclusive, pode significar “portador”, “representante”, “detentor” ou “titular”.

burguesia assume, de fato, o papel de *agente*: foi ela que conquistou o poder e destruiu as relações feudais e patriarcais; que substituiu as várias liberdades pela singular liberdade de comércio; que em lugar da exploração dissimulada colocou uma exploração aberta e brutal; que rebaixou antigas profissões, antes reputadas como dignas e respeitáveis, ao status de servis e assalariadas; reduziu as relações familiares a relações monetárias (MARX; ENGELS, 1998, p. 42).

Até aqui, como se vê, as transformações promovidas pela burguesia, onde quer que essa classe tenha conquistado o poder, encontram considerações frias e sóbrias por parte dos autores. Não há, por enquanto, qualquer exaltação dessas transformações. Nota-se, antes, certa mordacidade e acidez em seus comentários. Afinal, a burguesia havia substituído, com seu domínio, classes mais atrasadas. E, por isso, Marx e Engels não exaltam os valores do mundo antigo em contraposição à nova sociedade nascente. O seu ponto de vista, no *Manifesto comunista*, é já o da classe trabalhadora, e os juízos que fazem em relação ao mundo burguês ascendente são condicionados por essa mesma perspectiva. Em seguida, porém, ao tratar das realizações materiais da classe burguesa, há uma certa inflexão no tom adotado. Em certos momentos, beira o elogio. Assim, a burguesia “foi a primeira a provar o que a atividade humana pode realizar: criou maravilhas maiores que as pirâmides do Egito, os aquedutos romanos, as catedrais góticas; conduziu expedições que empanaram mesmo as antigas invasões e as Cruzadas” (MARX; ENGELS, 1998, p. 42-43). E o caráter intrinsecamente revolucionário dessa classe é declarado de modo categórico, visto que ela não poderia existir “sem revolucionar incessantemente os instrumentos de produção e, com isso, todas as relações sociais” (MARX; ENGELS, 1998, p. 43).

Há, nessa última passagem, uma relação de subordinação entre “relações sociais” e “instrumentos de produção”, sendo que a transformação desses últimos ocupa, aqui, a primazia. Não se trata de preciosismo, ou de qualquer vago esforço exegético de nossa parte ao anotá-lo. Antes, a relação entre “forças produtivas” e “relações sociais de produção” constitui um dos pontos centrais para a teoria marxista da revolução. Afinal de contas, qual é a determinante? A classe social burguesa aparece, em primeiro lugar, como o produto de um longo desenvolvimento histórico. Em seguida, atua como agente de tal processo ao revolucionar os instrumentos de produção. Quando transforma os meios de produção, modifica, ao mesmo tempo, todas as relações sociais, bem como a si mesma. Ao modificar as relações sociais, a burguesia dá origem a uma outra classe, o proletariado. Vê-se, nessa breve síntese, quão intrincado é o movimento que relaciona forças produtivas, classe social e relações de produção. Por isso, a teoria da revolução em Marx não pode ser resumida a uma fórmula simplificada que

se porta no bolso para uso particular de qualquer partido ou movimento em qualquer contexto social. E as fórmulas não podem, igualmente, substituir o estudo criterioso da história e dos diversos contextos socioeconômicos em que se dão as revoluções e as transformações sociais.

O caráter vertiginoso e implacável das transformações promovidas pela burguesia é descrito de modo dramático pelos autores: “Tudo o que era sólido e estável se desmancha no ar” (MARX; ENGELS, 1998, p. 43). A revolução permanente das condições de produção e das relações sociais é o modo de existência do mundo burguês. E, nesse sentido, pode-se afirmar que a teoria da revolução é o cerne do pensamento marxista. Se diante da aparente perenidade das instituições e das estruturas econômicas do mundo feudal era difícil vislumbrar o grau de correção contido na filosofia dialética que, desde Heráclito, anunciava que a mudança constante era o modo de existência das coisas, com a era de convulsões sociais e econômicas promovidas pelo desenvolvimento burguês, até mesmo as mentes mais obtusas teriam de admitir o preceito da mudança perene da realidade.

“Todo o mundo é composto de mudança / Tomando sempre novas qualidades”, cantou o poeta português Luís de Camões (1843, p. 29), contemporâneo da expansão marítima portuguesa. E o período das navegações foi crucial para o desenvolvimento e o estabelecimento do novo modo de produção: “Impelida pela necessidade de mercados sempre novos, a burguesia invade todo o globo terrestre. Necessita estabelecer-se em toda parte, explorar em toda parte, criar vínculos em toda parte” (MARX; ENGELS, 1998, p. 43). O espírito de aventura suscitado por essa condição, aliás, seria duradouro e teria seus reflexos projetados também na literatura do lado norte do Canal da Mancha. O poeta vitoriano Alfred Tennyson, por exemplo, contemporâneo de Marx e Engels, publicaria seu *Ulysses* apenas seis anos antes do *Manifesto comunista*: “*I cannot rest from travel: I will drink / Life to the lees*”, entoa o herói do poema (LORD TENNYSON, 2007, e-book). O Ulisses da epopeia clássica seria aqui, em certo sentido, uma antecipação do burguês da era das grandes explorações e, ademais, anunciaria o espírito desbravador e ousado do burguês contemporâneo. Mesmo porque, depois de ter errado pelo mundo e de ter passado por grandes perigos, de ter conhecido muitas coisas, cidades de homens, climas, maneiras, concelhos, governos, ele não pode mais permanecer em Ítaca; ele se tornara, afinal, parte daquilo tudo que encontrara. O Ulisses de Tennyson não se entrega à vida pacata e tranquila da velhice: “*How dull is to pause, to make an end, / To rust unburnish'd, not to shine in use! / [...] 'T is not too late to seek a newer world*” (LORD TENNYSON, 2007, e-book). Quanta diferença em relação à disposição espiritual do mundo antigo: permanecer em Ítaca seria ceder a um modo de viver que já não é mais compatível com o mundo de Tennyson. O

Ulisses vitoriano, assim como a burguesia, já não pode restar reinando num mundo pacato e isolado.

Na medida em que envolve todo o globo terrestre no incrível redemoinho da produção capitalista e que imprime “um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países” (MARX; ENGELS, 1998, p. 43), a burguesia faz, ao mesmo tempo, com que “as criações intelectuais de uma nação” tornem-se “patrimônio comum”, e “das numerosas literaturas nacionais e locais nasce uma literatura universal” (MARX; ENGELS, 1998, p. 43). A transformação do mundo material condiciona, por toda a parte, uma revolução do mundo espiritual. E os problemas materiais e espirituais do mundo burguês passam, cada vez mais, a ser os problemas materiais e espirituais universais. Para criar, nas palavras dos autores, “um mundo à sua imagem e semelhança”, a burguesia se vale do “aperfeiçoamento dos instrumentos de produção e o constante progresso dos meios de comunicação” (MARX; ENGELS, 1998, p. 44). Mais uma vez, vemos os meios materiais, ou seja, as forças produtivas, como condicionantes do movimento histórico promovido por uma determinada classe social. Logo adiante, porém, Marx e Engels voltam a acentuar o papel de agente revolucionário da burguesia enquanto promotora de transformações materiais jamais vistas, já que ela, “em seu domínio de classe de apenas um século, criou forças produtivas mais numerosas e mais colossais do que todas as gerações passadas em seu conjunto”; essas realizações foram tais como “a subjugação das forças da natureza, as máquinas, a aplicação da química na indústria e na agricultura, a navegação a vapor, as estradas de ferro, o telégrafo elétrico, a exploração de continentes inteiros, a canalização dos rios”; tais forças produtivas estariam “adormecidas no seio do trabalho social”, e coube à burguesia despertá-las (MARX; ENGELS, 1998, p. 44).

Assim, é a relação social de produção própria do mundo burguês a responsável por impelir essa classe a tantas conquistas e mudanças, pois a classe burguesa não havia promovido tamanhas transformações pelo fato de ser constituída por homens qualitativamente superiores aos das classes que a precederam historicamente. Ela era, por assim dizer, coagida ou constringida em seus movimentos pelo capital. Isso se depreende, inclusive, da passagem em que os autores do *Manifesto* assinalam: “Sob pena de ruína total, ela obriga todas as nações a adotarem o modo burguês de produção, constrange-as a abraçar a chamada civilização, isto é, a tornarem-se burguesas” (MARX; ENGELS, 1998, p. 44). Portanto, do mesmo modo que lá onde o capital já se instalou ele regula os movimentos e as ações da classe burguesa, também nos países que ainda não haviam adotado o modo de produção capitalista sua pressão se fazia sentir. Essa concepção da classe como agente condicionado pela relação social de produção é determinante para o pensamento marxista. Inclusive para que se entenda como foi possível, em

muitos eventos históricos mais recentes, como em certas revoluções do século XX, que o capital se desenvolvesse e se estabelecesse como relação social de produção dominante em determinados países sem que houvesse ali uma burguesia concorrendo para isso. Pelo contrário, em muitas dessas revoluções a burguesia, enquanto classe, foi derrotada em guerra civil, como no caso da Rússia entre 1917-1922.¹⁶

O esquema analítico que Marx exporia mais tarde no prefácio de *Contribuição à crítica da economia política*, de 1859, e que ao ser transformado numa fórmula simplista tanto mal causou à teoria marxista, já aparece aplicado, mas de forma consequente, no *Manifesto comunista*, publicado onze anos antes. Aqui, em vez da fórmula, recorre-se ao exemplo histórico, ainda que de modo muito sintético. Assim, segundo seus autores, “os meios de produção e de troca, sobre cuja base se ergue a burguesia, foram gerados no seio da sociedade feudal”, mas, “numa certa etapa do desenvolvimento desses meios de produção e de troca, as condições em que a sociedade feudal produzia e trocava – [...] o regime feudal de propriedade – deixaram de corresponder às forças produtivas em pleno desenvolvimento”, tornando-se, assim, entraves para a produção (MARX; ENGELS, 1998, p. 44-45). Era preciso superar aquela organização social, que se tornara anacrônica; e, por isso, foi superada: “Em seu lugar, surgiu a livre concorrência, com uma organização social e política apropriada, com a supremacia econômica e política da classe burguesa” (MARX; ENGELS, 1998, p. 45).

Os termos com que Marx e Engels se expressam ao sintetizar a história da indústria e do comércio nas décadas precedentes são inequívocos, pois essa não seria senão “a história da revolta das forças produtivas modernas contra as modernas relações de produção, contra as relações de propriedade que condicionam a existência da burguesia e seu domínio” (MARX; ENGELS, 1998, p. 45). É certo que os autores entendiam o próprio proletariado, enquanto classe, como uma força produtiva – talvez, inclusive, a força produtiva mais decisiva (MARX, 1985a, p. 159). No entanto, não é apenas ao proletariado que os autores se referem quando assinalam a revolta das forças produtivas modernas contra as relações de produção capitalistas. Mencionam, antes, a própria crise de superprodução, classificada como uma “epidemia”. E, notável paradoxo, a sociedade vê-se reconduzida a um momentâneo estado de barbárie, e isso porque essa mesma sociedade burguesa produz “civilização em excesso, meios de subsistência em excesso, indústria em excesso, comércio em excesso” (MARX; ENGELS, 1998, p. 45). Ou seja, para além de ser vítima de um agente histórico que age deliberadamente para suplantá-la o

¹⁶ Seria importante notar que, ao contrário do que se consagrou na literatura bolchevique, o significado da chamada Guerra Civil Russa teria sido, mais precisamente, o combate dos bolcheviques contra os camponeses (CINNELLA, 2012).

seu poder político e econômico, a burguesia vê-se enredada em contradições estruturais, ligadas de forma inerente ao próprio processo de desenvolvimento das forças produtivas para o qual ela concorre. Assim, essas mesmas forças produtivas deixam de favorecer o desenvolvimento das “relações burguesas de propriedade; pelo contrário, tornaram-se poderosas demais para estas condições” e, por isso, “passam a ser tolhidas por elas” (MARX; ENGELS, 1998, p. 45). Já não há mais, portanto, uma relação de adequação entre forças produtivas e relações de produção. Marx e Engels resumem, numa sentença, esse dilema: “O sistema burguês tornou-se demasiado estreito para conter as riquezas criadas em seu seio”, e todas as formas conhecidas para se combater as crises resultantes do modo de produção capitalista não fazem mais que agravar essa contradição, resultando em outras tantas crises que tendem a se repetir de maneira mais ampla e avassaladora (MARX; ENGELS, 1998, p. 45).

O modo como os elementos objetivos e subjetivos se relacionam no processo revolucionário que deverá superar o mundo do capital é resumido de modo preciso numa passagem elementar do *Manifesto*: “A burguesia, porém, não se limitou a forjar as armas que lhe trarão a morte; produziu também os homens que empunharão essas armas – os operários modernos, os *proletários*” (MARX; ENGELS, 1998, p. 46). Até aqui, viemos acompanhando a ênfase dada ao desenvolvimento das forças produtivas (as armas) e, na medida em que estas se incrementam, sua crescente contradição com as relações capitalistas; agora, porém, os autores colocam em cena essa classe social, o proletariado (os homens que empunharão as armas), que deverá levar a cabo a revolução que superará o capital.

Contudo, ao explicar o significado do proletariado moderno no *Manifesto*, Marx usa uma definição que, como demonstrariam seus estudos posteriores, não é completamente precisa. Após anotarem que o desenvolvimento do capital e da burguesia engendra igualmente o desenvolvimento da classe dos modernos operários, os autores escrevem: “Esses operários, constrangidos a vender-se a retalho, são mercadoria, artigo de comércio como qualquer outro” (MARX; ENGELS, 1998, p. 46). No entanto, como se demonstra nos seus trabalhos da maturidade, bem como naqueles da juventude que passaram por uma correção – tal como *Trabalho assalariado e capital*, escrito por Marx em 1847 e reparado posteriormente por Engels –, o operário não é, ele mesmo, uma mercadoria. Antes, é apenas o “portador” de uma outra mercadoria, a força de trabalho, a qual ele vende para o capitalista por um valor muito inferior àquele que ela é capaz de produzir (MARX, 1985b). Apesar dessa pequena imprecisão, posteriormente superada e corrigida nos seus escritos econômicos da maturidade, a condição de vulnerabilidade do moderno operário diante das “vicissitudes da concorrência” e das

“flutuações do mercado” é descrita de modo muito acertado no *Manifesto comunista* (MARX; ENGELS, 1998, p. 46).

Um dos aspectos da situação do moderno operário notados pelos autores é o caráter enfadonho do trabalho realizado na indústria. Aqui o operário tornar-se-ia “um simples apêndice da máquina”, e dele só seria exigido “o manejo mais simples, mais monótono, mais fácil de aprender”; essa situação retiraria da atividade do trabalhador “o seu caráter autônomo” e resultaria na perda do seu atrativo (MARX; ENGELS, 1998, p. 46). Essa observação, aliás, insinua em certa medida uma forma de epistemologia que precede inclusive as descobertas de *A ideologia alemã* nesse campo. Ou seja, só faz sentido acentuar o caráter estreito e enfadonho do trabalho na moderna indústria como um elemento potencialmente revolucionário – uma vez que este seria uma espécie de negação de uma forma genuína de trabalho – se se admitir, por conseguinte, algo como um homem genuíno abstrato. No entanto, é no proletariado e na sua situação concreta enquanto classe que Marx e Engels fundamentam o seu ponto de vista. Por isso os autores fazem, no *Manifesto*, uma breve síntese do aparecimento histórico e do desenvolvimento dessa classe. Na *Miséria da filosofia*, Marx já mencionara brevemente o modo como a história da burguesia se divide em duas fases: a primeira, durante a qual ela se constituiu enquanto classe, “sob o regime da feudalidade e da monarquia absoluta, e aquela em que, já constituída em classe, derrubou a feudalidade e a monarquia” para constituir uma sociedade burguesa à sua medida (MARX, 1985a, p. 159). Esse movimento de passagem da classe em si à classe para si é igualmente preconizado em relação ao proletariado, tanto na *Miséria da filosofia* (MARX, 1985a, p. 159-160) quanto no *Manifesto comunista* (MARX; ENGELS, 1998, p. 47-51). Por isso, aqui volta a aparecer o caráter ativo da classe.

Depois de superar o caráter limitado de suas lutas regionais e de seus métodos mais primitivos e menos efetivos, tais como os ataques aos instrumentos de produção, depois de passar por aquela fase em que existe quase como um apêndice político e social da burguesia, o proletariado começa a adquirir mais força e, ao mesmo tempo, passa a ter consciência dessa força; e, *nota bene*, tudo isso como consequência do desenvolvimento da indústria (MARX; ENGELS, 1998, p. 47). Ou seja, da mesma indústria cujo desenvolvimento a burguesia era o agente involuntário. Acentuamos aqui essa passagem para que se perceba como, mesmo nas páginas do *Manifesto* em que os autores ressaltam o caráter ativo do proletariado, não se perde de vista que a constituição e o desenvolvimento dessa classe estão igualmente condicionados por um fator objetivo e involuntário-passivo. É a máquina que “extingue toda diferença de trabalho” e é o seu aperfeiçoamento constante e veloz que “torna a condição de vida do operário cada vez mais precária” (MARX; ENGELS, 1998, 47-48).

Apesar do caráter objetivo do processo em que se constitui o proletariado e em que se dão as condições para a sua união, através da facilitação das comunicações, por exemplo, é por meio das lutas de classe que se dá a sua educação política. E é a burguesia que lhe fornece essa educação ao arrastá-lo para as suas lutas contra a aristocracia e as frações mais atrasadas da própria burguesia, além dos seus congêneres e concorrentes internacionais; “em todas essas lutas”, dizia o *Manifesto*, a burguesia “vê-se forçada a apelar para o proletariado, a recorrer a sua ajuda”, fornecendo a essa classe “armas contra ela própria” (MARX; ENGELS, 1998, p. 48).

Essa análise, realizada antes da revolução e contrarrevolução alemã de 1848, ganhou com tais eventos um caráter preditivo. Nas páginas da *Neue Rheinische Zeitung*, Marx escreveria um artigo furioso¹⁷ contra a covardia da burguesia prussiana que, tendo sido levada às alturas do Estado [*Staatshöhn*] através de uma revolução popular, acabou por adotar uma postura tímida e hesitante diante dos novos desafios de transformação política e econômica. Ela não era, assim como a burguesia francesa de 1789, “a classe que defendia *toda* a sociedade moderna face aos representantes da velha sociedade, a realeza e a nobreza”, antes “tinha descido a uma espécie de *estado* [*Stand*] tão marcadamente contra a Coroa como contra o povo, desejosa de opor-se a ambos” (MARX, 1982, online). A pena afiada do autor contra a vacilante e mesquinha burguesia prussiana, no entanto, iria ainda mais longe – e lhe renderia processos e perseguições. Revoltado com a violência desmedida com que os governos europeus reprimiram as insurreições de 1848, Marx chegou a pregar o terror revolucionário como um modo de diminuir e tornar mais simples e concentradas “as agonias da morte da velha sociedade e os espasmos sangrentos do parto da nova sociedade”, como lembraria uma sua biógrafa (GABRIEL, 2013, p. 217). A defesa de um método extremo, como o terror revolucionário, no contexto conturbado das revoluções alemãs de 1848, não deve, contudo, criar ilusões a respeito da teoria marxiana da revolução *em geral*. Em primeiro lugar porque, embora não fosse contrário ao uso da violência revolucionária por princípio, sabia que não bastavam apenas os golpes de força para que se promovesse uma transformação profunda da sociedade. Depois, porque viria a admitir, mais tarde, métodos bem menos traumáticos para alcançar tais objetivos.¹⁸

Essa passagem, no entanto, é significativa por demonstrar a importância atribuída por Marx à luta eminentemente política dentro processo revolucionário. Uma importância que o

¹⁷ Artigo de Karl Marx, publicado na *Neue Rheinische Zeitung* de 15 de dezembro de 1848.

¹⁸ Ver o artigo de Friedrich Engels (1982) “A questão camponesa em França e na Alemanha”, escrito entre 15 e 22 de novembro de 1894 e publicado na *Die Neue Zeit*.

levou não apenas a defender métodos jacobinos num momento particularmente tenso na história das lutas de classes da Alemanha, mas ainda o fez engajar-se diretamente nessa luta como jornalista. Engels foi até mais além: participou ativamente da insurreição em Elberfeld. E foi alijado do levante pelos membros da “classe média”, temerosos de que ele “fosse dar à revolta uma faceta mais radical do que era o caso” (GABRIEL, 2013, p. 226). Ainda, no histórico último número da *Neue Rheinische Zeitung*, de 19 de maio de 1849, “Marx escreveu: ‘Não temos compaixão e não pedimos a sua compaixão. Quando chegar a nossa vez, não haverá desculpas para o terror’” (GABRIEL, 2013, p. 227).

A influência das lutas políticas e sociais europeias da década de 1840 na teoria da revolução de Marx não é algo que se possa subestimar, e foi analisada por Michael Löwy em seu livro *A teoria da revolução no jovem Marx*. O autor defende a tese de que, para além da ruptura epistemológica, o nascimento do marxismo deu-se também sob o signo da uma ruptura política, ou seja, não bastaria explicar, desde um ponto meramente intelectual ou teórico, o movimento de superação do novo materialismo, como Marx o chama nas *Teses sobre Feuerbach*. Seria preciso, igualmente, analisar o modo como Marx se envolve com as lutas dos operários e passa a ter contato com os nascentes movimentos socialistas e comunistas. Assim, o livro é descrito pelo autor como “uma tentativa de interpretação marxista de Marx” e o seu objetivo seria “dar conta do aparecimento no jovem Marx de uma concepção do mundo, a *filosofia da práxis*, fundamento metodológico de sua teoria da revolução como autoemancipação do proletariado” (LÖWY, 2012, p. 20, grifo do autor).

Do ponto de vista biográfico, ainda, dois eventos podem ser assinalados como sendo decisivos. Num primeiro momento, a sua viagem à Inglaterra, em 1845, acompanhado de Friedrich Engels. Ao relatar o impacto e a significação de sua visita a Manchester, Mary Gabriel escreve: “Antes dessa viagem jamais conhecera efetivamente a vida proletária, e era improvável que já tivesse experimentado alguma coisa que pudesse prepará-lo para a degradação da humanidade que viu ali” (GABRIEL, 2013, p. 126). Num segundo momento, em abril de 1849, depois das desilusões com a União Democrática da Renânia. Vendo que os aliados liberais que antes tinham apoiado os trabalhadores agora lhes davam as costas, Marx rompeu com “os burgueses democratas que eram seus sócios” na *Neue Rheinische Zeitung*; seus biógrafos, “Boris Nicolaievski e Otto Maenchen-Helfen, identificam este como o momento em que Marx se alinha completamente com o proletariado. Nunca mais ele buscaria uma aproximação política com a burguesia” (GABRIEL, 2013, p. 224).

Embora escrito e publicado antes das insurreições europeias de 1848 e de seus desfechos decepcionantes, como no caso alemão, o *Manifesto comunista* é considerado por Löwy como

“o resultado, a concretização, a conclusão prática/estratégica da reflexão filosófica e política do jovem Marx sobre as condições da possibilidade da revolução como autoemancipação proletária” (LÖWY, 2012, p. 26). E apesar de não endossarmos completamente as análises de Löwy a respeito da teoria da revolução marxiana, essa sua afirmação é emblemática da posição que considera o papel ativo da classe operária no processo revolucionário, e sobretudo pelo fato de indicar o modo como os movimentos, as insurreições e as revoluções concebidos e promovidos por essa classe tiveram um papel decisivo no desenvolvimento do pensamento marxiano, e particularmente em sua teoria da revolução. No entanto, esse papel, embora possa muito, não pode tudo. E nisso reside a nossa ponderação em relação à tese de Löwy. O desenvolvimento da teoria da revolução em Marx se dá, ao mesmo tempo, sob um aspecto epistemológico e prático. A prática informa a teoria, é capaz de modificá-la, aperfeiçoá-la, mas não é capaz, por si só, de dar-lhe um fundamento completo ou de subvertê-la totalmente; dito de outro modo, nesse caso, especificamente, o *fundamento teórico precede o fundamento prático*, e não o contrário, como acredita Löwy. Essa afirmação ficará mais evidente na medida em que nos debruçarmos sobre os escritos econômicos, e particularmente os *Grundrisse*, um dos nossos principais objetos de estudo neste trabalho. Algumas das descobertas que fundamentam a teoria da revolução do velho Marx são de ordem prática, ou seja, vêm do mundo material, da produção, como o conflito entre a automação crescente e a manutenção do trabalho humano como medida do valor. O ponto central, no entanto, parece residir no fato de que não se pode confundir sempre “mundo prático” com “prática” ou “práxis revolucionária” ou, ainda, simplesmente “prática humana” em geral. Além disso, não se pode acreditar que a prática humana – ou, no caso, a prática das classes – não esteja condicionada por fatores bem objetivos, que impulsionam ou limitam sua ação, tais como o desenvolvimento do aparato produtivo, a constituição da própria classe enquanto força produtiva, a sua organização e formação intelectual. Seria, portanto, um equívoco separar a “práxis” das suas condicionantes materiais, como se ela representasse o reino da liberdade, enquanto o desenvolvimento das forças produtivas, por exemplo, representaria o reino da necessidade. Necessidade e liberdade, para Marx e Engels, não existem como dimensões estanques da realidade: antes, existem ao mesmo tempo e são indissociáveis (ENGELS, 2020).¹⁹

¹⁹ A relação entre necessidade e casualidade (ou liberdade), tema tratado por Hegel desde um ponto de vista filosófico em sua “Lógica”, é, de fato, o grande tema sobre o qual nos debruçamos neste trabalho, mas desde um ponto de vista sociológico e histórico. Ou seja, como se dá na prática a relação entre necessidade e liberdade na teoria da revolução marxiana.

Ao considerar as diferenças entre o processo revolucionário burguês e aquele pelo qual deverá passar o proletariado, Michael Löwy argumenta que “a burguesia pode tornar-se ‘classe dominante’ mesmo sem uma ação histórica consciente, porque a revolução burguesa pertence ao reino da necessidade”, ou seja, “mesmo que essa ação seja alienada, orientada por objetivos ilusórios, inspirada por mitos, a ‘astúcia da razão’ da evolução econômica e social lhe dará a vitória” (LÖWY, 2012, p. 49). Esse modo de conceber a revolução burguesa pode ser que não coincida com aquele elaborado por Marx, na *Miséria da filosofia*, em que essa classe passa de classe em si a classe para si, por exemplo (MARX, 1985a). O mais significativo, porém, é que Löwy atribua à própria lógica do desenvolvimento econômico burguês o papel decisivo em sua revolução. Aqui a necessidade (representada pela “‘astúcia da razão’ da evolução econômica”) joga o papel principal. E o autor parece esquecer-se, por conseguinte, do longo processo da acumulação primitiva, descrito pelo próprio Marx em *O Capital*, onde se percebe o modo como a burguesia agiu, ativamente e de modo violento, ao trazer ao mundo esse novo modo de produção e estabelecer de vez essa nova relação social. Por outro lado, quando se trata da revolução proletária, a lógica se inverte: esta deverá ser “a primeira transformação *consciente* da sociedade, o primeiro passo no ‘reino da liberdade’, o instante histórico em que os indivíduos, até então objetos e produtos da história, colocam-se como sujeitos e produtores” (LÖWY, 2012, p. 49).

Acreditamos não haver razões suficientes para crer que as revoluções burguesas, desde a luta dos Países Baixos pela sua independência contra a Espanha até as mais recentes revoluções liberais, não tenham sido levadas a cabo por motivos políticos e sociais formulados de modo consciente pelas classes sociais envolvidas no processo. E tampouco se pode acreditar que teriam alcançado o poder “sem uma ação histórica consciente”. Em toda parte, o que se viu, em geral, foi uma ação combinada e recíproca entre as transformações de ordem material e a reação política e social das classes enquanto sujeito e objeto histórico ao mesmo tempo. Como acentuamos anteriormente, a classe é transformada pelo mundo, mas também o transforma, numa relação recíproca. O mesmo se daria com relação ao proletariado? As respostas podem ser diversas se se analisam os diversos contextos históricos. Não se pode substituir o estudo da história e da sociedade pela criação de fórmulas ou receitas abstratas e vagas. Isso está claro nos textos de Marx, e a resposta para a nossa última pergunta pode inclusive variar de acordo com a obra consultada, como veremos mais adiante. É por isso que, de um ponto de vista metodológico, fazer uma análise marxista da obra de Marx partindo do pressuposto do proletariado como fundador da epistemologia marxiana pode ser contraproducente. Sobretudo

se levarmos em conta a passagem dos *Grundrisse* sobre a desapareção do valor e a marginalização do trabalhador dentro do processo produtivo²⁰.

Não obstante, é desse pressuposto que parte a análise de Löwy. Tomando emprestado de Lukács o conceito de “consciência ‘possível’ ou adjudicada (*zugerechnetes Bewusstsein*)”, o autor explica a diferença entre aquilo que os homens pensam e sentem de fato, num dado momento histórico, e “os pensamentos e os sentimentos que [...] *teriam tido*, numa situação vital determinada, se tivessem sido capazes de apreender perfeitamente essa situação e os interesses que dela decorriam” (LUKÁCS apud LÖWY, 2012, p. 37, grifo do autor). Segundo o autor, portanto, é nesse sentido que a obra de Marx poderia ser considerada a “*zugerechnetes Bewusstsein* do proletariado; e a teoria marxista da revolução, um dos traços constitutivos dessa consciência adjudicada” (LÖWY, 2012, p. 38). Bem entendido, existiriam, pois, duas formas de consciência para a classe social: a consciência psicológica, constituída por pensamentos e sentimentos contingenciais, explicáveis de acordo com sua situação histórica, política e social; e a consciência possível ou adjudicada, sendo esta última aquela que corresponde mais exatamente ao que a classe de fato é, e àquilo que está social e historicamente condicionada a realizar. Löwy adverte, porém, que é preciso evitar fazer a separação abstrata desses “dois polos de uma relação dialética” e que a “consciência psicológica’ pode se aproximar consideravelmente (sobretudo em períodos de crise) do *zugerechnetes Bewusstsein*; mas este também se constitui *a partir* daquela” (LÖWY, 2012, p. 38, grifo do autor).

²⁰ Dedicaremos a esse problema um capítulo inteiro deste trabalho.

4. A TEORIA DA REVOLUÇÃO EM *O CAPITAL*

“Todo necio
confunde valor y precio.”
(MACHADO, 2007, p. 293)

4.1 Rubín e a teoria marxista do valor

Um dos mais eminentes comentadores da teoria marxista do valor é o teórico russo Isaak Illich Rubin. Nascido em 1886, em Dunaburgo, na Letônia, Rubin tinha ascendência judaica e foi integrante do *Bund* (*Algemeyner Yidisher Arbeter Bund in Lite, Poyln un Rusland*), a União Judaica Trabalhista da Lituânia, Polônia e Rússia, que a princípio fora menchevique, mas a partir da Revolução de 1905 acabou por aderir à corrente bolchevique do POSDR (Partido Operário Social-Democrata Russo). Depois da Revolução de Outubro de 1917, Rubin aproximou-se de David Riazanov, chefe do Instituto Marx-Engels, e no início da década de 1920 lecionou Economia Política na Universidade de Moscou. Após ser condenado à prisão e ao exílio pelo regime de Stalin, acabou sendo fuzilado em 1937, no contexto do Grande Expurgo que abateu boa parte dos militantes que compunham a velha guarda do partido bolchevique.²¹

É possível que a interpretação de Rubin sobre a teoria marxista do valor tenha sido, de fato, a causa de sua desgraça sob o regime soviético, afinal, num momento em que o stalinismo se firmava e alcançava o mais elevado grau de terror, controlando, inclusive, a interpretação do legado de Marx, é de se imaginar que seria inadmissível, para o regime, uma abordagem original como a sua, sendo igualmente muito improvável que o autor pudesse passar incólume diante da perseguição promovida contra os intelectuais e políticos que não se dobravam à ditadura stalinista.

Já na introdução de sua obra *A teoria marxista do valor*, Rubin afirma, em consonância com Hilferding, que tanto o materialismo histórico, como teoria social, quanto a teoria econômica do valor-trabalho “têm o mesmo ponto de partida: especificamente, o trabalho como elemento básico da sociedade humana, elemento cujo desenvolvimento determina, em última instância, todo o desenvolvimento da sociedade” (RUBIN, 1987, p. 13). Ou seja, *o trabalho humano* seria o fator fundamental que condiciona tanto a elaboração “sociológica” da teoria

²¹ Para um breve quadro da extensão desses expurgos, ver o contundente prefácio de Victor Serge à segunda edição de *O ano I da Revolução Russa* (SERGE, 2007).

marxista quanto a formulação do ponto central do seu pensamento econômico: a teoria do valor-trabalho. A relevância de tal assertiva para a discussão que promovemos aqui é enorme, como se verá adiante quando abordarmos a teoria da revolução marxiana tal como ela aparece formulada numa importante passagem dos *Grundrisse*. Assim, se poderá compreender com maior clareza o modo como o processo econômico que condiciona o valor-trabalho é tão determinante quanto o processo político da luta de classes quando se trata da teoria da revolução de Marx. Pode-se dizer, por conseguinte, que o modo como o desenvolvimento das forças produtivas se combina com a transformação das relações de produção no processo revolucionário é a questão decisiva para a compreensão da teoria da revolução marxiana.

Rubin argumenta que o processo de trabalho que se desenvolve nas diferentes sociedades ao longo do tempo passa por transformações constantes que, a depender do período histórico, podem ser mais rápidas ou mais lentas. Essas transformações podem ser de dois tipos: as transformações nas forças produtivas da sociedade, ou seja, “as modificações nos meios de produção e métodos técnicos, através dos quais o homem atua sobre a natureza”, e, “em segundo lugar, correspondentemente a essas modificações, produzem-se outras em toda a estrutura de *relações de produção* entre as pessoas, entre os participantes do processo social de produção” (RUBIN, 1987, p. 13, grifo do autor).

Tal passagem, no entanto, encerra uma importante questão teórica. Como se nota no excerto supracitado, Rubin parece condicionar as transformações das relações de produção ao desenvolvimento do aparato técnico e dos meios de produção, quer dizer, aparentemente subordina a transformação das relações sociais entre os homens ao desenvolvimento material em meio ao qual tais relações se estabelecem. O próprio Stalin, por exemplo, valeu-se de uma distorção vulgar desse raciocínio para justificar o penoso processo de modernização da produção na União Soviética, ou seja, para o ditador georgiano, quanto mais desenvolvido tecnologicamente o país, mais próximo estaria do comunismo (STALIN, 1982). No caso de Rubin, no entanto, a formulação teórica não cai nesse simplismo tão primário. Até mesmo porque a vulgarização stalinista do pensamento político-econômico de Marx atendia a fins políticos imediatos de justificação ideológica e legitimação de um regime que, como dissemos, acabou encarando o próprio Rubin como seu inimigo – bem como outros intelectuais que não se conformavam aos ditames da “ciência” oficial.

Uma das afirmações decisivas do autor, por exemplo, é a de que “as *formações econômicas ou tipos de economia* [...] são diferentes segundo o caráter das relações de produção entre as pessoas” (RUBIN, 1987, p. 13, grifo do autor), ou seja, as economias escravista, da Antiguidade Clássica, servil, da época feudal, e aquela baseada no trabalho assalariado do

capitalismo moderno se diferenciam não apenas (ou sobretudo) pelo status jurídico da propriedade vigente em cada uma dessas sociedades e em cada uma dessas épocas históricas. O que as diferencia entre si é o tipo de relação social que se estabelece no processo produtivo: trabalho escravo, trabalho servil ou trabalho assalariado. Tal explicação é tanto mais necessária quanto mais percebemos que vige, ainda hoje, uma ampla confusão a esse respeito. Não raro se caracteriza o capitalismo como um sistema econômico fundado na propriedade privada dos meios de produção. Ora, sabemos que a propriedade privada existiu muito antes do advento do capitalismo. Não é esse, portanto, o seu traço característico. Da mesma forma, ainda mais comum é encontrarmos definições do socialismo como sendo um sistema econômico baseado na propriedade estatal dos meios de produção. Se fosse levada em conta a precisa definição de Rubin, ao se constatar que nos países ditos “socialistas”, onde a propriedade estatal foi (ou ainda é) preponderante, a forma vigente de relação social é o trabalho assalariado, boa parte dos equívocos a respeito do assim chamado “socialismo real” poderiam ser evitados.

Desse modo, ao identificar no trabalho humano o fundamento concreto da teoria, Rubin explica que “a economia capitalista representa a união do processo técnico-material com suas formas sociais, isto é, a totalidade das relações sociais entre as pessoas” (RUBIN, 1987, p. 14). O objeto da economia política é constituído pelas relações sociais de produção, contudo não se pode negligenciar que essas tais relações se dão dentro de um quadro material determinado pelo processo de produção e pelo aparato produtivo, as forças produtivas: “o *objetivo último* da ciência é compreender a economia capitalista como um todo, como um sistema específico de forças produtivas e relações de produção entre as pessoas” (RUBIN, 1987, p. 14, grifo do autor). No entanto, “para aproximar-se desse objetivo último, a ciência tem de separar, de início, através da abstração, dois diferentes aspectos da economia capitalista: o técnico e o socioeconômico”, pois “cada um desses dois aspectos do processo econômico é objeto de uma ciência distinta” (RUBIN, 1987, p. 14). A engenharia social se ocupa da análise das forças produtivas da sociedade, “na medida em que interagem com as relações de produção”, já a “*Economia Política teórica* trata das relações de produção específicas da economia capitalista, na medida em que interagem com as forças produtivas da sociedade” (RUBIN, 1987, p. 14, grifo do autor).

É importante notar que, apesar de considerar a engenharia social e a Economia Política teórica como duas ciências distintas, ocupadas com diferentes objetos de investigação, Rubin é bastante claro ao afirmar a relação íntima existente entre esses dois objetos: “muito embora a Economia Política trate das relações de produção, ela sempre pressupõe seu vínculo inquebrantável com o processo de produção técnico-material”, tendo sempre em vista que tais

relações se dão dentro de “um estágio e um processo concretos de modificação das forças produtivas materiais” (RUBIN, 1987, p. 14). Desse modo, afirma o autor, “a teoria do materialismo histórico de Marx, e sua teoria econômica, giram em torno de um mesmo problema básico: a relação entre as forças produtivas e as relações de produção”, sendo que “o objeto de ambas ciências é o mesmo: *as modificações das relações de produção, que dependem do desenvolvimento das forças produtivas*” (RUBIN, 1987, p. 14, grifo do autor).

4.1.1 O moinho e o suserano, o vapor e o industrial

Temos na passagem acima, novamente, outro exemplo em que se ressalta a subordinação das relações de produção em face das forças produtivas. Ou seja, para que se leve a cabo uma transformação no modo como os homens se relacionam entre si no processo produtivo, para que se possa transformar a natureza das relações sociais que estabelecem entre si na produção de sua vida material, seria necessária, antes, uma transformação do próprio aparato material de produção, bem como de seu processo técnico. A passagem a uma forma qualitativamente diferente de trabalho, enquanto relação social, estaria, portanto, necessariamente vinculada a uma determinante material. Tal constatação nos remete à famosa formulação de Marx, presente em *Miséria da filosofia*, segundo a qual “o moinho movido pelo braço humano nos dá a sociedade com o suserano; o moinho a vapor dá-nos a sociedade com o capitalista industrial” (MARX, 1985a, p. 106). Assim, numa interpretação apressada, poderíamos dizer que o trabalho servil, por exemplo, seria o resultado direto de um determinado estágio do desenvolvimento técnico-material do processo produtivo: o moinho movido pelo homem condiciona as relações sociais da servidão. Do mesmo modo, o trabalho assalariado seria o resultado do moinho a vapor, já que este último nos daria a sociedade do capitalista industrial. Como se pode notar, as observações de Rubin, nesse sentido, estão em perfeita consonância com as ideias expressas pelo próprio Marx naquele seu escrito seminal: “As relações sociais estão intimamente ligadas às forças produtivas. Adquirindo novas forças produtivas, os homens transformam o seu modo de produção e, ao transformá-lo, [...] eles transformam todas as suas relações sociais” (MARX, 1985a, p. 106).

4.1.2 Classe sujeito, classe objeto

No entanto é preciso observar que, ao escrever *Miséria da filosofia*, entre fins de 1846 e princípios de 1847, Marx estava ainda elaborando a sua crítica da economia política. Naquele

momento, apenas começava a desenvolver sua teoria do valor-trabalho e não havia, até então, formulado a teoria da mais-valia. Desse modo, seria improvável ou mesmo impossível que Marx pensasse na superação do capital nos termos em que o fez na famosa passagem dos *Grundrisse*, em que imagina as relações capitalistas “voando pelos ares” por conta do elevado desenvolvimento técnico das forças produtivas (MARX, 2011a, p. 589). Pode-se questionar, portanto, o que Marx, na *Miséria da filosofia*, tinha em mente ao condicionar a transformação das relações sociais de produção ao desenvolvimento técnico e material. Uma pista nos é dada pelo modo como o autor descreve “a classe revolucionária”: “Para que a classe oprimida possa libertar-se, é preciso que os poderes produtivos já adquiridos e as relações sociais existentes não possam mais existir uns ao lado de outras” (MARX, 1985a, p. 159). E ainda: “De todos os instrumentos de produção, o maior poder produtivo é a classe revolucionária mesma” (MARX, 1985a, p. 159).

Note-se que aqui já aparece formulada, de modo bastante claro, a tese elementar sobre a contradição crescente entre forças produtivas e relações de produção exposta anos mais tarde, de modo conciso, no prefácio de *Contribuição à crítica da economia política* (MARX, 2003). Na *Miséria da filosofia*, no entanto, a classe revolucionária aparece como força produtiva – a maior delas. Assim, o que entra em contradição crescente com as relações de produção existentes é a própria classe oprimida: “A organização dos elementos revolucionários como classe supõe a existência de todas as forças produtivas que poderiam se engendrar no seio da sociedade antiga” (MARX, 1985a, p. 159). Tal observação atribui à classe, portanto, ao mesmo tempo os papéis de sujeito revolucionário e força produtiva decisiva. É preciso que todas as forças produtivas se tenham desenvolvido plenamente para que os “elementos revolucionários” se organizem como classe, de modo que tal processo é visto de modo objetivo e subjetivo. Ou seja, as forças materiais em geral de uma determinada sociedade (o fator objetivo) se desenvolvem de modo crescente e, assim, a própria classe revolucionária (o fator *também* subjetivo), enquanto força material e força produtiva decisiva, entra em contradição com as relações de produção então existentes. Tal formulação histórico-teórica, supõe-se, serviria tanto para a compreensão da ascensão da burguesia e o estabelecimento do modo capitalista de produção quanto como prognóstico do caminho revolucionário a ser seguido pelo proletariado.

O mais decisivo, porém, levando em conta a discussão que promovemos neste trabalho, é o fato de que Marx concebe o processo revolucionário em *Miséria da filosofia* a partir de um fator subjetivo determinante: a ação política da classe revolucionária. De modo que poderíamos assim resumir as suas formulações essenciais: o desenvolvimento técnico e material condiciona as transformações das relações sociais de produção; a classe oprimida é, ao mesmo tempo, a

maior força produtiva e sujeito revolucionário. Tal como exposto em *Miséria da filosofia*, o que entra em contradição, portanto, nos momentos decisivos de grandes transformações históricas, não são apenas fatores objetivos (um processo técnico, por exemplo, que se esgota em si mesmo, que se torna anacrônico, ou que entra em conflito com outro processo produtivo mais avançado), mas fatores objetivos e subjetivos. Aqui, portanto, a classe enquanto sujeito ainda é decisiva – ainda que encarada, igualmente, como objeto, como força produtiva. Paralelamente, essa contradição é expressa na luta de classes: “o antagonismo entre o proletariado e a burguesia é uma luta de uma classe contra a outra, luta que levada à sua expressão mais alta, é uma revolução total” (MARX, 1985a, p. 160). Não é de surpreender, assim, que Marx afirme ao final dessa obra que a sociedade burguesa está fundada na “oposição de classes”, que essa oposição conduza “à *contradição* brutal, um choque corpo-a-corpo como derradeira solução” (MARX, 1985a, p. 160, grifo do autor).

É possível dizer, por conseguinte, que o caráter político da transformação revolucionária é o decisivo, de acordo com tal formulação. Não há, porém, uma separação clara, na teoria da revolução marxiana de então, entre o político e o social: “Não se diga que o movimento social exclui o movimento político. Não há, jamais, movimento político que não seja, ao mesmo tempo, social” (MARX, 1985a, p. 160). E aqui já temos expressa, de modo bastante simples, a tese segundo a qual as estruturas sociais condicionam a formação de superestruturas políticas. O apelo à violência revolucionária é evidente quando Marx lança mão de uma frase retirada do romance histórico *Jean Ziska*, de George Sand, para concluir o seu livro, em que a famosa escritora francesa diz: “o combate ou a morte: a luta sangüinária ou o nada. É assim que a questão está irresistivelmente posta” (MARX, 1985a, p. 160).

4.1.3 O modelo francês

É certo que o imaginário da Revolução Francesa e seus desdobramentos ainda estavam presentes na mente de Marx quando redigiu a *Miséria da filosofia*.²² E ainda se vivia às vésperas da Primavera dos Povos, um ciclo de levantes e revoluções de variados matizes políticos que varreram a Europa entre 1848 e 1849.²³ O próprio Friedrich Engels admitiria, naquele que é

²² Sobre o modo como Marx aproximou-se ou distanciou-se da Revolução Francesa, há um excelente livro de François Furet, autor tido geralmente como “revisionista” e que parece haver abordado o assunto de maneira muito mais inteligente do que os assim chamados “marxistas”. Ver: *Marx e a Revolução Francesa*, de François Furet (Rio de Janeiro: Zahar, 1989), bem como *Ecos da Marselhesa: dois séculos revêem a Revolução Francesa*, de Eric Hobsbawm (São Paulo: Companhia das Letras, 1996).

²³ Também aqui merece menção o pequeno, mas instrutivo livro, *Revolução e contra-revolução na Alemanha*, de Friedrich Engels (em *A revolução antes da revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2010).

considerado o seu testamento político, a famosa introdução ao livro *As lutas de classes na França de 1848 a 1850*, escrito em 1895: “Quando irrompeu a Revolução de Fevereiro, todos nós nos encontrávamos, no que se refere às nossas concepções das condições e do curso dos movimentos revolucionários, sob a influência da experiência histórica, principalmente da ocorrida na França”, e que, portanto, “foi óbvio e inevitável” que suas “concepções a respeito da natureza e do curso da revolução ‘social’ proclamada em Paris, em fevereiro de 1848, ou seja, da revolução do proletariado, fossem fortemente matizadas pelas memórias dos modelos de 1789-1830” (MARX, 2012a, p. 13).²⁴

No entanto, para além dessa influência histórica, “externa” à teoria em si, cabe ressaltar a lógica intrínseca que ela encerra. Ainda que não houvesse qualquer movimento político exterior ou qualquer modelo histórico a imprimir sua influência nas formulações teóricas de Marx, seria possível deduzir de seu próprio raciocínio econômico, político e sociológico o “esquema” revolucionário por ele apresentado em *Miséria da filosofia* e desenvolvido em outros livros que compõem a sua obra. Mesmo sem a influência da Revolução Francesa como paradigma, seria possível imaginar um processo revolucionário em que uma classe, enquanto sujeito histórico – e por resumir em si as contradições de uma determinada sociedade –, se lança à violência revolucionária como forma de transformação social. Enfim, Marx poderia ter concebido um sujeito revolucionário com base apenas nos desdobramentos lógicos de sua teoria em si, sem a necessidade do exemplo histórico francês, como um *deus ex machina* a servir como modelo. Nesse caso, o fundamento epistemológico é que seria decisivo. O que condicionaria a luta revolucionária, e a consequente transformação econômica da realidade, seria a constatação de que o próprio sistema econômico capitalista encerra contradições que se aprofundam com o seu desenvolvimento; contradições para as quais a única solução histórica seria a sua superação prática.

Cabe ressaltar, ademais, na medida em que os exemplos históricos não seriam concebidos como os principais (ou exclusivos) condicionantes e propulsores dos movimentos políticos vindouros, estes últimos poder-se-iam desenvolver do modo como o próprio Marx, aliás, prognosticou em seu *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*, ao argumentar que a revolução social do século XIX deveria arrancar sua poesia ao futuro e não macaquear os processos

²⁴ Esse documento, que acenava à possibilidade da conquista do poder pelo proletariado pela via democrático-liberal, sem o uso necessário da violência revolucionária, tem sido objeto de disputa entre as correntes do marxismo ao longo dos anos. Alguns renitentes leninistas, ainda aferrados ao discurso do líder bolchevique, tendem a atacar as posições expressas no texto de Engels. Isso quando não se esforçam por desqualificar o próprio documento. Ver, por exemplo, o artigo de Francesco Ricci, *O “testamento” falsificado de Engels: uma lenda dos oportunistas*. De acordo com o vocabulário peculiar dos imitadores farsescos de Lenin, “oportunista” é todo aquele que não compartilha de suas posições doutrinárias (RICCI, 2016, online).

históricos passados. A revolução do proletariado, segundo ele, precisaria “deixar que os mortos enterrem seus mortos para chegar ao seu próprio conteúdo” (MARX, 2011b, p. 28-29).²⁵

4.1.4 Ajustamento e cataclismas

De acordo com Rubin, “o ajustamento das relações de produção às modificações das forças produtivas” seria “o tema básico da teoria do materialismo histórico” (RUBIN, 1987, p. 14). Mesmo que se fale aqui em “ajustamento”, não significa que o autor concebesse tal processo como algo pacífico e sem turbulências. Pelo contrário, admite que aquele “reveste a forma de contradições crescentes entre relações de produção e as forças produtivas, e dos cataclismas sociais provocados por essas contradições” (RUBIN, 1987, p. 14). Assim, vê-se aqui o eco do famoso prefácio de *Contribuição à crítica da economia política*, onde Marx menciona a “era de revolução social” que se abre quando tais contradições atingem o seu limite (MARX, 2003).

Desse modo, a teoria econômica marxiana se dedicaria a analisar “as relações de produção da sociedade capitalista e seu processo de modificação, enquanto provocado por modificações das forças produtivas, e o crescimento das contradições, que geralmente se expressam nas crises” (RUBIN, 1987, p. 15, grifo do autor). Ao afirmar que o objeto da teoria marxista são as relações burguesas e sua mudança condicionada pelas transformações das forças produtivas, temos, ainda uma vez, a ênfase na precedência destas últimas sobre as primeiras. Ou seja, o aparato produtivo se modificaria e, em consequência, modificar-se-iam as relações de produção.

Embora tenhamos visto, em *Miséria da filosofia*, que em alguns momentos o próprio Marx parece se aproximar dessa formulação, em escritos da maturidade essa relação chega mesmo a se inverter, a depender do caso específico que se considera. Também Engels chegou a afirmar a possibilidade de que, mesmo em situações históricas precedentes ao capitalismo, as forças políticas exercessem papel condicionante no desenvolvimento material das sociedades. É o que se depreende de uma importante carta sua, endereçada a Franz Mehring e datada de 14 de julho de 1893: “Se Ricardo Coração-de-Leão e Filipe Augusto tivessem implantado o livre-câmbio ao invés de se envolverem nas Cruzadas, quinhentos anos de miséria e ignorância nos teriam sido poupados” (ENGELS, 2001, p. 466).

²⁵ Considerando-se a múmia insepulta de Lenin e o leninismo mumificado que ainda enfaixa alguns setores da esquerda, essa passagem de Marx ganha novos e surpreendentes contornos.

Além de conceber um cenário em que as assim chamadas superestruturas ideológicas e políticas incidiriam decisivamente sobre a esfera da infraestrutura material, Engels nos dá mostra do modo pouco rígido ou engessado como concebia a teoria que ele próprio ajudara a elaborar e a desenvolver. Assim, embora esteja referindo-se a personagens históricos do século XII e XIII, a sua afirmação é emblemática porque demonstra, mais uma vez, que o chamado materialismo histórico não é uma fórmula que se possa sacar do bolso para ser utilizada em qualquer situação e a qualquer tempo. A esse respeito, Engels também se manifestou em carta endereçada a Conrad Schmidt, datada de 5 de agosto de 1890: “a palavra ‘materialista’ serve, na Alemanha, a muitos escritores jovens como uma simples frase com que se rotula todo e qualquer estudo”, e prossegue, “nossa concepção de história é, no entanto, acima de tudo, um guia de estudo, e não um guindaste de construção a hegelianismo. Toda a história precisa ser reestudada” (ENGELS, 2001, p. 456).

Por ora, no entanto, devemos nos ater ao modo como Rubin define a Economia Política. Esta, segundo o autor, “não é uma ciência das relações *entre as coisas*, como pensavam os economistas vulgares, nem das relações *entre as pessoas e as coisas*, como afirmou a teoria da utilidade marginal, mas das relações *entre as pessoas* no processo de produção” (RUBIN, 1987, p. 15). Desse modo, podemos afirmar, ao transformarem as forças produtivas, os homens criam condições para que se estabeleçam (ainda que depois de grandes rupturas e mesmo de “cataclismas”) novas relações sociais de produção. O contrário, por conseguinte, também pode se dar. Ou seja, ao transformarem, por via de um processo político, as relações sociais de produção, os homens podem estabelecer uma sociedade em que as forças produtivas estejam liberadas de suas limitações histórico-econômicas e se desenvolvam sem os empecilhos inerentes a cada modo de produção específico.

4.1.5 O fetichismo da mercadoria

Segundo Isaak Rubin, “partindo de um suposto sociológico concreto, a saber, da estrutura social concreta de uma economia, a Economia Política nos dá [...] as características desta forma social de economia e das relações de produção que lhes são específicas” (RUBIN, 1987, p. 16). Tal observação é tanto mais relevante quanto mais se encontram, com muita frequência, importantes autores que não apenas estabelecem definições particulares para o que seria “o capitalismo”, quanto, partindo dessas mesmas concepções, identificam sua existência em diversos períodos históricos e em diferentes sociedades. É o caso de Max Weber, por exemplo, que, ao vincular o capitalismo a uma “conduta de vida *eticamente* coroada”,

argumenta que – embora sem aquele “*ethos peculiar*” àquelas sociedades da Europa Ocidental e da América do Norte – essa relação social também teria existido “na China, na Índia, na Babilônia, na Antiguidade e na Idade Média” (WEBER, 2004, p. 45, grifo do autor).²⁶ Tal procedimento, como se pode notar, significa o oposto daquele defendido por Rubin. Para este último, assim como para Marx, cada sociedade, em sua forma concreta de existência, ofereceria a estrutura material a partir da qual derivariam as suas respectivas concepções econômicas. Segundo o economista soviético, “A Economia Política, que trata das relações de produção entre as pessoas na sociedade mercantil-capitalista, pressupõe uma forma social concreta de economia, uma formação econômica concreta de sociedade” (RUBIN, 1987, p. 15). Assim, por exemplo, podemos afirmar, seria impossível que uma sociedade como a da *pólis* na Grécia Antiga desse origem a uma ciência como a Economia Política moderna criticada por Marx. Os tratados antigos que abordaram o tema “econômico”, como o de Xenofonte, em nada correspondem aos modernos tratados de economia. Por isso, Rubin adverte que “não conseguiremos compreender corretamente nenhuma afirmação de Marx em *O Capital* se negligenciarmos o fato de que estamos tratando de eventos que ocorrem numa sociedade específica” (RUBIN, 1987, p. 15).

Desse modo, ao analisar a sociedade capitalista, Marx elabora a sua teoria sobre o fetichismo da mercadoria. E esta última, segundo Rubin, “poderia ser chamada, com maior exatidão, de teoria geral das relações de produção na economia mercantil-capitalista” (RUBIN, 1987, p. 16). Chamamos a atenção, aqui, para a definição da teoria marxiana (ou da crítica marxiana à Economia Política) como sendo uma teoria das relações de produção, ou seja, das relações que as pessoas estabelecem entre si, como ressaltamos anteriormente. Esse aspecto é particularmente importante para a tese aqui desenvolvida, na medida em que recusa a definição dos modos de produção com base apenas na definição jurídica da propriedade dos meios de produção. Com efeito, sem que se tenha em mente que o capital é uma relação social, não se pode conceber, de maneira efetiva, o modo como poderia dar-se a sua superação histórica.²⁷

Embora para Rubin a teoria do fetichismo da mercadoria tenha um papel central no pensamento econômico de Marx, o autor argumenta que ela “não ocupou o lugar que merece no sistema econômico marxista”, sendo tratada tanto pelos adeptos quanto pelos adversários do marxismo “como uma entidade separada e independente, pouco relacionada internamente” à

²⁶ A esse respeito, há um interessante ensaio escrito por Ellen Meiksins Wood, presente em *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2003. Sobre tudo p. 129-154.

²⁷ Foi precisamente a confusão a respeito do status jurídico da propriedade e da natureza das relações sociais de produção que levou estudiosos talentosos, como Luís Alfredo Galvão (1984), a cair na falsa dicotomia entre “capital” e “Estado”.

sua teoria econômica: “apresentam-na como um apêndice à teoria do valor” (RUBIN, 1987, p. 18). No entanto, apesar desse tratamento inadequado ou negligente dispensado à teoria do fetichismo, segundo o autor soviético ela seria, “*per se*, a base de todo o sistema econômico de Marx, particularmente de sua teoria do valor” (RUBIN, 1987, p. 19).

Já no primeiro capítulo de *O Capital*, no item 4, denominado “O caráter fetichista da mercadoria e seu segredo”, Marx argumenta que “o caráter místico da mercadoria não resulta [...] de seu valor de uso” nem “tampouco resulta do conteúdo das determinações de valor” (MARX, 2013a, p. 146-147). O “caráter enigmático do produto do trabalho, assim que ele assume a forma-mercadoria”, surge precisamente “dessa própria forma”, uma vez que “a igualdade dos trabalhos humanos assume a forma material da igual objetividade de valor dos produtos do trabalho”; do mesmo modo, “a medida do dispêndio de força humana de trabalho por meio de sua duração assume a forma da grandeza de valor dos produtos do trabalho” e, “finalmente, as relações entre os produtores, nas quais se efetivam aquelas determinações sociais de seu trabalho, assumem a forma de uma relação social entre os produtos do trabalho” (MARX, 2013a, p. 147).

É por isso que Rubin argumenta, em conformidade com as interpretações mais correntes em sua época, que a teoria marxista do fetichismo “consiste em Marx ter visto relações humanas por trás das relações entre as coisas”, podendo, pois, o autor alemão demonstrar “a ilusão da consciência humana que se origina da economia mercantil e atribui às coisas características que têm sua origem nas relações sociais entre pessoas no processo de produção” (RUBIN, 1987, p. 19). Assim, a forma-mercadoria, enquanto coisa, mascara uma relação social – ou, antes, ela é a expressão reificada dessa mesma relação social. É, por isso, bastante significativa a analogia, feita por Marx, desse processo fetichista com “o mundo religioso”. “Aqui, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, como figuras independentes que travam relação umas com as outras e com os homens” (MARX, 2013a, p. 148).

Já na introdução à *Crítica da filosofia do direito de Hegel*, ao polemizar contra o neo-hegelianismo na Alemanha de então, encontramos o jovem Marx – que, no entanto, ainda não superara de todo certa limitação epistemológica fundada na ideia semiabstrata de um “homem” supra-histórico – a antecipar de modo claro e perspicaz a analogia realizada na obra da maturidade²⁸. “Este é o fundamento da crítica irreligiosa: o homem *faz a religião*, a religião não faz o homem. E a religião é de fato a autoconsciência e o autossentimento do homem, que ou ainda não conquistou a si mesmo ou já se perdeu novamente” (MARX, 2013b, p. 151). Assim,

²⁸ É preciso ressaltar, porém, que Marx estava muito longe de formular as categorias fundamentais de sua crítica da economia política no momento em que redigiu a sua introdução à *Crítica da filosofia do direito de Hegel*.

Marx capta o processo de inversão religiosa, algo muito similar ao que se dá com o fetichismo da mercadoria. Ou seja, relações reais que os homens estabelecem entre si, mas que são reificadas, coisificadas. Segundo o jovem autor, “o *homem* não é um ser abstrato, acororado fora do mundo. O homem é o *mundo do homem*, o Estado, a sociedade. Esse Estado e essa sociedade produzem a religião, uma *consciência invertida do mundo*, porque eles são um *mundo invertido*” (MARX, 2013b, p. 151, grifo do autor).²⁹ Ao realizar a crítica da religião, em sua juventude, Marx a define como “a realização fantástica da essência humana, porque a essência humana não possui uma realidade verdadeira” e, desse modo, chegava à conclusão de que “a luta contra a religião é, indiretamente, contra aquele mundo cujo aroma espiritual é a religião” (MARX, 2013b, p. 151).

Tivemos já a oportunidade de analisar de modo mais detido esse escrito de sua juventude no capítulo inicial de nossa tese. Chamamos a atenção aqui, portanto, apenas para algumas semelhanças que ocorrem entre aquele primeiro trabalho e a análise desenvolvida décadas mais tarde, durante a maturidade do autor. Uma delas, como já observamos, reside no modo como Marx concebe os dois processos analisados – tanto o religioso quanto o econômico relativo ao fetichismo: trata-se de inversões. A outra, talvez relacionada com a primeira, diz respeito às expressões escolhidas pelo autor para descrever os dois processos: assim, a religião seria a “*realização fantástica* da essência humana”, a “felicidade *ilusória* do povo”, o “sol ilusório que gira em volta do homem enquanto ele não gira em torno de si mesmo” – ela seria, por fim, “a forma sagrada da autoalienação [*Selbstentfremdung*] humana” (MARX, 2013b, p. 151-152). Do mesmo modo, também a mercadoria seria dotada de um “caráter místico”, “enigmático”. E esse “caráter misterioso” da mercadoria residiria “simplesmente no fato de que ela reflete aos homens os caracteres sociais de seu próprio trabalho como caracteres objetivos dos próprios produtos do trabalho” e, por conseguinte, “reflete também a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social entre os objetos, existente à margem dos produtores”; desse modo, “a forma-mercadoria e a relação de valor dos produtos do trabalho em que ela se representa” seriam “apenas uma relação social determinada entre os próprios homens que aqui assume, para eles, a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas” (MARX, 2013a, p. 147).

²⁹ A representação da *inversão* ocorre até mesmo na metáfora escolhida, em *O Capital*, para explicar o caráter fetichista da mercadoria: “Mas tão logo aparece como mercadoria, ela se transforma numa coisa sensível-suprassensível. Ela não só se mantém com os pés no chão, mas põe-se de cabeça para baixo diante de todas as outras mercadorias” (MARX, 2013a, p. 146).

Embora estivesse de acordo com as interpretações da teoria do fetichismo da mercadoria realizada por alguns dos autores mais populares de sua época (o autor cita, por exemplo, o *Curso breve de ciência econômica*, de Alexander Bogdanov, e *The economic doctrines of Karl Marx*, de Karl Kautsky)³⁰, Rubin observa que elas não esgotavam o seu “rico conteúdo”, já que “Marx não mostrou apenas que as relações humanas eram encobertas por relações entre coisas, mas também que, na economia mercantil, as relações sociais de produção assumem inevitavelmente a forma de coisas”, expressando-se, igualmente, “através de coisas” (RUBIN, 1987, p. 19-20). Assim, segundo o autor soviético, Marx teria descoberto “as bases econômicas objetivas que regem o fetichismo da mercadoria” (RUBIN, 1987, p. 20).

Passemos, pois, à análise dessas mesmas bases econômicas.

4.1.6 O signo particular do capitalismo

Ao iniciar a discussão sobre as bases concretas do fetichismo da mercadoria, Rubin faz uma afirmação que, dado o escopo deste nosso trabalho, merece um breve comentário, a fim de evitar posteriores equívocos e, ao mesmo tempo, reforçar uma tese que temos reafirmado algumas vezes. Ela diz respeito ao caráter particular da “economia mercantil”. Segundo o autor, “a característica distintiva da economia mercantil é a de os administradores e organizadores da produção serem produtores independentes de mercadorias” e de essa produção estar assentada sobre “a base da propriedade privada”: “A produção é administrada diretamente pelos produtores de mercadorias isolados e não pela sociedade. A sociedade não regula diretamente a atividade de trabalho de seus membros, não determina o que vai ser produzido nem quanto” (RUBIN, 1987, p. 21).

Apesar da definição de Rubin estar correta, ela pode, no entanto, dar margem a algumas interpretações imprecisas. A mais importante delas, acreditamos, é aquela que identifica “capitalismo” e “economia mercantil” de modo imediato³¹. É possível que haja economias capitalistas em que o mercado – ou o equivalente do mercado – é fortemente ou totalmente controlado pelo Estado, como no caso de muitas das economias do assim chamado “socialismo realmente existente”. Seria, pois, um erro acreditar ser possível a superação do capitalismo através do controle da circulação ou pelo controle ou supressão do mercado. O que define o capitalismo, ou seja, o traço distintivo desse modo de produção, não é a existência de um

³⁰ A primeira edição da obra de Bogdanov é de 1897, a de Kautsky é de 1887, revisada em 1903.

³¹ “Economia mercantil” e “capitalismo” não podem ser tomados sempre como sinônimos ou equivalentes. Assim, o eu lírico de *Scarborough Fair*, cantiga inglesa medieval, pode oferecer o seu verdadeiro amor em troca de uma camisa de cambraia sem medo de soar anticapitalista.

mercado ou mesmo a produção descentralizada e anárquica de mercadorias, mas a existência de uma relação social bem específica, baseada no trabalho assalariado e, conseqüentemente, na força de trabalho como mercadoria.

A confusão a esse respeito, no entanto, tem vicejado. O autor brasileiro Luís Alfredo Galvão, que nos anos 1970 e 1980 produziu conhecidos estudos sobre Marx e o marxismo, assim escreve em seu livro *Capital ou Estado?*: “A anarquia da produção deve, necessariamente, em consequência de suas leis internas imanentes, ser substituída por uma economia planejada. Ora, o regime de planificação da produção social é antitético ao da propriedade privada” (GALVÃO, 1984, p. 21). Essa tarefa de organizar a produção, abolindo a propriedade privada, estaria nas mãos da “vítima” dessa mesma propriedade: “o proletariado”. Assim, a despeito das supostas “leis imanentes” da economia mercantil, mencionadas anteriormente pelo autor, que deveriam levá-la à ruína, seria também necessária uma intervenção política da classe revolucionária: “O modo capitalista de produção³², pelo próprio movimento econômico das coisas, não levaria a esta transformação”, de modo que “para que ela ocorresse seria necessária a intervenção consciente do proletariado revolucionário que, politicamente, por meio da ditadura revolucionária, realizaria tal transformação na estrutura da produção social” (GALVÃO, 1984, p. 21). É, como se pode notar, a velha fórmula leninista pronta e acabada (LENIN, 2020).

4.1.7 “*No man is an island*”

Rubin segue sua exposição descrevendo o significado da troca dentro de uma economia mercantil. Nesse contexto, os produtores não elaboram mercadorias para o seu uso particular, mas para comercializá-las. E cada produtor dedica-se, assim, a produzir para o mercado um determinado produto: “A divisão social do trabalho vincula todos os produtores de mercadorias num sistema unificado que é denominado economia nacional, num ‘organismo produtivo’ cujas partes se relacionam e condicionam mutuamente” (RUBIN, 1987, p. 21). De que modo se estabelece esse vínculo, pergunta o autor. E responde: “Através da troca, através do mercado, onde as mercadorias de cada produtor isolado aparecem de forma despersonalizada, como exemplares isolados de um determinado tipo de mercadoria”, e ainda “a despeito de quem as produziu, ou onde, ou sob que condições específicas” (RUBIN, 1987, p. 21).³³

³² Note-se como o “modo capitalista de produção” aparece como sinônimo de economia mercantil.

³³ É curioso observar como esse vínculo criado entre os homens através do trabalho na economia mercantil encontra seus ecos, direta ou indiretamente, através de um sentido comum de humanidade, expresso por um poeta

Assim, embora cada empresa ou cada produtor se dedique, de modo autônomo e independente, à confecção de mercadorias diversas, no processo de troca o seu trabalho se iguala: “As reais conexões e interações entre as empresas individuais [...] se fazem através da comparação do valor dos bens e de sua troca” (RUBIN, 1987, p. 21-22). Aqui seria preciso chamar a atenção para a afirmação precedente, a respeito da “comparação do valor”, mencionada por Rubin. Com efeito, Marx se vale dessa mesma definição, e ela é importante pois nos impede de cometer o equívoco de definir o trabalho como a “substância do valor”. Tal expressão seria equivocada porque o valor não se define por si, de modo absoluto, a partir de uma “substância” qualquer. Marx, num de seus últimos escritos econômicos, teve a oportunidade de observar a esse respeito: “Segundo o sr. Wagner³⁴, a teoria do valor de Marx é ‘a pedra angular do seu sistema socialista’ [...]” e, “uma vez que eu nunca concebi um ‘sistema socialista’, essa é uma fantasia de Wagner, Schäffle e tutti quanti” (MARX, 2020, p. 41, grifo do autor). Segundo Wagner, Marx encontrava no “trabalho a substância social comum do valor de troca visado aqui tão somente por ele e, no tempo necessário de trabalho, a medida das grandezas do valor de troca” (MARX, 2020, p. 41, grifo do autor); no entanto, Marx observa em seguida: “Em lugar algum falei sobre ‘a substância social comum do valor de troca’. Disse, antes, que os valores de troca (*valor de troca* não existe sem pelo menos dois deles) apresentam algo *comum a eles*, completamente independente ‘dos seus valores de uso’” (MARX, 2020, p. 41, grifo do autor).

De fato, em *O Capital*, encontramos a seguinte explicação: “O elemento comum, que se apresenta na relação de troca ou valor de troca das mercadorias, é, portanto, seu valor” (MARX, 2013a, p. 116). Observe-se que as expressões “valor de troca” e “relação de troca” aparecem como equivalentes, o que demonstra mais uma vez que só se pode conceber o valor numa relação entre dois produtos do trabalho, que se igualam enquanto “trabalho humano abstrato” (MARX, 2013a, p. 116). Assim, não importa, do ponto de vista da sua utilidade prática para o consumidor, se o produto é destinado a uma satisfação natural ou criada socialmente, se é própria ao sustento de seu corpo ou de seu espírito, se é um bem material ou imaterial. Um simples pacote de arroz ou feijão, uma joia, uma peça de roupa ou um álbum de música popular, um carro ou uma aula: todos esses produtos, embora sejam completamente diversos em sua utilidade, equivalem-se, no processo de troca, enquanto trabalho humano abstrato.

contemporâneo ao nascimento do capitalismo inglês. Ver, para isso, a famosa *Meditation 17* presente em *Devotions upon emergent occasions*, de John Donne (DONNE, 2007).

³⁴ Trata-se de Adolph Wagner (1835-1917), economista e político alemão, ligado aos chamados “socialistas de cátedra” (MARX, 2020, p. 133).

4.1.8 Geleia de trabalho humano

Marx utiliza, em *O Capital*, uma expressão que define bem o fato de que os diversos tipos de trabalho se igualam no processo de produção mercantil: é o que ele chama de “geleia de trabalho humano indiferenciado” (MARX, 2013a, p. 116).

Com efeito, ao iniciar o seu estudo do capital pela análise da mercadoria, Marx justifica a sua escolha e o seu procedimento metodológico argumentando que “a riqueza das sociedades onde reina o modo de produção capitalista aparece como uma ‘enorme coleção de mercadorias’, e a mercadoria individual como sua forma elementar” (MARX, 2013a, p. 113). Sendo assim, explica que “a mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa que, por meio de suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de um tipo qualquer”, de modo que “a natureza dessas necessidades – se, por exemplo, elas provêm do estômago ou da imaginação – não altera em nada a questão”, tampouco importando o modo “como a coisa satisfaz a necessidade humana, se diretamente, como meio de subsistência [*Lebensmittel*], isto é, como objeto de fruição, ou indiretamente, como meio de produção” (MARX, 2013a, p. 113).

Essa utilidade da mercadoria, cuja descoberta de suas “múltiplas formas de uso” seria “um ato histórico”, faz com que ela seja, por conseguinte, “um valor de uso”; no entanto, argumenta Marx, “os valores de uso das mercadorias fornecem o material para uma disciplina específica, a merceologia” (MARX, 2013a, p. 113-114). Como se sabe, essa disciplina se ocupa das características, por assim dizer, exteriores das mercadorias, seus aspectos técnicos, materiais e comerciais, ou seja, ocupa-se da mercadoria enquanto objeto de satisfação das necessidades humanas. Assim, “o valor de uso se efetiva apenas no uso ou no consumo”, de modo que “os valores de uso formam o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta” (MARX, 2013a, p. 114). Na sociedade capitalista, objeto da análise de Marx, esses valores de uso, contudo, “constituem, ao mesmo tempo, os suportes materiais [*stoffliche Träger*] do valor de troca” (MARX, 2013a, p. 114). E é com o valor de troca que se ocupa a Economia Política.

Esse valor de troca, segundo Marx, “aparece inicialmente como a relação quantitativa, a proporção na qual valores de uso de um tipo são trocados por valores de uso de outro tipo, uma relação que se altera constantemente no tempo e no espaço” (MARX, 2013a, p. 114). E é justamente sob essa aparência de relação quantitativa entre os produtos, ou melhor dizendo, entre os valores de uso, que se oculta, de fato, a relação social estabelecida entre os homens. O seu fundamento, ou seja, o que permite que esses valores de uso sejam equiparados no processo de troca, é precisamente o fato de que eles não se igualam enquanto valores de uso, mas como

produtos parciais, singulares, do trabalho social total: como partes da “geleia de trabalho humano indiferenciado” acima referida. Assim, o que se equipara e se iguala no processo de troca não são, em última instância, valores de uso em si – os objetos da merceologia. O que se equipara, no processo da troca, é *trabalho humano*; valor, portanto – objeto da Economia Política.

Segundo Marx, o fato de que o valor de troca apareça, a princípio, como a relação quantitativa entre valores de uso faz com que o valor de troca pareça “algo accidental e puramente relativo, um valor de troca intrínseco, imanente à mercadoria (*valeur intrinsèque*); portanto, uma *contradictio in adjecto* [contradição nos próprios termos]” (MARX, 2013a, p. 114). No entanto, como quase nunca a aparência das coisas coincide com sua essência, esse valor de troca da mercadoria não lhe é de modo algum intrínseco. Não é algo que se lhe esteja pegado como componente das suas propriedades físicas, materiais ou, no caso de mercadorias imateriais, constitutivas. “Como valores de uso”, escreve Marx, “as mercadorias são, antes de tudo, de diferente qualidade; como valores de troca, elas podem ser apenas de quantidade diferente, sem conter, portanto, nenhum átomo de valor de uso” (MARX, 2013a, p. 116). Assim, quando se trata de valores de troca, pouco importa o material de que as mercadorias são constituídas – ou se são, antes, algo de imaterial; se servem à satisfação das necessidades físicas ou se atendem às carências espirituais: todas elas, independentemente de sua constituição particular ou, mesmo, do fim utilitário a que se destinam, igualam-se do ponto de vista quantitativo.

Desse modo, “prescindindo do valor de uso dos corpos das mercadorias, resta nelas uma única propriedade: a de serem produtos do trabalho” (MARX, 2013a, p. 116). E é apenas nesse aspecto que, uma vez abstraído o seu valor de uso, mercadorias qualitativamente diferentes se igualam. Já não se trata mais de “uma mesa, uma casa, um fio ou qualquer outra coisa útil”, argumenta Marx, já que “todas as suas qualidades sensíveis foram apagadas” (MARX, 2013a, p. 116). É fácil compreender, portanto, que o valor de uso está vinculado à constituição “corpórea” da mercadoria; ainda que esse “corpo” seja imaterial, como uma aula, por exemplo. É impossível apanhar uma aula com as mãos (nesse sentido, ela é uma mercadoria “imaterial”), no entanto o seu “corpo” existe e é representado pelo período em que a lição acontece. Uma aula de gramática e uma camisa de algodão, por conseguinte, em nada se parecem quando se trata de sua constituição material ou do tipo de satisfação a que se destinam; no entanto, no processo de produção mercantil, elas se equiparam e se igualam enquanto produtos do trabalho.

De acordo com Marx, “com o caráter útil dos produtos do trabalho desaparece o caráter útil do trabalho neles representado e, portanto, também as diferentes formas concretas desses

trabalhos, que não mais se distinguem uns dos outros”, de modo que são “todos reduzidos a trabalho humano igual, a trabalho humano abstrato” (MARX, 2013a, p. 116). Essa observação é fundamental para a compreensão de um aspecto elementar da produção capitalista: além da igualização quantitativa das mercadorias, ou paralelamente a ela, ocorre a igualização quantitativa dos trabalhos de natureza diversa. Ou seja, embora a atividade do pedreiro, do padeiro, do médico, do professor ou do advogado sejam qualitativamente diferentes, já que se destinam à produção de diferentes valores de uso, elas se igualam, contudo, na economia mercantil, enquanto produtoras de valores de troca. Todas elas se equiparam enquanto trabalho humano abstrato.

É por isso que Marx argumenta adiante: “Consideremos agora o resíduo dos produtos do trabalho. Deles não restou mais do que uma mesma objetividade fantasmagórica, uma simples geleia [*Gallerte*] de trabalho humano indiferenciado”, ou seja, “de dispêndio de força de trabalho humana, sem consideração pela forma de seu dispêndio”. A “geleia de trabalho humano indiferenciado” de que nos fala o autor representa exatamente o fato de que, do ponto de vista mercantil, os diferentes trabalhos de natureza diversa e que dão origem a produtos de qualidade diversa, servindo, portanto, aos mais variados fins, igualam-se todos enquanto dispêndio de força de trabalho.

Tal assertiva para os fins que aqui nos propomos a discutir é decisiva. Marx considera, conforme vimos, que toda a riqueza da sociedade capitalista se apresenta como uma enorme coleção de mercadorias (MARX, 2013a, p. 113), no entanto, essas mesmas mercadorias nada mais são, abstraindo o seu valor de uso, que força de trabalho humano dispendida: “Essas coisas representam apenas o fato de que em sua produção foi dispendida força de trabalho humana, foi acumulado trabalho humano”, de modo que, “como cristais dessa substância social que lhes é comum, elas são valores – valores de mercadorias” (MARX, 2013a, p. 116). Assim, pode-se começar a entrever o motivo por que Rubin acentua o fato de que o objeto da Economia Política são as relações sociais que os homens estabelecem entre si. Uma mercadoria, em última instância, é dispêndio de trabalho humano, e o modo de produção capitalista é a forma histórica na qual, através do trabalho assalariado – da compra e venda da mercadoria força de trabalho, portanto –, os proprietários dos meios de produção acumulam trabalho humano.

O que se daria, portanto, se essa mercadoria específica, a força de trabalho, se tornasse anacrônica? Se essa mercadoria responsável pela criação do valor (e da mais-valia) se tornasse algo obsoleto, por conta do elevado grau de desenvolvimento técnico e tecnológico da sociedade capitalista? Se o aparato ultramoderno das forças produtivas começasse a dispensar, por conta do seu amplo desenvolvimento, essa mercadoria que constitui os alicerces mais

fundamentais (ou, numa metáfora ainda mais significativa, a própria essência) do capitalismo? Eis o nosso problema central.

4.1.9 Tempo de trabalho socialmente necessário

Conforme o exposto, “um valor de uso ou bem só possui valor porque nele está objetivado ou materializado trabalho humano abstrato”, no entanto, pergunta Marx, “como medir a grandeza de seu valor?”. E responde: “por meio da quantidade de ‘substância formadora de valor’, isto é, da quantidade de trabalho nele contida” (MARX, 2013a, p. 116).

Quando se fala em substância formadora do valor, porém, é preciso ser cauteloso. Como vimos anteriormente, num de seus últimos escritos econômicos, Marx previne contra a má interpretação dessa passagem, realizada por Adolph Wagner, por exemplo: “Eu não disse, portanto”, argumenta Marx, “que ‘a substância social comum do valor de troca’ seja o ‘trabalho’”, e acrescenta, “e porque trato de modo minucioso e em seção particular a *forma-valor*, isto é, o desenvolvimento do valor de troca, seria esquisito reduzir essa ‘forma’ à ‘substância social comum’, o ‘trabalho’”; por fim, explica Marx, “esquece também o sr. Wagner que nem ‘o valor’ nem o ‘valor de troca’ são sujeitos para mim, mas sim a mercadoria” (MARX, 2020, p. 42, grifo do autor). Em primeiro lugar, é preciso sempre ter em mente algo já dito por Marx, e acima reproduzido por nós: quando se fala em valores de uso, é preciso que haja pelo menos dois deles. Além disso, conforme vimos, Marx fala em *quantidade de trabalho*. Ou seja, dizer que a “substância formadora de valor” de uma mercadoria é a “quantidade de trabalho” que ela contém é algo muito diverso do que dizer que o trabalho é a substância do valor. E isso fica claro quando Marx argumenta que: “A própria quantidade de trabalho é medida por seu tempo de duração, e o tempo de trabalho possui, por sua vez, seu padrão de medida em frações determinadas de tempo, como hora, dia etc.” (MARX, 2013a, p. 116).

Assim, ficamos sabendo que não é propriamente o trabalho, em si, que condiciona o valor de uma determinada mercadoria; antes, é a quantidade de trabalho que se despendeu para que ela fosse produzida. Essa quantidade é, por sua vez, medida por frações determinadas de tempo. De modo que, para uma definição mais precisa, seria necessário dizer que “é apenas a quantidade de trabalho socialmente necessário ou o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de um valor de uso que determina a grandeza de seu valor” (MARX, 2013a, p. 117).

4.2 O som da hora final

4.2.1 *The winter of our discontent*

“Se alguma vez houve uma ‘Inglaterra feliz’, isso não ocorreu no tempo de William Shakespeare”, afirma Victor Kiernan em seu notável estudo sobre o dramaturgo elisabetano (KIERNAN, 1999, p. 17). E, realmente, qualquer leitor que se aventure pelas páginas do capítulo 24 do primeiro volume de *O Capital*, de Marx, encontrará bons argumentos para respaldar a afirmação de Kiernan. De modo que o “inverno do descontentamento” inglês de que fala Ricardo III no drama histórico homônimo continuou por muito mais tempo após a ascensão do “*sun of York*”³⁵ (SHAKESPEARE, 2008, p. 21).

No intuito de demonstrar o modo como o capitalismo veio ao mundo, Marx pinta um quadro assombroso e eloquente da Inglaterra dos séculos XV, XVI e XVII³⁶. E não sem razão. De fato, o relato sobre as Leis Sanguinárias, por exemplo, de que o autor nos fala no capítulo sobre “a assim chamada acumulação primitiva”, não tem apenas o intuito de esboçar um panorama histórico repleto de violência, mas, sobretudo, o de demonstrar que a origem do capitalismo não tem nada de natural e de espontâneo – e que, definitivamente, não se explica, tampouco, pelo mito de que outrora, num tempo muito distante, houve um pequeno grupo de homens diligentes e austeros que conseguiram amearhar riquezas através do trabalho e da vida regrada, enquanto que uma massa enorme de sujeitos dissipadores e negligentes condenava-se à miséria presente e futura ao entregar-se a hábitos nada austeros ou ao entregar-se à preguiça.

Com efeito, seria difícil sustentar essas fábulas pueris, produto mais baixo e ingênuo da ideologia, ao se analisar de modo cuidadoso os métodos cruéis de que se valeram as classes dominantes, invariavelmente auxiliadas pelo Estado, para estabelecer um modo de produção que não estava inscrito no código genético dos homens nem faz parte de uma sua “essência natural”.

4.2.2 As Leis Sanguinárias

Já nos *Manuscritos econômico-filosóficos*, quando apenas iniciava as suas investigações no campo da economia política, Marx assinala algo que teria repercussão fundamental em seu método e em sua teoria: “A economia nacional parte do fato dado e acabado da propriedade

³⁵ Aqui Shakespeare parece fazer um trocadilho com as expressões “*sun of York*” e “*son of York*”.

³⁶ Há excelentes estudos de Christopher Hill sobre a Inglaterra do século XVII (2012; 2003; 1992; 1988; 1987; 1983).

privada. Não nos explica o mesmo”, ou seja, “ela percebe o processo *material* da propriedade privada, que passa, na realidade (*Wirklichkeit*), por fórmulas gerais, abstratas, que passam a valer como leis para ela”, no entanto, essa mesma economia nacional – ou seja, a economia política – “não concebe (*begreift*) estas leis, isto é, não mostra como tem origem na essência da propriedade privada” (MARX, 2004, p. 79, grifo do autor). Helmut Reichelt considera que nessa passagem dos *Manuscritos econômico-filosóficos* “se encontram resumidos os motivos centrais da crítica da economia política” (REICHELT, 2013, p. 35). Assim, seria preciso abordar o problema de um modo mais profundo, ou seja, antes de aceitar “o fato da propriedade privada” como algo dado, seria preciso buscar as suas raízes, a sua gênese. Deve-se, porém, fazer a ressalva de que, nesse contexto, “propriedade privada” significa “propriedade privada *capitalista*”. Esta foi arrancada do ventre da história.

E um exemplo claro do modo como o capitalismo foi arrancado a fórceps do bojo da história é a chamada “Legislação Sanguinária”, que se elaborou contra os trabalhadores expropriados a partir do final do século XV (MARX, 2013a, p. 805-813).

Marx situa o alvorecer do capitalismo precisamente nessa época, ou no início do século seguinte: “Embora os primórdios da produção capitalista já se nos apresentem esporadicamente, nos séculos XIV e XV, em algumas cidades do Mediterrâneo, a era capitalista só tem início no século XVI”, acrescentando que, “nos lugares onde ela surge, a supressão da servidão já está há muito consumada, e o aspecto mais brilhante da Idade Média, a existência de cidades soberanas, há muito empalideceu” (MARX, 2013a, p. 787). Segundo Marx, “na história da acumulação primitiva, o que faz época são todos os revolucionamentos que servem de alavanca à classe capitalista em formação”, o mais decisivo, no entanto, seriam “os momentos em que grandes massas humanas são despojadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários absolutamente livres”; desse modo, “a expropriação da terra que antes pertencia ao produtor rural, ao camponês, constitui a base de todo o processo” (MARX, 2013a, p. 787). Mais adiante, o autor reafirma: “o prelúdio da revolução que criou as bases do modo de produção capitalista ocorreu no último terço do século XV e nas primeiras décadas do século XVI” (MARX, 2013a, p. 789). Sobre a precedência – ainda que esporádica, como afirma Marx – de certas cidades mediterrânicas, Engels escreve, em 1893, no prefácio à edição italiana do *Manifesto comunista*: “A primeira nação capitalista foi a Itália. O fim da Idade Média feudal, o limiar da era capitalista moderna, é assinalado por uma figura colossal: um italiano, Dante, ao mesmo tempo o último poeta da Idade Média e o primeiro poeta dos tempos modernos”, para em seguida perguntar: “Dar-nos-á a Itália um novo

Dante, capaz de assinalar o nascimento dessa nova era, a era proletária?” (MARX; ENGELS, 1998, p. 83).

Aqui, no entanto, o mais importante é notar que Marx atribui importância decisiva ao processo de expropriação dos camponeses e dos trabalhadores de suas terras e instrumentos de produção, sendo posteriormente coagidos a vender a única mercadoria que lhes resta após esse processo: a força de trabalho. “O roubo dos bens da Igreja, a alienação fraudulenta dos domínios estatais, o furto da propriedade comunal, a transformação usurpatória, realizada com inescrupuloso terrorismo, da propriedade feudal e clânica em propriedade moderna”, escreve Marx, “foram outros tantos métodos idílicos da acumulação primitiva” (MARX, 2013a, p. 804). Esses meios, duramente criticados por Marx, “conquistaram o campo para a agricultura capitalista, incorporaram o solo ao capital e criaram para a indústria urbana a oferta necessária de um proletariado inteiramente livre” (MARX, 2013a, p. 804).

Antes, porém, que esses trabalhadores livres fossem coagidos a encontrar o caminho da fábrica pela pura e simples necessidade de sobreviver, antes que essa coação se fizesse de maneira quase que natural e espontânea por uma prática social e econômica tornada cotidiana, a história ofereceu exemplos menos pacatos e menos corriqueiros de como adestrar esses trabalhadores e de fazê-los funcionar de acordo com as necessidades do novo modo de produção.

Marx observa que, uma vez expulso de modo violento de suas terras, “esse proletariado inteiramente livre não podia ser absorvido pela manufatura emergente com a mesma rapidez com que fora trazido ao mundo” e que, além disso, “os que foram repentinamente arrancados de seu modo de vida costumeiro tampouco conseguiam se ajustar à disciplina da nova situação” (MARX, 2013a, p. 805).³⁷ Assim, segundo o autor, uma grande massa desses camponeses acabou se transformando em “mendigos, assaltantes, vagabundos”, observando ainda que “em parte por predisposição, mas na maioria dos casos por força das circunstâncias” (MARX, 2013a, p. 806).³⁸

A legislação, no entanto, não era dada a sutilezas teóricas e não fazia distinção entre o que era causal e o que era casual. A mente mais ou menos obtusa dos legisladores de todos os tempos parece se estender apenas até os limites não muito longínquos até onde a sua própria

³⁷ Ver, igualmente, o comentário de Weber (2004) sobre a indisposição camponesa a mudar de modo abrupto a forma como estavam acostumados a trabalhar.

³⁸ Essa passagem, aparentemente corriqueira e sem maiores implicações teóricas, é reveladora do modo como Marx não concebia a relação sociedade-indivíduo de modo mecânico. Ao admitir, por exemplo, que parte da massa espoliada acabava nas margens da sociedade por “predisposição”, ele fornece um bom argumento contra aqueles que acreditam que o seu método constitui numa fórmula mecânica que atribui à realidade econômica, de modo imediato, todos os fenômenos sociais e, inclusive, o destino dos indivíduos.

ideologia se estende. Assim, não era difícil – e certamente fosse até mesmo cômodo – para os “licurgos” da era Tudor, por exemplo, atribuir a desgraça dos indivíduos à sua vontade individual. As vítimas eram os culpados. “Os pais da atual classe trabalhadora”, escreve Marx, “foram inicialmente castigados por sua metamorfose, que lhes fora imposta, em vagabundos e *paupers*. A legislação os tratava como delinquentes ‘voluntários’ e supunha depender de sua boa vontade que eles continuassem a trabalhar sob as velhas condições” (MARX, 2013a, p. 808). Essas condições, como nota o autor, no entanto já não existiam mais.

A Inglaterra não foi o único lugar que conheceu uma legislação violenta contra os trabalhadores que ainda não haviam entrado nas engrenagens do capital. “Leis semelhantes foram promulgadas na França, onde, em meados do século XVII, estabeleceu-se um reino de vagabundos (*royaume des truands*), em Paris” (MARX, 2013a, p. 808). Isso demonstra que nem o francês, nem o inglês, assim como nenhum povo do mundo, possui qualquer programação genética ou disposição biológica para o capitalismo e que, seja lá o que for a tal essência humana, ela não deve corresponder à sociedade do capital. O trabalho assalariado é um produto tão natural quanto a gordura hidrogenada.

Marx relata que, no caso francês, por exemplo, “ainda nos primeiros anos de reinado de Luís XVI [...] dispôs-se que todo homem de constituição saudável, entre 16 e 60 anos, caso desprovido de meios de existência e do exercício de uma profissão, devia ser mandado às galés” (MARX, 2013a, p. 808).

Desse modo, não foi apenas a infeliz Inglaterra de Shakespeare que conheceu os métodos pouco naturais com que o capital adentra os seres humanos em sua própria “natureza humana”. Para que os homens aprendessem a ser humanos do ponto de vista do capital e do trabalho assalariado, tiveram que ser tratados com certa desumanidade: “Assim, a população rural, depois de ter sua terra violentamente expropriada, [...] viu-se obrigada a se submeter, por meios de leis grotescas e terroristas, e por força de açoites, ferros em brasa e torturas, a uma disciplina necessária ao sistema de trabalho assalariado” (MARX, 2013a, p. 808).

O modo pouco natural e nada espontâneo como o capitalismo veio ao mundo é acentuado de forma enfática por Marx. E nisso consiste a grande importância teórica do subcapítulo sobre a legislação sanguinária no contexto da acumulação primitiva. Aqui, o determinante é o fato de que o autor argumente que foi um movimento extraeconômico que trouxe ao mundo um novo modo de produção. Com isso, Marx reconhece, ao mesmo tempo, a importância da política, das leis, da violência e da coação no advento de um novo modo de produção. Não se trata apenas de uma lógica intrincada de movimentos sucessivos e concatenados de natureza eminentemente ou puramente econômica. Tampouco se trata, única

e exclusivamente, da violência e da ação exclusiva das assim chamadas superestruturas. “Não basta que as condições de trabalho apareçam num polo como capital e no outro como pessoas que não têm nada para vender, a não ser a sua força de trabalho. Tampouco basta obrigá-las a se venderem voluntariamente” (MARX, 2013a, p. 808), quer dizer, não basta contar com um movimento puramente econômico ou apenas já dotado de alguma subjetividade (como a venda voluntária de força de trabalho por parte dos trabalhadores). No movimento que resulta num novo modo de produção é preciso que, para além da lógica intrinsecamente econômica, haja uma dimensão extraeconômica atuando junto. A violência se combina, assim, com a realidade onde ela pode ser empregada. É apenas nesse contexto, onde as condições econômicas apresentam os pressupostos materiais indispensáveis, que os fatores extraeconômicos podem atuar como parceiros da história.

Marx elenca, de modo cronológico, alguns fatos eloquentes que ilustram de modo exemplar o modo como a violência agiu na prática, em solo inglês, para que o trabalhador aprendesse a se comportar de acordo com as necessidades do novo modo de produção emergente. Sob Henrique VIII, por exemplo, “mendigos velhos e incapacitados para o trabalho recebem uma licença para mendigar. Em contrapartida, açoitamento e encarceramento para os vagabundos mais vigorosos”, e sem dispensar a crueldade: “Estes devem ser amarrados a um carro e açoitados até sangrarem; em seguida, devem prestar juramento de retornarem à sua terra natal [...] ‘e de se porem a trabalhar’” (MARX, 2013a, p. 806). Como se vê, a estreiteza mental dos legisladores de então fazia com que agissem não apenas de modo inconsciente como propulsores das novas relações sociais; acreditavam, igualmente, ser possível restaurar as relações antigas.

Essa pequena passagem da legislação sob Henrique VIII é igualmente reveladora sob outro aspecto. E, do ponto de vista teórico, bastante instrutiva. A ingenuidade dos homens que elaboravam tais leis, em que se predicava uma volta às condições anteriores para os recém-espoliados de suas próprias terras, demonstra que muitas vezes os indivíduos e as instituições agem de modo inconsciente e involuntário, e a história é o resultado não apenas de suas ações planejadas e conscientes num determinado sentido, mas também daquilo que não se planejou; e invariavelmente alcança-se, portanto, justamente o contrário do que se pretendia originalmente.³⁹

³⁹ Em *Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã*, Engels anota que Hegel chamava a este movimento contraditório de intenções e resultados conflitantes e desencontrados de “ironia da História” (ENGELS, 2001, 474). Marx, igualmente, escreve: “Que ironia cruel!” (MARX, 2013a, p. 806).

No caso de não se adequar às novas relações sociais ou de não encontrar o caminho de volta para o passado, o indivíduo reincidente, preso uma segunda vez por “vagabundagem”, seria “novamente açoitado”, tendo “a metade da orelha cortada; na terceira reincidência, porém, o réu deve ser executado como grave criminoso e inimigo da comunidade” (MARX, 2013a, p. 806). E tais crueldades não se restringem ao piedoso fundador da Igreja Anglicana: já dedicados à santa missão de “conservar e manter a igreja empenhada no Dever, na Unidade da verdadeira religião, e na obrigação de Paz” de que nos falariam anos mais tarde os *Thirty-nine Articles*, os seus sucessores foram igualmente diligentes.

Sob Eduardo VI, por exemplo, “um estatuto do primeiro ano de seu reinado, 1547, estabelece que quem se recusar a trabalhar deverá ser condenado a se tornar escravo daquele que o denunciou como vadio”, tendo o amo “o direito de forçá-lo a qualquer trabalho, mesmo o mais repugnante, por meio de açoites e agrilhoamento”; além disso, “seu dono pode vendê-lo, legá-lo a herdeiros ou alugá-lo como escravo, tal como qualquer outro bem móvel ou gado doméstico”; para prevenir qualquer tentativa de resistência, a lei prescrevia que “os escravos que tentarem qualquer ação contra os senhores também deverão ser executados” (MARX, 2013a, p. 806).

Sob a Boa Rainha Bess, “mendigos sem licença e com mais de 14 anos de idade devem ser severamente açoitados e ter a orelha esquerda marcada a ferro, caso ninguém queira tomá-los a serviço por 2 anos”, sendo que reincidentes maiores de 18 anos deveriam “ser executados, caso ninguém queira tomá-los a serviço por 2 anos; na segunda⁴⁰ reincidência, serão executados sem misericórdia, como traidores do Estado” (MARX, 2013a, p. 807). Vê-se, portanto, que a fúria da Rainha Virgem não vitimava apenas nobres, como Robert Devereux, 2º Conde de Essex. Traição contra o Estado também podia ser o simples fato de não trabalhar.

Mudam-se as dinastias, as práticas continuam as mesmas: sob Jaime I, o ponderado da casa Stuart, “os juízes de paz, nas *Petty Sessions*”, tinham autorização para mandar açoitar publicamente os desocupados e vagabundos, e prendê-los: “durante seu tempo na prisão, serão açoitados tanto e tantas vezes quanto os juízes de paz considerarem conveniente” e “os vagabundos incorrigíveis e perigosos devem ser marcados a ferro no ombro esquerdo com a letra R e condenados a trabalho forçado”, sendo que, em caso de reincidência na mendicância, deveriam “ser executados sem perdão” (MARX, 2013a, p. 808).

Na breve exposição acima, em que reproduzimos e comentamos algumas passagens essenciais do subcapítulo sobre a legislação sanguinária, presente no primeiro volume de *O*

⁴⁰ “No original: ‘na terceira’.” (MARX, 2013a, p. 807, nota de rodapé).

Capital, ficamos sabendo dos métodos extraeconômicos, por assim dizer, através dos quais o capitalismo surgiu e se estabeleceu como modo de produção – ao menos em solo inglês.

No entanto, esse *deus ex machina* que irrompe no palco da história desempenha, como o carro de fogo de Medeia, um papel pontual e preciso. Após colocar em funcionamento a grande engrenagem do novo modo de produção, passa a desempenhar um lugar de coadjuvante.

4.2.3 Em busca de emprego

Se, no alvorecer do modo de produção capitalista, o Estado e a burguesia em ascensão precisaram valer-se de métodos e práticas brutais para fazer com que os trabalhadores encontrassem o caminho da fábrica – ou do trabalho assalariado em geral –, o que se dá, no mundo contemporâneo, é justamente o contrário. Uma vez condicionados para as novas relações de trabalho, a classe operária e os trabalhadores em geral não apenas dispensam qualquer tipo de coação ou violência para encontrar uma ocupação, como ainda temem não poder empregar-se.

Numa pesquisa Ibope divulgada no Brasil em fevereiro de 2020, antes, portanto, que o caos sanitário e econômico provocado pela pandemia da Covid-19 se instalasse de modo mais dramático no país, o desemprego aparecia como a principal preocupação dos brasileiros: 47% dos entrevistados acreditavam que o maior problema a ser enfrentado no ano que se iniciava era a falta de postos de trabalho. Isso, no entanto, não atrapalhava as projeções otimistas. Em dezembro de 2019, a expectativa de 45% dos entrevistados era a de que a oferta de empregos fosse melhorar. Para 5% iria melhorar muito (GLOBONEWS, 2020, online). A realidade os contrariou brutalmente.

Na Itália, poucos meses mais tarde, no início de maio, quando a pandemia do coronavírus já atingira proporções apocalípticas, o *Corriere della Sera* informava que metade dos italianos tinha medo de perder o seu posto de trabalho (SALVIA, 2020, online).

Mesmo em situação de normalidade, no entanto, quando não há grandes crises causadas por fatores sanitários, econômicos ou políticos, a possibilidade de ficar sem trabalho é uma das grandes preocupações das pessoas em todos os lugares onde vigem as relações capitalistas de produção. E isso de tal modo que o avanço da degradação das condições de trabalho e de contratação tem proporcionado a criação de uma classe trabalhadora bastante vulnerável e superexplorada, nomeada por alguns como “precariado”, ou seja, um proletariado que vive e trabalha sob condições bastante precárias (BRAGA, 2012).

Esse processo histórico de aprendizagem das novas relações é descrito por Marx em sua obra magna: “No evoluir da produção capitalista desenvolve-se uma classe de trabalhadores que, por educação, tradição e hábito, reconhece as exigências desse modo de produção como leis naturais e evidentes por si mesmas” (MARX, 2013a, p. 808).

Aqui seria preciso, desde logo, chamar a atenção para um ponto significativo: a naturalização do capital e do trabalho assalariado de que nos fala o autor. Já em *A ideologia alemã*, redigida cerca de duas décadas antes da publicação do primeiro volume de *O Capital*, Marx e Engels argumentavam que as ideias dominantes são a expressão ideológica das relações sociais dominantes (MARX; ENGELS, 2011a, p. 47). Ou seja, não se trata da formulação arbitrária de determinadas ideias por uma determinada classe social que detém o poder econômico e, por conseguinte, o poder espiritual. A ideia do capital como uma relação social natural e sempre existente, seria, parafraseando os autores de *A ideologia alemã*, a expressão, no plano das ideias, da dominação material dessa relação social. Assim, essa mesma relação social, ao servir de fundamento concreto para a expressão ideológica que a justifica e a naturaliza, serve, ao mesmo tempo, como justificação e naturalização da dominação da classe que domina na sociedade através do capital. Não são, de modo geral, as relações sociais que dominam através da classe; ao contrário, é a classe que domina através das relações sociais estabelecidas. Esse pensamento é bem mais sofisticado do que aquele proposto pela visão ingênua que atribui a ideologia ou as ideologias em geral à maquinação de determinados sujeitos (sejam eles partidos políticos, classes sociais ou meios de comunicação) que se dedicam a criar pensamentos destinados a legitimar a sua posição superior na sociedade. É certo que, uma vez tomada consciência de sua própria dominação, um indivíduo, uma classe ou partido podem elaborar, de modo voluntário, um discurso ideológico que corresponda aos seus interesses. No entanto, uma vez que determinadas relações sociais de produção passam a predominar numa sociedade, o aspecto consciente e deliberado da formulação do discurso legitimador do poder econômico ou político pode ser relegado, inclusive, a um segundo plano, pois esse mesmo discurso passa a ser produzido quase que de modo espontâneo – até mesmo por aqueles que não são os detentores dos meios de produção e que, portanto, não participam da dominação socioeconômica burguesa.

Após a discussão precedente, seria lícito postular que, em dadas situações históricas, a classe social exerce, como sujeito histórico, um papel predominante e decisivo no estabelecimento de novas relações sociais de produção. No entanto, a partir de determinado momento da evolução dessas mesmas relações, bem como das forças produtivas, a própria relação social de produção passa a dominar a classe social. De modo que o papel de sujeito

ativo e consciente que uma classe social pode determinar, dentro de um contexto revolucionário, de transformação e superação de um modo de produção, depende de vários fatores históricos e pontuais. Assim, temos mais um exemplo do fato de que não se pode substituir o estudo da história e da sociedade em favor de fórmulas prontas.

4.2.4 Um museu de grandes novidades

Se, no entanto, a classe trabalhadora dos tempos modernos e da contemporaneidade já aprendeu a agir de acordo com a “coerção muda exercida pelas relações econômicas”, aquela que “sela o domínio do capitalista sobre o trabalhador”, a violência extraeconômica não deixa de ser empregada, ainda que “excepcionalmente”; bem diversa, porém, “era a situação durante a gênese histórica da produção capitalista” (MARX, 2013a, p. 808-809). Naquele momento, em que a burguesia está em ascensão, ela “requer e usa a força do Estado para ‘regular’ o salário, isto é, para comprimi-lo dentro dos limites favoráveis à produção do mais-valor, a fim de prolongar a jornada de trabalho e manter o próprio trabalhador num grau normal de dependência” (MARX, 2013a, p. 809). Ironia máxima da história, a utilização de tal recurso com o fim de favorecer a produção da mais-valia pode estar por trás do elevado crescimento econômico que a Rússia soviética conheceu nas décadas que se seguiram à Revolução de 1917. A natureza restrita deste nosso trabalho não nos permite aprofundar tal discussão, mas nunca seria demais levantar a questão: a proibição de partidos políticos, o fechamento de algumas instituições democráticas, a falta de liberdade de imprensa, a inexistência de liberdade de associação, a ditadura de um partido sobre a classe e o total controle econômico do Estado sobre o processo produtivo não seria uma forma de facilitar e potencializar a produção da mais-valia? Uma classe trabalhadora que não possui qualquer poder de negociação diante do capital está completamente vulnerável a todo tipo de abuso. Desse modo, seria fecundo proceder à investigação da natureza dos processos revolucionários mais importantes do século XX sob a perspectiva do desenvolvimento do capital, num momento em que a sua “coação muda” do período de seu domínio consolidado foi combinada com a violência extraeconômica do período de sua ascensão. Se a violência extraeconômica, como afirma Marx, “constitui um momento essencial da assim chamada acumulação primitiva” (MARX, 2013a, p. 809), seria o caso de se perguntar o quanto o século XX pôde, em alguns lugares menos desenvolvidos do mundo – e que passaram por revoluções –, repetir o século XVI inglês. Assim, a violência perpetrada pelos regimes stalinistas, pelo maoísmo e seus sucessores chineses, e mesmo pelos regimes latino-americanos chamados “populistas”, poderia, em que pesem as enormes diferenças e

particularidades de cada um desses processos históricos, ser interpretada, de modo geral, como capítulos modernos do desenvolvimento do capital através da utilização de métodos extraeconômicos. Hegel, que falava sobre a ironia da História, talvez se espantasse com o fato de que na história contemporânea tantos partidos chamados “comunistas” tenham realizado na prática, e em nome do socialismo, o aprofundamento das revoluções burguesas e a expansão das relações capitalistas de produção.

Por fim, cabe ressaltar aqui uma observação bastante reveladora de Marx, pois nos permite compreender em que medida o autor concebia os agentes históricos também sob uma perspectiva de seu significado puramente econômico: “A classe dos assalariados, surgida na segunda metade do século XIV, constituía nessa época, e também no século seguinte, apenas uma parte muito pequena da população”, e cuja posição, além disso, gozava de proteção, “no campo, pela economia camponesa independente e, na cidade, pela organização corporativa” (MARX, 2013a, p. 809). Nesse contexto, “a subordinação do trabalho ao capital era apenas formal”, e, como explica o autor, “o próprio modo de produção não possuía ainda um caráter especificamente capitalista”, de modo que “o elemento variável do capital preponderava consideravelmente sobre o constante. Por isso, a demanda de trabalho assalariado crescia rapidamente com cada acumulação do capital, enquanto a oferta de trabalho assalariado a seguia apenas lentamente” (MARX, 2013a, p. 809).

Aqui Marx concebe a classe dos trabalhadores assalariados sob uma perspectiva especificamente econômica: ela está relacionada ao “elemento variável do capital”. Para a discussão que promovemos neste trabalho, tal assertiva é fundamental. Em primeiro lugar, porque revela o modo como a concepção de classe social marxiana está fundamentada não apenas em aspectos subjetivos, mas, em primeiro lugar, em aspectos objetivos, ou seja, no seu papel e significado econômicos. Desse modo, a relação entre capital variável e capital constante – decisiva para a compreensão do processo de obsolescência da mercadoria força de trabalho – ocupa posição central no modo de Marx conceber, igualmente, o estabelecimento do capitalismo como modo de produção dominante. Como veremos mais adiante, ao discutir a teoria da revolução nos *Grundrisse*, tal raciocínio é levado às suas últimas consequências quando, ao contrário do que acontecera nos primórdios do capital, o autor discorre sobre o momento em que o elemento constante do capital passa a ser preponderante sobre o elemento variável. Em outras palavras, quando a máquina – ou o aparato produtivo altamente automatizado – passa a dispensar o trabalhador e a força de trabalho de modo crescente. Quando, portanto, há uma inversão em relação ao quadro histórico inicial, ou seja, agora é a

oferta de trabalho assalariado que cresce de maneira demasiadamente rápida em relação à sua oferta.

4.2.5 A hora final

No subcapítulo intitulado “Tendência histórica da acumulação capitalista”, presente no capítulo 24 do primeiro volume de *O Capital*, sobre “A assim chamada acumulação primitiva”, Marx desenvolve de maneira mais específica a sua concepção sobre o processo revolucionário que deverá resultar na superação do capital.

“No que resulta a acumulação primitiva do capital, isto é, sua gênese histórica?”, pergunta o autor, para em seguida responder: “Na medida em que não é transformação direta de escravos e servos em trabalhadores assalariados, ou seja, mera mudança de forma, ela não significa mais do que a expropriação dos produtores diretos”, ou, posto de outro modo, ela consiste na “dissolução da propriedade privada fundada no próprio trabalho” (MARX, 2013a, p. 830).

A primeira parte da resposta de Marx, portanto, faz referência à “forma”, ou seja, à natureza da relação social de produção estabelecida entre os homens após o processo histórico da acumulação primitiva. Assim, o que antes fora trabalho servil, baseado na prestação de serviços e no pagamento de diversas obrigações ao senhor feudal, agora se tornara trabalho assalariado. Houve, então, uma mudança qualitativa da relação social de produção. Essa nova relação social, que surge após a dissolução das relações servis e de escravidão vigentes no ocidente medieval, e que se fundamenta no trabalho assalariado, consiste precisamente no capital.⁴¹

Tal definição é elementar para a nossa tese, uma vez que concebemos os modos de produção de acordo com a natureza das relações sociais de produção em que se baseiam, e não propriamente na definição jurídica da propriedade. Tal status jurídico apenas terá relevância para nós na medida em que sua definição estiver relacionada com a mudança qualitativa das relações sociais. Assim, por exemplo, a definição jurídica de propriedade estatal dos meios de produção não implica, necessariamente, na transformação das relações de produção baseadas no trabalho assalariado.

⁴¹ “O capital é uma relação social” (MARX, 1985b, p. 28).

4.2.6 Um caso histórico: a Constituição da URSS

Tomemos, por exemplo, a Constituição da antiga União Soviética, em que se dizia: “A base econômica da URSS, das repúblicas federadas e autônomas, é constituída pelo sistema socialista de economia e a propriedade socialista sobre os instrumentos de produção” (DENISOV; KIRICHENKO, 1959, p. 100, tradução nossa). Afirmava-se ali, igualmente, que, em países como a antiga República Socialista Soviética Quirguiz, “a base da economia socialista se consolidou [...] como resultado da liquidação do sistema de economia feudal e capitalista”, bem como da “abolição da propriedade privada sobre os instrumentos e meios de produção e da exploração do homem pelo homem” (DENISOV; KIRICHENKO, 1959, p. 100, tradução nossa).

Os redatores daquela Constituição certamente identificavam a abolição da exploração do homem pelo homem com o fim da propriedade privada, mas não com a superação do trabalho assalariado e, portanto, do capital. Esse ainda subsistia na União Soviética, como se verá adiante.

“Na União Soviética são os próprios trabalhadores – sem terratenentes nem capitalistas – os que administram a sua economia social. Isto é, precisamente, o socialismo e a democracia na vida econômica do país”, afirmam Denisov e Kirichenko, autores de *Derecho constitucional soviético* (DENISOV; KIRICHENKO, 1959, p. 101). E aqui temos um exemplo – bastante recorrente, aliás – de confusão entre (suposta) administração operária das empresas e de produção e “democracia” ou “socialismo”. Isto porque, mais uma vez, baseia-se a definição econômica de um determinado modo de produção no tipo de administração sob a qual esses mesmos meios de produção operam. Assim, pouco importa se tal ou qual meio de produção baseia-se na exploração do trabalho escravo, servil ou assalariado: o que define a sua natureza, segundo tal raciocínio, seria o modo de administração ao qual está submetido. Por isso a ênfase, dada pelos autores, ao fato de que ali não haveria mais capitalistas ou terratenentes.

Ao definir o “sistema socialista de economia”, os autores afirmam que neste “os principais instrumentos e meios de produção pertencem à sociedade” (DENISOV; KIRICHENKO, 1959, p. 101, tradução nossa). Na verdade, não é difícil adivinhar, nessa passagem, que “sociedade” equivale a “Estado”. Através de um subterfúgio linguístico, os autores de *Derecho constitucional soviético* pretendem mudar a natureza da propriedade vigente naquele país. A propriedade Estatal dos meios de produção pode perfeitamente existir e operar dentro das relações capitalistas de produção. Já a propriedade “social”, se se pretende

que tal não seja apenas uma expressão vazia de significado, exclui desde já a exploração capitalista e, portanto, o trabalho assalariado.

Não era isso, porém, o que se dava na antiga União Soviética: “Os operários e empregados das empresas estatais recebem a remuneração por seu trabalho em forma de salário”, e seguem explicando que este “se paga em dinheiro, é fixo e se calcula de acordo com as tarifas estabelecidas de antemão para a remuneração por unidade de produção ou por tempo investido” (DENISOV; KIRICHENKO, 1959, p. 104, tradução nossa). Com relação ao pagamento pelo trabalho nas cooperativas, os autores informam que “a remuneração do trabalho nos *kolkhozes* depende dos resultados globais do mesmo em cada *kolkhoz*, e do trabalho de cada *kolkhosiano* [cooperado]”, de modo que, “diferentemente das empresas do Estado, o trabalho no *kolkhoz* é retribuído não só em dinheiro, mas também em espécie, investindo-se para este fim parte dos ingressos da empresa coletiva” (DENISOV; KIRICHENKO, 1959, p. 106, tradução nossa).

Outras torções retóricas são feitas em defesa da propriedade estatal dos meios de produção. Lê-se, por exemplo, quando os autores tentam diferenciá-la do *kolkhoz* (as cooperativas): “A propriedade do Estado é patrimônio do povo em seu conjunto, enquanto a propriedade cooperativo-*kolkhosiana* é propriedade de cada *kolkhoz*, propriedade das associações cooperativas” (DENISOV; KIRICHENKO, 1959, p. 103, tradução nossa).

Não se fala, no estudo de Denisov e Kirichenko, em sociedade sem classes. Antes, afirmam: “A propriedade socialista não contrapõe as classes sociais entre si, mas, pelo contrário, as une e estreita suas fileiras” (DENISOV; KIRICHENKO, 1959, p. 102, tradução nossa). E segundo aquela Constituição, “o traço característico” do sistema socialista é que nele “a produção se desenvolve com o fim de assegurar o aumento constante do nível de vida do povo (DENISOV; KIRICHENKO, 1959, p. 101, tradução nossa). Assim, o estudo científico do direito soviético dá lugar a um panegírico em favor da Constituição daquele país.

Em suma, o que seria propriedade estatal capitalista dos meios de produção transformasse, na pena de seus autores, em propriedade social; ou, ainda, pretende-se igualar a propriedade estatal à propriedade de todo o povo. Como vimos, não se pode falar em propriedade social (ou socialista) lá onde ainda vige o trabalho assalariado. Isso, no entanto, não impediu que, durante décadas, o sistema econômico soviético fosse descrito como “comunista” ou “socialista” não só pelos seus defensores, mas também pelos seus inimigos.

4.2.7 A pequena propriedade

Ao descrever a tendência histórica da acumulação capitalista, Marx parece demonstrar pouco ou nenhum apego a formas históricas intermediárias, relacionadas à pequena propriedade e identificadas com estágios inferiores do desenvolvimento capitalista. Tal observação é tanto mais significativa quanto mais contribui para que se evite o equívoco – infelizmente bastante comum – de se identificar a crítica marxiana à grande propriedade capitalista a uma suposta simpatia pela pequena propriedade privada.

“A propriedade privada, como antítese da propriedade social, coletiva, só existe onde os meios e as condições externas do trabalho pertencem a pessoas privadas”, explica Marx, “mas conforme essas pessoas sejam os trabalhadores ou os não trabalhadores, a propriedade privada tem também outro caráter”; e argumenta que “os infinitos matizes que ela exhibe à primeira vista refletem apenas os estágios intermediários que existem entre esses dois extremos” (MARX, 2013a, p. 830). Ou seja, as variações de grandeza da propriedade estão relacionadas aqui sobretudo ao seu desenvolvimento histórico.

É pouco comum que na vida cotidiana façamos esse tipo de relação, e por isso a análise marxiana é igualmente esclarecedora nesse sentido. A preponderância de certo tipo de propriedade – se a grande propriedade privada capitalista, ou se a pequena propriedade, por exemplo – está diretamente vinculada a um determinado estágio do desenvolvimento do modo de produção. Assim, nos estágios inferiores do desenvolvimento capitalista, seria mais comum a predominância das pequenas ou médias propriedades.⁴²

Outro aspecto importante ressaltado por Marx é o fato de que a pequena propriedade não se encontra apenas no contexto histórico do desenvolvimento das relações de produção capitalistas: “A propriedade privada do trabalhador sobre seus meios de produção é o fundamento da pequena empresa, e esta última é uma condição necessária para o desenvolvimento da produção social e da livre individualidade do próprio trabalhador” (MARX, 2013a, p. 831). No entanto, o autor reconhece que “esse modo de produção existe também no interior da escravidão, da servidão e de outras relações de dependência”; contudo, segundo Marx, “ele só floresce, só libera toda a sua energia, só conquista a forma clássica adequada onde o trabalhador é livre proprietário privado de suas condições de trabalho,

⁴² Ver análise de Friedrich Engels em *Revolução e contra-revolução na Alemanha*, em que o peso do subdesenvolvimento da propriedade naquele país joga um papel central nos eventos políticos de meados do século XIX (ENGELS, 2010).

manejadas por ele mesmo”, ou seja, “o camponês, da terra que cultiva; o artesão, dos instrumentos que manuseia como um virtuoso” (MARX, 2013a, p. 831).

Vê-se, portanto, que não há, necessariamente, um vínculo automático entre propriedade privada e capitalismo. A pequena propriedade privada precede historicamente o modo de produção capitalista. Assim, como observa Marx, ela pode existir lá onde predominavam as relações de escravidão e de servidão, por exemplo. Desse modo, é preciso salientar ainda uma vez, o que confere o caráter capitalista dos meios de produção não é propriamente o seu status jurídico da propriedade, mas a natureza das relações sociais de produção nas quais se inserem esses mesmos meios: no caso específico do capitalismo, portanto, o capital – e, por conseguinte, o trabalho assalariado. A propriedade privada pode existir sem que haja, necessariamente, capitalismo; por outro lado, não pode haver capitalismo sem que haja a propriedade privada dos meios de produção.

Tal modo de produção, no entanto, baseado na pequena propriedade privada, representa um determinado estágio do desenvolvimento histórico da produção. Como observa Marx, “ele pressupõe o parcelamento do solo e dos demais meios de produção” e, “assim como a concentração destes últimos, ele também exclui a cooperação, a divisão do trabalho no interior dos mesmos processos de produção, a dominação e a regulação social da natureza, o livre desenvolvimento das forças produtivas sociais” (MARX, 2013a, p. 831).⁴³ Assim, embora o autor não deixe de ser um crítico dos impactos negativos, do ponto de vista humano, da divisão do trabalho e do trabalho assalariado, por exemplo, ele reconhece ao mesmo tempo que a existência da pequena propriedade se dá em meio a um ambiente medíocre do desenvolvimento das forças produtivas. Vimos, nas páginas do *Manifesto comunista*, o modo como Marx condena as relações burguesas por um lado e, por outro, entoando cantos de louvor ao progresso material proporcionado pela ascensão do capitalismo. Não há, nisso, contradição alguma por parte do autor – ele parte do ponto de vista expresso de modo conciso por Engels, anos mais tarde, segundo o qual toda evolução comporta ao mesmo tempo uma involução (ENGELS, 1979). A condenação das relações sociais capitalistas e a pretensão de superá-las não significa que se pretenda girar a roda da história para trás e recuperar formas mais antigas e menos desenvolvidas de propriedade. A luta contra a grande propriedade privada capitalista não significa, de modo algum, a aspiração de se retornar a um passado supostamente idílico onde os produtores eram, ao mesmo tempo, pequenos proprietários. Pelo contrário, Marx descreve esse estágio histórico com os termos mais duros. Segundo o autor, tal modo de produção “só é

⁴³ Sobre as definições de “modo de produção” e “formação social”, vale consultar Perry Anderson, *Passagens da antiguidade ao feudalismo* (1992).

compatível com os estreitos limites, naturais-espontâneos, da produção e da sociedade”, e acrescenta que “querer eternizá-lo significaria, como diz Pecqueur com razão, ‘decretar a mediocridade geral’” (MARX, 2013a, p. 831).

Desse modo, Marx reconhece que, junto ao desenvolvimento da grande propriedade privada capitalista e dos seus consequentes malefícios, há, ao mesmo tempo, um ganho do ponto de vista do desenvolvimento das forças produtivas. Tal desenvolvimento é indispensável para o advento de uma revolução comunista, ou seja, seria impossível conceber a superação do capital se as forças produtivas se mantivessem eternamente nos estágios medíocres de seu desenvolvimento. Para que se inicie um processo revolucionário, seria necessário que essas mesmas forças produtivas se desenvolvessem a tal ponto que entrassem em contradição com as relações de produção vigentes. Ora, no estágio intermediário do desenvolvimento da propriedade privada, ela não entra em contradição com o trabalho assalariado; antes, este serve mesmo como impulsionador do seu desenvolvimento. O capital favorece o processo de acumulação que transforma a pequena e a média propriedade em grande propriedade capitalista, como tivemos a oportunidade de ver no capítulo sobre “A assim chamada acumulação primitiva”.

Não é difícil, portanto, entender o motivo por que Marx não condena o desenvolvimento das forças produtivas sob o capital: ele é necessário, historicamente, para que se dê a revolução comunista, que deverá superar essas mesmas relações de capital. Em *Contribuição à crítica da Economia Política*, o autor já observava que nenhum modo de produção desaparece sem que haja desenvolvido em seu seio todas as forças produtivas que é capaz de comportar (MARX, 2003, p. 6).

4.2.8 Forças e paixões

É por isso que Marx argumenta, em *O Capital*, que também o modo de produção baseado na pequena propriedade, “ao atingir certo nível de desenvolvimento, [...] engendra os meios materiais de sua própria destruição” (MARX, 2013a, p. 831). Note-se, sobretudo, que o autor fala aqui em “meios materiais” como pressupostos para a superação de um determinado modo de produção – ou de um de seus estágios; ou seja, há uma pré-condição concreta, material, relativa às forças produtivas para que se leve adiante o processo de superação de uma etapa menos desenvolvida da produção material. No entanto, Marx não se limita a considerar apenas as forças materiais como decisivas nesse processo: “A partir desse momento”, continua o autor,

“agitam-se no seio da sociedade forças e paixões que se sentem travadas por esse modo de produção. Ele tem de ser destruído, e é destruído” (MARX, 2013a, p. 831).

Ao falar em “forças e paixões” como propulsoras do desenvolvimento ou mesmo da revolução social, Marx admite mais uma vez a importância dos fatores subjetivos que concorrem para as transformações sociais. Nesse contexto, porém, as tais paixões parecem estar subordinadas, em última instância, às forças produtivas que se desenvolveram no seio do modo de produção que está para caducar. Assim, haveria uma relação de causalidade: incrementam-se as forças produtivas e estas entram em contradição com as condições de produção vigentes (entre elas, as relações sociais de produção); é nesse quadro que se criariam as condições necessárias para a ascensão das tais paixões que se sentem “travadas” pelo modo de produção em decadência. Tais paixões, portanto, seriam motivadas por forças materiais nascidas e desenvolvidas no contexto daquele mesmo modo de produção, mas que representariam, ao mesmo tempo, um pressuposto material para a sua própria superação.

É preciso ressaltar que Marx está passando em revista, de modo genérico, o processo histórico de transformação da pequena propriedade individual na grande propriedade privada capitalista. Ou seja, não se trata da descrição de um modelo metafísico supra-histórico dentro do qual caberia toda a história humana, válida para todos os tempos e para todos os lugares. Não há a pretensão de se construir uma filosofia da história por parte do autor. E as passagens supracitadas constituem um resumo muito conciso do processo histórico da chamada acumulação primitiva.

Tal observação se faz importante para que se evite a tendência de se criar fórmulas e esquemas a partir de análises concretas realizadas por Marx. O pensamento dialético deve excluir desde logo a criação de tais fórmulas ou esquemas predeterminados. A história deve ser vista aqui como um processo vivo, a partir do qual se pode retirar conclusões teóricas; no entanto, como dizia Engels, em carta a C. Schmidt, datada de 5 de agosto de 1890, “nossa concepção da história é, no entanto, acima de tudo, um guia de estudo, e não um guindaste de construção à hegelianismo”, acrescentando adiante, “toda a história precisa ser reestudada, as condições de existência das diversas formações sociais precisam ser examinadas em detalhe, antes de induzir delas as correspondentes concepções políticas, jurídicas, estéticas, filosóficas, religiosas, etc.” (ENGELS, 2001, p. 456). Ou seja, não se pode conceber, a priori, num processo de transformação histórica, qual dos dois fatores foi o mais decisivo e preponderante: se as paixões (como motivações subjetivas) ou se as forças materiais (como condicionantes objetivos). Assim como não se pode concluir, de maneira automática, que a um determinado modo de pensar ou de agir corresponda necessária e irremediavelmente um determinado modo

de produzir. Tal conclusão não serve como pressuposto. Ela deve ser posta à prova através do estudo da história, como bem argumenta Engels.

Da mesma maneira, quando se pensa numa eventual revolução comunista, é preciso considerar os aspectos materiais e subjetivos. Como não se trata, ainda, de algo que se realizou na prática⁴⁴, é possível apontar tendências concretas. E é isso que Marx faz nesse subcapítulo sobre a tendência histórica da acumulação capitalista.

4.2.9 Engels no debate

Na mesma carta de Friedrich Engels acima mencionada, ao debater uma futura sociedade socialista, o cofundador do marxismo explica a C. Schmidt que, “para todos os debatedores, a ‘sociedade socialista’ não é algo que se modifica e progride continuamente, mas uma coisa estável, fixada de uma vez para sempre e que deve, portanto, ter um modo de distribuição fixado de uma vez por todas” (ENGELS, 2001, p. 456).

É decisivo, nesse notável documento, o modo como Engels concebe uma eventual sociedade socialista: sob uma perspectiva dinâmica. Em primeiro lugar, essa assertiva do maior colaborador de Marx respalda o ponto de vista segundo o qual não é apenas a luta de classes que faz a história, como vimos anteriormente, já que no socialismo as classes não mais existiriam. Em segundo lugar, ela mostra que, para Marx e Engels, o desenvolvimento social não conheceria um fim com o advento do socialismo ou do comunismo. Não se pode falar, portanto, em “fim da História” quando se trata do pensamento de Marx e Engels⁴⁵, ao contrário do simulacro de hegelianismo propagado por certos pensadores liberais no início dos anos 1990 (FUKUYAMA, 1992).

Ao prosseguir em sua carta a C. Schmidt, Engels argumenta que, “sensatamente, o que se pode fazer é 1) tratar de descobrir com que se vai *começar* e 2) *encontrar a tendência geral* do desenvolvimento posterior” (ENGELS, 2001, p. 456, grifo do autor). Assim, vê-se o espírito pragmático com que Engels encarava o debate acerca do advento da revolução. Não há, para ele, uma fórmula ou uma receita universal a ser seguida. Quando se trata do processo revolucionário, não se poderia nem mesmo pensar em seu desenvolvimento a longo prazo. É

⁴⁴ Não consideramos aqui as revoluções que, no século XX, se proclamaram socialistas ou comunistas mas não superaram o trabalho assalariado e, portanto, o capital.

⁴⁵ É preciso ressaltar que, embora Marx e Engels tivessem eventuais discordâncias durante sua vida intelectual, o debate intenso que mantinham entre si sempre motivou o progresso de ambos. E Engels não era apenas o maior colaborador de Marx, mas o precedeu em muitos aspectos e, ainda, era um conhecedor ainda mais profundo de muitos assuntos com os quais lidavam constantemente. Não à toa Marx escreveu certa vez ao amigo que aquele sempre o precedia em tudo. Por isso tratamos o pensamento de Marx e Engels como uma obra conjunta.

por isso que a ênfase do autor se dá na expressão em que predica que seria preciso descobrir, antes de mais nada, como se vai “começar”. Só então se poderia, em seguida, proceder à descoberta da tendência que o movimento de desenvolvimento histórico seguiria. A mesma ênfase é dada à palavra “encontrar”. Ou seja, não caberia imaginar ou inventar programas ou esquemas, mas descobrir uma tendência histórica do desenvolvimento revolucionário. E isso certamente só poderia ser alcançado pelo estudo atento da realidade em questão. Essa linha argumentativa de Engels revela o quão pouco utópica era a sua concepção do processo revolucionário, o quanto ela estava condicionada por um pragmatismo realista e bem fundamentado.

4.2.10 Uma análise sóbria

Uma das evidências mais eloquentes da habilidade com que Engels manejava tais instrumentos teóricos concernentes ao método, bem como da efetividade desse mesmo método de análise quando utilizado de maneira coerente, está registrada numa carta direcionada à revolucionária russa Vera Zassulitch, datada de 23 de abril de 1885, trinta e dois anos antes da revolução bolchevique.

Ali Engels deveria apresentar-lhe a sua opinião sobre o livro *Nossas diferenças*, de G. Plekhanov. No entanto, a carta acaba por se transformar numa oportunidade para que ele faça um breve – e certo – comentário sobre a situação revolucionária na Rússia.

“A teoria histórica de Marx”, escreve Engels, “é, em minha opinião, a condição básica de qualquer tática revolucionária *coesa e consequente*; para encontrar essa tática, basta aplicar a teoria às condições econômicas e políticas do país em questão” (ENGELS, 2001, p. 473, grifo do autor). Assim, o que a teoria marxista oferecia não era uma resposta pronta, dada a priori, independente das condições históricas específicas de cada país. Antes, deveria servir apenas como instrumento para a descoberta da tática revolucionária, sendo esta última subordinada ao contexto em questão. E, ao proceder assim, analisando de maneira muito rápida a situação russa, Engels acaba por fazer algumas considerações que, à luz da história, nos parecem de uma agudez espantosa: “O que sei, ou creio saber sobre a situação na Rússia, leva-me a aceitar que lá se aproxima o seu 1789. A revolução *tem* de estourar numa certa época; ela *pode* estourar a qualquer dia” (ENGELS, 2001, p. 473, grifo do autor). Aqui se desfaz, portanto, o mito muito propagado de que Marx e Engels não esperavam uma revolução na Rússia. O autor reconhece não só que ela poderia estourar ali, mas igualmente que ela deveria acontecer. A ênfase nas

palavras “tem” e “pode”, nesse documento, é igualmente reveladora, sob uma perspectiva teórica, da relação entre causalidade e necessidade, que já tivemos a oportunidade de abordar.

Contudo, primeiramente, Engels menciona a data de 1789, dando a entender que esperava ali uma revolução de caráter burguês, tendo como modelo a Revolução Francesa de fins do século XVIII. E – o que é ainda mais importante – para esse contexto histórico específico sobre o qual Engels escreve, a Rússia de final do século XIX, o autor admite como válida uma tática revolucionária que, de modo geral, tanto ele quanto Marx costumavam desprezar e que passou para a história sob o nome de *blanquismo*, em referência ao revolucionário Louis Auguste Blanqui: “Este é um daqueles casos excepcionais em que é possível a um punhado de gente *fazer* uma revolução, isto é, através de um pequeno empurrão, derrubar todo um sistema, cujo equilíbrio esteja mais que precário” e, desse modo, “através de um ato em si insignificante, liberar forças explosivas que, então, não mais sejam controláveis” (ENGELS, 2001, p. 473, grifo do autor).

Tal postura de Engels é coerente com o preceito segundo o qual cada situação revolucionária concreta exige uma tática diversa, adequada ao contexto em questão⁴⁶. Assim, não se pode dizer de modo categórico que Marx e Engels rejeitassem, a priori, o blanquismo, dado que se poderiam apresentar situações históricas em que mesmo uma ação liderada por um grupo reduzido de homens seria o suficiente para desencadear uma revolução. E parece ter sido este o caso da Revolução Russa que se efetivaria décadas mais tarde. Por isso, sua carta veio a adquirir um tom quase profético: “Ora, se nalguma ocasião o blanquismo – a fantasia de revolucionar toda uma sociedade através da ação de um pequeno grupo de revolucionários – teve o direito à existência, então seguramente em Petersburgo” (ENGELS, 2001, p. 473).⁴⁷

Além disso, Engels reconhece que o curso da história pode ser precipitado por ações desse tipo, mas não pode ser sempre controlado: “Uma vez posto o fogo na pólvora, uma vez liberadas as forças e transformada a energia nacional de potencial em cinética [...], então os homens que puseram fogo à mina serão arrancados pela explosão, que será mil vezes mais forte

⁴⁶ Com efeito, no que diz respeito ao processo político em si, no desenrolar de uma revolução, Engels escreve, em carta a Karl Marx datada de 13 de fevereiro de 1851: “*A revolution is a purely natural phenomenon which is subject to physical laws rather than to the rules that determine the development of society in ordinary times. Or rather, in revolution these rules assume a much more physical character, the material force of necessity makes itself more strongly felt. And as soon as one steps forward as the representative of a party, one is dragged into this whirlpool of irresistible natural necessity*”. E concluía: “*By the mere fact of keeping oneself INDEPENDENT, being in the nature of things more revolutionary than the others, one is able at least for a time to maintain one’s Independence from this whirlpool, although one does, of course, end up by being dragged into it*” (MARX; ENGELS, 2010, p. 290, grifo e maiúsculas do autor).

⁴⁷ No rascunho dessa carta a Vera Zassulitch, Engels riscou a seguinte observação nesta passagem: “eu não digo na Rússia, pois na província, longe do centro governamental, não pode ser dado um tal golpe” (ENGELS, 2001, p. 473, nota de rodapé).

que eles” (ENGELS, 2001, p. 473). Tais considerações hoje se nos afiguram assombrosas quando temos em mente o processo revolucionário que se desenrolou na Rússia de fevereiro de 1917 até a ascensão de Josef Stalin ao poder, com o subsequente expurgo da velha guarda bolchevique nos anos 1930.⁴⁸ Mas seria, no entanto, arriscado tentar enxergar aí um ato de profecia. Tão ou mais importante do que a constatação de eventuais acertos de Engels em relação às suas previsões a respeito da história russa moderna é atentar para o fato de que o autor concebe o processo revolucionário como algo que está fora do controle dos homens. Ou seja, há um claro limite, dadas as circunstâncias históricas, entre aquilo que os homens devem fazer e aquilo que eles podem fazer.

A história, para Engels, não estaria sujeita a uma condução completa pelos indivíduos conscientes de seu dever. Mesmo num cenário em que a ação revolucionária de um punhado de homens decididos fosse absolutamente necessária e determinante, ainda assim o curso dos eventos tenderia a se impor sobre a vontade individual ou de grupo desses mesmos homens. Desse modo, assim que se dá a “explosão” e os homens são “arrancados” por ela, essa força procura “sua saída como puder, como as forças econômicas e resistências decidirem” (ENGELS, 2001, p. 473).

A relação entre necessidade e casualidade, entre forças objetivas e subjetivas e, sobretudo, entre luta de classes e forças produtivas aparecem nesse breve documento de Engels de modo emblemático. E, o que é ainda mais interessante, passando pela prova da história, que se desenrolou de modo a dar-lhe razão. O que Engels pensava apenas de modo especulativo no ano de 1883 a respeito da Revolução Russa veio a se confirmar, em grande medida, após os anos revolucionários de 1905 e 1917.

Ao aceitar que um punhado de homens pode fazer a revolução e dar início a um complexo processo histórico, Engels admite o fator subjetivo como tendo um papel decisivo em determinadas situações históricas. Quando, porém, faz notar que esses mesmos homens tendem a ser arrastados pelo movimento que eles mesmos desencadearam, mas que se mostra “mil vezes mais forte que eles”, o autor admite a inelutabilidade do curso histórico. Assinala, assim, que forças irresistíveis procuram “sua saída” como podem, e as relaciona com as “forças econômicas” e as “resistências”. Ou seja, a liberdade da ação humana, nesse contexto, é ampla e decisiva, mas ainda assim está condicionada aos fatores objetivos, representados pela economia – e no que ela apresenta em termos de possibilidade de avanço ou de permanência. Este último aspecto, aliás, não poderia passar ao largo de uma análise que se debruce

⁴⁸ O prefácio de Victor Serge ao seu livro *O ano I da Revolução Russa* é comovedor e resume com traços precisos a tragédia dos homens que foram engolidos pela revolução (SERGE, 2007).

atentamente sobre o processo revolucionário. As forças de resistência desempenham aí um papel fundamental, quanto mais se tem em mente o caso particular da Rússia. O próprio Leon Trotsky, por exemplo, um dos líderes da Revolução de Outubro, basearia sua análise do stalinismo que se consolidou a partir dos anos 1920 na União Soviética como uma espécie de renascença dos aspectos mais brutais e atrasados do czarismo (TROTSKY, 1978).

4.2.11 História e vontade

Em seu breve escrito chamado *Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã*, publicado cerca de quatro anos depois de sua carta a Vera Zassulitch, Engels comenta a relação entre vontade e história, entre aspectos subjetivos e objetivos do processo de transformação social: “Assim, os entrecosques das inúmeras vontades individuais e ações individuais acarretam uma situação que é completamente análoga à dominante na natureza sem consciência” (ENGELS, 2001, p. 476). De modo que, se é fato que os homens possuem uma consciência, ou mesmo que as classes sociais e os partidos políticos desenvolvam uma consciência específica a respeito de seus interesses e ajam de acordo com esses mesmos interesses, a história não pode resultar única e exclusivamente como algo condicionado por essas vontades e ações em particular, como se estivessem descoladas de um contexto maior. Por isso, a soma das várias aspirações em disputa em determinados contextos revolucionários acaba resultando em algo muito diverso daquilo que é pretendido pelas vontades individuais em separado, sejam elas de pessoas, de partidos ou mesmo de movimentos de classe. Daí a constatação de Engels segundo a qual ainda que em última instância os homens agissem, na luta política, movidos pelos preceitos de sua própria consciência, o resultado dessas disputas seria condicionado por um processo análogo ao da “natureza sem consciência”. Tal perspectiva, diga-se de passagem, é o exato oposto daquela assumida por György Lukács, teórico da consciência de classe, já que para este último haveria uma espécie de cisão epistemológica entre o mundo dos homens e o mundo natural (LESSA, 2002).

Engels, no entanto, parece assumir que também o movimento histórico é inconsciente, na medida em que resulta, também, da confluência de muitas consciências individuais (homens, partidos, movimentos, classes etc.) e, por isso mesmo, está sujeito a leis que escapam à direção de uma dessas correntes de consciência em separado. “Os objetivos das ações são produtos da vontade”, escreve o autor, “mas os resultados, que realmente decorrem das ações, não são voluntários ou, então, quando parecem mesmo corresponder inicialmente aos objetivos da vontade, eles acabam tendo consequências bem outras do que as pretendidas” (ENGELS, 2001,

p. 476). Vê-se, com isso, o quão pouco inclinados estavam os fundadores do marxismo a atribuir única e exclusivamente à vontade humana, ou à classe social e sua suposta consciência revolucionária, a responsabilidade de fazer a revolução. A superação de um determinado modo de produção não está, de modo algum, condicionada apenas à vontade de um partido, de um movimento ou mesmo de uma classe social, por mais numerosa ou influente que seja. Outros fatores, decisivos, devem ser levados em consideração nesse processo; fatores esses, muitas vezes, de ordem objetiva, como as forças produtivas e o seu respectivo estágio de desenvolvimento.

Assim, Engels afirma que, “grosso modo, os acontecimentos históricos aparecem [...] como também dominados pelo acaso” e lá onde “o acaso joga o seu jogo na superfície, aí ele é sempre dominado por leis imanentes ocultas, e só se trata de descobrir essas leis” (ENGELS, 2001, p. 476). A ideia das leis ocultas nos fenômenos do mundo real não é propriamente nova. O próprio Heráclito, um dos pais da filosofia ocidental e precursor do pensamento dialético, já anunciara tal concepção através da elegante sentença segundo a qual “a natureza ama esconder-se” [φύσις κρύπτεσθαι φιλεῖ], assim como o preceito segundo o qual tudo acontece de acordo com leis determinadas, mesmo quando não somos capazes de percebê-las à primeira vista (HERÁCLITO, 2012, online).

Em coro com o Marx de *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*, Engels argumenta que “os homens fazem a sua história, seja lá como for que ela resulte, à medida que cada um persegue os seus próprios objetivos conscientemente intencionados”, acrescentando que “os resultados dessas muitas vontades agindo em diferentes direções e os seus múltiplos efeitos no mundo exterior são, precisamente, a história” (ENGELS, 2001, p. 476). Enfim, nada mais estranho ao pensamento dos fundadores do marxismo do que a ideia segundo a qual a história seria o resultado da atitude exclusiva e voluntarista dos homens ou mesmo das classes. Evidentemente, na medida em que os homens agem de modo consciente em busca dos seus fins e objetivos, eles concorrem para que se faça a história, mas esta última não é moldada por uma vontade onipotente, nem executada segundo um plano consciente. Assim o autor resume o papel dos indivíduos nesse jogo complexo de forças de que resulta o movimento histórico: “Trata-se, por conseguinte, também do que querem os muitos indivíduos. A vontade é determinada pela paixão ou pela reflexão”, no entanto, argumenta Engels, “as alavancas que, por sua vez, determinam imediatamente a paixão ou a reflexão, são de espécies muito diferentes” (ENGELS, 2001, p. 476). E, o que é notável, Engels admite que as tais “alavancas” podem ser de natureza objetiva ou subjetiva, contrariando a crença segundo a qual apenas as motivações econômicas contariam para o marxismo. O autor assinala, desse modo, que essas podem se constituir de

“objetos externos, em parte motivações ideais, ambição, ‘entusiasmo pela verdade e pela justiça’, ódio pessoal ou então caprichos individuais de qualquer espécie” (ENGELS, 2001, p. 476).⁴⁹ Ou seja, aquilo que os homens buscam ou imaginam buscar desempenha um papel no processo histórico na medida em que serve como motivações – ou, nas palavras de Engels, como “alavancas”. E pouco importa que tais alavancas sejam de natureza concreta ou abstrata, objetivas ou subjetivas, já que o resultado de sua busca é bem diverso daquele pretendido originalmente pelos homens tomados individualmente. Assim, poder-se-ia conceber um condicionante decisivo, que estivesse por trás das diversas motivações humanas?

4.2.12 A força motriz da história

Não é raro deparar-se com definições do marxismo que o consideram como sendo uma teoria que tende a desprezar os fatores, por assim dizer, superestruturais em favor de uma influência quase que absoluta das causas infraestruturais – ou seja, a precedência completa dos fatores econômicos sobre a vida social e, por conseguinte, sobre o desenvolvimento histórico. Se, de fato, é verdade que as forças materiais ocupam um papel fundamental na teoria marxiana – e no pensamento marxista, de um modo geral –, é igualmente verdade que em Marx e Engels tais fatores, relativos à infraestrutura social, se relacionam de maneira complexa com os demais, ou seja, com aqueles que pertencem ao plano subjetivo, como os sentimentos humanos, ou mesmo à chamada superestrutura ideológica, como as ideias religiosas, éticas, morais, estéticas, jurídicas etc.

Em *Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã*, Engels escreve: “por um lado, vimos que as muitas vontades individuais atuantes na história acarretam resultados quase sempre diferentes – muitas vezes inclusive opostos – dos objetivos visados”, acrescentando que, desse modo, “as suas motivações” teriam um “resultado secundário para o resultado global” (ENGELS, 2001, p. 477). Assim, como vimos, as motivações de ordem subjetiva, por impelirem os homens à ação, ocupam um papel central no processo de desenvolvimento e, por conseguinte, também no curso das revoluções. No entanto, segundo Engels, o resultado desse movimento se dá apenas após a conjugação e a ação direta de forças convergentes e divergentes atuando em várias direções. De modo que as leis do seu desenvolvimento estão condicionadas por algo tão impessoal ou objetivo quanto as leis que regem o mundo natural.

⁴⁹ Um vasto quadro das motivações objetivas e subjetivas que movem os homens em períodos de grande transformação social nos é oferecido pelo excelente trabalho de Svetlana Aleksievitch em *O fim do homem soviético* (2016).

Acontece, porém, que também a formação dos desejos, dos impulsos subjetivos, das ideias concernentes à ética e à moral, aos preceitos religiosos, e a tantas outras formas de sentir e de pensar, e que atuam de modo decisivo para influenciar a ação humana, está condicionada, segundo Engels, em última instância, aos fatores objetivos, concretos – e que dizem respeito ao mundo material. Desse modo, se por um lado, se reconhece a atuação complexa das forças subjetivas que atuam no processo histórico, por outro, diz Engels, “deve-se perguntar que forças motrizes estão, por sua vez, por trás dessas motivações, quais são as causas históricas que se transformaram em tais motivações nas cabeças dos que agem” (ENGELS, 2001, p. 477). Ou seja, não se trata, de modo algum, de negar a influência dos fatores subjetivos como as ideias, a ética, a moral, a religião e o sentimento religioso, bem como as demais manifestações do pensamento humano. Trata-se, antes, de investigar quais foram as causas históricas que possibilitaram o aparecimento e o desenvolvimento de tais concepções. E o autor é categórico ao afirmar: “Esta questão o antigo materialismo nunca se colocou” (ENGELS, 2001, p. 477).

Assim, ao admitir igualmente que a dimensão superestrutural, as ideias e as concepções ideológicas desempenham um papel decisivo no desenvolvimento histórico, agindo também como “forças motrizes”, Engels argumenta que o antigo materialismo, no entanto, nunca se ocupou em “examinar o que afinal existe por trás delas e quais são as forças motrizes dessas forças motrizes”, ou, como o próprio autor resume: “A incoerência não consiste em reconhecer forças motrizes *ideais*, mas em não procurar, mais atrás, as suas causas motrizes” (ENGELS, 2001, p. 477, grifo do autor). Trata-se, portanto, de um grande equívoco a afirmação segundo a qual Marx e Engels não reconhecem o papel das ideias no processo de desenvolvimento histórico, de transformação social ou mesmo no processo revolucionário. As ideias, pelo contrário, também são consideradas como forças propulsoras de tais movimentos. Mas elas, em geral, não existem por si mesmas, não são concebidas por geração espontânea, e seu aparecimento, seu desenvolvimento e sua influência no mundo real obedecem a uma determinada lógica, a um conjunto de leis que necessitam ser descobertas.

Também a filosofia da história hegeliana é objeto da crítica de Engels. Esta última, segundo o autor, “reconhece que as motivações ostensivas e também as verdadeiramente efetivas dos homens atuantes na história não são, de modo algum, as causas últimas dos acontecimentos históricos e que, por trás dessas motivações, estão outras forças motrizes”, as quais também deveriam ser investigadas; no entanto, acrescenta Engels, “ela não procura essas forças na própria história, importa-as muito mais de fora, da ideologia filosófica, para dentro da história” (ENGELS, 2001, p. 477). É preciso notar, aqui, mais uma vez, que Engels se refere à “história” como o terreno onde se deve buscar as causas últimas das forças motrizes do

processo de desenvolvimento (ou, eventualmente, de regressão) social, e não menciona, como válida para todos os tempos e para todos os lugares, a fórmula mágica e absoluta da precedência única e exclusiva das causas puramente econômicas sobre todo o processo histórico; a história engloba dimensões muito mais diversas do que apenas a economia ou os modos de produção tomados como algo mecânico e isolados das outras esferas da vida – aquelas que são condicionadas por eles e aquelas que os condicionam, num movimento recíproco de influência, e cuja precedência de um ou de outro fator só pode ser buscada quando se tem diante de si um caso específico, passível de ser investigado em detalhe.

No caso específico de Hegel, por exemplo, Engels comenta que este, “ao invés de explicar a história da Grécia Antiga por suas articulações internas [...], afirma simplesmente que ela nada mais é que a elaboração das ‘figuras da bela individualidade’, a realização da ‘obra de arte’ como tal”, e que embora o antigo filósofo alemão diga “muita coisa bonita e profunda sobre os gregos antigos”, isso não impediria “que nós não possamos dar-nos por satisfeitos com uma tal explicação, que é só uma mera maneira de falar” (ENGELS, 2001, p. 477). Assim, quando se trata de explicações de caráter idealista ou puramente filosófico, não é preciso negar completamente o seu valor para constatar a sua insuficiência. Engels reconhece a beleza e a argúcia do mestre do pensamento dialético alemão, no entanto está preocupado em buscar em dimensões ainda mais profundas as chamadas causas condicionantes do processo histórico.

Assim sendo, argumenta que, “quando se trata [...] de pesquisar as forças motrizes que – consciente ou inconscientemente, e muitas vezes mesmo inconscientemente – estão por trás das motivações dos homens atuantes historicamente”, quando, diz Engels, se trata de buscar as “autênticas forças motrizes últimas, não se pode tratar, então, tanto das motivações em indivíduos, por mais notáveis homens que eles sejam, quanto daquelas que colocam em movimento grandes massas, povos inteiros e [...] classes inteiras da população” (ENGELS, 2001, p. 477). Daqui se depreendem duas constatações importantes para a teoria do desenvolvimento histórico e, igualmente, para a teoria da revolução formulada pelos fundadores do marxismo. Em primeiro lugar, o peso desempenhado pelas chamadas forças motrizes caracterizadas por Engels como “inconscientes”. Os povos e, entre os diversos povos, as diferentes classes em que se dividem agem movidos por fatores objetivos; esses fatores, no entanto, nem sempre são apreendidos enquanto tais pelas massas. Donde resulta que, por um lado, tais fatores objetivos, relacionados à produção da vida material, condicionam as formas de consciência, os desejos, as aspirações, os ideais e as concepções políticas; por outro lado, são esses fatores subjetivos que, por sua vez, podem dar ensejo à luta social concreta. Em segundo lugar, Engels fala de forças motrizes últimas, ou seja, localiza, em alguma dimensão

da realidade, causas mais profundas e mais determinantes ou decisivas que as demais: causas que, em última instância, tenderiam a condicionar as demais antes de poderem ser por elas condicionadas. Por isso, o autor argumenta: “Fundamentar as causas propulsoras que aqui se refletem na cabeça das massas atuantes e dos seus condutores [...] como motivações conscientes, em forma clara ou obscura, imediata ou ideológica, até mesmo celestializada”, esse seria “o único caminho que pode conduzir-nos para o rastro das leis que dominam a história universal e a dos diferentes períodos e países” (ENGELS, 2001, p. 477).

4.2.13 Uma história universal?

Quando Engels menciona uma suposta história universal e de leis que a regeriam, válidas, por conseguinte, para diversos períodos históricos e para diferentes contextos, não estaria o autor incorrendo numa espécie de generalização ou universalização de preceitos que seriam válidos para a história moderna do ocidente, mas que não se aplicariam a todas as eras e lugares?

Não se trata de uma questão trivial, evidentemente. Pois, caso reconhecesse um valor absoluto e universal para os seus postulados, aplicáveis para toda a história humana e justos para todas as situações históricas e para as diversas sociedades, Engels incorreria numa contradição metodológica. Ou seja, trairia o seu próprio método dialético de pensar. Assim, não só em seu *Anti-Dühring* o autor já reconheceu que não existem verdades eternas, mas no mesmo escrito sobre Ludwig Feuerbach que tratamos aqui, reconhece que “enquanto em todos os períodos anteriores a pesquisa dessas causas propulsoras da história era quase impossível”, por conta da “natureza complexa e velada dos encadeamentos e dos seus efeitos”, a nossa época histórica “simplificou tanto esses encadeamentos que o enigma pode ser decifrado” (ENGELS, 2001, p. 478). Desse modo, o autor reconhece que a elaboração de tal concepção, que identifica na esfera econômica as forças motrizes últimas do processo de desenvolvimento histórico, esteve ela mesma condicionada por elementos objetivos, relacionados a essa mesma estrutura material. Assim, não se pode dizer, de modo apressado, que essas mesmas causas fossem identificadas por Engels, de modo generalizado, em todos os momentos da história universal de modo apriorístico. O modo como o próprio autor descreve o processo de descoberta das causas materiais como forças motrizes últimas da história permite-nos concluir, porém, que Engels atribuiu um papel decisivo à esfera econômica também nos diversos períodos históricos que precederam a ascensão e a consolidação da sociedade capitalista. Basta atentarmos para o fato de que o autor diz que a história moderna apenas simplificou um processo

que já existia. Ou seja, não inventou nada novo. Mas ao mesmo tempo reconhece que o peso da dimensão econômica podia variar conforme o contexto e o período. Por isso, naquelas sociedades onde ela não fosse tão decisiva ou preponderante, a tarefa intelectual de descobri-la como causa última do processo histórico ou social não seria possível – dando, portanto, mais uma prova de que os fatores materiais são condicionantes da dimensão intelectual e espiritual.

Assim, Engels descreve o ambiente histórico que proporcionou a elaboração do moderno materialismo – ou daquilo que se convencionou chamar materialismo dialético: “Desde a implantação da grande indústria [...], para nenhum homem na Inglaterra era mais segredo que lá toda a luta política girava em torno das pretensões à dominação de duas classes, a aristocracia fundiária (*landed aristocracy*) e a burguesia (*middle class*)”, e acrescenta que “na França, com a volta dos Bourbons, o mesmo fato tornou-se consciente” (ENGELS, 2001, p. 478). Ou seja, ao dizer que a disputa entre a aristocracia e a burguesia na Inglaterra, a partir “pelo menos desde a paz Europeia de 1815” (ENGELS, 2001, p. 478), era conhecida de todos, Engels revela que esse fato, ao menos – o da luta de classes na Idade Contemporânea –, não significou propriamente uma descoberta científica. Era o modo como a vida política se dava naquele momento, naquele país. Algo que se poderia conhecer com a simples observação dos eventos. E a França, que fora palco de uma revolução no final do século XVIII, conhecia processo semelhante. Lá, “os historiadores da época da Restauração, de Thierry a Guizot, Mignet e Thiers”, proclamavam a luta entre aristocracia terratenente e burguesia “como a chave para o entendimento da história francesa desde a Idade Média” (ENGELS, 2001, p. 478).

A partir de 1830, contudo, “a classe trabalhadora, o proletariado, foi reconhecida, em ambos os países, como terceiro combatente pelo poder”, e “as relações tinham se simplificado de tal modo que era preciso fechar propositadamente os olhos para não ver na luta dessas três grandes classes e no antagonismo dos seus interesses a força motriz da história”, ao que Engels acrescenta, de maneira pertinente, “pelo menos nos países mais avançados” (ENGELS, 2001, p. 478).

Não se trata, portanto, de qualquer pregação ou promoção, por parte dos fundadores do marxismo, da luta de classes; tampouco de mera prescrição de conduta combativa para determinadas classes sociais. Trata-se, antes, de um fato histórico, notado por todos e tão evidente que, segundo Engels, seria preciso fechar os olhos para não o ver. Mais ainda, os próprios historiadores franceses conservadores o notaram e o creditaram como chave para a compreensão da história francesa medieval, moderna e contemporânea. Apenas tal constatação deveria bastar para refutar a ideia ingênua segundo a qual Marx e Engels pregavam a luta de classes, como algo que tivessem tirado de modo aleatório de suas cabeças e sobre o qual bastava

fazer propaganda revolucionária para que se efetivasse no mundo real da política. A luta de classes, pelo menos na França, como vimos, pode ser descrita como uma descoberta dos historiadores conservadores do período da Restauração.

Ao enfatizar, porém, que tal luta se tornava cada vez mais evidente, “pelo menos nos países mais avançados”, Engels tem o cuidado de não generalizar e não universalizar algo que só podia ser observado, até aquele momento, nos países onde as relações burguesas de produção já tinham avançado em seu desenvolvimento e onde a indústria já estava se desenvolvendo. Em conformidade com o que diria anos mais tarde para Conrad Schmidt, era preciso reestudar toda a história (ENGELS, 2001, p. 456), e não tirar conclusões apressadas a partir de fórmulas elaboradas a priori.

4.2.14 Economia e política

Engels nos oferece, nesse pequeno documento sobre Ludwig Feuerbach e a filosofia clássica alemã, algumas observações que, do ponto de vista teórico, são de grande valor para o debate acerca da teoria da revolução e da transformação social. Ao discorrer sobre o surgimento das três grandes classes que constituíam a sociedade contemporânea e nela disputavam o poder político, o autor volta a ser cuidadoso ao não generalizar a predominância universal das causas econômicas para todos os contextos históricos e todas as formações sociais. Assim, pergunta o autor: “Mas como haviam surgido essas classes?”, quais sejam, a aristocracia, a burguesia e o proletariado; e a resposta que apresenta em seguida é ilustrativa do modo como as opiniões de Marx e Engels a respeito desse ponto específico eram absolutamente consoantes: “Se, à primeira vista, ainda se podia atribuir à grande propriedade fundiária, anteriormente feudal, uma origem baseada – pelo menos no começo – em causas políticas, numa usurpação violenta, isso já não servia mais para a burguesia e o proletariado” (ENGELS, 2001, p. 478). Como vimos, é precisamente esse ponto de vista que Marx nos oferece no capítulo sobre a acumulação primitiva. “Aqui”, continua Engels, “a origem e o desenvolvimento das duas grandes classes através de causas puramente econômicas estava claro e palpável” (ENGELS, 2001, p. 478).

Engels, assim como Marx em *O Capital*, não identifica causas puramente econômicas na origem da moderna propriedade rural capitalista. Ali, ao menos em seus exórdios, essas causas teriam sido predominantemente políticas. Eis, portanto, um exemplo eloquente do modo como o antigo modelo esquemático onde se identificam em todos os lugares e em todos os tempos “superestruturas” e “infraestruturas” – e que atribui ao marxismo o predicado universal segundo o qual as causas econômicas são sempre as mais decisivas – não servia nem mesmo

aos seus fundadores. A importância da argumentação de Engels, em sintonia com a cuidadosa explanação de Marx, não pode ser subestimada, pois o que os autores fazem é, precisamente, atribuir a uma “força motriz” extraeconômica a precedência nas causas que deram origem ao capitalismo moderno. Trata-se, portanto, de uma subversão completa dos simplórios manuais que difundiram uma versão pálida do marxismo durante décadas ao longo do século XX.

Quando se trata, porém, de analisar o modo como o capitalismo, uma vez posto no mundo, passou a se desenvolver, as conclusões dos autores vão em outra direção. Assim como Marx, Engels identificava motivos econômicos operando no movimento histórico posterior ao advento do capitalismo, que emergia e se solidificava como relação social predominante na Inglaterra. Com relação à burguesia e ao proletariado, ele afirmava que “a origem e o desenvolvimento das duas grandes classes através de causas puramente econômicas estava claro e palpável” (ENGELS, 2001, p. 478).

Seria, portanto, um exagero – e uma traição ao método dos fundadores do marxismo – atribuir à revolução capitalista, ou à revolução comunista, as mesmas causas ou forças motrizes que operaram, por exemplo, na transição do regime de escravismo antigo para o modo de produção feudal ou servil. Em que pesem as famosas passagens do *Manifesto comunista* nas quais se dá a entender que toda a história humana se resumiria única e exclusivamente à luta de classes, o pensamento de Marx e Engels ganha contornos muito mais sutis e complexos à medida que se desenvolve – e isso mesmo quando se tem em mente o próprio *Manifesto comunista* tomado isoladamente, como tivemos a oportunidade de verificar na segunda seção deste trabalho.

Para a tese que aqui defendemos, a argumentação de Engels acima exposta é central. Ela consiste mesmo no cerne de nossa concepção: aquela segundo a qual, no modo de produção capitalista, as forças materiais, relacionadas ao desenvolvimento das forças produtivas, acabam por se impor de tal maneira que os movimentos políticos, bem como eventuais situações revolucionárias, tendem a estar subordinados a elas – por mais decisivas e determinantes que as forças políticas e sociais possam ser nesse determinado contexto.

4.2.15 Modo de produção e classes sociais

Desenvolvendo seu ponto de vista anterior que, como vimos, está em perfeita sintonia com as explicações de Marx em *O Capital*, Engels afirma, portanto, que na luta entre “propriedade rural e burguesia, não menos que na luta entre burguesia e proletariado, tratava-se em primeira linha de interesses econômicos, para cuja satisfação o poder político devia servir

como mero meio” (ENGELS, 2001, p. 478). Desse modo, afirma-se o pressuposto de que, para a história moderna e contemporânea, onde as três grandes classes da sociedade capitalista disputam o poder político, este último serviria como meio de efetivação das necessidades econômicas. Em poucas palavras, os fundamentos econômicos seriam determinantes ao condicionar a luta política e, por conseguinte, o poder político. Como fatores objetivos, concretos, as forças econômicas motivariam o surgimento de aspirações políticas (subjetivas, portanto) que disputariam entre si, como reflexo dos interesses de classe, a dominação política. Seria necessário, porém, nesse momento, fazer uma breve explanação das implicações teóricas, nem sempre visíveis à primeira vista, de tal concepção.

Depreende-se de tal raciocínio, exposto de maneira bastante clara por Engels, que, embora as forças econômicas sejam as determinantes no contexto histórico da modernidade e da contemporaneidade, elas só se expressam e se fazem valer, de fato, quando passam pela sua formulação, por assim dizer, em modo político. Elas precisam se expressar politicamente, através da luta das grandes classes da sociedade moderna pelo controle do poder do Estado, de modo que esse mesmo poder teria uma capacidade de efetivação dos interesses surgidos como consequência da organização e da esfera econômica da sociedade. Assim, fica bastante evidente, mais uma vez, a relação recíproca existente entre a dimensão econômica, identificada comumente como a “infraestrutura” social, e aquela política, identificada como sendo a “superestrutura”. Cada uma dessas duas esferas, na sociedade capitalista, influencia e incide sobre a outra, com certa preponderância da infraestrutura, ou seja, dos fatores econômicos. No entanto, para que a transformação ocorra, para que as mudanças se efetivem de fato na direção dos interesses das classes em disputa, é preciso que estas estejam de posse do poder político. Assim, a esfera da superestrutura teria uma eficácia, um poder de transformação que incidiria sobre a esfera econômica, da qual, em última instância, esse mesmo poder político derivaria. É bastante intrincado, como se pode notar, o modo como se dá o jogo entre essas forças econômicas e políticas.

O ponto de vista que aqui defendemos, porém, embora concordante com a análise de Engels, é algo que escapa, de modo sutil, às considerações tecidas pelo autor nesse pequeno documento sobre Ludwig Feuerbach e a filosofia clássica alemã, mas que Marx, no entanto, já expressara de modo claro nos *Grundrisse*.

A ideia de que haveria uma precedência dos fatores econômicos sobre os fatores políticos no contexto da contemporaneidade já fora expressa pelo conde de Saint-Simon, que Marx lera em sua juventude (ATTALI, 2007, p. 58), assim como a moderna concepção da divisão de classes na sociedade burguesa. Desse modo, o filósofo francês, um dos precursores

do socialismo, afirmava em seu *Catéchisme des industriels* que, “antes da Revolução, a nação estava dividida em três classes, a saber: os nobres, os burgueses e os industriais [os trabalhadores da indústria]. Os nobres governavam, os burgueses e os industriais pagavam-lhes”, ao passo que na sociedade pós-revolucionária a sociedade se encontraria dividida “apenas em duas classes: os burgueses e os industriais” (SAINT-SIMON apud ATTALI, 2007, p. 58).

Tais noções ou concepções, portanto, já existiam, ao menos em fase germinal, em outros pensadores, mas encontraram sua expressão mais bem-acabada e sua formulação mais precisa em Marx e Engels. A ideia da luta de classes travada entre burguesia e proletariado na sociedade capitalista era fecunda e condicionava análises igualmente profícuas para se entender o processo de desenvolvimento político e social. As relações intrincadas entre a esfera econômica e a esfera política, a incidência dos fatores materiais sobre os subjetivos e vice-versa, o papel do Estado e da ideologia nesse contexto, tudo isso fora cuidadosamente analisado pelos fundadores do marxismo. No entanto, há um ponto crucial e decisivo nesse modelo de análise, e se encontra precisamente no momento em que Marx admite que, com o processo crescente de desenvolvimento tecnológico e com a possibilidade da ampla automação das forças produtivas, o próprio fundamento do valor poderia desaparecer. Nesse contexto, a mercadoria força de trabalho e, por conseguinte, o próprio trabalho assalariado se extinguiriam enquanto tais. Sem qualquer revolução política, portanto; sem qualquer movimento ativo do proletariado ou de seus representantes políticos, podia-se vislumbrar um momento no processo crescente de desenvolvimento das forças produtivas em que estas últimas, impulsionadas pela lógica do próprio capital, colocariam os fundamentos do modo de produção capitalista em xeque.

Assim, poderíamos questionar: o que se dá quando o próprio modo de produção, ao desenvolver o aparato produtivo a um nível paradoxal, faz desaparecer o fundamento do valor trabalho e, por conseguinte, a força de trabalho e o proletariado? Todo aquele jogo de forças de que falávamos se rearranja. Seria preciso, então, analisar as condições da transformação social num cenário em que a classe trabalhadora (ou o proletariado) sofre uma transformação não meramente quantitativa ou superficial, mas, antes, em sua própria natureza; num cenário em que o desenvolvimento das forças produtivas pode fazer desaparecer – e não por um ato político, mas apenas pela lógica do seu desenvolvimento intrínseco – uma determinada classe social: aquela que estava destinada a fazer a revolução.

A influência do modo de produção sobre a constituição das classes sociais, no entanto, não era algo ignorado por Engels. Pelo contrário, o autor diz expressamente que “burguesia e proletariado surgiram ambos em consequência de uma transformação das condições econômicas ou, mais exatamente, do modo de produção”, já que, “num determinado estágio, as

novas forças de produção postas em movimento pela burguesia [...] e as condições e necessidades de troca desenvolvidas por elas tornaram-se incompatíveis com o regime de produção existente”, ou seja, com a sociedade feudal (ENGELS, 2001, p. 479). Desse modo, prossegue Engels, “as forças de produção representadas pela burguesia rebelaram-se contra o regime de produção representado pelos latifundiários feudais e pelos mestres de corporações; e o resultado é conhecido, os entraves feudais foram rebentados” (ENGELS, 2001, p. 479), tanto na Inglaterra, onde o processo se deu de modo gradual, quanto na França, onde a ruptura se efetivou de forma mais brusca.

É preciso notar que Engels se refere nessa passagem à rebelião das “forças de produção representadas pela burguesia”, ou seja, constrói uma imagem metafórica na qual fatores que, via de regra, são de ordem material (as forças produtivas) aparecem dotados de uma capacidade ativa, própria aos sujeitos (a rebelião)⁵⁰. Essas forças podem ser a própria classe social, ou seja, a classe que é, ao mesmo tempo, uma força produtiva dotada de subjetividade, mas também podem ser as forças produtivas que fazem parte do modo de produção no qual essa mesma classe se insere.

Quando se diz, pois, que as forças produtivas se rebelam contra as relações sociais existentes, isso pode apresentar significados diversos. Em primeiro lugar, pode ser a simples constatação de que a classe social, como força produtiva decisiva que é, se rebela contra as antigas relações sociais que não lhe servem mais; pode ser, igualmente, a constatação de que o novo aparato produtivo e o novo estágio de desenvolvimento das forças produtivas não se adaptam mais às antigas relações sociais, tornando, assim, incompatível a existência de um determinado modo de produção. Nesse último caso, para que o sentido da afirmação a respeito da rebelião das forças produtivas não seja apenas metafórico e ganhe, de fato, materialidade, seria necessário que a classe social revolucionária – cuja produção material está ligada às novas forças produtivas – promovesse uma rebelião contra as condições de produção vigentes e já anacrônicas.

Engels ilustra bem esse processo na seguinte passagem: “Mas assim como, num determinado estágio de desenvolvimento, a manufatura entrou em conflito com a ordenação feudal da produção, assim agora a grande indústria já entra em conflito com a ordenação burguesa de produção” (ENGELS, 2001, p. 479). Desse modo, é possível inferir que, para o autor, o processo de contradição entre relações sociais de produção e forças produtivas não era

⁵⁰ Como vimos, também as classes sociais podem ser consideradas como forças produtivas – quando não, as mais decisivas em determinados contextos. Mas, nessa passagem de Engels, o autor não se refere especificamente a uma classe social.

exclusividade da sociedade capitalista, já que também o identifica no processo de desagregação da produção feudal. Tal contradição, portanto, tinha se apresentado com o desenvolvimento das forças produtivas adequadas à produção capitalista, incompatíveis com o modo de produção baseado na servidão. E ela voltava a se apresentar agora, sob o domínio do capital, tornando cada vez mais incompatível a existência das relações de produção capitalistas no seio de uma sociedade que desenvolvera de forma tão formidável o seu aparato produtivo: “Amarrada por essa ordem, pelas limitações estreitas do modo de produção capitalista, ela produz, por um lado, uma proletarização crescente da grande massa global do povo, e, por outro, uma massa sempre maior de produtos sem colocação” (ENGELS, 2001, p. 479).

Aqui Engels identifica, como elementos contraditórios com a ordem capitalista estabelecida, o incremento progressivo do número de trabalhadores assalariados, os proletários, tem em vista, portanto, um elemento da composição econômica da sociedade capitalista moderna que, além de constituir uma força produtiva – estando, assim, no domínio dos fatores objetivos –, é igualmente de capacidade subjetiva, ou seja, de luta política revolucionária. Ao sentir os efeitos da contradição econômica e social em seu próprio ser, o proletariado estaria, desse modo, em condições de levar adiante a tarefa revolucionária. Não se trata aqui, como se vê, de uma contradição puramente econômica: ela é, ao mesmo tempo, econômica e social, objetiva e subjetiva. Ela precisa ser sentida e interpretada por esse ser social, o proletariado – o agente político incumbido da tarefa histórica da revolução. E não como algo que lhe é imposto de fora, de modo arbitrário. Num plano geral, a sua existência econômica e sua constituição subjetiva são indissociáveis, para além das formas contingentes de consciência que o proletariado possa apresentar durante momentos históricos ou contextos sociais específicos (MARX; ENGELS, 2011a).

Além disso, Engels menciona “os produtos sem colocação”, ou seja, a superprodução. Aqui se poderia dizer que a contradição é objetiva, já que se trata de mercadorias produzidas para além da capacidade de consumo da sociedade; mas, no entanto, é ela também percebida de modo subjetivo: “Superprodução e miséria das massas, cada uma sendo a causa da outra, esta é a absurda contradição em que ela desemboca e que fomenta necessariamente uma libertação das forças produtivas através da mudança do modo de produção” (ENGELS, 2001, p. 479). Uma sociedade que produz em demasia, por um lado, mas que não permite que grande parte da população, proletarizada, consuma os produtos que ela mesma produziu. Tal formulação nos interessa para além do fato de que se tenha confirmado, ou não, ao longo do tempo. Não se trata, principalmente, de analisar o quanto o diagnóstico de Engels corresponde à realidade de seu tempo ou do nosso; trata-se, antes, do modo pelo qual o autor percebe o

processo central de contradição capitalista. Ao mencionar a miséria das massas em contradição com a abundância de mercadorias, e ao falar em fomento da libertação das forças produtivas, é notório que Engels tem em mente os fatores subjetivos, relacionados à tomada de consciência política e social por parte do proletariado, como condição para que tal libertação se efetive. Aqui, portanto, o proletariado continua a aparecer, ao mesmo tempo, como fator objetivo e subjetivo decisivo. E a relação entre esses aspectos de sua própria constituição, sua existência econômica e seu ser político e social são, de modo geral, intrínsecos e indissociáveis. A dimensão subjetiva do proletariado estaria, portanto, condicionada aos aspectos que compõem a sua existência concreta. Assim, os fatores materiais, para que se tornem forças revolucionárias, precisariam passar pela mediação subjetiva do ser social.

Engels afirma que “ao menos na história moderna está provado, portanto, que todas as lutas políticas são lutas de classes e que todas as lutas de emancipação de classes [...] giram em torno da emancipação *econômica*”, e continua, “ao menos aqui, portanto, o Estado, a ordem política, é subordinado, e a sociedade civil, o reino das relações econômicas, é o elemento decisivo” (ENGELS, 2001, p. 479, grifo do autor).

Observamos, acima, que a organização econômica e a estrutura do modo de produção, bem como a maneira como a classe social nele se insere, condicionam seus anseios, suas aspirações e lutas. Assim, a constituição e a atuação de partidos, movimentos e outras organizações estão condicionadas, em sua forma e em sua atuação, a essa estrutura material – mesmo que não estejam ainda exercendo o poder político. Engels, em seu pequeno texto, acentua, porém, a capacidade de transformação exercida pelo Estado quando este está sob um poder revolucionário: “Assim como no indivíduo humano todas as forças motrizes das suas ações precisam passar através do seu cérebro, [...] assim também todas as necessidades da sociedade civil [...] precisam passar através da vontade do Estado” para que se dê, efetivamente, sua “validação geral em forma de leis” (ENGELS, 2001, p. 479).

A formação de organizações ou instituições políticas, portanto, está condicionada aqui ao modo de produção e, por conseguinte, ao ser econômico e social das classes que compõem esse modo de produção. Tais manifestações superestruturais, no entanto, representariam, segundo Engels, “o lado formal da coisa, evidente por si mesmo”, cabendo, porém, perguntar “apenas *que* conteúdo tem esta vontade apenas formal – do indivíduo assim como do Estado – e de onde vem este conteúdo, por que se quer exatamente isto e não aquilo”, oferecendo, em seguida, o argumento segundo o qual “a vontade do Estado é, de um modo geral, determinada pelas cambiantes necessidades da sociedade burguesa, pela supremacia desta ou daquela classe”

e, portanto, “em última instância pelo desenvolvimento das forças produtivas e das relações de troca” (ENGELS, 2001, p. 479-480, grifo do autor).

Por fim, contra qualquer generalização ou utilização esquemática da teoria, Engels observa que tais considerações “apenas pretendem ser um esboço geral da concepção marxista da história, no máximo ainda algumas ilustrações. A comprovação deve ser procurada na própria história”, dando aqui, mais uma vez, provas de que não se pretende em momento algum substituir o conhecimento efetivo do processo histórico por fórmulas abstratas e esquemáticas sobre o seu desenvolvimento. Desse modo, a teoria marxista “acaba com a filosofia no âmbito da história”, do mesmo modo que “a concepção dialética de natureza também torna toda filosofia da natureza tão inútil quanto impossível”, ou seja, tanto na história quanto no mundo natural, “já não se trata de imaginar correlações na cabeça, mas de descobri-las nos fatos” (ENGELS, 2001, p. 480). Em suas palavras, “a chave para entender a história global da sociedade” se encontrava na “história da evolução do trabalho” (ENGELS, 2001, p. 481) – e não das diversas formas de propriedade ou de seu status jurídico, sobretudo quando estas formas de propriedade aparecem desvinculadas da natureza específica e histórica desse mesmo trabalho.

4.2.16 Da pré-história do capital ao fim da pré-história humana

Vimos que Marx, em seu prefácio de *Contribuição à Crítica da Economia Política*, alude ao fato de que, com o fim do modo capitalista de produção, também se encerraria o último estágio de desenvolvimento humano em que a sociedade estaria dividida em classes sociais antagônicas; assim, se encerraria igualmente o que ele chama – certamente de modo metafórico – de “pré-História da sociedade humana” (MARX, 2003, p. 6). Em *O Capital*, o autor chama o longo processo de concentração e de constituição da grande propriedade privada capitalista de “pré-história do capital” (MARX, 2013a, p. 831). Já tivemos a oportunidade de analisar esse movimento, o da chamada acumulação primitiva, de modo cuidadoso, e observamos também, como assinala Marx, o quanto “esta compreende uma série de métodos violentos” e a maneira como “a expropriação dos produtores diretos é consumada com o mais implacável vandalismo e sob o símbolo das paixões mais infames, abjetas e mesquinamente execráveis” (MARX, 2013a, p. 831). Por meio desse longo percurso histórico, e através de uma série de violências e abusos, suplantou-se a antiga “propriedade privada constituída por meio do trabalho próprio, fundada, por assim dizer, na fusão do indivíduo trabalhador isolado, independente, com suas condições de trabalho” (MARX, 2013a, p. 831), e em seu lugar emergiu a “propriedade privada

capitalista, que repousa na exploração de trabalho alheio, mas formalmente livre” (MARX, 2013a, p. 831).

Esse longo processo histórico, através do qual a pequena propriedade, dispersa e intimamente ligada aos produtores diretos, é suplantada pela grande propriedade capitalista, aparece como pressuposto econômico-social para passagem ao socialismo. É preciso que ele tenha desagregado já, de modo profundo, “a velha sociedade”, ou seja, aquela baseada na pequena propriedade dos meios de produção, pois, “tão logo os trabalhadores tenham se convertido em proletários, e suas condições de trabalho em capital; tão logo o modo de produção capitalista tenha condições de caminhar com suas próprias pernas” (MARX, 2013a, p. 832), a socialização posterior do trabalho e dos meios de produção (a sua transformação em “meios de produção coletivos”) assume, de acordo com Marx, “uma nova forma”, já que “quem será expropriado, agora, não é mais o trabalhador que trabalha para si próprio, mas o capitalista que explora muitos trabalhadores” (MARX, 2013a, p. 832).

A simples menção aqui aos “muitos trabalhadores”, em contraposição aos poucos capitalistas em cujas mãos se concentrou a grande propriedade capitalista, demonstra o quão dependente do proletariado seria o processo revolucionário. A passagem que segue resume de modo emblemático a teoria da revolução apresentada no capítulo sobre a “Assim chamada acumulação primitiva”:

Essa expropriação se consuma por meio do jogo das leis imanentes da própria produção capitalista, por meio da centralização dos capitais. Cada capitalista liquida muitos outros. Paralelamente a essa centralização, ou à expropriação de muitos capitalistas por poucos, desenvolve-se a forma cooperativa do processo de trabalho em escala cada vez maior, a aplicação técnica consciente da ciência, a exploração planejada da terra, a transformação dos meios de trabalho em meios de trabalho que só podem ser utilizados coletivamente, a economia de todos os meios de produção graças a seu uso como meios de produção do trabalho social e combinado, o entrelaçamento de todos os povos na rede do mercado mundial e, com isso, o caráter internacional do regime capitalista. Com a diminuição constante do número de magnatas do capital, que usurpam e monopolizam todas as vantagens desse processo de transformação, aumenta a massa da miséria, da opressão, da servidão, da degeneração, da exploração, mas também a revolta da classe trabalhadora, que, cada vez mais numerosa, é instruída, unida e organizada pelo próprio mecanismo do processo de produção capitalista. O monopólio do capital se converte num entrave para o modo de produção que floresceu com ele e sob ele. A centralização dos meios de produção e a socialização do trabalho atingem um grau em que se tornam incompatíveis com seu invólucro capitalista. O entrave é arrebatado. Soa a hora derradeira da propriedade privada capitalista, e os expropriadores são expropriados (MARX, 2013a p. 832).

É justamente a essa perspectiva, apresentada de modo conciso ao final do capítulo 24 de *O Capital*, que nós ajuntaremos, adiante, uma outra, presente nos *Grundrisse*, a qual poderá servir como complemento à teoria da revolução marxiana, ampliando o seu entendimento e o seu significado, alargando os seus horizontes e as suas possibilidades.

5. A TEORIA DA REVOLUÇÃO NOS *GRUNDRISSE*

“Aquilo que não havia, acontecia.”

(ROSA, 2017, p. 384)

5.1 O capital contra o capital

Ao final do capítulo anterior, citamos a breve passagem de *O Capital* em que Marx resume a sua teoria da revolução tal como exposta no capítulo 24 daquela obra. Ali o autor trata da “assim chamada acumulação primitiva” (MARX, 2013a, p. 785-833). Seria oportuno apresentar, já no princípio desta seção, a passagem dos *Grundrisse* que nos servirá de base à discussão proposta neste trabalho:

O trabalho não aparece mais tão envolvido no processo de produção quando o ser humano se relaciona ao processo de produção muito mais como supervisor e regulador. [...] Não é mais o trabalhador que interpõe um objeto natural modificado como elo mediador entre o objeto e si mesmo; ao contrário, ele interpõe o processo natural, que ele converte em um processo industrial, como meio entre ele e a natureza inorgânica, da qual se assenhora. Ele se coloca ao lado do processo de produção, em lugar de ser o seu agente principal. Nessa transformação, o que aparece como a grande coluna de sustentação da produção e da riqueza não é nem o trabalho imediato que o próprio ser humano executa nem o tempo que ele trabalha, mas a apropriação de sua força produtiva geral, sua compreensão e seu domínio da natureza por sua existência como corpo social – em suma, o desenvolvimento do indivíduo social. *O roubo de tempo de trabalho alheio, sobre o qual a riqueza atual se baseia*, aparece como fundamento miserável em comparação com esse novo fundamento desenvolvido, criado por meio da própria grande indústria. Tão logo o trabalho na sua forma imediata deixa de ser a grande fonte de riqueza, o tempo de trabalho deixa, e tem de deixar, de ser a sua medida e, em consequência, o valor de troca deixa de ser [a medida] do valor de uso. [...] Com isso, desmorona a produção baseada no valor de troca, e o próprio processo de produção material imediato é despido da forma de precariedade e contradição. [Dá-se] o livre desenvolvimento das individualidades e, em consequência, a redução do tempo de trabalho necessário não para pôr trabalho excedente, mas para a redução do trabalho necessário da sociedade como um todo a um mínimo, que corresponde então à formação artística, científica etc. dos indivíduos por meio do tempo liberado e dos meios criados para todos eles. O próprio capital é a contradição em processo, [pelo fato] de que procura reduzir o tempo de trabalho a um mínimo, ao mesmo tempo que, por outro lado, põe o tempo de trabalho como única medida e fonte da riqueza. Por essa razão, ele diminui o tempo de trabalho na forma do trabalho necessário para aumentá-lo na forma do supérfluo; por isso, põe em medida crescente o trabalho supérfluo como condição – questão de vida e morte – do necessário. Por um lado, portanto, ele traz à vida todas as forças da ciência e da natureza, bem como da combinação social e do intercâmbio social, para tornar a criação da riqueza (relativamente) independente do tempo de trabalho

nela empregado. Por outro lado, ele quer medir essas gigantescas forças sociais assim criadas pelo tempo de trabalho e encerrá-las nos limites requeridos para conservar o valor já criado como valor. As forças produtivas e as relações sociais – ambos aspectos diferentes do desenvolvimento do indivíduo social – aparecem somente como meios para o capital, e para ele são exclusivamente meios para poder produzir a partir de seu fundamento acanhado. De fato, porém, elas constituem as condições materiais para fazê-lo voar pelos ares (MARX, 2011a, p. 588-589, grifo do autor).

A diversidade entre a análise do eventual processo histórico de superação da produção capitalista contida no capítulo sobre a acumulação primitiva de *O Capital* e a supracitada análise presente nos *Grundrisse* é patente. Mas não é excludente. Não se trata de decidir entre uma análise e outra. Antes, será preciso compreender como se relacionam entre si, como se complementam.

No capítulo 24 de *O Capital*, como vimos, Marx acentua o papel fundamental que o proletariado exerce no processo revolucionário. Ali, as contradições crescentes engendradas pelo modo capitalista de produção não são apenas de ordem intrínseca, ou seja, não se trata de contradições única e exclusivamente econômicas. Elas são sobretudo de ordem socioeconômicas: passam pela sociedade e, na sociedade – mais precisamente, no proletariado –, encontram a expressão completa dessas mesmas contradições. Desse modo, por assim dizer, há uma dimensão subjetiva da qual a revolução depende. As contradições se manifestam no âmbito da sociedade e precisam passar pelo processo de assimilação do sujeito revolucionário (o proletariado), e, uma vez compreendidas pelo agente potencial do processo de transformação, “o entrave” para o modo de produção é “arrebentado” e “soa a hora derradeira da propriedade privada capitalista” (MARX, 2013a, p. 832). Em resumo, a contradição se dá dentro do seguinte esquema: a centralização econômica em contradição com a socialização do trabalho deve resultar na ruptura que supera historicamente o capital.

No capítulo sobre a acumulação primitiva de *O Capital*, é, portanto, essa contradição econômico-social ou socioeconômica que condiciona o curso da revolução. Assim, por exemplo, os capitalistas, enquanto classe menos numerosa, são expropriados “pela massa do povo” (MARX, 2013a, p. 833). E isso como resultado de um longo processo em que os capitalistas não apenas espoliam uma multidão de pequenos proprietários, mas em que se liquidam uns aos outros, num processo de concentração crescente dos meios de produção nas mãos de uns poucos magnatas. Em contradição com essa centralização da propriedade, dá-se a organização do trabalho em forma cooperativa – a socialização do trabalho – com o complemento e a ajuda da ciência e das modernas técnicas de produção aplicadas tanto na indústria como no campo (MARX, 2013a, p. 832). Diante da concentração crescente da

propriedade e, por conseguinte, da diminuição progressiva do número de proprietários, o capital acaba por se inviabilizar de um ponto de vista ao mesmo tempo econômico e social. A pequena quantidade de proprietários em contradição com a massa de trabalhadores, por exemplo, não é apenas um fato de ordem econômica, mas também social. Ou, antes, pode-se dizer que a lógica interna do modo de produção capitalista engendra uma situação social que se lhe confronta enquanto modo de organização econômica. Há uma dependência inextricável entre uma esfera e outra, entre o econômico e o social, um condicionando o outro e o primeiro dependendo do último para sua transformação revolucionária.

É por isso que Marx ressalta os efeitos sociais de tal contradição para a massa dos trabalhadores: o aumento “da miséria, da opressão, da servidão, da degeneração, da exploração”; isso, no entanto, resulta igualmente numa crescente “revolta da classe trabalhadora, que, cada vez mais numerosa, é instruída, unida e organizada pelo próprio mecanismo do processo de produção capitalista” (MARX, 2013a, p. 832). Para que a revolta da classe trabalhadora se efetivasse, seria preciso que a miséria, a opressão e a servidão, por exemplo, lhe servissem como elementos propulsores.

Cabe notar que, embora um quadro social de miséria e opressão possa gerar situações de revolta – como, de fato, tem gerado ao longo da história –, ele não precisa, necessariamente, condicionar ou mesmo resultar num processo revolucionário. Nem miséria nem opressão são elementos suficientes para que se desencadeie uma revolução em qualquer sociedade. É preciso que, junto a esses elementos – ou, antes, proporcionando mesmo o seu advento e a sua expansão –, exista uma situação social em que as forças produtivas entrem em contradição crescente com as relações sociais vigentes. É só então que fatores sociais e políticos, como a miséria e a opressão, podem se tornar elementos que impulsionam as revoltas que, eventualmente, desembocam em processos revolucionários. E parece ser essa a posição de Marx em sua análise do processo revolucionário em *O Capital*. Da mesma maneira, porém, não seria de todo equivocado imaginar uma situação histórica em que a miséria e a opressão não estivessem totalmente presentes, mas que a transformação revolucionária fosse condicionada pela contradição mais elementar entre forças produtivas e relações de produção. Miséria e opressão, dentro de contextos socioeconômicos em que não há aquela contradição mais elementar, apenas podem produzir mais miséria e mais opressão – e, por conseguinte, uma eventual regressão

social e econômica, com a destruição de forças produtivas e o advento de relações sociais ainda mais ultrapassadas⁵¹. Tal prognóstico, aliás, já fora realizado em *A ideologia alemã*.

5.2 A classe instruída

Como vimos, Marx atribui ao “próprio mecanismo do processo de produção capitalista” o papel condicionante da instrução, união e organização da classe trabalhadora. O debate que opõe o espontaneísmo das massas ao rígido controle da organização partidária é antigo e extenso dentro do marxismo (LENIN, 2020), e não cabe aqui nos aprofundarmos nessa discussão. Para os nossos propósitos imediatos, basta situar a observação de Marx no contexto de sua própria obra, ou seja, a teoria da revolução tal como desenvolvida e exposta no capítulo sobre a acumulação primitiva em *O Capital*, a fim de compará-la com as observações presentes nos *Grundrisse* a respeito das contradições internas do capital.

Seria difícil, dada a brevidade da passagem, afirmar que Marx defende, em *O Capital*, uma organização espontânea das massas ou que, de alguma maneira, esteja se posicionando contra a influência de um partido que organize a classe trabalhadora. Fosse este o caso, dificilmente se poderia explicar sua dedicação em organizar, junto de Engels e outros revolucionários, a Internacional Socialista, fundada apenas três anos antes que o primeiro volume de *O Capital* fosse publicado (SANTOS, 2002). O mais adequado seria compreender essa passagem como mais um argumento para o fato de que é no próprio processo de produção, com suas contradições econômicas e sociais, que se encontram os fundamentos que servem de impulso para uma eventual organização dos trabalhadores. Seja essa organização desenvolvida por um partido ou movimento, seja realizada de modo mais autônomo, não parece ser essa a questão neste momento. O decisivo, por conseguinte, é notar que a estrutura contraditória da sociedade capitalista em movimento ofereceria o quadro histórico em que se dará a educação revolucionária das massas. E assim, prescindindo ou não de uma rígida organização partidária, a massa de expropriados estaria em condições de expropriar os expropriadores. De acordo com a exposição presente no capítulo 24 de *O Capital*, a classe trabalhadora atravessaria um processo prático de educação política que passa não pela catequese de tal ou qual partido ou corrente partidária, antes, de acordo com o autor, ela adquire esse conhecimento através da união e organização proporcionadas pelo próprio mecanismo contraditório da produção

⁵¹ Tal pode ser o caso, de acordo com os inúmeros relatos, do recrudescimento do tráfico de escravos em países que passaram por guerras civis (Síria e Líbia, por exemplo) desde a eclosão da malfadada Primavera Árabe, em 2011.

capitalista. Não obstante, em *Salário, preço e lucro*, Marx reconhece a limitação do caráter puramente econômico ao qual as reivindicações da classe trabalhadora podem estar sujeitas, por isso a encoraja a ir além de suas aspirações mais imediatas, num sentido revolucionário. No entanto, tal mecanismo contraditório está atuando a todo momento. Há, desse modo, uma confluência entre a realidade das contradições que afeta o proletariado e o discurso revolucionário: parafraseando o jovem Marx, não é apenas o discurso que tende para a realidade, mas a realidade também deve tender para o discurso.

Em resumo, pode-se dizer que, ainda que as contradições se tornem agudas, é preciso que sejam sentidas, de uma forma ou de outra, pela classe trabalhadora. É preciso, ainda, que essa classe passe pela escola da luta política; que ela se organize e promova o processo revolucionário. Assim, o proletariado como agente de tal processo seria indispensável. E as contradições econômicas próprias do capital apenas se efetivam na medida em que são sentidas pela classe trabalhadora, ou seja, são realizadas no ser social do proletariado. Daí que esta classe esteja condicionada, segundo a teoria da revolução presente em *O Capital*, a atender ao som da hora final da produção capitalista.

5.3 Para além do proletariado

Na passagem supracitada dos *Grundrisse* – e que serve de base à discussão proposta no presente capítulo – algo diverso parece ser proposto por Marx. Ao falar do capital que voa pelos ares (MARX, 2011a, p. 589), o autor traça um quadro de dissolução das relações sociais capitalistas em que, de fato, a classe operária não participa como agente. É algo que ocorre para além de sua ação política e que não depende dela para ser experimentada. Antes, trata-se de um processo que, a rigor, tende a eliminar o proletariado enquanto tal.

Com efeito, segundo Marx, seria inconcebível a produção capitalista sem o trabalho assalariado. Em *Contribuição à crítica da economia política: manuscrito de 1861-1863*, o autor censura o economista italiano Pellegrino Rossi por tentar “representar o ‘trabalho assalariado’ como ‘inessencial’ para a produção capitalista” (MARX, 2010a, p. 167). E como temos visto, o que define a natureza da produção capitalista não é propriamente a propriedade privada dos meios de produção, mas da propriedade privada capitalista dos meios de produção. Quer dizer, é preciso que essa propriedade esteja baseada nas relações de capital e, por conseguinte, na compra e venda da mercadoria força de trabalho. Assim, argumentamos igualmente que, mesmo quando o Estado é o proprietário dos meios de produção, se persistirem as relações de capital, também persistirá, evidentemente, a produção capitalista, a produção de mais-valia.

Desse modo, os apontamentos de Marx nos *Grundrisse* a respeito da dissolução dos fundamentos da criação do valor são cruciais para a sua teoria da revolução, pois dizem respeito ao cerne da produção capitalista – algo que ultrapassa largamente a questão jurídica da propriedade privada dos meios de produção: apontam para um cenário em que *a própria relação social* que caracteriza a moderna propriedade como propriedade capitalista tem os seus alicerces demolidos.

Se, de fato, o fundamento da criação de valor na sociedade capitalista repousa sobre o tempo de trabalho excedente subtraído ao trabalhador, como então tal modo de produção poderá se sustentar, uma vez que, cada vez mais, “a riqueza efetiva se manifesta antes [...] na tremenda desproporção entre o tempo de trabalho empregado e seu produto” assim como “na desproporção qualitativa entre o trabalho reduzido à pura abstração e o poder do processo de produção que ele supervisiona” (MARX, 2011a, p. 588).⁵² O trabalhador já não aparece mais como produtor direto, mas como supervisor do processo de produção quase que totalmente realizado pelas máquinas. E de tal modo que se pode dizer que, após ser transformado em apêndice da maquinaria no advento da grande indústria, o trabalhador é finalmente colocado à margem do próprio processo de produção, atuando apenas de um modo complementar. Uma mudança qualitativa se opera, pois há uma diferença de natureza entre os dois modos de se envolver na produção: um trabalhador da indústria que operava subordinado ao tempo e ao movimento das máquinas (ilustrado de modo genial por Charles Chaplin, em *Tempos Modernos*) ainda está produzindo sob a lógica do “roubo de tempo de trabalho alheio”, ao passo que o trabalhador que observa o processo de produção automatizado operar diante de si, fazendo intervenções esporádicas, parece se colocar à margem daquela lógica. O terreno movediço da história começa a se fazer sentir: os fundamentos da criação de valor, portanto, das relações capitalistas de produção, são menos sólidos do que se poderia imaginar – e mais: são abalados pela própria lógica de desenvolvimento das forças produtivas sob o capital. A tendência econômica que preside a busca pela diminuição da participação do capital variável e sua substituição progressiva pelo capital constante manifesta-se, em seu limite histórico, na diminuição progressiva da participação da mercadoria força de trabalho no processo produtivo e, portanto, da única mercadoria capaz de criar mais-valor.

Com a diminuição progressiva da participação da força de trabalho no processo produtivo, de modo quantitativo e qualitativo, não apenas os fundamentos da produção capitalista são abalados. As próprias concepções tradicionais a respeito da superação do capital,

⁵² Este vídeo, em que se mostra o processo de montagem de um carro BMW, ilustra de modo exemplar o cenário imaginado por Marx no final dos anos 1850: https://www.youtube.com/watch?v=P7fi4hP_y80.

que evocavam a participação decisiva do proletariado, devem ser novamente postas sob escrutínio e revisão.

5.4 Forma e conteúdo

Se, por exemplo, o proletariado fabril – que via de regra representou no imaginário coletivo estereótipo do trabalhador engajado nas lutas revolucionárias –, se este trabalhador, enquanto classe, tende a conhecer não apenas uma diminuição numérica relativa, mas ainda a natureza qualitativa do seu papel no processo produtivo parece sofrer uma transformação, seria o caso de se perguntar: quem então deverá ser o responsável, enquanto agente político e social, pela superação da sociedade capitalista, uma vez que, pela sua própria lógica imanente, o capital estaria destinado a “voar pelos ares”? Com efeito, essa parece ser a pergunta central para a moderna teoria da revolução – ao menos para aquela que ainda se pretende marxista.

Já nas primeiras páginas dos *Grundrisse*, no “Capítulo do dinheiro”, Marx polemiza contra o pensador francês Louis-Alfred Darimon, que pretendia resolver as contradições do capital através de uma revolução nos meios de circulação. Ao questionar o caráter disparatado das conclusões e dos prognósticos de Darimon, Marx escreve: “A questão geral seria: as relações de produção existentes e suas correspondentes relações de distribuição podem ser revolucionadas pela mudança no instrumento de circulação – na organização da circulação?” (MARX, 2011a, p. 74). Não é difícil adivinhar a resposta de Marx a essa questão, que adquire mesmo um caráter retórico aqui. E, por meio desse questionamento, ficamos sabendo igualmente que o modo de distribuição corresponde às relações sociais vigentes. Tal assertiva é fundamental para a compreensão da teoria da revolução de Marx, já que a distingue de outras concepções socialistas que fundamentavam (e ainda fundamentam) seus postulados e suas reivindicações numa suposta justiça distributiva ou numa distribuição mais igualitária – sem, no entanto, questionar algo mais fundamental, isto é, as próprias relações sociais de produção que, segundo o autor, estão vinculadas ao processo de distribuição tido como injusto. “Pergunta-se ainda”, continua Marx, “uma tal transformação da circulação pode ser implementada sem tocar nas relações de produção existentes e nas relações sociais nelas baseadas?” (MARX, 2011a, p. 74).

O decisivo nessa passagem dos *Grundrisse* é o destaque que o autor confere ao fato de que, quando se concebe uma transformação revolucionária da sociedade, é preciso ter em conta aquilo que define mesmo a sua própria natureza, ou seja, as relações sociais de produção em que estão baseadas essa mesma sociedade. As esferas adjacentes, paralelas, subordinadas ou

correspondentes a essas relações de produção não poderiam ser revolucionadas sem que essas últimas também passassem por uma transformação revolucionária. Não seria possível, portanto, superar o capitalismo através de uma eventual revolução dos meios de circulação, como propunha Darimon, assim como também não seria possível uma revolução da relação social baseada no capital através de uma reorganização revolucionária da distribuição. A esse respeito, diga-se de passagem, a história nos fornece exemplos muito eloquentes, mas que o próprio Marx não pôde conhecer, como no caso dos países que modificaram a distribuição da propriedade – concentrando-a quase que totalmente nas mãos do Estado – bem como a distribuição dos produtos, sem, contudo, superar a sua característica mais essencial, o capital.⁵³

Assim, no que se refere à suposta revolução nos meios de circulação ou, mais especificamente, na revolução do dinheiro como saída para a superação das contradições da sociedade capitalista, Marx ressalta um ponto decisivo em sua argumentação, ao escrever que caberia “investigar [...] se as diferentes formas civilizadas do dinheiro [...] podem realizar aquilo que delas é exigido sem abolir a própria relação de produção expressa na categoria dinheiro” e se “não é uma pretensão que se autodissolve desejar, mediante transformações formais de uma relação, passar por cima de suas determinações essenciais?” (MARX, 2011a, p. 74-75). As diferentes “formas de dinheiro”, segundo Marx, representam, cada uma à sua época, o modo mais adequado à produção social, e “uma elimina inconvenientes contra os quais a outra não está a altura”, mas o autor é categórico ao dizer que “nenhuma delas, enquanto permanecerem formas de dinheiro e enquanto o dinheiro permanecer uma relação social essencial, pode abolir as contradições inerentes à relação dinheiro”, e conclui, “nenhuma forma do trabalho assalariado, embora uma possa superar os abusos da outra, pode superar os abusos do próprio trabalho assalariado” (MARX, 2011a, p. 75).

A menção de Marx ao trabalho assalariado, ao fazer o paralelo com o dinheiro, não é, evidentemente, casual. Não se pode revolucionar uma relação social de produção revolucionando-se os meios de circulação e distribuição, ou seja, mudando-se apenas a sua forma. Do mesmo modo, não se pode superar essa mesma relação social de produção através de uma mudança formal. E é justamente por esse motivo que uma compreensão adequada das relações sociais capitalistas é decisiva para que se possa entender em que tipo de relação se fundamentaria uma sociedade socialista ou comunista.

⁵³ É por isso que falar em sociedades “pós-capitalistas” para se referir à URSS e aos países da antiga Cortina de Ferro, como faz István Mészáros em *Para além do capital* (2011), constitui uma grave imprecisão, para dizer o mínimo.

O fato de Marx mencionar o trabalho assalariado reforça o nosso argumento segundo o qual o aspecto central da teoria da revolução marxiana reside, precisamente, na natureza das relações sociais estabelecidas nas diversas sociedades. No caso específico da sociedade capitalista, o que estaria em questão é, justamente, a natureza das suas relações sociais de produção; e, a partir das suas contradições inerentes, seria preciso apontar o tipo de relação social que se poderia estabelecer uma vez que o capital se esgotasse historicamente como modo de produção. Ao se pensar numa eventual revolução socialista, não bastaria mudar a forma dos meios de circulação ou de distribuição e tampouco a forma do próprio trabalho assalariado em si: seria preciso superar o seu conteúdo. Uma revolução que supere o capital só se dá, portanto, com a superação do trabalho assalariado.

5.5 O indivíduo social

No excerto dos *Grundrisse* que citamos no início desta seção, vimos a afirmação de Marx segundo a qual, num quadro de grande desenvolvimento das forças produtivas, o trabalhador “se coloca ao lado do processo de produção, em lugar de ser o seu agente principal”, de modo que, “nessa transformação, o que aparece como a grande coluna de sustentação da produção e da riqueza não é nem o trabalho imediato que o próprio ser humano executa nem o tempo que ele trabalha, mas a apropriação de sua força produtiva geral” e, ainda, a “sua compreensão e seu domínio da natureza por sua existência como corpo social – em suma, o desenvolvimento do indivíduo social” (MARX, 2011a, p. 588).

As consequências teóricas de tais apontamentos para a teoria da revolução são enormes. Ao notar o deslocamento que se dá no centro do processo de produção de valor, e que passa do trabalhador para o indivíduo social, Marx abre caminho para que se realoque, ao mesmo tempo, aquilo que seria o fundamento da teoria da revolução, assim, o sujeito revolucionário não é mais concebido, aqui, exclusivamente como sendo o proletariado. Antes, fala-se em “força produtiva geral”, “corpo social” e “indivíduo social” como agentes do processo produtivo. E ainda mais: com tal transformação, é o próprio processo de criação de valor que fica comprometido, já que se fundamenta no tempo de trabalho que o capital subtrai ao trabalhador.

Ao falar em apropriação da “força produtiva geral” como “coluna de sustentação da produção e da riqueza” e em “compreensão” e “domínio da natureza”, Marx parece conceber o agente produtivo como algo muito mais amplo que a soma dos trabalhadores individuais que realizam atividades diretamente envolvidas na transformação de produtos ou mercadorias em geral. De fato, quando fala em compreensão e domínio da natureza, o autor parece incluir o

próprio conhecimento científico, bem como os meios e instrumentos para dele se valer com fins produtivos, como força produtiva. Desse modo, não apenas artefatos materiais, como máquinas e utensílios, integrariam o vasto conjunto das forças produtivas, também o conhecimento científico e a técnica – que, ademais, também se expressam como força material ao se valerem de tais instrumentos – comporiam esse rol.

O indivíduo social, portanto, é constituído por uma gama de agentes e de forças de produção muito mais amplas do que apenas o proletariado, aquele que, no capítulo 24 de *O Capital*, Marx identifica como sendo constituído pelos expropriados, os quais, por sua vez, estariam em condições históricas de expropriar os seus antigos expropriadores (MARX, 2013a, p. 832). Com o desenvolvimento da produção e das forças produtivas a um grau muito elevado, o capital, “contradição em processo” (MARX, 2011a, p. 588), acaba por minar os próprios fundamentos da criação de valor, e isso porque busca, a todo custo, através do incremento do processo produtivo, da técnica e da ciência, diminuir o tempo de trabalho necessário à produção mercantil “ao mesmo tempo que, por outro lado, põe o tempo de trabalho como única medida e fonte da riqueza” (MARX, 2011a, p. 588-589). Tal contradição, evidentemente, é insolúvel dentro dos limites do capital. A sua solução histórica é, ao mesmo tempo, a superação do capital como relação social. É assim, portanto, que “tão logo o trabalho na sua forma imediata deixa de ser a fonte de riqueza, o tempo de trabalho deixa, e tem de deixar, de ser sua medida”; por conseguinte, “o *trabalho excedente da massa* deixa de ser condição para o desenvolvimento da riqueza geral” e, “com isso, desmorona a produção baseada no valor de troca, e o próprio processo de produção material imediato é despido da forma de precariedade e contradição” (MARX, 2011a, p. 588, grifo do autor).

Como se pode notar, o próprio movimento do capital, de modo intrínseco, ao tentar reduzir o trabalho a um mínimo necessário, acaba por criar os fundamentos de sua dissolução. Assim, segundo Marx, o capital se vale das forças produtivas e das relações de produção “como meios para poder produzir a partir de seu fundamento acanhado” (MARX, 2011a, p. 589), fundamento este que tem no tempo de trabalho a sua medida de valor. No entanto, essas mesmas forças produtivas e relações sociais de produção – das quais o capital se valeu e as quais ele transformou – “constituem as condições materiais para fazê-lo voar pelos ares” (MARX, 2011a, p. 589), como vimos no excerto supracitado.

Há que notar um aspecto importante relativo a essa última afirmação de Marx. Ao admitir que as forças produtivas e as relações sociais transformadas se rebelam contra os limites históricos e mesquinhos do capital, o autor reconhece que novas relações sociais, que vão surgindo em meio ao próprio contexto histórico em que domina o capital, entram em

contradição com este último. De modo que parece haver, aqui, a oposição entre duas formas de relações sociais de produção: o capital, que vai se tornando anacrônico e obsoleto, e as novas relações, que superam historicamente o capital. Tal constatação é um tanto distinta daquela que assinalamos anteriormente, nas seções precedentes, em que as forças produtivas, num determinado grau de seu desenvolvimento, se oporiam ao capital, tornando este último obsoleto. Num caso, são relações sociais de produção antigas opondo-se a outras mais novas; no outro, são relações sociais tornando-se incompatíveis com as novas forças produtivas.

5.6 A morte natural do capital?

Um dos problemas mais notáveis da teoria da revolução baseada na contradição intrínseca do capital, tal como exposta na passagem dos *Grundrisse* por nós analisada, é que essa mesma contradição inerente ao capital, ao ser desenvolvida e levada ao limite pelo próprio aperfeiçoamento das forças produtivas, prescindiria em grande medida da ação política do proletariado para se efetivar. Ela se daria como resultado da busca constante do capital por substituir trabalho vivo por trabalho morto, capital variável por capital constante. Daí que, invariavelmente, encontre críticos e opositores entre militantes de partidos políticos e movimentos sociais. Tal crítica é compreensível e tem uma motivação clara: uma vez que o aspecto decisivo no desenvolvimento das condições e dos pressupostos revolucionários residiria numa contradição interna, desenvolvida pelas próprias forças produtivas no processo de seu incremento e aperfeiçoamento crescentes, a tarefa política de um agente histórico responsável por “fazer” a revolução seria então posta em xeque, ou, no mínimo, bastante questionada.

No segundo volume de sua monumental obra *Karl Marx's theory of revolution*, intitulado *The politics of social classes* (DRAPER, 1978), Hal Draper dedica o primeiro apêndice à discussão da ideia, presente em Marx, da abolição do proletariado pela automação. A esse propósito, devemos anotar de passagem que, numa obra composta de cinco extensos volumes – em que se discute minuciosamente cada aspecto da teoria da revolução marxiana –, o autor dedicar um pequeno apêndice de cinco páginas à questão da automação e sua relação com a teoria revolucionária reafirma o caráter urgente e inexplorado do tema aqui proposto.

Vejamos, portanto, de modo detalhado, os apontamentos de Draper contidos no pequeno apêndice de sua obra e ponderemos sobre as consequências teóricas da análise do autor americano.

“Uma das maneiras de descartar o problema da revolução proletária, ou pelo menos da luta de classe proletária, tem sido, tradicionalmente, acabar com o proletariado – ‘sumir’ com ele, como dizem os mágicos”, afirma o autor, reconhecendo que essa “prestidigitação” tem ocorrido desde o início do século XIX, ou seja, “virtualmente desde a ascensão do proletariado moderno” (DRAPER, 1978, p. 575, tradução nossa). Tal concepção teria conhecido seu apogeu com a Tecnocracia, e, para apoiar sua argumentação, cita uma passagem do economista americano Stuart Chase, de 1933 – mesma década, aliás, em que começariam a ser publicados os *Grundrisse*.⁵⁴

No pequeno trecho citado por Draper, Chase afirma que “o processo automático desaloja continuamente o trabalhador manual” e, na sequência, questiona “o que acontece com a teoria da luta de classes?” (DRAPER, 1978, p. 575, tradução nossa); de fato, a pergunta que todo teórico marxista deveria estar se fazendo a partir da publicação, poucos anos mais tarde, da primeira edição dos *Grundrisse* (1939-1941). Se o teórico em questão estivesse preso a uma concepção que atrelasse, ou mesmo identificasse, o trabalhador manual ao agente revolucionário do socialismo, então se encontraria em grande dificuldade, tendo que negar a realidade ou tergiversar sobre um fato que se desenrolava de modo bastante claro no moderno processo de produção.⁵⁵

Chase, sem ser marxista, avança em questões centrais para essa teoria revolucionária. Nota que “o movimento trabalhista oficial [...] não progrediu nas novas indústrias de produção em massa” e que “na próxima fase, a da indústria automática, não haverá ninguém para [o] organizar”, e conclui: “quando esse desenvolvimento prossegue até um certo ponto, que pode ou não ser atingido, todas as teses marxianas necessitam de uma substancial revisão” (DRAPER, 1978, p. 575, tradução nossa). Com o fim de relativizar a precisão dos apontamentos de Chase, Draper argumenta que a passagem supracitada, em que o autor minimizava a capacidade de organização e luta dos trabalhadores na moderna indústria, fora publicada “não muito antes da ascensão explosiva do CIO [Congress of Industrial Organization], centrado em indústrias de produção em massa”, que “transformou o movimento trabalhista americano e iniciou um período de intensificada luta de classe” e que, “desde então, as notícias de que o proletariado tinha deixado de existir” vinham mais frequentemente de “outros profetas”, sendo

⁵⁴ Chase viajou à União Soviética na década de 1920 e tornou-se um defensor da planificação econômica, embora não se identificasse com o comunismo. Ver: Tugwell, Rexford G.; Dunn, Robert W.; Chase, Stuart. *Soviet Russia in the second decade; American trade union delegation to the Soviet Union*. New York: The John Day Company, 1928.

⁵⁵ Tal concepção tem sido defendida em anos recentes por teóricos como Sérgio Lessa e Ivo Tonet (2012).

que essa “segunda onda” tenderia fortemente a substituir mesmo a ideia de automação pela de “cibernação [cybernation]” (DRAPER, 1978, p. 575, grifo do autor).

Hal Draper discorda do que ele mesmo chama de “mito sobre o desaparecimento do proletariado”; no entanto, sua objeção a tal “mito” comporta uma observação decisiva. Segundo o autor, o problema enfrentado por Marx não foi o de descobrir se esse movimento de automação (ou, modernamente, cibernação), com o conseqüente desaparecimento do proletariado, se realizaria de fato; a questão, antes, era saber se ele se realizaria, finalmente, “sob o capitalismo” [*under capitalism*] (DRAPER, 1978, p. 575, grifo do autor).

Quando Marx escreveu os *Grundrisse*, com o seu famoso excerto sobre as máquinas automáticas e o capital que voa pelos ares, o problema do uso progressivo da maquinaria e suas conseqüências para o processo de criação de valor não era precisamente novo. Nem para Marx nem para a Economia Política. Basta lembrar – como o faz, aliás, o próprio Draper – do pequeno escrito *Trabalho assalariado e capital*, em que Marx observa que se “toda a classe de trabalhadores assalariados fosse abolida por conta da maquinaria, como isso seria terrível para o capital que, sem trabalho assalariado, deixa de ser capital!” (DRAPER, 1978, p. 576, tradução nossa). Nesse escrito da juventude, inclusive, a associação entre capital e trabalho assalariado aparece já de maneira muito clara: “portanto, o capital pressupõe o trabalho assalariado e o trabalho assalariado pressupõe o capital. Ambos se condicionam e se geram mutuamente” (MARX, 1985b, p. 30, grifo do autor).

Não há qualquer dúvida, portanto, já nos primeiros escritos econômicos de Marx, acerca da interdependência entre capital e trabalho assalariado. A nova questão proposta pelos *Grundrisse*, no entanto, é que, ao dispensar progressivamente o trabalho assalariado, o capital compromete o próprio fundamento de sua existência.

Assim, pode-se dizer que Draper não questiona a ideia central de que a automação substitui o trabalho assalariado. O autor americano afirma apenas que tal movimento não pode dar-se de maneira completa dentro das relações de capital. Desse modo, ele não refuta o excerto marxiano presente nos *Grundrisse*; pelo contrário, o reafirma.

5.7 Antonio Negri e os *Grundrisse* como obra aberta

Em 1978, ao ser convidado por Louis Althusser para ministrar um ciclo de seminários na *École Normale Supérieure* (Rue d’Ulm), Antonio Negri acabou por desenvolver algumas das mais importantes análises contemporâneas sobre os *Grundrisse*. Ao contrário de uma interpretação de Michael Heinrich mais recente, que veremos adiante, Negri entende os

Grundrisse como uma “obra aberta” (NEGRI, 2016, p. 28). Assim, o autor italiano recusa a precedência das obras acabadas e publicadas ainda em vida por Karl Marx sobre aquelas que restaram apenas como esboços e tiveram a sua publicação póstuma – como é o caso dos *Grundrisse*.

Após apresentar o quadro da estrutura original que Marx concebera para sua obra máxima, que viria a intitular como *O Capital*, em contraste com o esquema modificado pelo qual a obra passaria mais tarde, Negri comenta, sobre os *Grundrisse*: “O problema ao lê-los consiste, portanto, em levar até o fundo, se necessário for, a identificação não apenas e nem tanto das homogeneidades, como também e sobretudo das *diferenças*, em relação a outros textos marxianos e, em particular, em relação a *O Capital* (NEGRI, 2016, p. 39, grifo do autor). Assim, as eventuais diversidades de interpretação existentes nos *Grundrisse* e no *Capital* não deveriam, segundo o pensador italiano, fazer com que déssemos preferência àquelas presentes neste último, publicado ainda em vida por Marx. A obra póstuma teria o mesmo estatuto das demais. Mesmo porque, segundo Negri, o próprio *O Capital* permanecera como “obra inacabada”, se considerarmos o esquema estrutural que Marx concebera para o seu livro: “Não poderia ser”, pergunta Negri, “que, precisamente como preveem os planos preparatórios contidos nos *Grundrisse*, *O Capital* fosse apenas *uma parte* – e não *a parte fundamental* – da temática global marxiana?”, e arremata, “Não poderia *O Capital* ser uma parte superestimada, por ser a única bem acabada e [...] pelo fato de que possa ser, em sua parcialidade, mais facilmente delimitável” e, por isso mesmo, mais propícia a “ser reconduzida a horizontes interpretativos substancialmente incongruentes com o espírito global de Marx” (NEGRI, 2016, p. 38).

Ao tempo em que redigira os *Grundrisse*, Marx concebera uma estrutura para a sua obra de crítica à economia política em que figuravam seis livros. Era aquela, portanto, a estrutura original e primitiva de *O Capital*. Ali constava um livro específico sobre o trabalho assalariado. Mais tarde, porém, ao escrever o primeiro livro de *O Capital*, com base num esquema já modificado, Marx incorporou um capítulo sobre o trabalho assalariado (NEGRI, 2016, p. 36). Ou seja, aquele que deveria constituir um livro independente acabou por tornar-se apenas um capítulo do primeiro livro de *O Capital*. Segundo esse novo esquema, a obra deveria ser composta por três livros: o primeiro, sobre “O processo de produção do capital”; o segundo, sobre “O processo de circulação do capital”; e o terceiro, sobre “O processo global da produção capitalista” (NEGRI, 2016, p. 36).

Com base nessas modificações promovidas por Marx na estrutura original de sua obra, Negri questiona: “me pergunto se seria possível considerar corretamente a obra acabada de Marx – *O Capital*, no caso – como uma síntese exaustiva da pesquisa marxiana”, argumentando

que “as gêneses do *Capital* [...] se acham, a meu ver, viciadas pela premissa de que *O Capital* seja o ponto mais alto da análise marxiana” (NEGRI, 2016, p. 37). Para ilustrar seu argumento, Negri oferece o exemplo da explicação que Roman Rosdolsky dá para o fato de que Marx tenha abandonado a ideia inicial de escrever “um livro específico sobre o trabalho assalariado” (NEGRI, 2016, p. 37). Negri explica: “Certamente, esse livro específico, previsto no plano original contido nos *Grundrisse*, não existe. Parte dos materiais reunidos para a sua confecção terminou inserida no livro I do *Capital*”, no entanto, o autor questiona: “isso seria suficiente para afirmar, ainda assim, que Marx ‘tenha renunciado’ a tal livro?” (NEGRI, 2016, p. 37).

Essas ponderações de Negri são importantes para o estabelecimento de um ponto crucial no debate relativo à interpretação dos textos marxianos: o método de investigação e os resultados a que se pode chegar a partir desse método são mais importantes do que os textos canônicos em si. Ou seja, o método é mais importante do que as respostas parciais que os investigadores marxistas podem nos oferecer. Inclusive quando se trata dos resultados do próprio Marx. Assim, um texto publicado postumamente e que lança luz sobre os textos publicados em vida deve merecer a mesma atenção e respeito que estes últimos por parte dos estudiosos marxistas, desde que tenha sido escrito com fundamento no mesmo método de investigação. Não importa mesmo que, eventualmente, um texto póstumo pareça desdizer ou contradizer passagens tidas já como clássicas ou interpretações canonizadas do pensamento marxiano. Basta pensar, por exemplo, na contribuição decisiva das cartas de Engels para o desenvolvimento da teoria materialista sobre a interpretação da história. As acusações de que os fundadores do marxismo teriam elaborado uma teoria “mecanicista” e “determinista” seriam menos facilmente refutáveis se não dispuséssemos de uma larga correspondência de Marx e Engels com diversos interlocutores publicada postumamente. E com relação à precedência do método sobre os resultados parciais dos investigadores, é algo a que Lukács já se referira em *História e consciência de classe* (LUKÁCS, 2012).

No caso específico dos *Grundrisse*, sobretudo se encarados como uma “obra aberta”, não parece haver mesmo uma contradição em relação à teoria da revolução exposta em *O Capital*. E a tese fundamental que defendemos aqui é precisamente a de que há uma complementariedade entre as ideias desenvolvidas no capítulo 24 de *O Capital* e no fragmento sobre as máquinas, presente nos *Grundrisse*. Deparamo-nos aqui, portanto, com um caso em que um escrito não completamente acabado e publicado cerca de meio século após a morte do autor ajuda a iluminar o texto estabelecido e publicado em vida.

Quando consideramos que a obra maior de Marx, concebida em sua versão última para ser publicada em três volumes, também permaneceu inacabada – tendo dois de seus volumes

sido publicados postumamente –, encontramos ainda mais um motivo para que não se negligenciem os escritos que permaneceram em forma de rascunho, sem publicação durante a vida do autor.

5.8 Um texto político

Outro aspecto importante das considerações de Negri a respeito dos *Grundrisse* é o de que estes consistiriam num “texto político”, sendo “a conjunção da apreciação das possibilidades revolucionárias oferecidas pela ‘crise iminente’ e da vontade teórica de uma síntese adequada para a ação comunista da classe operária diante da crise” (NEGRI, 2016, p. 39).

Tal passagem reflete a ideia de que não bastaria apenas confiar no processo supostamente infável do desenvolvimento das contradições baseadas nas forças produtivas para que se alcançasse a transformação revolucionária da sociedade. Ou seja, mesmo levando-se em consideração os *Grundrisse* em seu conjunto e, com isso, também o notável fragmento sobre as máquinas, Negri afirma que Marx não dispensava a ação revolucionária da classe operária como parte fundamental do processo revolucionário. Não basta que o capital voe pelos ares; é preciso que a crise seja aproveitada pelos trabalhadores como um momento para a transformação da sociedade. Com isso, fica desde já descartada a hipótese fatalista segundo a qual a revolução aconteceria por si só, desencadeada apenas pelo esgotamento das possibilidades de o capital continuar existindo a partir do seu fundamento básico, o valor-trabalho.

Se levarmos em consideração os postulados presentes no fragmento sobre as máquinas, porém, veremos que, nesse caso particular, Marx não trata de uma crise qualquer: trata de uma crise muito específica. De todas as contradições presentes nas relações de capital, aquela que leva ao esgotamento dessas mesmas relações é representada pelo colapso da formação do valor-trabalho. Assim, é uma crise que, aparentemente, não está sujeita a flutuações: não é necessariamente sazonal, como as crises de superprodução. A crise representada pelo esgotamento do valor-trabalho pode ser a crise decisiva para o capital.

Contudo, é improvável que, no final dos anos 1850, Marx acreditasse que as forças produtivas estivessem tão desenvolvidas a ponto de o processo de formação do valor, através do emprego da força de trabalho humana, estar comprometido. Desse modo, se é verdade que os *Grundrisse* constituem um texto político, voltado para a conjunção entre as possibilidades dadas pela crise e a ação política da classe operária, também é verdade que a crise específica

que se apresentava a Marx naquele momento, em meados do século XIX, não correspondia à crise imaginada por ele no fragmento sobre as máquinas. Esta última é apresentada nos *Grundrisse* como uma possibilidade futura, num contexto apenas imaginado e, muito provavelmente, ainda distante da realidade histórica vivenciada pelo autor. No entanto, para o homem contemporâneo, que lê os *Grundrisse* num contexto de alto desenvolvimento das forças produtivas e de automação generalizada, a impressão que se tem é a de que a realidade alcançou a imaginação teórica de Marx. Com isso, a assertiva de Negri acaba ganhando um outro significado: passa a ser ainda mais verdadeira no contexto contemporâneo, onde existe um processo de desenvolvimento das forças produtivas muito similar àquele imaginado por Marx no fragmento sobre as máquinas presente nos *Grundrisse*.

5.9 Rosdolsky e o fim do valor-trabalho

A crise representada pelo exaurimento do valor-trabalho, de um ponto de vista histórico, só poderia se tornar cada vez mais flagrante. Ou seja, se a tendência histórica das forças produtivas sob o capital é a de dispensar progressivamente trabalho vivo em favor de trabalho morto, esse quadro estaria destinado a se agravar com o passar do tempo. Não por acaso, Roman Rosdolsky, em sua *Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx*, observa: “O que o revolucionário alemão sonhava solitariamente em 1858, em seu exílio em Londres, ingressou hoje em dia – mas só hoje em dia – no âmbito do que é imediatamente possível” (ROSDOLSKY, 2001, p. 356). Note-se, porém, que o livro de Rosdolsky foi publicado originalmente em 1968, exatamente cento e dez anos depois que Marx redigira os manuscritos dos *Grundrisse*. Embora o processo de desenvolvimento das forças produtivas fosse muito elevado – sobretudo em relação ao contexto vivido por Marx –, pode-se dizer que, em comparação com a nossa própria época, início da terceira década do século XXI, o cenário nos anos 1960 era ainda modesto. Isso torna, de fato, a assertiva de Rosdolsky muito mais significativa e justa. Se o autor enfatiza que “só hoje em dia”, ou seja, no final dos anos 1960, o quadro imaginado por Marx no fragmento sobre as máquinas começava a se tornar real, pode-se imaginar o que diria atualmente, quando impressoras 3D e robôs substituem o trabalho de milhares de operários. Não obstante, Rosdolsky argumenta que: “Graças ao desenvolvimento da técnica moderna, estão finalmente dadas – pela primeira vez – as condições para suprimir total e definitivamente o ‘roubo do tempo de trabalho alheio’”, dando, portanto, razão ao prognóstico de Marx; e arremata, “agora – pela primeira vez – podem ser impulsionadas tão poderosamente as forças produtivas da sociedade que, de fato, em um futuro não muito

longínquo, a medida da riqueza social não será mais o tempo de trabalho, mas sim o tempo disponível” (ROSDOLSKY, 2001, p. 356).

O “futuro não muito longínquo” de que falava Rosdolsky pode já ter chegado. O que existia apenas na imaginação teórica de Marx e se afigurava como possibilidade – ou probabilidade, já que o prognóstico marxiano baseava-se em desdobramentos histórico-econômicos condicionados pela lógica de desenvolvimento da economia política – era, já ao tempo de Rosdolsky, uma realidade efetiva.

Ao observar o cenário de desenvolvimento das forças produtivas na sua época, o autor polonês argumentava que: “Até o presente, todos os métodos para elevar a produtividade do trabalho humano revelaram-se ao mesmo tempo, na prática capitalista, métodos de degradar, subordinar e despersonalizar cada vez mais o trabalhador” (ROSDOLSKY, 2001, p. 356). Ou seja, junto ao processo de evolução da técnica produtiva, conheceu-se, ao mesmo tempo, um processo de involução das condições do trabalhador. Aqui caberia a sentença peremptória de Engels segundo a qual “Toda evolução comporta ao mesmo tempo uma involução” (ENGELS, 1979, p. 181). Rosdolsky, no entanto, observa que, “hoje, o desenvolvimento técnico chegou a um ponto no qual os trabalhadores poderão finalmente libertar-se da ‘serpente de seus tormentos’, da tortura sem fim do trabalho cansativo, monótono e fragmentado” e, com isso, poderão se converter “de mero apêndices em verdadeiros dirigentes do processo de produção” (ROSDOLSKY, 2001, p. 356).

Notamos aqui uma similaridade muito forte entre o conteúdo presente no fragmento sobre as máquinas e as observações de Rosdolsky. Marx imaginara um cenário em que, por conta da avançada automação (embora não utilize necessariamente tal palavra), o trabalhador seria apenas um apêndice do processo produtivo. Assim, o roubo do tempo de trabalho humano deixaria de ser o fundamento da criação da riqueza. Por conseguinte, as bases do capital seriam erodidas e o modo de produção capitalista daria lugar a outra forma de relação social. É exatamente esse quadro de alto desenvolvimento técnico que Rosdolsky admite existir, de fato, já no final da década de 1960. Não se trataria mais de um caso em que as forças produtivas se aprimoravam em detrimento do trabalhador. Agora, a mudança quantitativa poderia resultar em transformação qualitativa. Com o fim da exploração da força de trabalho humana, por conta de sua própria obsolescência, os trabalhadores começariam a se defrontar, no mundo real, com a possibilidade concreta de superação do capital. Não porque houvesse entre eles, necessariamente, uma alta conscientização política ou um forte movimento no sentido da tomada do poder, mas, antes, porque o quadro de alto desenvolvimento tecnológico que Marx imaginara no final dos anos 1850, tornara-se finalmente, segundo Rosdolsky, realidade.

É preciso fazer notar, porém, que não se diz aqui que a mercadoria força de trabalho desaparece, juntamente com a diminuição numérica relativa da classe operária, e que, assim, o capital pode continuar a se reproduzir de outro modo. Trata-se justamente do contrário: o fato de que a força de trabalho entre em processo de desaparecimento e o valor-trabalho deixe de ser o fundamento do capital acaba, justamente, por minar as bases das relações capitalistas. Tal ênfase se faz necessária visto que, como notamos anteriormente, houve quem imaginasse que a possibilidade de transformação revolucionária desaparecia juntamente com a diminuição numérica da classe trabalhadora, ou seja, com os “possuidores” da mercadoria mágica, a força de trabalho. É precisamente o oposto disso o que se dá. E Rosdolsky o observa em sua obra.

5.10 As condições maduras para o socialismo

“Nunca estiveram tão maduras as condições para uma transformação socialista da sociedade, nunca o socialismo foi tão imprescindível e economicamente viável”, escreve Rosdolsky (2001, p. 356). A viabilidade econômica de que nos fala o autor, portanto, teria o seu fundamento não numa situação política, não no alto grau de desenvolvimento da consciência de classe do proletariado moderno. O socialismo se torna imprescindível e viável por conta dos limites econômicos do capital. Rosdolsky discorre, portanto, sobre os mesmos limites de que Marx nos falava no fragmento sobre as máquinas dos *Grundrisse*. As condições revolucionárias estariam maduras porque o capital não pode continuar a se reproduzir sem o seu fundamento mais essencial: a força de trabalho humana. Em tal cenário, a criação de riqueza já não depende mais da apropriação do tempo de trabalho humano.

O processo de trabalho, por conseguinte, também passa por grandes transformações. Assim Rosdolsky rebate a objeção “segundo a qual a ordem social socialista teria de desmoronar perante a necessidade de trabalhos duros e desagradáveis, que todos tentariam evitar” (ROSDOLSKY, 2001, p. 356). E continua: “O desenvolvimento técnico nos impele para uma situação na qual pode desaparecer a divisão do trabalho até hoje dominante, que mutila o homem, e com todos os seus tormentos”, dando lugar ao “trabalho como ocupação livre das forças físicas e intelectuais” (ROSDOLSKY, 2001, p. 356). Assim, o cenário com que Marx e Engels sonharam em *A ideologia alemã*, no qual o homem poderia desenvolver várias atividades e desenvolver todo o seu potencial físico e intelectual, finalmente poderia ser concretizado. O homem, se deixasse de se submeter à lógica do capital e da criação de valor – da produção e reprodução de mais-valia –, estaria, enfim, em condições de se reencontrar com a sua essência humana, como pensava o jovem Marx.

Tudo isso, portanto, seria alcançado sobre a base do desenvolvimento colossal das forças produtivas. Tudo isso teria se tornado possível pela transformação radical das relações de trabalho. Um conjunto de transformações técnicas que colocou, pela primeira vez, a humanidade diante da possibilidade de superar não o trabalho, em sentido geral, mas a exploração do trabalho humano. Nessa nova sociedade, onde os meios técnicos transformariam a força de trabalho numa mercadoria obsoleta e onde os homens não precisariam mais se submeter à mesquinhez da divisão do trabalho, reinariam também a abundância e a liberdade de escolha: “seria absurdo e insensato na nova sociedade o ‘roubo do trabalho alheio’, a exploração do homem pelo homem” (ROSDOLSKY, 2001, p. 356). Daí, portanto, que Rosdolsky ridicularize aqueles que se preocupam com o fato de que sempre haverá “trabalhos duros e desagradáveis” a serem realizados e de que as pessoas sempre tenderiam a evitá-los. Numa sociedade onde as forças produtivas estivessem desenvolvidas a ponto de gerar abundância e de liberar os homens das tarefas mais degradantes, essa não seria, de fato, uma preocupação central. Em primeiro lugar, porque poderia haver meios técnicos para mitigar a dificuldade e a dureza de tais tarefas; em segundo lugar, tais funções não teriam de ser desempenhadas por trabalhadores dedicados única e exclusivamente a essas tarefas. Por último, o tempo que se gastaria com tais atividades penosas ou insalubres tenderia a ser diminuído. Assim, junto com a superação das relações de capital, haveria um incremento ainda maior das forças produtivas, que já não se desenvolveriam mais sob a lógica da criação de valor. Então, libertas de seus limites econômicos, apenas as condições naturais e humanas se imporiam ante as forças produtivas. As relações sociais de produção sofreriam, desse modo, uma mudança qualitativa, adquirindo uma outra natureza. Com isso, o próprio processo prático do trabalho passaria por uma transformação similar. É um equívoco imaginar que o trabalho seria realizado, numa sociedade socialista, segundo os mesmos procedimentos formais e operacionais a que está submetido nas sociedades onde vigem as relações de capital. Liberto de sua lógica mercantil, o trabalho ganha uma lógica humana. Quando cessa o roubo de tempo de trabalho humano como fundamento da criação de riqueza, a sociedade se encontra diante de sua grande e decisiva transformação histórica: “só então estará assegurada a construção de uma ordem social realmente sem classes e socialista” (ROSDOLSKY, 2001, p. 357).

5.11 A lei do valor no socialismo

Dizíamos anteriormente que não se pode pensar na sociedade socialista utilizando-se os mesmos paradigmas epistemológicos das sociedades capitalistas. É assim, portanto, quando

pensamos no trabalho nessas duas sociedades: “Evidentemente, o trabalho não desaparecerá”, escreve Rosdolsky, “desaparecerá apenas a forma de mais-trabalho das massas em benefício de poucos e sob controle destes” (ROSDOLSKY, 2001, p. 357).

Mesmo com o alto desenvolvimento das forças produtivas, num quadro de ampla automação, o trabalho humano não desapareceria por completo. Ainda que a atividade humana no processo laborativo fosse cada vez mais próxima àquela de um supervisor da manufatura, o trabalho continuaria a ser necessário. O que muda, sobretudo, é a natureza das relações sociais estabelecidas entre os homens na produção de sua vida material. Ou seja, com o incremento progressivo dos recursos técnicos, criam-se as condições para que a atividade direta do homem no processo de produção seja cada vez mais moderada. Com isso, ao mesmo tempo, se estabelece o contexto material em que as relações de capital podem ser superadas. O que fica condenado a desaparecer é, portanto, o trabalho assalariado e não o trabalho em geral – por mais que o processo do trabalho em si tenda a se modificar com a automação progressiva e os novos recursos técnicos que proporcionam uma atividade laborativa menos penosa para o trabalhador. Assim, Rosdolsky argumenta: “como ‘condição natural da vida humana’, diz Marx, o trabalho é ‘independente da forma de vida, é comum a todas as formas de sociedade’” (ROSDOLSKY, 2001, p. 357).

O trabalho continua a ser, mesmo num eventual modo de produção socialista, com alto grau de desenvolvimento das forças produtivas e, portanto, com o processo de trabalho fortemente transformado pelas conquistas técnicas, o fundamento essencial da sociedade. A diferença, porém, é que aqui essas mesmas conquistas técnicas e o desenvolvimento das forças produtivas não estão mais submetidos à lógica de produção do capital. Deixam de ser fonte de tormento para o trabalhador e passam a ser, de fato, condição de sua libertação progressiva das condições mais duras do trabalho prático.

Com efeito, argumenta Rosdolsky que “também no socialismo a atividade humana criadora – o trabalho – será decisiva. Experimentará, é certo, imensas modificações qualitativas e quantitativas”, e explica: “No aspecto qualitativo, será diferente da forma capitalista de trabalho – que Smith concebeu tão acertadamente como um ‘sacrifício de liberdade e felicidade’” (ROSDOLSKY, 2001, p. 358). Nesse contexto, em linha com o que sustentávamos acima, o autor polonês argumenta que o trabalhador será transformado “em dirigente consciente do processo de produção, limitando seu trabalho, cada vez mais, à mera supervisão das gigantescas máquinas e forças naturais que intervêm no processo produtivo” (ROSDOLSKY, 2001, p. 358).

Aqui, portanto, o autor tem em mente o processo de transformação prática da atividade laborativa. Com isso, resulta, conseqüentemente, numa mudança qualitativa. O objetivo da produção é dado conscientemente pelos produtores, obedecendo, por conseguinte, a uma lógica humana e social, não à lógica de valorização do capital: isso se dá, igualmente, por conta do “seu caráter de trabalho coletivo, diretamente socializado, cujo produto já não enfrentará o produtor na forma de objeto alienado que o domina” (ROSDOLSKY, 2001, p. 358).

Quando se refere à transformação quantitativa do trabalho no socialismo, Rosdolsky acentua a questão do tempo de trabalho: “No aspecto quantitativo, tal transformação do trabalho se manifestará em uma redução fundamental do tempo de trabalho e na conseqüente criação e ampliação do tempo livre”, e, fazendo coro com os postulados de Marx na *Crítica do programa de Gotha*, o autor polonês explica que, “embora tampouco a sociedade socialista possa renunciar ao ‘mais-trabalho’, ela estará em condições de reduzir ao mínimo a quantidade de trabalho que caberá a cada um de seus membros, graças ao pleno desenvolvimento das forças produtivas” (ROSDOLSKY, 2001, p. 358).

É importante salientar que Rosdolsky se vale da diferenciação feita pelo próprio Marx ao empregar os termos “socialismo” e “comunismo”. Segundo este último, na transição da sociedade socialista para a comunista, haveria um período em que a forma de produção ainda seria influenciada pelas relações de capital herdadas diretamente do modo de produção que acaba de ser superado.

Uma pergunta, da mais alta importância, se impõe: uma vez que se admite que as condições para o advento do socialismo são dadas pelo desaparecimento progressivo da mercadoria força de trabalho e, por conseguinte, pela erosão das condições materiais para a criação de valor e mais-valia, como admitir, ao mesmo tempo, que na sociedade socialista ainda existirá a criação de valor e mais-valia?

Marx explica na *Crítica do programa de Gotha* (MARX, 2012b) que haveria um período de transição entre as sociedades socialista e comunista. Na primeira etapa, as formas capitalistas, tais como o tempo social de produção das mercadorias, tenderiam a sobreviver enquanto medida de valor por um certo período. No entanto, como temos debatido até aqui, o valor e o tempo de trabalho enquanto sua medida tendem a se exaurir já no quadro das relações de capital.

Assim, pode-se dizer que, embora o progresso técnico e o alto desenvolvimento das forças produtivas criem, de modo “natural”, as condições materiais para a superação do capital e, portanto, da exploração do trabalho por meio da criação de mais-valor, tal superação apenas aconteceria, de modo efetivo e completo, depois de superada a etapa de transição socialista para

o comunismo. E ela tampouco se daria de modo “espontâneo”, dentro da sociedade capitalista. Seria aqui, portanto, que deveria entrar a ação política da classe trabalhadora?

O fato, porém, é que a distinção marxiana entre socialismo e comunismo era bastante simples (ao menos no texto da *Crítica do programa de Gotha*). E também aqui, quando se considera a passagem do socialismo ao comunismo, vê-se que ela está condicionada ao alto desenvolvimento das forças produtivas.

Examinemos, contudo, de modo mais atento, o problema da manutenção da lei do valor durante a etapa socialista de transição ao comunismo. Rosdolsky nos lembra em seu texto que, de acordo com Engels, “o valor era considerado uma categoria ‘que é a expressão mais ampla da escravização dos produtores por seu próprio produto’” (ROSDOLSKY, 2001, p. 359). Sendo assim, como conciliar o modo socialista de produção, que pretende ser o início da emancipação do trabalho humano, com a manutenção dessa categoria que, segundo Engels, era a maior expressão de sua escravização?

Marx e Engels acreditavam que a lei do valor não poderia continuar existindo na sociedade comunista. Muito pelo contrário: a sua superação era, precisamente, a expressão da superação do capital. A propriedade social dos meios de produção só poderia dar-se como tal quando já não houvesse a exploração do trabalho humano e, portanto, quando a categoria do valor já tivesse sido superada historicamente. Como tivemos oportunidade de enfatizar, não é o status jurídico da propriedade dos meios de produção que caracterizaria a sociedade comunista, mas a superação histórico-econômica do valor-trabalho – e, por conseguinte, da força de trabalho como mercadoria, bem como da mais-valia.

Marx e Engels “combatiam qualquer eternização do conceito de valor como uma utopia pequeno-burguesa”, lembra Rosdolsky, e acrescenta: “Lemos nas *Teorias [da mais-valia]*: ‘Quando o trabalho é comunitário, as relações dos homens em sua produção social já não se apresentam como ‘valor’ e ‘objetos’.” (ROSDOLSKY, 2001, p. 359), ou seja, perdem a sua qualidade de capital.

No modo de produção capitalista, ou seja, “em uma sociedade produtora de mercadorias, ‘o trabalho é transformado em trabalho geral através da troca, [...] a medição tem lugar através da troca de mercadorias’” e, assim sendo, “através do valor de troca, do dinheiro, que são expressões de uma única e mesma relação’. No socialismo, ao contrário, ‘o trabalho do indivíduo é, desde o início, trabalho social. [...] O produto não é um valor de troca’” (ROSDOLSKY, 2001, p. 359, grifo do autor). Aqui o produto já não é mais “convertido em uma forma particular para depois receber um caráter geral para o indivíduo” e, em vez de haver “uma divisão do trabalho, que se gera necessariamente na troca de valores de troca, haverá uma

organização do trabalho, a partir da qual se define a porção que corresponde ao indivíduo no consumo coletivo” (ROSDOLSKY, 2001, p. 359).

Essa última afirmação é decisiva para a compreensão do problema. Embora na sociedade socialista a medição do trabalho ainda se dê com base no tempo de trabalho, a finalidade para a qual a produção é orientada modifica radicalmente a natureza das relações sociais de produção. A sociedade socialista em transição para o comunismo herda da sociedade capitalista a régua com a qual se mede o trabalho, mas modifica, ao mesmo tempo, a natureza do trabalho que é medido. “Por isso, neste caso, por mais importante que possa parecer na sociedade socialista”, afirma Rosdolsky, “a medição do trabalho pelo tempo de trabalho só será um meio de planejamento social e já nada terá em comum com o ‘famosíssimo valor’ (Engels) e com a lei do valor” (ROSDOLSKY, 2001, p. 359).

Qual o papel, então, da mensuração do trabalho pelo tempo de trabalho numa sociedade socialista? “Em primeiro lugar”, explica Rosdolsky, “no próprio processo da produção, servirá para estabelecer a quantidade de trabalho vivo necessário à produção de diversos bens, de modo a poder administrá-la da forma mais econômica”; “em segundo lugar”, continua, “esta medição também pode ser considerada como um meio de distribuição que ajudará a atribuir, aos diversos produtores individuais, participações no produto social destinado ao consumo” (ROSDOLSKY, 2001, p. 359).

Rosdolsky, porém, faz uma ressalva decisiva quanto a essa questão ao considerar que “não é imprescindível que seja assim”, e que tal modo de medição do trabalho e de distribuição dos produtos dependerá, necessariamente, “do grau de desenvolvimento das forças produtivas sociais, sobretudo de ‘quanto há para repartir’” (ROSDOLSKY, 2001, p. 360).

De acordo com a explicação marxiana presente na *Crítica do programa de Gotha*, na etapa socialista de transição ao comunismo as forças produtivas se libertam das limitações impostas pela lógica do capital e da produção mercantil. Cria-se, desse modo, um cenário em que a capacidade de produção – seja de bens de consumo, seja de implementos para o aperfeiçoamento do aparato produtivo – aumenta imensamente. É precisamente essa abundância, condicionada por forças produtivas altamente desenvolvidas, que permitiria que se passasse da fase socialista à etapa comunista. Seria precisamente então que se poderia substituir o lema “de cada um segundo sua capacidade, a cada um segundo seu trabalho” pela máxima comunista “de cada um segundo sua capacidade, a cada um segundo suas necessidades”.

Outra vez nos deparamos com esse condicionante essencial para a passagem ao comunismo: o elevado grau de desenvolvimento das forças produtivas. Grau a que se chegaria

– acreditava-se – apenas na etapa socialista de transição, com a liberação dessas mesmas forças produtivas das amarras mesquinhas impostas pela lógica da produção capitalista.

No entanto, cabe perguntar: o grau de desenvolvimento que temos conhecido no mundo contemporâneo, com a ampla substituição da força de trabalho por processos automáticos e robotizados, não nos permitiria imaginar que o incremento acelerado do aparato produtivo concebido por Marx, potencialmente, apenas durante a fase socialista de transição ao comunismo já não estaria a dar-se, ao menos em parte, diante de nossos olhos?

5.12 Um breve comentário histórico sobre a URSS

Quando Rosdolsky publicou seu trabalho sobre a *Gênese e estrutura de O Capital*, na segunda metade dos anos 1960, vivia-se o auge da Guerra Fria, e a URSS era vista ainda como modelo para diversos movimentos e partidos comunistas ao redor do globo. Por isso, seria inevitável um pequeno comentário do autor sobre a vigência da lei do valor naquele país, bem como nas chamadas “democracias populares”.

Rosdolsky argumenta que a teoria mais bem acabada sobre esse assunto foi elaborada por Eugeni Preobrazhensky: “Para ele [Preobrazhensky], qualquer revolução anticapitalista em um país industrialmente atrasado deve ser levada adiante imersa em uma luta constante entre a lei do valor, legada pelo passado capitalista, e o princípio do planejamento socialista”, sendo assim, “o destino do socialismo depende do resultado dessa luta” (ROSDOLSKY, 2001, p. 360-361).

Aqui, no entanto, seja pelo exemplo histórico escolhido, seja pelo respaldo ao argumento central de Preobrazhensky, acreditamos haver certa imprecisão nos postulados de Rosdolsky no que se refere especificamente à questão da vigência da lei do valor na União Soviética e nos demais países autoproclamados “socialistas”. Isso porque o planejamento da produção baseada no trabalho assalariado, por si só, não interfere absolutamente na natureza dessa mesma relação social. Tivemos oportunidade, anteriormente, de discutir mais detalhadamente o modo como o sistema soviético estava organizado. Basta, nesse momento, observar apenas que é possível, em qualquer economia capitalista, levar adiante uma planificação da economia sem que o capital seja minimamente abalado por isso. Pelo contrário, o planejamento, nesse modo de produção, serve apenas a que se possa atingir com mais segurança metas estipuladas de acumulação de capital e, portanto, extração de mais-valia. Some-se a isso uma legislação duramente hostil à classe trabalhadora, com proibição da livre organização, do direito de greve, restrições à migração e ao livre trânsito, cerceamento da

liberdade de expressão e a ditadura do partido único e ter-se-á o quadro mais favorável à exploração da lei do valor – e não à sua abolição. No mais, a superação histórica da economia planificada na URSS e nas demais ditaduras stalinistas ou congêneres demonstra desde logo que aquela organização econômica levou apenas a um outro estágio do capitalismo e, portanto, das relações de capital, e não à sua abolição. Rosdolsky, no entanto, não teria como sabê-lo – ao menos empiricamente – no momento em que publicou seu trabalho, que veio à lume vinte e dois anos antes da queda do Muro de Berlim.

Por fim, cabe assinalar uma curiosidade: Rosdolsky critica os economistas soviéticos contemporâneos que, segundo ele, “elevam a lei do valor – como no marxismo vulgar – à posição de princípio socialista de distribuição”, de modo que isso demonstraria “o profundo abismo teórico que os separara de Preobrazhensky” e dos economistas soviéticos da sua geração, indicando, ao mesmo tempo, “até que ponto as condições econômicas e sociais imperantes da União Soviética se afastaram das metas originalmente fixadas pela Revolução de 1917 (ROSDOLSKY, 2001, p. 361).

Assim, Rosdolsky reconhecia que, seja do ponto de vista teórico, seja do ponto de vista prático, na URSS dos anos 1960 não se havia superado ainda a lei do valor. Vigiam, ali, portanto, as relações de capital. No entanto, fazendo coro com Preobrazhensky, acreditava que o rival histórico da lei do valor naquele país seria a economia planificada – sem perceber que na verdade aquele modelo de organização econômica acabava por favorecer, de fato, a produção e a reprodução de capital, perpetuando, assim, a lei do valor. Não por acaso os economistas soviéticos a elevaram à condição de “princípio socialista de distribuição”. Ao fazê-lo, estavam apenas chancelando um dado de sua realidade.

5.13 O contraponto de Michael Heinrich

Vimos que, de acordo com Negri e Rosdolsky, a teoria do valor-trabalho, bem como o fragmento sobre as máquinas, têm um papel central para a compreensão da teoria da revolução do Marx maduro. No entanto, há quem conteste a importância da formulação teórica presente nos *Grundrisse* para a compreensão desse tema.

Num trabalho publicado no livro *In Marx's Laboratory: Critical interpretations of the Grundrisse*, Michael Heinrich argumenta que, durante o seu trabalho de redação dos *Grundrisse*, “Marx realizou enormes avanços em seu conhecimento. Suas análises, no entanto, também tinham deficiências significativas, que muitos leitores entusiastas pareciam não discernir” (HEINRICH, 2013, p. 202, tradução nossa).

Dentre as referidas “deficiências” apontadas por Heinrich, gostaríamos de nos concentrar precisamente naquelas que dizem respeito ao “fragmento sobre as máquinas” e, conseqüentemente, à teoria da revolução como consequência do exaurimento histórico-econômico do valor-trabalho.

No subcapítulo intitulado *Marx’s Argument in the “Fragment on machines” and its errors*, Heinrich analisa essa questão de modo mais detalhado. Segundo o autor, “no começo do manuscrito dos *Grundrisse*, Marx ainda não operava com base em considerações desenvolvidas sobre a teoria do valor” (HEINRICH, 2013, p. 203, tradução nossa). Como se sabe, Marx chegou tardiamente à formulação completa e acabada da sua teoria do valor-trabalho, esta última sendo nada mais que um desdobramento – com avanços decisivos – de teoria já desenvolvida por David Ricardo e Adam Smith. Com efeito, Marx partiu mesmo, no início de seus estudos no campo da Economia Política, de bases teóricas diversas daquelas adotadas por Ricardo e Smith. E isso deveu-se sobretudo à influência que exerceu sobre ele o já referido escrito da juventude de Engels sobre o tema, intitulado *Esboço para uma crítica da economia política*⁵⁶.

Segundo Heinrich, Marx também não havia ainda esclarecido suficientemente a distinção entre trabalho concreto e trabalho abstrato (HEINRICH, 2013, p. 203), diferenciação esta fundamental para a compreensão do valor-trabalho, bem como do processo através do qual o seu esgotamento histórico poderia dar lugar a relações sociais historicamente superiores. Em *O Capital*, porém, Marx já teria em mente tal distinção e, segundo Heinrich, a considerava como “‘ponto crucial’ na compreensão da economia política”, escrevendo mesmo a Engels, numa carta datada de 8 de janeiro de 1868, que ela representava de fato “todo o segredo da concepção crítica [da economia política]” (HEINRICH, 2013, 203-204, tradução nossa).

Marx teria chegado a essa distinção fundamental entre trabalho abstrato e trabalho concreto – com a qual, segundo Heinrich, o pensador alemão “rompeu completamente com a teoria do valor de Ricardo” – apenas com a publicação de *Para a crítica da economia política*, em 1859, de modo que, até então, “a análise do processo de produção capitalista como uma unidade de trabalho e processo de valorização ocorre apenas em hipóteses preliminares” (HEINRICH, 2013, p. 204, tradução nossa).

Ainda segundo Heinrich, o fato de que o “‘fragmento sobre as máquinas’ ocorra na seção sobre o *processo de circulação* capitalista, embora os problemas tratados ali pertençam à análise do *processo de produção* capitalista” (HEINRICH, 2013, p. 204, tradução e grifos

⁵⁶ São Paulo: Boitempo, 2021.

nossos), seria revelador do fato de que mesmo conceitos como “capital constante” ou “capital fixo” ainda não haviam sido plenamente elaborados pelo teórico alemão. Não obstante, é preciso lembrar aqui que Marx abre os *Grundrisse* fazendo uma reflexão crítica certa sobre os limites da teoria defendida por Alfred Darimon, segundo a qual uma revolução do meio circulante poderia transformar o modo de produção. A esse respeito, aliás, lembremos que o autor alemão é categórico ao perguntar de modo retórico: “A questão geral seria: as relações de produção existentes e suas correspondentes relações de distribuição podem ser revolucionadas pela mudança no instrumento de circulação – na organização da circulação?” (MARX, 2011a, p. 74). Não é difícil intuir a resposta negativa, que aliás seria igualmente dada à pergunta que se segue na mesma passagem: “Pergunta-se ainda: uma tal transformação da circulação pode ser implementada sem tocar nas relações de produção existentes e nas relações sociais nelas baseadas?” (MARX, 2011a, p. 74).

Pode-se especular, como o faz Heinrich, sobre o quanto Marx avançara, na redação dos *Grundrisse*, na elaboração de conceitos fundamentais de sua teoria, como o valor-trabalho e o capital constante. No entanto, é absolutamente certo que naquela altura Marx já havia compreendido com bastante clareza a maneira como o modo de produção e o modo de circulação se entrelaçavam, bem como os limites e as intersecções entre cada um desses dois momentos – ou dessas duas “esferas”.

Ao desenvolver sua crítica a Darimon, inclusive, Marx é assertivo: “haveria de investigar, ou caberia antes à questão geral, se as diferentes formas civilizadas do dinheiro [...] podem realizar aquilo que delas é exigido sem abolir a própria relação de produção expressa na categoria dinheiro”, cabendo indagar igualmente se “não é uma pretensão que se autodissolve desejar, mediante transformações formais de uma relação, passar por cima de suas determinações essenciais?” (MARX, 2011a, p. 74-75).

Assim, por mais que se possa afirmar com alguma segurança que nos *Grundrisse* a elaboração de conceitos fundamentais do pensamento econômico marxiano esteja em pleno desenvolvimento, é igualmente razoável estabelecer que Marx já então concebera a ideia segundo a qual os modos de produção se definem pelas relações sociais que os homens estabelecem entre si. A tal ponto, inclusive, que pode renegar de maneira categórica e tecer uma crítica demolidora à solução proposta por Darimon, que pretendia apenas substituir uma consequência das relações de capital (o dinheiro), sem, contudo, revolucionar essas mesmas relações em si.

Ao revelar conhecer de maneira fundamental a natureza dessas relações, e ao recusar propostas descabidas como a de Darimon, Marx encontrava-se em plenas condições de

desenvolver, então, o prognóstico a respeito da decadência e do exaurimento do valor-trabalho como elemento central no processo revolucionário – coisa que de fato realizou no fragmento sobre as máquinas. Quando se considera esse excerto, ainda que isolado do contexto geral do manuscrito completo dos *Grundrisse*, percebe-se de modo claro o domínio que Marx já havia desenvolvido de conceitos como trabalho abstrato (ao contrário, aliás, do que sustenta Heinrich), mais-valia e valor-trabalho.

5.14 A ciência e a mais-valia relativa

Outra importante observação de Marx ressaltada por Michael Heinrich diz respeito à aplicação da ciência ao processo produtivo. De fato, sobre as máquinas e a ciência, Marx argumenta que “a apropriação do trabalho vivo pelo capital também adquire na maquinaria uma realidade imediata”, de modo que, “por um lado, é a análise originada diretamente da ciência e a aplicação de leis mecânicas e químicas que possibilitam à máquina executar o mesmo trabalho anteriormente executado pelo trabalhador” (MARX, 2011a, p. 587). Esse processo, tenha-se em mente, não é apenas mimético – ou seja, não se trata apenas de fazer com que as máquinas aprendam e assimilem o trabalho anteriormente desenvolvido pelos homens, sob o pretexto infundado de lhes aliviar o peso da labuta. Trata-se sobretudo de uma determinação econômica, a saber, a substituição de trabalho vivo por trabalho morto. Desse modo, não há como fantasiar sobre qualquer “lógica humana” inerente a tais desenvolvimentos. Também aqui vige pura e simplesmente a lógica das relações de capital. “Contudo”, continua Marx, “o desenvolvimento da maquinaria por essa via só ocorre quando a grande indústria já atingiu um estágio mais elevado e o conjunto das ciências já se encontra cativo a serviço do capital”, notando, afinal, que, “por outro lado, a própria maquinaria existente já proporciona elevados recursos” (MARX, 2011a, p. 587).

O decisivo, nessa passagem, é o modo como Marx descreve a assimilação da ciência pelo processo produtivo, ou melhor, como, sob certo aspecto, a ciência não só é assimilada, mas subordinada à produção capitalista. “A invenção torna-se então um negócio e a aplicação da ciência à própria produção imediata, um critério que a determina e solicita” (MARX, 2011a, p. 587). A consequência necessária de tal postulado é que, nesse contexto, o próprio conhecimento (no caso, o conhecimento científico) torna-se meio de produção e, por conseguinte, força produtiva. Não importa, evidentemente, que esse mesmo conhecimento seja “imaterial”. Aqui, igualmente, cabe a premissa segundo a qual as ideias tornam-se forças materiais quando motivam os homens a agir. Se essa máxima era verdadeira para a reflexão sobre a ação e a

transformação política, é igualmente verdadeira quando se tem em mente a efetivação das ideias – ou seja, do conhecimento científico – no âmbito da produção material. Tal observação faz-se necessária para que não se incorra no preconceito comum e equivocado segundo o qual apenas elementos materiais podem ser considerados forças produtivas.

As observações de Marx a respeito da combinação da maquinaria e da ciência, com suas consequências diretas para o trabalhador manual, parecem não impressionar Michael Heinrich, que argumenta: “No século dezenove, um observador contemporâneo não poderia falhar em notar que a maquinaria teve uma significação crescente na produção capitalista, que a aplicação da ciência estava crescendo” e que também “o trabalhador individual desempenhava um papel cada vez menor” (HEINRICH, 2013, p. 205, tradução nossa). O mérito de Marx, segundo Heinrich, não consiste em haver notado esses fatos evidentes para qualquer observador à época, mas em haver “ordenado e explicado o processo”, ou seja, “Marx trata esses desenvolvimentos como um processo que o capital necessariamente produz; o capital ‘estabelece o modo de produção correspondente a si’” (HEINRICH, 2013, p. 205, tradução nossa).

Onde, pois, residiria a lacuna de Marx nessa passagem dos *Grundrisse*? Segundo Heinrich, no fato de que o conceito de mais-valia relativa não fora ainda devidamente desenvolvido:

Por que, porém, o emprego de máquinas e a natureza cada vez mais científica da produção são adequados ao capital? A resposta de Marx é vaga: na primeira passagem citada, ele argumenta que as “forças produtivas gerais da mente social” são “absorvidas” pelo capital; na segunda citação, ele enfatiza que o processo de produção científica não está mais “subsumido à habilidade imediata do trabalhador”. Em outras palavras, com base na apropriação capitalista do conhecimento socialmente produzido, o poder do capital sobre o trabalho aumenta, o capital torna-se cada vez mais independente dos trabalhadores individuais e de suas habilidades. Esse poder cada vez maior é um efeito positivo para o capital. O objetivo do capital, no entanto, é a produção de mais-valia. Se quisermos mostrar que os desenvolvimentos nomeados por Marx representam o “modo de produção correspondente” ao capital, devemos nos referir à produção de mais-valia. Nessa citação, porém, Marx ainda está longe disso, pois ele ainda não tem uma concepção adequada da produção de mais-valia relativa (HEINRICH, 2013, p. 205-206, tradução nossa).

A consequência disso, segundo o autor, é que Marx estaria em condições apenas de constatar a aplicação crescente da maquinaria, bem como do aparato produtivo auxiliado e desenvolvido pela moderna ciência, de um modo meramente empírico, como alguém que nota e registra essas tendências; ele podia apenas afirmar que isso é adequado ao capital, “não pode

ainda, porém, *justificá-las* como seu desenvolvimento adequado” (HEINRICH, 2013, p. 206, tradução nossa, grifo do autor).

De acordo com Heinrich, em vez de “fornecer uma justificção”, Marx apenas “ênfatiza uma (aparente) contradição tomada à evidência empírica” no momento em que pontua que, “na mesma medida em que o tempo de trabalho – a simples quantidade de trabalho – é posto pelo capital como a única determinante do valor, o trabalho imediato e a sua quantidade desaparecem como um princípio determinante da produção”, de modo que isso habilitaria o pensador alemão a registrar seu prognóstico segundo o qual “o capital trabalha para dissolver-se a si mesmo como a forma que domina a produção” (HEINRICH, 2013, p. 206, tradução nossa).

5.15 Marx abandonou sua posição em relação ao “fragmento sobre as máquinas”?

Como se vê, o cerne do problema desenvolvido por Michael Heinrich diz respeito à (supostamente) incompleta formulação do conceito marxiano de mais-valia relativa quando da redação dos *Grundrisse*. Ou seja, o esforço crescente para aumentar a produtividade do trabalho humano, recorrendo-se à aplicação do desenvolvimento do aparato técnico e dos modernos recursos científicos, poderia enquadrar-se dentro da explicação desenvolvida mais tarde por Marx e exposta no primeiro volume de *O Capital*. Assim, conseqüentemente, não haveria por que levar muito a sério ou mesmo dar demasiada importância ao “fragmento sobre as máquinas” enquanto expoente de uma eventual inovação na teoria da revolução marxiana.

Sucedo, porém, que, por mais plausível que tal afirmação possa parecer, ela peca por não lidar de modo preciso com os limites a que o desenvolvimento do aparato produtivo pode levar sem comprometer a criação de valor. Em outras palavras, ainda que se admita, por um instante, que Marx não havia formulado naquele momento, de modo claro e acabado, o seu conceito de mais-valia relativa, o diagnóstico contido nos *Grundrisse* sobre a contradição entre ciência-aparato técnico e tempo de trabalho humano na criação de valor ainda continua válido. Ou seja, o fato de que Marx leve a um limite a imaginação sobre as conseqüências do alto desenvolvimento das forças produtivas (como a automação, por exemplo) não quer dizer que ainda não podia conceber o que fosse o processo de exploração representado pela mais-valia relativa. Trata-se, de fato, do contrário: a passagem sobre o exaurimento do valor-trabalho no fragmento sobre as máquinas é, ao fim e ao cabo, a explicação mais perfeita e acabada daquele limite intransponível – sob os marcos do capital – a que a mais-valia relativa pode chegar. Ou seja, se é fato que Marx não havia ainda elaborado o conceito de mais-valia relativa de forma definitiva, poderíamos afirmar, igualmente, que ele começou a concebê-lo pelo final. Imaginou

sua forma mais evoluída para depois expor o seu processo como um todo. Assim como, em uma de suas metáforas mais conhecidas, o homem fornece a chave para o entendimento do macaco, também aqui o cenário mais desenvolvido parece ter fornecido a chave para a explicação do menos desenvolvido.

Seria um exagero, por conseguinte, afirmar que Marx pôs de lado a sua posição inicial, expressa no fragmento sobre as máquinas, acerca do exaurimento do valor-trabalho. O mais adequado seria admitir que ele apenas desenvolveu posteriormente, e de modo mais acurado, a explicação do modo pelo qual o emprego da tecnologia e da ciência pode se prestar à diminuição do tempo absoluto de trabalho, sem, contudo, diminuir necessariamente a taxa de mais-valia. O fragmento sobre as máquinas apenas antecipa o resultado desse processo quando levado às suas últimas consequências.

5.16 Trabalho abstrato e concreto

Um dos pontos centrais da crítica de Michael Heinrich ao ponto de vista expresso por Marx no fragmento sobre as máquinas diz respeito aos conceitos de trabalho concreto e trabalho abstrato.

Heinrich recorda a passagem dos *Grundrisse* em que Marx contrapõe criação de valor e trabalho abstrato. Segundo o pensador alemão: “Tão logo o trabalho na sua forma imediata deixa de ser a grande fonte da riqueza, o tempo de trabalho deixa, e tem de deixar, de ser a sua medida”, e acrescenta, “em consequência, o valor de troca deixa de ser [a medida] o valor de uso” (MARX, 2011a, p. 588). Assim, “o *trabalho excedente da massa* deixa de ser condição para o desenvolvimento da riqueza geral, assim como o não *trabalho dos poucos* deixa de ser condição do desenvolvimento das forças gerais do cérebro humano”, e, “com isso, desmorona a produção baseada no valor de troca, e o próprio processo de produção material imediato é despido da forma de precariedade e contradição” (MARX, 2011a, p. 588, grifo do autor).

Optamos por citar a passagem original de Marx aqui, pois Heinrich, após reproduzi-la em seu artigo, nos convida a “olhar mais de perto” como Marx as justifica, se é que as justifica (HEINRICH, 2013, p. 207, tradução nossa). Segundo Heinrich, “o ponto de partida de Marx é a tendência empiricamente notável de que o uso da maquinaria e a crescente dimensão científica da produção avançam firmemente no modo de produção capitalista” (HEINRICH, 2013, p. 207, tradução nossa). Assim, “essa observação incontroversa, então, lhe serve como fundamento de deduções que estão baseadas umas nas outras” (HEINRICH, 2013, p. 207, tradução nossa).

São elas as seguintes, de acordo com Heinrich: “a) Marx vê o ‘trabalho imediato’ desaparecendo progressivamente do processo de produção”, disso resultaria que “b) o trabalho imediato não é mais a grande fonte de riqueza; em vez disso, essa seria constituída crescentemente pela ciência ou pelo conhecimento social [*social knowledge*]”, disso decorreria, por sua vez, que “c) nesse caso o tempo de trabalho não é mais a ‘medida’ da riqueza”, o que, por fim, “d) teria a consequência de que a produção capitalista (‘produção baseada no valor de troca’) entra em colapso” (HEINRICH, 2013, p. 207, tradução nossa).

Ao ponderar sobre as conclusões de Marx sumarizadas acima, Heinrich argumenta que a “falta de distinção entre trabalho útil concreto, que produz valores de uso, e trabalho humano abstrato, que é representado em valor, tem consequências decisivas” (HEINRICH, 2013, p. 207, tradução nossa).

Cabe ponderar, no entanto, que não nos parece que Marx confunda os dois conceitos. Antes, na medida em que o trabalho humano, ou “trabalho útil concreto”, é a base de criação de valores de uso, não se pode distingui-lo totalmente do “trabalho humano abstrato”. O trabalho enquanto atividade individual, dispêndio de energia humana, não cria necessariamente valor. Para que haja criação de valor (ou valor de troca) é preciso que esse trabalho útil concreto esteja inserido em um contexto histórico-social em que ele, além de criar algo útil, crie ao mesmo tempo algo que possa ser trocado. Assim, por conseguinte, pode haver criação de valores de uso sem que haja, ao mesmo tempo, criação de valor. Mas o contrário não é verdadeiro. “O valor de uso se efetiva apenas no uso ou no consumo”, diz Marx em *O Capital*, “os valores de uso formam o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta. Na forma de sociedade que iremos analisar, eles constituem, ao mesmo tempo, os suportes materiais [*stoffliche Träger*] do valor de troca” (MARX, 2013a, p. 114). Ou seja, é através desses “suportes materiais” que o valor se apresenta no mundo – ou melhor, na sociedade capitalista.

Heinrich acredita que Marx “extrapola de modo ilimitado a observação empírica do progressivo emprego da maquinaria”, sendo “necessário primeiro explicar se haveria ou não realmente uma falta de limites no processo de produção capitalista para a substituição do ‘trabalho imediato’ pelas máquinas”, e acrescenta que, se consideramos apenas o trabalho útil concreto, parece não haver limites para esse processo; mas argumenta que devemos ter em mente que estamos tratando do modo de produção capitalista, e que portanto, nesse caso, haveria um limite para esse processo de substituição do trabalho útil concreto pelas máquinas (HEINRICH, 2013, p. 207-208, tradução nossa).

Essa passagem é decisiva para a nossa argumentação, pois acreditamos que, de acordo com Marx, o limite para a substituição do trabalho imediato – ou trabalho útil concreto – pelas máquinas é posto precisamente pelas relações de capital. É daí, inclusive, que surge a sua categórica afirmação de que, com o emprego progressivo da automação no processo de trabalho, as relações de capital acabariam por voar pelos ares.

O que não se pode admitir, certamente, é o fato de que o desenvolvimento extremo das forças produtivas, representado pelo alto grau da automação, por exemplo, pudesse conviver simultaneamente com a manutenção das relações de capital. Eis aqui, portanto, um caso evidente de negação das relações sociais de produção em decorrência do desenvolvimento das forças produtivas. Marx não argumenta que a automação ou a mecanização ilimitada vá substituir progressivamente a classe trabalhadora enquanto mantém as relações de produção fundadas no capital. É precisamente o contrário: o fato de que a classe trabalhadora, detentora da mágica mercadoria força de trabalho, vá se exaurindo com o progressivo emprego da técnica e da ciência é apenas um sinal do exaurimento das condições históricas e sociais para a criação de valor no processo produtivo.

Em seguida, Heinrich argumenta que “não é claro o que Marx quer dizer aqui com ‘riqueza’”, e acrescenta, “se é riqueza *material*, nomeadamente a massa dos valores de uso, então ‘trabalho imediato’ nunca será a ‘grande’ fonte de riqueza”, já que “o trabalho útil concreto, as forças produtivas naturais [...] e as forças produtivas criadas pelos humanos seriam igualmente grandes fontes de riqueza”; no entanto, explica Heinrich, “se Marx quer dizer aqui a *forma social* de riqueza nas sociedades capitalistas, ou seja, o ‘valor’ da ‘imensa acumulação de mercadorias’, então esse valor é a representação do trabalho humano abstrato que produziu as mercadorias”; isso tudo independentemente da quantidade de trabalho humano abstrato que é representado por trabalho imediato: “Mesmo se uma crescentemente ampla parte dos valores dos produtos” for remandada ao emprego das máquinas, “o trabalho abstrato permanece como substância do valor” (HEINRICH, 2013, p. 208, grifo do autor, tradução nossa).

Não nos parece, contudo, que não esteja claro que Marx se refere à riqueza criada pelas sociedades capitalistas. Ao se referir à criação de valor e aos limites históricos e sociais para a continuidade da criação de valor, Marx não dá margens para interpretações. Assim sendo, cabe analisar aqui a última parte da observação de Heinrich.

Mais uma vez, porém, o autor parece andar em círculos. Seu raciocínio pode ser resumido, basicamente, deste modo: Marx diz que o trabalho humano imediato é a fonte de criação de valor, de riquezas; o emprego crescente das máquinas e da ciência tende a diminuir a participação do trabalho humano imediato na criação de valor; logo, se a automação e a

aplicação da ciência se generalizam no processo produtivo, o trabalho humano imediato estará ausente; se o trabalho humano está ausente, não há mais criação de valor; se não há criação de valor, não há mais criação de riqueza, expressa, na sociedade capitalista, nas mercadorias. Assim, como pode algo existir e não existir ao mesmo tempo? Como pode existir a produção de mercadorias sem que exista a produção de mercadorias? Esse parece ser o grande labirinto em que Heinrich se meteu.

Toda essa confusão decorre, a nosso ver, do fato de que, assim como Hal Draper, Heinrich tende a imaginar a produção capitalista sem os seus fundamentos. Ou seja, não chega a conceber que, se a ciência e a automação passam a dominar de modo cada vez mais completo a produção social, então essa produção prescindir da criação de valor e, precisamente porque passa a prescindir do fundamento da criação de valor, prescindir da mercadoria força de trabalho; ou, de acordo com a expressão de Heinrich, do “trabalho imediato” como mercadoria força de trabalho.

Aqui é preciso ser categórico: Marx não imagina, no fragmento sobre as máquinas, a produção mercantil acontecendo sem a participação do trabalho humano, não imagina a produção de riquezas sem o emprego da força de trabalho enquanto mercadoria produtora de valor. É precisamente o contrário. Marx vislumbra um cenário em que a produção material já não necessita da força de trabalho como “fonte de criação” não de “riqueza”, mas de recursos materiais para a sobrevivência da sociedade. A produção mercantil e a criação de riquezas, *nas sociedades capitalistas*, não podem prescindir da força de trabalho. Não podem prescindir da força de trabalho humana como mercadoria. Numa sociedade cuja produção seja amplamente automatizada e o emprego da técnica e da ciência mina a criação do valor, a produção mercantil encontra o seu limite, mas a produção material encontra o seu ápice. Nesse sentido, a criação de riquezas na sociedade capitalista aparece como entrave histórico (e mesquinho) ante as amplas possibilidades de produção material de uma sociedade que supere o capital.

Em suma, o emprego crescente e generalizado de máquinas modernas, da automação, da técnica e da ciência no processo produtivo inviabiliza historicamente o emprego continuado da força de trabalho humana como mercadoria criadora de valor. Inviabiliza as próprias relações de capital. Abre caminho para que a sociedade se organize com base em outros fundamentos, livre da lógica do capital e de suas limitações históricas, sociais e produtivas.

No que diz respeito à observação de Marx sobre o tempo de trabalho deixar de ser a “medida” da riqueza (HEINRICH, 2013, p. 207), Heinrich comenta: “se, no entanto, o trabalho abstrato permanece como substância do valor, então o tempo de trabalho também permanece como a sua medida imanente, ainda que o ‘tempo de trabalho imediato’ na produção

desempenhe um papel crescentemente reduzido”, e argumenta que “tempo de trabalho *imediato* nunca foi, de qualquer modo, a medida do valor” já que, na verdade, “tempo de trabalho imediato é aquela quantidade de trabalho concreto despendido por um trabalhador individual”; assim sendo, “a despesa individual de tempo de trabalho concreto não forma valor; em vez disso, o valor é formado pela quantidade de trabalho humano abstrato, que resulta apenas da média das relações sociais” (HEINRICH, 2013, p. 208, grifo do autor, tradução nossa).

De fato, o valor de uma mercadoria é condicionado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para a sua confecção. No entanto, nessa composição do valor, está presente ainda o trabalho humano concreto que, no contexto da produção mercantil, perde o seu caráter individual e torna-se trabalho humano abstrato. O que Heinrich parece negligenciar é que há uma dependência do trabalho abstrato em relação ao trabalho concreto, assim como há uma dependência do valor em relação ao valor de uso, como notamos acima. Não há, portanto, qualquer contradição de Marx em relação a esse ponto levantado por Heinrich.

Por fim, o autor sustenta que, “se o tempo de trabalho permanece a medida de valor (imaneente), então o argumento dado por Marx para sua última dedução, o colapso da ‘produção baseada no valor de troca’, também não mais é válido”, já que, “de fato, com essa última dedução, permanece completamente obscuro desde o início como as dificuldades para se mensurar o valor (na medida em que isso deveria ocorrer) deveriam então levar imediatamente ao colapso da produção capitalista” (HEINRICH, 2013, p. 209, tradução nossa).

No *Crítica do programa de Gotha*, no entanto, Marx deu indicações sobre o modo como poderia se dar a passagem de uma economia baseada nas relações de capital – fundada, portanto, na produção de valor – a uma economia socialista e, posteriormente, comunista. O mais importante é notar que Marx trata, nesse breve escrito, de um caso histórico muito preciso. Desse modo, seria imprudente generalizar suas análises e seus apontamentos sobre a situação alemã de meados da década de 1870 para qualquer outro contexto histórico. Apesar disso, é preciso admitir, igualmente, que o fato de não haver uma “fórmula” predefinida para a transição de um modo de produção a outro abre espaço para o fator político. Ou seja, aqui entramos no campo onde a ação política torna-se decisiva.

5.17 Economia e ação política

Até aqui, analisamos um fator econômico e, por assim dizer, intrínseco às relações de capital no processo de desenvolvimento das forças produtivas. Vimos como esse fator, o esgotamento da produção de valor, pode levar ao esgotamento histórico-econômico do capital.

No entanto, como aponta Michael Heinrich, o colapso da produção de valor, por si só, parece não poder realizar a tarefa revolucionária da transição para uma economia socialista, no sentido marxiano do termo, ou seja, uma economia em que o trabalho perca o seu caráter mercantil.

Em seu livro *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*, Marx nos lembra que “os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram” (MARX, 2011b, p. 25). Tal passagem é eloquente, pois, embora fosse escrita para ilustrar a apropriação dos símbolos e personagens da Revolução Francesa pelos homens que fundariam o Segundo Império, pôde ilustrar de modo emblemático a relação histórica entre liberdade e necessidade. Entre aquilo que os homens desejam fazer e aquilo que eles podem, de fato, realizar, de acordo com as condições históricas, políticas e sobretudo econômicas do contexto em que estão inseridos.

Quando Marx, portanto, nos alerta para o fato de que os homens fazem a sua própria história, está reconhecendo o papel ativo, de agente histórico mesmo, que esses podem desempenhar; mas quando admite, igualmente, que eles não podem fazer a história do modo como querem, mas apenas dentro dos limites impostos pelas circunstâncias que lhes foram legadas e transmitidas, reconhece que, em última instância, o mundo concreto sempre se impõe às aspirações subjetivas – ainda que essas mesmas aspirações sejam compartilhadas por todo um partido, um movimento ou mesmo por um país inteiro.

Assim, o espaço reservado pelas circunstâncias à ação dos homens, aquele espaço em que a vontade humana organizada pode promover transformações, é o espaço da política. E não apenas o da política institucional, mas também o da ação política revolucionária, a depender dessas mesmas circunstâncias.

Nesta parte final de nossa tese, depois de analisar os limites para a criação de valor no contexto histórico das relações de capital, baseando-nos no “Fragmento sobre as máquinas” dos *Grundrisse*, veremos como esse mesmo limite, intrínseco ao capital, pode vir a se combinar com a ação política revolucionária com vistas à superação desse modo de produção.

5.18 O que quer e o que pode a política

Um dos aspectos interessantes notados por Michael Heinrich é o fato de que, enquanto escrevia os *Grundrisse* e, mais tarde, *O Capital*, Marx esperava por uma grande crise econômica que se conjugasse com a ação política do proletariado. Uma revolução, de acordo com as expectativas de Marx e Engels, poderia apenas nascer como consequência de uma nova crise

econômica (HEINRICH, 2013, p. 209). No entanto, a crise a que Marx e Engels se referiam em seus escritos, desde o *Manifesto comunista*, seria uma crise de superprodução e não, necessariamente, uma crise baseada no problema específico do exaurimento histórico do valor-trabalho. Desse modo, a expectativa em relação à crise capitalista não parece nortear o conteúdo das reflexões de Marx no fragmento sobre as máquinas. Assim, não se pode deduzir uma coisa a partir da outra: ou seja, a sua reflexão sobre os limites históricos do capital, presentes no fragmento sobre as máquinas, parece ter sido feita de modo independente das expectativas que Marx nutria em relação a uma nova crise do capitalismo europeu. É possível sustentar, inclusive, uma posição oposta a essa. As crises de superprodução são periódicas e, àquela altura, em fins da década de 1850, Marx já sabia disso. Por outro lado, a crise representada pelo exaurimento do valor-trabalho não teria um caráter periódico; seria o resultado final, o limite histórico, de um longo processo de desenvolvimento da tendência de substituição do trabalho humano pelas máquinas.

O fato, porém, de que Marx esperasse por uma crise quando ainda redigia os *Grundrisse* e *O Capital*, e atribuísse a essa mesma crise o papel de condicionante do processo revolucionário, depõe a favor do argumento da importância da ação política. A tal crise, esperada por Marx, deveria impulsionar a ação revolucionária dos trabalhadores europeus.

Tal observação é importante para que não se atribua a Marx a acusação de fatalista. A passagem dos *Grundrisse* onde o autor alemão imagina o capital “voando pelos ares” foi redigida com tal ênfase no aspecto econômico, intrínseco às relações de capital, que um crítico mais apressado poderia facilmente atribuir-lhe a ideia duvidosa de que a política não desempenha qualquer papel na revolução ou, em termos mais específicos, no processo de superação histórica do valor-trabalho.

5.19 Depois dos *Grundrisse* e de *O Capital*, a Comuna de Paris

Um dos eventos históricos mais importantes do século XIX nos fornece material decisivo para o entendimento do papel atribuído por Marx à ação revolucionária após a redação dos *Grundrisse*: a Comuna de Paris.

Como se sabe, Marx dedicou à Comuna escritos políticos que, mais tarde, viriam a ser utilizados por seus discípulos com a finalidade de defender posições diversas. Desde os apologetas da “ditadura do proletariado” (DRAPER, 1987) até aqueles que predicam a abolição do Estado, todos encontrarão nos textos marxianos sobre a Comuna de Paris passagens que venham socorrê-los em seus argumentos. Nosso propósito, no entanto, é entender o modo como

Marx encarou a Comuna com vistas às suas possibilidades históricas. Em outras palavras, não nos interessa apenas aquilo que Marx observou sobre o que a Comuna realizou de fato, mas também aquilo que ele acreditava que ela poderia ter realizado.

Os eventos históricos que levaram à tomada do poder político pelos comunardos (*communards*) em março de 1871 estão relacionados, de maneira estreita, com a decadência política e econômica do Segundo Império Francês e à Guerra Franco-Prussiana. Não será preciso reconstruir aqui a cronologia histórica que resultou na tomada de Paris pelos trabalhadores.⁵⁷ Basta assinalar apenas que não se trata de uma revolução política ocasionada pela crise que viemos estudando até aqui nesta seção: a crise do exaurimento do valor-trabalho.

Assim teremos a oportunidade de observar como Marx lidou com uma revolução que não encontrou um cenário econômico que correspondesse ao esgotamento da reprodução do capital enquanto relação social dominante.

“Na aurora de 18 de março de 1871, Paris despertou com o estrondo: ‘Viva a Comuna!’. Que é a Comuna, essa esfinge tão atordoante para o espírito burguês?” (MARX, 2011c, p. 54), começa o autor; e a resposta que dará nos fornecerá pistas valiosas a respeito do papel político que Marx atribuía à ação revolucionária da classe operária naquele contexto. Ao reproduzir o manifesto do Comitê Central dos comunardos, de 18 de março, Marx nos informa que os proletários de Paris tomaram “em suas próprias mãos a direção dos negócios públicos” e que esses “compreenderam que é seu dever imperioso e seu direito absoluto tornar-se donos de seus próprios destinos, tomando o poder governamental” (MARX, 2011c, p. 54).

Na passagem citada por Marx, os comunardos falam em “direção dos negócios públicos” e “poder governamental”. Assim, a questão fundamental é posta, efetivamente, no caráter político da revolução. Assim, é preciso analisar o modo como esse mesmo poder político poderia concorrer para a superação das relações sociais vigentes na França de então – se é que, realmente, poderia concorrer para isso.

Marx, ao constatar que os trabalhadores haviam tomado o poder do Estado, diz de modo categórico que “a classe operária não pode simplesmente se apossar da máquina do Estado tal como ela se apresenta e dela servir-se para seus próprios fins” (MARX, 2011c, p. 54). Assim, admite-se que os operários chegaram ao poder antes mesmo que se tivesse dado qualquer transformação econômica substancial no que diz respeito às relações de capital. Trata-se, aqui, por enquanto, apenas de uma mudança do poder de classe sobre o Estado e das consequências decorrentes disso. Portanto, agora que a classe operária havia chegado ao poder pela primeira

⁵⁷ O leitor pode recorrer ao livro *A guerra civil na França*, de Karl Marx (2011c).

vez, não poderia utilizar-se da máquina construída pela burguesia: “O poder estatal centralizado, com seus órgãos onipresentes, com seu exército, polícia, burocracia, clero e magistratura permanentes”, escreve Marx, “serviu à nascente sociedade da classe média como uma arma poderosa em sua luta contra o feudalismo” (MARX, 2011c, p. 54). Assim, o autor associa o Estado burguês moderno a um fim prático, instrumental: o de alavanca das relações sociais burguesas em ascensão.

Marx traça um resumo exemplar do caráter histórico de tal Estado: “Seu desenvolvimento, no entanto, permaneceu obstruído por todo tipo de restos medievais, por direitos senhoriais, privilégios locais, monopólios municipais e corporativos e códigos provinciais”, mas a “enorme vassoura da Revolução Francesa do século XVIII varreu todas essas relíquias de tempos passados”; assim, “durante os regimes subsequentes, o governo, colocado sob controle parlamentar [...], tornou-se não só uma incubadora de enormes dívidas nacionais e de impostos escorchantes”, como também “converteu-se no pomo da discórdia entre as facções rivais e os aventureiros das classes dominantes; mas o seu caráter político mudou juntamente com as mudanças econômicas ocorridas na sociedade” (MARX, 2011c, p. 54-55).

O Estado não existe, portanto, nesse contexto, por si só, como um poder que paira no ar, sobre a sociedade. Ele se relaciona de modo íntimo com a estrutura econômica da sociedade que lhe serve de base. Não por acaso, Marx continua desse modo: “No mesmo passo em que o progresso da moderna indústria desenvolvia, ampliava e intensificava o antagonismo de classe entre o capital e o trabalho, o poder do Estado foi assumindo cada vez mais o caráter de poder nacional do capital sobre o trabalho”, ou seja, “de uma força pública organizada para a escravização social, de uma máquina do despotismo de classe” (MARX, 2011c, p. 55).

Se o Estado se relaciona com a sociedade existente, se ele depende da estrutura econômica da sociedade em que se organiza para que tenha o seu caráter definido, como ele se estruturaria numa sociedade que pretendesse superar o capital? Marx acreditou, ao tempo da Comuna, que a história houvesse dado uma resposta a essa questão: “O brado de ‘República Social’ com que a Revolução de Fevereiro foi anunciada pelo proletariado de Paris não expressava senão a vaga aspiração de uma república que viesse não para suprimir a forma monárquica da dominação de classe”, mas, antes, “a dominação de classe ela mesma” (MARX, 2011c, p. 56). Assim, o objetivo dos comunardos, desde o início, era claro.

Para a realização de tal objetivo, por conseguinte, algumas medidas foram tomadas pela Comuna. Juntamente com o decreto que ordenava “a supressão do exército permanente e sua substituição pelo povo armado”, os revolucionários trataram de liquidar a velha máquina do

Estado tal como ela estava então organizada e substituí-la por uma forma mais correspondente às suas aspirações. Marx oferece um pequeno quadro dessa situação:

A Comuna era formada por conselheiros municipais, escolhidos por sufrágio universal nos diversos distritos da cidade, responsáveis e com mandatos revogáveis a qualquer momento. A maioria de seus membros era naturalmente formada de operários ou representantes incontestáveis da classe operária. A Comuna devia ser não um corpo parlamentar, mas um órgão de trabalho, Executivo e Legislativo ao mesmo tempo. Em vez de continuar a ser o agente do governo central, a polícia foi imediatamente despojada de seus atributos políticos e convertida em agente da Comuna, responsável e substituível a qualquer momento. O mesmo se fez em relação aos funcionários de todos os outros ramos da administração. Dos membros da Comuna até os postos inferiores, o serviço público tinha de ser remunerado com *salários de operários*. Os direitos adquiridos e as despesas de representação dos altos dignitários do Estado desapareceram com os próprios altos dignitários. As funções públicas deixaram de ser propriedade privada dos fantoches do governo central. Não só a administração municipal, mas toda iniciativa exercida até então pelo Estado foi posta nas mãos da Comuna. [...] A Comuna de Paris, é claro, devia servir como modelo para todos os grandes centros industriais da França. Uma vez que o regime comunal estava estabelecido em Paris e nos centros secundários, o antigo governo centralizado também teria de ceder lugar nas províncias ao autogoverno dos produtores (MARX, 2011c, p. 56-57, grifo do autor).

Essa passagem concisa sobre as transformações promovidas pela Comuna pode ser resumida, ainda, deste modo: a Comuna realizou uma revolução política na organização do Estado, mas manteve o regime de trabalho assalariado (com os seus próprios funcionários sendo remunerados com base nos salários dos operários).

Desse modo, não se pode dizer, em absoluto, que a Comuna tivesse concretizado uma revolução socialista nos termos em que viemos estudando até aqui, isto é, os comunardos não superaram, com sua breve revolução, as relações de capital então vigentes na França. Nem por isso, evidentemente, Marx deixou de apoiar a Comuna, reconhecendo, de fato, o papel que ela estava fadada a desempenhar dentro daquelas circunstâncias. Assim, se é verdade que, no momento histórico em que os comunardos tomaram o poder político em Paris, o modo de produção capitalista, do ponto de vista econômico, estava ainda longe de seu exaurimento histórico, havia uma tarefa política e histórica que a Comuna podia desempenhar.

A esse respeito, aliás, Marx foi bastante eloquente: a Comuna, escreve, “era uma forma política completamente flexível, ao passo que todas as formas anteriores de governo haviam sido fundamentalmente repressivas”, e a define com uma expressão arrebatadora: “Eis o verdadeiro segredo da Comuna: era essencialmente um governo da classe operária, o produto da luta da classe produtora contra a classe apropriadora, a forma política enfim descoberta para

se levar a efeito a emancipação econômica do trabalho”, de modo que, “a não ser sob essa última condição, o regime comunal teria sido uma impossibilidade e um logro” (MARX, 2011c, p. 59).

O mais decisivo, para a tese que aqui defendemos, é que Marx reconhece explicitamente e de modo enfático que o sentido histórico da Comuna era o de servir como instrumento para a emancipação do trabalho, ou seja, para a superação das relações sociais de produção baseadas no capital. A Comuna, com sua forma política flexível e absolutamente inovadora para os padrões de então, com seus salários de operários pagos aos funcionários e as funções públicas com acesso democratizado e permanentemente renovado, não era um fim em si. A revolução política tinha um propósito a alcançar e não se bastava a si mesma. Era antes um meio para alcançar o socialismo, e não o socialismo realizado. Tal constatação apenas respalda o argumento por nós defendido de que o socialismo (bem como o comunismo), nos termos marxianos, encontram sua definição com base fundamentalmente econômica. Assim dependem não de uma forma política qualquer, por mais revolucionária que seja, mas sim de uma relação social historicamente superior ao capital, onde a força de trabalho já não exista enquanto mercadoria e onde não haja mais a produção de valor e mais-valia. Por isso, diz Marx que “a dominação política dos produtores não pode coexistir com a perpetuação de sua escravidão social. A Comuna, portanto, devia servir como alavanca para desarraigar o fundamento econômico sobre o qual descansa a existência das classes” (MARX, 2011c, p. 59).

A Comuna – bem como qualquer outra forma política igualmente revolucionária – poderia, também ela, concorrer para fazer o capital “voar pelos ares”. Política e economia, nas reflexões marxianas sobre a revolução, se relacionam de modo estreito e sutil. Não são, em absoluto, esferas autônomas e independentes uma da outra.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*, Marx diz que “não é do passado, mas unicamente do futuro, que a revolução social do século XIX pode colher sua poesia. Ela não pode começar a dedicar-se a si mesma antes de ter despido toda a superstição que a prende ao passado” (MARX, 2011b, p. 28). O contraponto com os movimentos de 1848-1852 é claro. Enquanto estes últimos, levados adiante por diversas frações da burguesia e por outras classes e estratos sociais, se vestiam com as roupas do passado para anunciar o futuro, Marx pretendia que o proletariado do século XIX não poderia iludir-se quanto à natureza de sua própria revolução: “As revoluções anteriores tiveram de recorrer a memórias históricas para se insensibilizar em relação ao seu próprio conteúdo”, mas “a revolução do século XIX precisa deixar que os mortos enterrem seus mortos para chegar ao seu próprio conteúdo. Naquelas, a fraseologia superou o conteúdo, nesta, o conteúdo supera a fraseologia” (MARX, 2011b, p. 28-29).

A pergunta mais importante a se fazer desde o tempo de Marx, portanto, é precisamente esta: em que consiste *o conteúdo* da revolução socialista, segundo o autor alemão?

Encontrar a resposta adequada a essa questão não atende apenas a um propósito teórico, ligado à boa compreensão da obra marxiana. Antes, ela nos permite olhar para o passado, bem como atuar politicamente com vistas ao futuro, sem as peias e amarras ideológicas que nos foram legadas pelos epígonos marxistas influenciados sobretudo pela revolução bolchevique. A postulação desse debate é premente, e a sua atualidade cada vez mais evidente⁵⁸.

No que tange à obra marxiana, por nós analisada, o primeiro aspecto a ser notado aqui é que, quando o nosso autor vaticinou que o proletariado deveria colher sua poesia do futuro, argumentando que o conteúdo de sua revolução era mais importante que a fraseologia por ela elaborada, nem mesmo Marx tinha ainda uma ideia absolutamente clara a respeito desse mesmo conteúdo ao qual se referia. Embora já soubesse que o capital era uma relação social, que uma eventual revolução proletária deveria superar essa mesma relação social e que as forças produtivas e as relações sociais de produção se relacionavam de modo intrínseco no processo histórico de transformação social, Marx não havia ainda descoberto, naquele momento, a mais-valia. Ou seja, a sua concepção a respeito da natureza do socialismo e do comunismo, bem como do conteúdo da revolução proletária, não poderia continuar a ser a mesma depois dessa

⁵⁸ Agradecemos ao Professor Dimitri D’Andrea, da Università degli Studi di Firenze, pela ênfase com que defendeu a atualidade do debate proposto nesta tese, o que para nós constituiu motivo de encorajamento e ânimo para a continuidade de nosso trabalho.

grande descoberta teórica. No debate a respeito desse ponto reside, acreditamos, a primeira contribuição de nossa tese.

A primeira fase da obra marxiana, como demonstramos nas seções iniciais, tende a enfatizar o caráter político da revolução social. Essa ênfase prossegue, ainda que fundamentada numa complexa análise histórico-econômica sobre a ascensão do modo de produção capitalista, no capítulo 24 de *O Capital*.

Porém, no “fragmento sobre as máquinas”, presente nos *Grundrisse*, Marx desenvolve uma reflexão sobre o mecanismo intrínseco ao capital no processo de exaurimento do valor-trabalho.⁵⁹ Essa reflexão, acreditamos, é decisiva para a compreensão da natureza da revolução, bem como do conteúdo do socialismo e do comunismo segundo a concepção marxiana. A ideia de que o “fragmento sobre as máquinas” deve ser lido juntamente com o capítulo 24 de *O Capital*, sendo esses dois textos complementares um ao outro, é a segunda contribuição desta nossa tese.

Nem voluntarismo político, nem revolução que se faz a si mesma, portanto. O processo revolucionário é concebido por Marx como algo complexo, em que as forças produtivas e as relações sociais se condicionam reciprocamente, e em que as tarefas políticas também aparecem como resultado e como causa desse intrincado mecanismo. A poesia da revolução socialista é escrita pelos homens, mas quem fornece o papel e a inspiração é a história, com seus processos muitas vezes impessoais e capazes de arrastar multidões para rumos imprevistos e jamais planejados. A ironia da História, diria Hegel.

A complexidade do processo histórico de mudança e de revolução social e política atesta que o jogo de causas e consequências não é uma via de mão única, e a avaliação sobre a influência mútua dos fatores que a compõem depende da análise objetiva de situações concretas. Isso nos dá ensejo para reafirmar o caráter não teleológico da concepção marxiana, conforme debatemos anteriormente.⁶⁰ Se, por um lado, encontramos em Marx passagens onde a necessidade histórica da revolução é afirmada e comparada à força inelutável dos fenômenos da natureza, por outro lado, encontramos ali também o acaso e a liberdade da ação humana desempenhando o seu papel. Aliás, liberdade e necessidade, na teoria marxiana, são indissociáveis. A título de conclusão, a esse respeito, diríamos que as afirmações de Marx sobre

⁵⁹ Agradecemos, aqui, à brilhante observação do Professor Marco Bontempi, da Università degli Studi di Firenze, que, num seminário sobre os *Grundrisse*, nos alertou para o fato de que, no fragmento sobre as máquinas, Marx não sistematiza, propriamente, uma teoria da revolução enquanto tal; ali, o pensador alemão faz apenas uma análise teórica profunda sobre os limites do capital enquanto relação social.

⁶⁰ Agradecemos ao Professor Gianfranco Ragona, da Università degli Studi di Torino, por haver disponibilizado um texto de sua autoria muito elucidador sobre esse tema.

a revolução como fatalidade histórica estão ligadas mais diretamente aos mecanismos inextricáveis do desenvolvimento do capital em si. Exemplo dessa postura é o “fragmento sobre as máquinas”, debatido na seção final desta tese. Ali, num movimento quase que impessoal, o capital voa pelos ares, vitimado pela sua própria natureza. Assim, não se pode dizer que Marx concebesse a revolução proletária como uma consequência direta dos desdobramentos históricos desde a Antiguidade Clássica. Mas, uma vez postas no mundo, as relações de capital – forjadas, aliás, a ferro e fogo –, essas mesmas relações seguem uma lógica de desenvolvimento histórico-econômico que, em grande medida, independe do comportamento subjetivo de homens, classes, partidos ou povos. Antes, elas condicionam esse mesmo comportamento. Esse comportamento, por sua vez, incide sobre tais relações. É assim que economia e política, necessidade e liberdade, se condicionam e se transformam mutuamente.

Este nosso trabalho, modesto em suas aspirações, não trata, porém, de um tema modesto. As consequências do debate aqui levantado são imensas. Se olharmos para o passado, para as revoluções autoproclamadas como “socialistas” ou “comunistas”, teríamos, à luz da teoria marxiana, de reavaliá-las. Do mesmo modo, se nos debruçamos sobre o presente, os objetivos das ações políticas dos diversos sujeitos políticos e sociais – bem como os limites de sua atuação e de suas aspirações – ganham novos contornos. Por fim, se o cientista social examina a realidade atual com os olhos voltados para o futuro, algo recomendável sob a perspectiva de uma teoria que se quer dialética, não pode deixar de seguir, ele mesmo, o vaticínio marxiano de arrancar de lá a sua “poesia”. Para isso, deverá compreender bem em que consiste tal poesia.

Eis aqui a nossa contribuição para esse debate.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- ALEKSIÉVITCH, Svetlana. **O fim do homem soviético**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- ANDERSON, Perry. **Passagens da antiguidade ao feudalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- ATTALI, Jacques. **Karl Marx ou o espírito do mundo**. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- BALZAC, Honoré de. **O pai Goriot**. Porto Alegre: L&PM, 2006.
- BASSI, Viviani. Karl Marx: veja o que é capitalismo e o materialismo histórico. **Blog do Enem**, 2018. Disponível em: <https://blogdoenem.com.br/pensamento-atual-karl-marx/>. Acesso em: 28 mar. 2021.
- BBC News. Marx the millennium's 'greatest thinker'. **BBC**, 1999. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/461545.stm>. Acesso em: 28 mar. 2021.
- BBC Radio. In Our Time's Greatest Philosopher Result. **BBC**, 2008. Disponível em: https://www.bbc.co.uk/radio4/history/inourtime/greatest_philosopher_vote_result.shtml. Acesso em: 28 mar. 2021.
- BERLINER Verein zur Förderung der MEGA-Edition. Marx-Engels-Gesamtausgabe (MEGA²). **Marx Forschung**, c2021. Disponível em: <https://marxforschung.de/mega%C2%B2/>. Acesso em: 28 mar. 2021.
- BRAGA, Ruy. **A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- BUKHARIN, Nicolai. **La economía política del rentista** (Crítica de la economía marginalista). Córdoba: Pasado y Presente, 1974.
- CAMÕES, Luis de. Obras completas. In: BARRETO FEIO, J. V.; MONTEIRO, J. G. (org.) **Classicos Portuguezes**. Tomo II. Lisboa, 1843. P. 29. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/518762>. Acesso em: 28 mar. 2021.
- CINNELLA, Ettore. 1917: **La Russia verso l'abisso**. Pisa: Della Porta Editori, 2012.
- DENISOV, A.; KIRICHENKO, M. **Derecho constitucional soviético**. Moscou: Ediciones en lenguas extranjeras, 1959.
- DJILAS, Milovan. **A nova classe**. São Paulo: Círculo do Livro, 1984.
- DONNE, John. **Meditações**. São Paulo: Landmark, 2007.
- DRAPER, Hal. **The "dictatorship of the proletariat" from Marx to Lenin**. New York: Monthly Review Press, 1987.

DRAPER, Hal. **Karl Marx's theory of revolution: the politics of social classes**. New York: Monthly Review Press, 1978. v. 2.

EAGLETON, Terry. **Ideologia**. São Paulo: Boitempo, 1997.

ENGELS, Friedrich. **Esboço para uma crítica da economia política - e outros textos de juventude**. São Paulo: Boitempo, 2021.

ENGELS, Friedrich. **Dialética da natureza**. São Paulo: Boitempo, 2020.

ENGELS, Friedrich. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. São Paulo: EDIPRO, 2011.

ENGELS, Friedrich. **A revolução antes da revolução**. As guerras camponesas na Alemanha. Revolução e contra-revolução na Alemanha. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

ENGELS, Friedrich. A concepção materialista da história (cartas a C. Schimdt). *In*: FERNANDES, Florestan (org.). **História**. São Paulo: Ática, 2001. p. 455-463.

ENGELS, Friedrich. Derivação, ação recíproca e causação em uma perspectiva dialética (carta a F. Mehring). *In*: FERNANDES, Florestan (org.). **História**. São Paulo: Ática, 2001. p. 464-467.

ENGELS, Friedrich. Um punhado de gente pode fazer a revolução? (carta a V. I. Zassulitch). *In*: FERNANDES, Florestan (org.). **História**. São Paulo: Ática, 2001. p. 471-474.

ENGELS, Friedrich. Ludwig Feuerbach e o fim da Filosofia clássica alemã. *In*: FERNANDES, Florestan (org.). **História**. São Paulo: Ática, 2001. p. 475-481.

ENGELS, Friedrich. A questão camponesa em França e na Alemanha. *In*: BARATA-MOURA, José; CHITAS, Eduardo; MELO, Francisco; PINA, Álvaro (org.). **Marx Engels: obras escolhidas**. Lisboa: Edições Avante, 1982. Tomo III. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1894/11/22.htm>. Acesso em: 28 mar. 2021.

ENGELS, Friedrich. **A dialética da natureza**. 3. ed. Rio de Janeiro: Terra e Paz, 1979.

FABRICAÇÃO automática extrema rápida. [S. l.: s. n], 2019. 1 vídeo (14:16 min). Publicado pelo canal GommeBlog.it: Car & Performance. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=P7fi4hP_y80. Acesso em: 5 maio 2021.

FAUSTO, Boris. **A revolução de 1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FOURQUIN, Guy. **História econômica do ocidente medieval**. Lisboa: Edições 70, 2000.

FREDERICO, Celso. **O jovem Marx: 1843-1844**. As origens da ontologia do ser social. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

FUKUYAMA, Francis. **O fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

FURET, François. **Marx e a Revolução Francesa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

GABRIEL, Mary. **Amor e Capital: a saga familiar de Karl Marx e a história de uma revolução**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

GALVÃO, Luís Alfredo. **Capital ou Estado?** Introdução à crítica da política. São Paulo: Cortez, 1984.

GLOBONEWS. Desemprego dispara como a principal preocupação do brasileiro, diz pesquisa. **G1**, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/globonews/estudio-i/noticia/2020/02/17/desemprego-dispara-como-a-principal-preocupacao-do-brasileiro-diz-pesquisa.ghtml>. Acesso em: 05 fev. 2021.

HEINRICH, Michael. The ‘Fragment on Machines’: A Marxian Misconception in the *Grundrisse* and its Overcoming in *Capital*. In: BELLOFIORE, Riccardo; STAROSTA, Guido; THOMAS, Peter D. **In Marx’s laboratory: critical interpretations of the *Grundrisse***. Leiden, Boston: Brill, 2013.

HERÁCLITO. Sobre a natureza. **Greek Language**, 2012. Disponível em: https://www.greek-language.gr/digitalResources/ancient_greek/anthology/literature/browse.html?text_id=123#fn137. Acesso em: 29 jun. 2021.

HILL, Christopher. **O século das revoluções: 1603-1714**. São Paulo: Editora da UNESP, 2012.

HILL, Christopher. **A bíblia inglesa e as revoluções do século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

HILL, Christopher. **Origens intelectuais da Revolução Inglesa**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

HILL, Christopher. **O eleito de Deus: Oliver Cromwell e a Revolução Inglesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

HILL, Christopher. **O mundo de ponta-cabeça: ideias radicais durante a Revolução Inglesa de 1640**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

HILL, Christopher. **A Revolução Inglesa de 1640**. Lisboa: Editorial Presença, 1983.

HOBBSAWM, Eric. **Ecos da Marselhesa: dois séculos revêem a Revolução Francesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

KIERNAN, Victor. **Shakespeare: poeta e cidadão**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

LENIN, Vadímir Ilitch. **O que fazer?** Questões candentes de nosso movimento. São Paulo: Boitempo, 2020.

LESSA, Sérgio. **Mundo dos homens: trabalho e ser social**. São Paulo: Boitempo, 2002.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Proletariado e sujeito revolucionário**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

LORD TENNYSON, Alfred. **Selected Poems**. London: Penguin, 2007. E-book.

LÖWY, Michael. **A teoria da revolução no jovem Marx**. São Paulo: Boitempo, 2012.

- LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- MACHADO, Antonio. **Poesías completas**. Madrid: Editorial Espasa Calpe, S.A., 2007.
- MARX, Karl. **Últimos escritos econômicos**: anotações de 1879 e 1882. São Paulo: Boitempo, 2020.
- MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013a.
- MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2013b.
- MARX, Karl. **As lutas de classe na França de 1848 a 1850**. São Paulo: Boitempo, 2012a.
- MARX, Karl. **Crítica do programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo, 2012b.
- MARX, Karl. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858. Esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011a.
- MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011b.
- MARX, Karl. **A guerra civil na França**. São Paulo: Boitempo, 2011c.
- MARX, Karl. **Para a crítica da economia política**. Manuscrito de 1861-1863 (Cadernos I a V). Terceiro capítulo – O capital em geral. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010a.
- MARX, Karl. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010b.
- MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- MARX, Karl. **A miséria da filosofia**. São Paulo: Global, 1985a.
- MARX, Karl. **Trabalho assalariado e capital**. São Paulo: Global Editora, 1985b.
- MARX, Karl. A burguesia e a contra-revolução. *In*: BARATA-MOURA, José; CHITAS, Eduardo; MELO, Francisco; PINA, Álvaro (org.). **Marx Engels**: obras escolhidas. Lisboa: Edições Avante, 1982. Tomo III. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1848/12/11.htm>. Acesso em: 28 mar. 2021.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Lutas de classes na Rússia**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2011a.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A sagrada família**. São Paulo: Boitempo, 2011b.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Collected Works**. Volume 38: Letters 1844-51. Lawrence & Wishart – Electric Book, 2010.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo, 1998.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.

NEGRI, Antonio. **Marx além de Marx: ciência da crise e da subversão**. Caderno de trabalho sobre os *Grundrisse*. São Paulo: Autonomia Literária, 2016.

PLEKHANOV, Georgi. **The development of the monist view of history**. London: Lawrence & Wishart, 1947.

POSTONE, Moishe. **Tempo, trabalho e dominação social**. São Paulo: Boitempo, 2014.

RAMOS, Graciliano. **Vidas secas**. 97. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

REICHELDT, Helmut. **Sobre a estrutura lógica do conceito de capital em Karl Marx**. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

RICCI, Francesco. O “testamento” falsificado de Engels: uma lenda dos oportunistas. **Teoria e Revolução**, 2016. Disponível em: <https://teoriaerevolucao.pstu.org.br/o-testamento-falsificado-de-engels-uma-lenda-dos-oportunistas/>. Acesso em: 01 dez. 2020.

RODRIGUES, Lucas de Oliveira. Luta de classes. **Mundo Educação**, c2021. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/sociologia/luta-classes.htm>. Acesso em: 28 mar. 2021.

ROSA, João Guimarães. **Ficção completa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017. v. 2.

ROSDOLSKY, Roman. **Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx**. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 2001.

RUBIN, Isaak Illich. **A teoria marxista do valor**. São Paulo: Polis, 1987.

SALVIA, Lorenzo. Coronavirus, un italiano su due ha paura di perdere il posto di lavoro. **Corriere della Sera**, 2020. Disponível em: https://www.corriere.it/economia/lavoro/20_maggio_01/coronavirus-italiano-due-ha-paura-perdere-posto-lavoro-5fd52412-8b7c-11ea-b0cd-a1732823ac8b.shtml. Acesso em: 05 fev. 2021.

SANTOS, Ariovaldo. **Marx, Engels e a luta de partido na Primeira Internacional (1864 – 1874)**. Londrina: Ed. UEL, 2002.

SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas**. São Paulo: Duas Cidades, 2012.

SHAKESPEARE, William. **Richard III**. Hampshire: Macmillan, 2008.

SERGE, Victor. **O ano I da Revolução Russa**. São Paulo: Boitempo, 2007.

STALIN, Josef. Materialismo dialético e materialismo histórico. *In*: NETTO, José Paulo (org.) **Stalin**. São Paulo: Ática, 1982.

TROTSKY, Leon. **História da Revolução Russa**. Brasília: Edições do Senado Federal, 2017. 3 v.

TROTSKY, Leon. **Moral e revolução**. São Paulo: Paz e Terra, 1978.

TUGWELL, Rexford G; DUNN, Robert W; CHASE, Stuart. **Soviet Russia in the second decade; American trade union delegation to the Soviet Union**. New York: The John Day Company, 1928.

VOSLENSKY, Michael S. **A Nomenklatura**: como vivem as classes privilegiadas na URSS. Rio de Janeiro: Record, 1980.

WEBER, Max. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra capitalismo**: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2003.

XENOFONTE. **Econômico**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

BUKHARIN, Nikolai Ivanovich. **Tratado de materialismo histórico**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1970.

GALVÃO, Luís Alfredo. **Marx e Marx: a teoria e a prática do marxismo no tempo da Revolução alemã de 1848**. São Paulo: Ática, 1977.

HARVEY, David. **17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

HONAN, Park. **Shakespeare: uma vida**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

IANNI, Octavio. **A formação do Estado populista na América Latina**. São Paulo: Ática, 1989.

RAGONA, Gianfranco. **Maximilien Rubel (1905-1996): ética, marxologia e crítica del marxismo**. Milano: FrancoAngeli, 2003.

TOCQUEVILLE, Alexis. **O Antigo Regime e a Revolução**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.